

Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Frederico Rodrigues Bonifácio

Deus e o diabo na terra do sol  
crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil  
contemporâneo

Belo Horizonte  
2018

Frederico Rodrigues Bonifácio

Deus e o diabo na terra do sol  
crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil  
contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço  
Orientadora: Prof. Dra. Rogata Soares Del Gaudio  
Co-Orientadora: Prof. Dra. Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte  
2018

B715d Bonifácio, Frederico Rodrigues.  
2018 Deus e o diabo na terra do sol [manuscrito]: crise, conservadorismo e  
necessidade do mal no Brasil contemporâneo/ Frederico Rodrigues Bonifácio. –  
2018.  
288 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio.

Coorientadora: Doralice Barros Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Departamento de Geografia, 2018.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 256-271.

Inclui apêndice.

1. Geografia política – Teses. 2. Conservadorismo – Brasil – Teses. 3.  
Democracia – Brasil – Teses. I. Del Gaudio, Rogata Soares. II. Pereira, Doralice  
Barros. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia.  
IV. Título.

CDU: 911.3:32 (815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




## FOLHA DE APROVAÇÃO


**Deus e o diabo na terra do sol: crise, conservadorismo e  
necessidade do mal no Brasil contemporâneo**

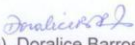
**FREDERICO RODRIGUES BONIFÁCIO**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Rogata Soares Del Gaudio - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Claudinei Lourenço  
UFMG

  
Prof(a). Doralice Barros Pereira  
UFMG

  
Prof(a). José Geraldo Pedrosa  
CEFET-MG

  
Prof(a). Sérgio Manuel Merêncio Martins  
UFMG

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2018.

(\*) Tomamos aqui de empréstimo o título do clássico filme de 1964 dirigido por Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra no sol*. O fazemos por duas razões fundamentais: a leitura crítica e instigante das contradições postas na sociedade brasileira apresentada no filme e, o antagonismo enunciado em seu título. Em alguma medida, é sobre essas mesmas contradições e contra um antagonismo destacado entre as figuras do bem e do mal que nos movemos aqui. Todavia não tomamos a obra de Glauber Rocha como *momento*, não nos remetemos a ela ao longo do texto. Trata-se, como dissemos, de um empréstimo, talvez pelo fato que deram antes de nós o título que muito gostaríamos de dar. Como provocação podemos dizer, que dado o carácter mistificado e reificado do antagonismo premente aqui desvelado, talvez, numa licença poética, pudéssemos acrescentar um acento no título original: Deus é o diabo na terra do sol.

*“Não é de modo algum casual que as duas grandes obras da maturidade de Marx, que expõem o conjunto da sociedade capitalista e revelam seu caráter fundamental, comecem com a análise da mercadoria. Pois não há problema nessa etapa de desenvolvimento da humanidade que, em última análise, não se reporte a essa questão e cuja solução não tenha de ser buscada na solução do enigma da estrutura da mercadoria.”*

*(G. Lukács, 2003, p.193)*

*Ao vento, que, em sopros caóticos, empurrou os fragmentos do que sou até aqui.*

## *Agradecimentos*

É curioso que ao término de um texto relativamente extenso, esse espaço ainda em branco, agora por ser preenchido, seja o mais difícil de ser tecido. Não é que seja difícil agradecer, é que as palavras às vezes têm a estranha capacidade de matar aquilo que deveriam expressar. Colocar em palavras – e assumir ainda o risco do injusto esquecimento – meu carinho e minha gratidão pelas várias pessoas que tornaram esse longo – e por vezes solitário – trajeto de pesquisa possível é, talvez, dar nome àquilo que simplesmente não tem. No entanto, em que pese às limitações das palavras e minhas próprias limitações em tratá-las, é preciso agradecer verdadeiramente:

À minha mãe, Nilma, pelas vidas. Pela paciência ante minha presença ausente nesses anos de estudo. E por sua força inspiradora sem a qual eu certamente não teria chegado até aqui.

À Rogata, pela orientação sempre cuidadosa; mas muito para além dela, pela amizade, pela preocupação, pela confiança em mim atribuída. Pela palavra amiga quando o mundo andou de mau tempo. Por aceitar embarcar em alguns dos meus delírios de pesquisa; por compreender que orientar algumas vezes torna-se deixar voar, permitir o salto em queda livre, em que pese os riscos aí colocados. Também pelas várias divergências; estou convencido de que com elas o caminho tem sido muito mais enriquecedor do que se concordássemos.

À Dora, igualmente pela cuidadosa orientação. Mas ela também é menor quando comparado a outros aprendizados que tive nesse tempo. Devo agradecer, antes do mais, pelo exemplo de vida, de honestidade e de coerência. Pelo afago que nossas conversas me propiciaram... A vida segue doída... aquelas coisas do estar vivo mesmo... mas é bonito quando encontramos gente, gente de verdade, no meio da travessia.

Ao Claudinei, pelas árvores.

Ao Sérgio Martins, pelas profícuas contribuições no Exame de Qualificação, pelos diálogos no Núcleo de Geografia Urbana, mas também, e, sobretudo, pelas instigantes aulas de *Urbanização, Política e Cidadania*; sem elas essa dissertação certamente não existiria.

Ao José Geraldo Pedrosa, pela oportunidade do diálogo, sobretudo, na qualificação. Confesso que compreendi melhor meu próprio texto debatendo ele contigo.



Ao Geraldo Magela e ao Eliano, por gentilmente aceitarem a suplência por ocasião da banca de defesa desta dissertação.

À Mari, pela dança das árvores, pelas poesias no improviso (na verdade, talvez tenha sido uma só... mas muito não é questão de quantidade), pelos risos, pelos choros, por Cuba...

À Paola, pela verdade da amizade, pela paciência, pela fé no (im)possível. Pelo gengibre, por Feira de Santana, por Serra das Araras, pelos teatros sem plateia na madrugada, pelos projetos mirabolantes que mesmo sem nunca saírem (nem sequer entrarem) no papel foram de verdade. Como você mesma disse – parafraseando Floyd – a caminho do Nordiminas: “*Together we stand, divided we fall*”.

Ao Matias, pelo *Criança Católica*, pelo madeirite, pelo *punk rock*, pelas conversas éticas que a ouvidos desatentos soariam desconexas; mas, acima de tudo, pela amizade que apenas nesse caos pode fazer sentido.

À Lívia, pelas excelentes conversas intermináveis ao som de músicas igualmente intermináveis.

À Andreza, pelas traduções: das palavras e das coisas que não tem nome.

Ao Dudu e ao Rodolfo, pela amizade – ao contrário do Esteves – com metafísica. Pelas longas conversas *desinteressadas*. Por me fazerem acreditar um pouco mais nessa aventura chamada geografia.

À Flávia, pela amizade, pelas sugestões no desenvolvimento dessa pesquisa, e por *Minima Moralia*.

Ao Raidan, o Iale, o Luquita, o Thell e a Marília, pelos Robsons e Amarelinhos.

Axs companheirxs de sala desde a graduação: Rafa, Paloma, Luísa, Lucas, Nikolas, Ícaro, Guilherme, David, Gabi, Well, Serjão...

Axs companheirxs que a Geografia tornou possível: Bruninho, Chico, Rapha, Victória, Arthur, Leandro, Moraleida, Carol, Sofia, Lana, Thainá, Fran...

Axs companheirxs de AGB, em especial ao Conde, ao Brunão ao Derly, e a Naiemer.

Axs colegas da pós-graduação, especialmente a Laís Lopes, pelo carinho de sempre; ao Pedro Chico pelas valiosas colaborações, sobretudo nos momentos iniciais desta pesquisa e

em minha monografia de graduação; ao Thiago Canettieri, a Manoela Alvarenga, a Laís Mota, ao Leo e a Bruna pelas fortuitas conversas imprevistas, pelas sugestões e pelo compartilhamento das angústias que a travessia posta pelo desenvolvimento de uma pesquisa nos impõe.

Ao Colegiado de Pós-graduação em Geografia da UFMG. Em especial à Miriam, pela solicitude de sempre.

À Serena.

Sem todos e cada um de vocês nenhuma das linhas que se segue teria sido minimamente possível. Os equívocos nelas contidos, no entanto, são de inteira responsabilidade deste escrevinhador.

## *Resumo*

Com o presente estudo intentamos compreender alguns dos fundamentos da crise em curso no Brasil, bem como deslindar o que torna possível o avanço da direita e do conservadorismo no país nos últimos anos (2013-2017). A universalidade de um todo fragmentado, reificado, conforme os imperativos da sociabilidade determinada pelo fetiche do equivalente fornece o pano de fundo, o solo sobre o qual as particularidades do contexto brasileiro se assentam. Assim, partimos dos termos gerais deste universal: a consciência alocada sob a forma sujeito e suas contradições imanentes, as determinações da abstração real moderna que dão à realidade um aspecto metafísico diretamente vivido, o totalitarismo da democracia sob a forma estatal e suas reais impossibilidades, bem como os limites apresentados pela própria forma do valor na medida em que requer sua valorização ilimitada, para, assim, atingirmos seus termos particulares. A saber, o desenvolvimento da personalidade autoritária no contexto brasileiro, a necessidade de personificação do mal na figura do Partido dos Trabalhadores e seus partícipes, a debilidade da democracia brasileira e sua regressão a formas de totalitarismo institucionalizadas, e a materialidade da crise econômica expressa num estado de exceção que se torna a própria regra na produção do espaço e da vida como um todo.

Palavras-chave: Crise; Conservadorismo; Metafísica real; Democracia; Crítica do valor

## *Abstract*

In this study we strive for understand the fundamentals of the ongoing crisis in Brazil, as well as disentangle which makes possible the wide advancement of right and conservatism in the country in recent years (2013-2017). The universality of a whole fragmented, reified, as the imperatives of certain sociability for the equivalent fetish provides the backdrop, the ground on which the peculiarities of the Brazilian context is based. So we set out the general terms of this universal: awareness allocated under the subject form and its inherent contradictions, the determinations of the modern real abstraction that give reality a metaphysical aspect directly lived, totalitarianism of democracy under the state form and its real impossibilities and as the limits presented by the form of value as its unlimited that requires enhancement to thus achieve their particular terms. Namely, the development of the authoritarian personality in the Brazilian context, the need for personification of evil in the Party's figure of Workers and their participants, the weakness of Brazilian democracy and its regression to forms of institutionalized totalitarianism and the materiality of the economic crisis expressed in a state exception that makes the rule itself in the production of space and life as a whole.

Keywords: Crisis, Conservatism, Real Metaphysics, Democracy, Value Criticism.

## *Resumen*

Con este estudio intentamos comprender los fundamentos de la actual crisis en Brasil, así como comprender que hace posible lo avance de la derecha y el conservadurismo en el país en los últimos años (2013-2017). La universalidad de un todo fragmentado, cosificado, como los imperativos de cierta sociabilidad determinada por el fetiche del equivalente proporciona el telón de fondo, el suelo sobre el que se basan las peculiaridades del contexto brasileño. Así que nos propusimos los términos generales de la presente universales: la conciencia asignado bajo la forma sujeto y sus contradicciones inherentes, las determinaciones de la abstracción moderna que dan realidad un aspecto metafísico vivió directamente, el totalitarismo de la democracia en la forma del Estado y sus imposibilidades reales y como los límites presentados por la forma del valor como su ilimitada que requiere mejora para lograr así sus condiciones particulares. A saber, el desarrollo de la personalidad autoritaria en el contexto brasileño, la necesidad de una personificación del mal en la figura del Partido de los Trabajadores y sus participantes, la debilidad de la democracia brasileña y su regresión a formas de totalitarismo en instituciones y la materialidad de la crisis económica expresada en un estado excepción que hace la regla misma en la producción del espacio y de la vida en su conjunto.

Palabras clave: Crisis, el conservadurismo, metafísica real, democracia.

## *Lista de figuras*

<b>Figura 1:</b> Ônibus coletivo pichado em São Paulo durante as manifestações de junho de 2013.....	41
<b>Figura 2:</b> Cartazes nas manifestações de 2013.....	42
<b>Figura 3:</b> Cartazes nas manifestações de 2013.....	42
<b>Figura 4:</b> Cartazes nas manifestações de 2013.....	42
<b>Figura 5:</b> Cartazes nas manifestações de 2013.....	43
<b>Figura 6:</b> Capa da Revista Veja de 17 de Agosto de 2013.....	43
<b>Figura 7:</b> Manifestantes em manifestações pró e contra o Governo petista.....	43
<b>Figura 8:</b> Manifestação contra o governo em 2013.....	51
<b>Figura 9:</b> Capa da Revista <i>Isto É</i> de Abril de 2016.....	160
<b>Figura 10:</b> Adesivo de carro Dilma.....	160
<b>Figura 11:</b> Redes de ensino que estabeleceram parceria com a Fundação Lemann desde agosto de 2016.....	218

## *Lista de gráficos e tabelas*

<b>Tabela 1:</b> Financiamento de campanha nas eleições presidenciais de 2002 e 2006.....	49
<b>Gráfico 2:</b> Redução da população abaixo da linha da pobreza de 1993 a 2004.....	111
<b>Gráfico 3:</b> Evolução do Índice de Gini no Brasil (2004-2014).....	111
<b>Tabela 4:</b> Presidentes do Brasil e seus mandatos.....	153
<b>Gráfico 5:</b> Preço (em dólares estadunidenses) do minério de ferro nos últimos 15 anos (março de 2001 a março de 2016).....	211
<b>Tabela 6:</b> Contribuição ao Sistema Previdenciário no trabalho principal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada no período de 2001 a 2011.....	216

## *Lista de Siglas*

- AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
- ANA – Agência Nacional de Águas
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CCJ – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
- CEADE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos
- CJU – Controladoria Geral da União
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- Cmed – Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DEM – Democratas
- Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
- FBKF – Formação Bruta de Capital Fixo
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIES – Programa de Financiamento Estudantil
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao consumidor

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS - Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

ProUni – Programa Universidade Para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

Sinaeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

STF – Superior Tribunal Federal

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

## Sumário

Fragmentos do Pensamento I.....	19
Fragmentos do Pensamento II.....	32
Prolegômena.....	39
Das jornadas de junho ao <i>impeachment</i> .....	39
Crise, metafísica e geografia.....	60
Crise, metafísica e marxismo.....	68
Capítulo I – A crise é da consciência?.....	73
Consciência e fetiche: a identidade do sujeito moderno.....	74
Personalidade autoritária: fundamentos de uma estética da dominação.....	95
Classes médias ou a miséria da consciência.....	107
Capítulo II – A crise é da democracia?.....	119
“Verdadeira democracia”: uma superação de antagonismos?.....	121
A socialização do valor e o fim da política.....	132
A revolução do reino das necessidades.....	164
Capítulo III – A crise é de valorização.....	172
Limites internos e externos de valorização: do mistério da forma valor à composição orgânica do capital.....	175
Para uma teoria da crise: a urgência de um realismo dialético.....	221
Renda espacial e acumulação por despossessão: elementos de uma produção insubstancial do espaço.....	229
Totalidade do Pensamento ou 10 considerações sobre esse estudo.....	238
Referências Bibliográficas.....	256
Apêndices.....	272
Apêndice 1: Linha do tempo de retrocessos do Governo Temer.....	272

## Fragmentos do pensamento I

*“Uma amiga distante  
Disse que a cidade é tão alta e grande  
Que não vê as estrelas faz tempo  
Ela disse  
Que a cidade oprime você  
Tenta mudar os seus sonhos  
E tira o sentido das cores  
Fiquei calado  
Queria ter dito pra ela  
Não deixar a cidade desbotar”*

*Pedro Valente*

O esforço de desenvolvimento desta pesquisa aponta para momentos alhures a ela mesma, o que, aliás, tende a ser a história de qualquer pesquisa.

O ano era 2015. O momento que se me apresentava era outro. Estava em meu último ano de graduação, às voltas com as últimas revisões em meu trabalho de monografia. A despeito disso, algumas questões para lá do que vinha estudando mais detidamente começavam a me incomodar profundamente. O bombardeio de informações, comentários e opiniões das mais diversas origens e sob as mais variadas formas acerca do governo federal se asseverava. Após as eleições presidenciais de 2014, acreditava-se que, em grande medida, os ataques desmedidos ao Planalto e, sobretudo, à figura de Dilma Rousseff recuassem. O efeito, contudo, foi inverso. Derrotada nas urnas, a oposição não apenas se afirmou como oposição política, mas se embrenhou em uma verdadeira odisseia para deslegitimar o resultado das eleições, colocando em xeque até mesmo o sistema de votação implantado pelo próprio PSDB nos anos de 1990. Ao invés de buscar corroborar a solução da crise econômica que – com alguns anos de retardo em relação a outros países – chegava ao Brasil, o que a oposição e mesmo parte da suposta base aliada do governo se dedicou a fazer foi contribuir para uma gigantesca crise política que ganhava mais eco a cada dia nas mídias tradicionais e nas redes sociais. A crise política retroalimentava a crise econômica em um metanível e a segunda repunha a possibilidade da primeira em uma espécie de ciclo sem fim. Havia, entretanto, um fim claro esperado pela oposição: a renúncia da então presidenta Dilma Rousseff, e, com sorte, o desmantelamento definitivo do Partido dos Trabalhadores.

Entre julho e agosto de 2015, o PSDB que ainda se mantinha ao menos fisicamente distante dos protestos que pediam o *impeachment* da presidenta declarou apoio explícito aos movimentos “populares de direita”. Tal contexto era realçado pelos discursos extremos de

músicos como Lobão<sup>1</sup>, apresentadores como Danilo Gentili<sup>2</sup> e pseudo-intelectuais como Olavo de Carvalho<sup>3</sup>. No meio dessa tempestade de críticas pouco embasadas e um discurso pouco elaborado sobre as origens da crise que se assentava na economia brasileira, é certo, havia muito de insatisfação de minha parte com os rumos tomados pela política petista. Contudo, essa insatisfação em nada se identificava com aquela dos movimentos antipetistas, não apenas pelo caráter antidemocrático destes, mas, sobretudo porque eles claramente se assentavam em questões extremamente parciais e superficiais, que passavam ao largo das problemáticas viscerais seja da crise seja dos erros cruciais do Partido dos Trabalhadores.

Lá, antes mesmo de colocar os últimos pontos de reticência na monografia, estava clara para mim a necessidade de um estudo categorial aprofundado que tivesse em conta o contexto político do Brasil. Este estudo não deveria se ater a um dos lados da lógica binária (PT x PSDB, Esquerda x Direita, etc.) em questão, mas levar a um rigoroso escrutínio as questões postas pela crise política e econômica no Brasil – que aparentemente em nada pode ser desvinculada da crise global do valor<sup>4</sup> –, bem como pela ascensão do que chamamos por ora, genericamente, de nova direita brasileira<sup>5</sup>. Contudo, a relativa falta de

---

<sup>1</sup> Músico brasileiro que na década de 1980 mostrava-se à esquerda política, chegando inclusive fazer campanha para Lula em 1989. Atualmente alia-se claramente à direita com postura extremamente conservadora, subindo ao palco, inclusive, nas manifestações que pediam o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff.

<sup>2</sup> Humorista, apresentador, escritor, cartunista, publicitário e empresário brasileiro. Atualmente tem um programa de entrevistas no SBT. O conteúdo de suas entrevistas bem como de seus *stand up* está sempre vinculado à crítica conservadora da política, tendo como principais alvos lideranças petistas, dentre as quais, notadamente, os ex-presidentes Lula e Dilma.

<sup>3</sup> Astrólogo brasileiro, ex-militante comunista que decepcionado com os movimentos no qual se inseria tornou-se denominadamente anti-comunista. Já foi colunista de jornais de grande circulação como a *Folha de São Paulo* e *O Globo*. É considerado um dos principais intelectuais da direita brasileira, sendo autor de diversos textos “políticos” e “filosóficos” – embora não tenha nenhuma formação em filosofia – que embasam as severas críticas da direita aos governos do PT.

<sup>4</sup> A simultânea crise em diversos países da Zona do Euro – sobretudo a Grécia –, a crise do sistema financeiro japonês onde parte dos bancos chegou, no final de 2015, a realizar empréstimos com juros negativos, a instabilidade da própria economia estadunidense e a recessão em vários países da América Latina (Argentina, Venezuela, Equador dentre outros) apontam para o caráter sistêmico e estrutural da crise.

<sup>5</sup> Quando nos referimos à nova direita brasileira não queremos dizer que ela de fato tenha surgido recentemente, mas dar ênfase ao fato de que ela permanecia subterrânea, em manifestações explícitas pontuais. Embora a formação social brasileira seja fundada em relações visceralmente comprometidas com o autoritarismo e o conservadorismo, essas relações, seja no plano do discurso seja da ação imediata, permaneciam pelo menos desde o fim da ditadura militar dissimuladas, mas também, em grande medida, contidas. O que tem claramente se ampliado é o espaço que essas práticas têm ganhado na mídia, na política e, por conseguinte, na sociedade como um todo. A eleição do congresso mais conservador da história da democracia brasileira e a multiplicação de discursos como os de Jair Bolsonaro atestam isso. No entanto, jamais poderíamos perder de vista o fato de que esse “ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a própria democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é uma expressão de ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão. Continuou como sinônimo de abominação para todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências. Ainda hoje é uma abominação para aqueles que fazem da lei divina revelada o único fundamento legítimo da organização das comunidades humanas.” (RANCIÈRE, 2014, p.8).

elementos para levar a cabo este estudo fez com que por algum tempo eu percorresse caminhos outros que se delineavam para uma pesquisa de mestrado totalmente distinta. O que certamente não foi um problema, mas um meio para que houvesse tempo para as ideias amadurecerem e novos e importantes elementos serem agregados às questões inicialmente postas.

Ainda longe do rigor aqui demandado, escrevi em meados do ano de 2015 um pequeno texto postado em uma rede social. O texto, extremamente preliminar, aponta os des-caminhos da inquietação motriz das páginas que se seguem. Apesar das limitações de forma e conteúdo imanentes a ele, considerarei pertinente trazê-lo nessa apresentação, já que nele estão alguns dos fundamentos da análise contida e desenvolvida nesses ensaios.

### *Os moinhos de vento da nova direita brasileira*

*Desde 2013 surtos de ódio e intolerância têm se asseverado no Brasil. Se há três anos poucos eram capazes de se intitular como direitistas, hoje é com orgulho estampado no rosto e com camisa verde amarela que muitos afirmam essa posição política. Essa direita não é nova, mas parecia adormecida, ainda sem tomar consciência de si mesma. A questão é: por que cargas d'água ela despertou tão vorazmente? O gigante que despertou nas jornadas de junho parece ser uma espécie de monstro do lago, um fantasma com cheiro de fascismo e com cara de ditadura. Não em vão, o nacionalismo daqueles que em nome da honra da nação querem expurgá-la dos corruptos e dos comunistas convive tão bem com os pedidos contínuos de impeachment e intervenção militar. Vestir vermelho, falar em igualdade social, em inclusão, tornou-se não apenas alvo de suspeita, mas de ódio e violência. Apresentadores de televisão, atores, músicos, todos de repente parecem ter se tornado especialistas em política, ou talvez, especialistas em antipetismo. O mais curioso é que mesmo algumas figuras que viveram e combateram a ditadura militar, aparentemente esqueceram desse passado; basta ver que grande parte dos músicos do rock nacional, ativos nas décadas de 1970 e 80, agora desandam a falar baboseiras nos mais variados níveis. Eles e outros têm agora um novo inimigo personificado na figura da presidente da república. Tudo isso só demonstra a necessidade dos fracos de ego de polarizarem o mundo em deus e diabo, bom e mal, corruptos e honestos... Muitos de nós, claramente não aprenderam a viver sem ídolos. Perceber que não existe fantasma é muito mais assustador do que conviver com eles. Uma crise sem culpados e inocentes parece inimaginável. As pessoas tendem a criar a imagem do bem e a do mal. Isso, trinta, quarenta anos atrás era mais fácil no Brasil, havia um inimigo comum a ser combatido: a ditadura militar. Hoje, os atores das crises são muito mais difusos, o que deixa muita gente feito barata tonta, procurando uma testa pra carimbar como inimiga. Quem não se lembra que em 1989 Lobão invadiu o palco do Faustão pra propagandear a favor do mesmo PT, que vinte e poucos*

anos depois ele tanto faz questão de demonstrar que odeia? Personificar os ídolos a serem exaltados ou sacrificados numa ditadura é bem mais fácil do que em uma débil democracia: a figura tirana do ditador, do general, salta aos olhos. O que muitos insistem em fazer é reproduzir essa forma de carimbo em um sistema político bem mais amplo e complexo. Os poderes municipais, estaduais, os arranjos políticos entre diversas escalas, são simplesmente tornados invisíveis pelo fato de que não há para muitos qualquer referência para compreendê-los, ou sequer, notá-los. Por um lado, como loucos, os representantes dessa “nova direita” criam um inimigo ilusório, e, como quem combate moinhos de vento, insistem em atacar um alvo inerte a essas agressões, por outro, dão as costas para a verdadeira dimensão da crise, que se encontra muito além dessa ou daquela figura, desse ou daquele partido. Tudo isso me lembra uma pesquisa realizada pela Universidade de Berkeley na Califórnia, na década de 1950, a qual resultou no livro *A personalidade autoritária*. O que essa pesquisa demonstrou foi que havia na população estadunidense daquele período uma intolerância muito grande com determinados aspectos da sociedade. Configuração, de acordo com Theodor Adorno, muito similar a da Alemanha nazista de vinte anos antes. Como o filósofo Rodrigo Duarte comentou sobre a atualidade dessa pesquisa no contexto de um mundo globalizado, “poderíamos dizer que a causa mais objetiva da difusão universal dessa fraqueza do ego, ainda que historicamente enraizada no processo econômico-pulsional, pode ser encontrada numa progressiva falta de transparência da economia mundial dominada por poucas dúzias de conglomerados transnacionais. Em outras palavras, depois da desmoralização das ridículas personalizações e exteriorizações políticas das figuras paternas perdidas — dos Hitlers, dos Mussolinis, dos Stálin —, o sistema de dominação se despersonalizou ainda mais.”<sup>6</sup> O que isso demonstra é que na falta de algo tangível para ser combatido, combate-se o alvo mais visível, e como não há nenhuma razão realmente clara e justificável para esse combate, ele só pode se dar baseado na violência e na intolerância. Os fracos de ego ainda não se acostumaram a um mundo sem ídolos, e justamente aí se esquecem que a economia mundial como um todo vive uma crise, que a democracia representativa é, em si mesma, insuficiente; que basta reparar outros países para notar que leis rígidas não são sinônimo de segurança, são no máximo garantia de um sistema prisional monstruoso. E quem é O Culpado? Seria muita ingenuidade acreditar que uma pessoa ou partido possa concentrar a gênese de todos esses males. Que me perdoe pela analogia o herói de Cervantes, mas os inimigos da direita brasileira não passam de — ou talvez nem cheguem ser — moinhos de vento.

O que esse texto apresenta é uma visão geral da problemática com algumas sinalizações quanto aos rumos da crítica. O que ele demanda é o próprio desdobramento, uma aproximação rigorosa com o objeto, um distanciamento do tom e da forma que é intrínseca a textos deste cunho. Contudo, a pergunta que já naquele momento se afigurava,

---

<sup>6</sup> In: ADORNO, Theodor. *As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: Editora UNESP, 2008a, p.19.

é: o que torna possível o antipetismo? Pergunta aqui refinada, porque ainda insuficiente naquele momento.

Notadamente, a pesquisa ora apresentada ainda é, sob inúmeros aspectos, insuficiente, preliminar. Mas corresponde a um momento. Esperar pelo alcance da forma perfeita, como um escultor que resguarda sua obra por décadas, implicaria exatamente na perda desse momento. A imperfeição, sob esse aspecto, é o preço a se pagar pelo trato de uma ideia em seu próprio tempo, o contrário a tornaria uma ideia natimorta. Por isso tomo aqui de empréstimo as palavras de Michel Foucault sobre sua pesquisa apresentada no livro *História da Sexualidade*:

Quanto a estes para quem se esforçar, começar e recomeçar, experimentar, enganar-se, tudo retomar de cima abaixo e ainda encontrar meios para hesitar a cada passo, quanto a estes para quem, em suma, trabalhar mantendo-se em reserva e em inquietação equivale a demissão, pois bem, nós não somos, e isto é evidente, do mesmo planeta.” (FOUCAULT, 2007, p.12).

O tributo a se pagar pelo trato da ideia em seu tempo não se restringe apenas ao conteúdo que aqui se apresenta, pois este conteúdo demanda sua própria forma. Embora dividido em capítulos e subcapítulos, o texto se articula muito mais como um conjunto de ensaios, que, propriamente como uma dissertação fechada. Seria, senão impossível, ao menos prepotente, fechar questão acerca de um tema que ainda se desvela. Nosso objeto permanece evanescente, em constante movimento, em constante autodissolução. O ensaio, como forma, nos permite transpor precisamente a rigidez que a ciência positiva impõe. “É por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento, torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível.” (ADORNO, 2003, p.45). O ensaio tem a ver, antes do mais, com os pontos cegos do seu objeto, os quais não contenta em deixar na penumbra, tampouco se realiza ao cegá-lo à luz do entendimento prematuro.<sup>7</sup> Os ensaios aqui expostos, enquanto conjunto, expressam uma hipótese sobre a crise e não a resolução de seu enigma. Na linguagem adorniana, trata-se de *pensamentos arriscados*, que conscientes de sua natureza retiram sua potência precisamente do risco impresso na análise.

---

<sup>7</sup> O filósofo italiano Giorgio Agamben na busca por responder o que se significa ser contemporâneo disse algo parecido ao colocar em questão os riscos de uma investigação que se atém ao próprio tempo. Disse ele, “contemporâneo é aquele que mantém fixo olhar no seu tempo, para perceber não as suas luzes, mas a escuridão. Todos os tempos são, para quem os experimenta na sua contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, exatamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente.” (AGAMBEN, 2014, p.25).



A pergunta que aqui se retoma, como um desdobramento daquele momento eminentemente preliminar, é o que torna possível o avanço da direita no Brasil. Aqui uma sinalização, uma advertência, cabe ser feita. Notadamente, o pensamento – e a prática – de direita não pode ser meramente identificado com o comportamento autoritário, como talvez possa transparecer em algum momento nas páginas que se seguem. Assim como a direita não necessariamente caminha para o autoritarismo e o totalitarismo, a própria esquerda é farta de exemplos de autoritarismos e totalitarismos, como a Rússia de Stálin e a China de Mao não nos permitem mentir. A aparente identificação entre direita e autoritarismo nestes escritos tem que ver com um contexto específico em que figuras claramente à direita como Bolsonaro<sup>8</sup> e Sheherazade<sup>9</sup> encetam e perpetuam os traços autoritários que acompanham a formação social brasileira. Se o autoritarismo é transversal à dicotomia esquerda/direita, no caso específico aqui posto à vista ele se manifesta de maneira premente na direita política e intelectual. E é a esse momento e seus pressupostos que temos de nos ater.

No que concerne a esse avanço da direita conservadora nossas questões carecem ser postas. Pois, a quem ele serve talvez não seja algo tão claro, mas também não é tão nebuloso. Como ele se difunde é ainda menos difícil de ser *mapeado*. Contudo, o que torna ele, em si mesmo, possível, é uma questão que nos leva a outros desdobramentos. O caminho mais convencional seria partir de um estudo sobre as ideologias, haja vista que em uma primeira aproximação tanto o petismo quanto o antipepetismo, tanto o conservadorismo quanto sua negação, podem ser identificados como ideologias. Entretanto entendo que é preciso dar um, talvez vários, passos atrás. As ideologias não são, em si mesmas, o fundamento dessas manifestações políticas, são, sem sombra de dúvida, sua realização imediata, o que as conforma esteticamente.

O que faltou a grande parte dos autores que se dedicaram a uma crítica das ideologias foi notar o que as torna possíveis. Parte-se por vezes de uma crítica às instituições – como fez Marilena Chauí (1981a; 2000)–, dos chamados aparelhos ideológicos de Estado – Louis Althusser (1996) –, ou como fizera Bourdieu (2004) na sua

---

<sup>8</sup> Refiro-me aqui a Jair Bolsonaro, um militar da reserva e deputado federal pelo PSC. Declaradamente homofóbico e contrário ao estatuto do desarmamento. Embasa seu discurso no ódio político e está constantemente entremeadado em polêmicas como a que envolveu a também deputada Maria do Rosário (PT/RS) – que o chamou de estuprador e teve como resposta uma ameaça de estupro – e como a homenagem que fez ao ex coronel e ex chefe do DOI-CODI, Brilhante Ustra, na votação do prosseguimento do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

<sup>9</sup> Raquel Sheherazade, âncora do jornal SBT Brasil, conhecida por falas polêmicas contra os direitos humanos e em favor da violência policial. Já se revelou apoiadora de Jair Bolsonaro veiculando, inclusive, notícia falsa em seu favor.

análise sobre a ideologia alocada sobre o signo da doxa, partindo do par dialético *campus/hábitus*...

Na tradição especificamente marxista, a crítica às ideologias costumeiramente se identifica à luta de classes, e passa a ser tomada genericamente como ideologias de classe. O que sem dúvida, abre espaço para uma gigantesca lacuna, afinal não são poucas ideologias que não apenas atravessam todas as classes como as mistificam, as embaralham. O próprio Marx, em alguma medida, deixou muitas lacunas n'*A Ideologia Alemã*<sup>10</sup>, e, abriu caminho para que posteriormente um sem número de autores desdobrassem a crítica marxiana elevando-a a um nível categorial mais aprofundado do que a do próprio Marx. Embora reconheçamos as contribuições de todos esses autores, faltou a todos eles um salto pra trás. O que vem antes das instituições? Dos aparelhos de Estado? Antes do próprio Estado? Antes das classes? Antes da forma sujeito? Nenhuma dessas categorias reais está pairando no éter, nem trazem em si mesmas capacidade de auto-explicação e auto-resolução como em um *efeito Münchhausen*. Todas elas se assentam sobre a realidade material do mundo existente, e ainda que busquem suplantar o mundo pretérito cortejando o passado na cerimônia fúnebre da história humana, não podem se despir por completo dos resíduos materiais e ideais do passado. Esse passado ainda que seja a negação do presente, é, dialeticamente, seu pressuposto.

Algo que nos remete à polêmica entre Sigmund Freud e Gustave Le Bon sobre a assim chamada “psicologia das massas”<sup>11</sup>. Para Le Bon interessava compreender como alguns comportamentos se tornam determinantes entre as massas, para Freud, a questão fundamental era desvendar o que faz com que as massas se tornem massas, ou seja, o que faz com que a individualidade de comportamento e de opinião se dissolva em uma *turba* manipulável. É em uma direção similar que caminhamos aqui. Dialogando nos termos caros a certa tradição dos estudos sobre ideologia, não se trata de compreender o teatro da

---

<sup>10</sup> Se o conceito de ideologia não é uma exclusividade da tradição marxista, podemos notar ao menos que os lampejos de Marx – e Engels – sobre a temática reverberam de modo essencial no desenvolvimento posterior do conceito. O que tem se mostrado ao longo da história muito mais uma fonte de problemas que de elucidações. Sobretudo porque em *A ideologia alemã* o conceito de ideologia é identificado quase sem medições ao idealismo, como se a dialética materialista estivesse imune a qualquer mistificação da objetividade. Marx & Engels, chegaram – na tentativa não tão frutífera, embora largamente difundida, de conceituar a ideologia – apontar que “se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.” (2007, p.94). O grande problema é que se a câmera fornece uma visão invertida, isso pressupõe que haja uma posição *a priori* dessa visão. O que põe duas possibilidades igualmente problemáticas: ou uma ontologia, ou uma verdade absoluta na História. A problemática das metáforas na obra marxiana e suas implicações para a teoria crítica serão mais tarde retomadas; cabe agora apenas anunciá-la.

<sup>11</sup> Cf. Adorno (2015a).

interpelação em si mesmo<sup>12</sup>, mas de maneira diacrônica perguntamo-nos o que torna os indivíduos interpeláveis; compreender quais determinações reais tornam a alteridade humana apta a se identificar com os padrões e conceitos externos que não apenas não possibilitam o conhecimento como o torna uma impossibilidade.

Aqui me recordo de dois momentos distintamente caros à formulação da pesquisa ora apresentada.

O primeiro e fundamental, o contato com a obra de Robert Kurz, a qual consiste em grande medida em um enorme esforço que parte da percepção de que a crítica radical do capitalismo encontra-se perante um desafio sem precedentes. E, para poder continuar a ser ela mesma, para fazer jus ao nome, ela tem de se despedir de si na sua forma conhecida, distanciar-se, suplantar-se e ir além de si mesma. Pois, tal como o capitalismo realmente esbarra num limite interno absoluto, também a crítica até ao momento tecida contra ele torna-se obsoleta e revela-se parte integrante do seu próprio objeto. (KURZ, 2007).

O segundo, que veio a reiterar o caminho teórico que já tomara como fio condutor, remete à fala do professor Carlos Walter Porto Gonçalves durante uma mesa no XVIII ENG<sup>13</sup> realizado em São Luís (2016). Ao falar sobre a crise em curso, afirmou o professor – parafraseando Camões – que, novamente, navegamos em mares nunca dantes navegados. O que tem por implicação que grande parte dos conceitos e categorias dos quais dispomos não são capazes de dar conta do contexto que se desvela<sup>14</sup>. O que, a meu ver, vincula-se de maneira decisiva ao fato de grande parte das críticas à sociedade contemporânea terem como ponto de partida o campo fenomênico, a superfície das questões viscerais, raramente pondo em questão seus fundamentos. É esse esforço que intentamos aqui. Precisamente por isso um recorte de pesquisa que destacasse uma parte do todo em questão para compreendê-lo tornar-se-ia uma incongruência<sup>15</sup>. Que o caminho adotado cause

---

<sup>12</sup> Cf. Pêcheux (1996).

<sup>13</sup> Encontro Nacional de Geógrafos realizado bianualmente pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

<sup>14</sup> Situação que, aliás, parece ser da própria natureza da reflexão teórica e filosófica. Como bem disse Hegel (1997, p.XXIX), “quando a filosofia chega com a sua luz crepuscular a um mundo já a anoitecer, é quando uma manifestação de vida está prestes a findar. Não vem a filosofia para a rejuvenescer, mas apenas reconhecê-la. Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva.”

<sup>15</sup> Como nos disse outrora Debord acerca da sua crítica ao espetáculo, o fragmentar da crítica por meio da cesura do recorte tende a “substituir todo o movimento por um único detalhe estático na superfície do fenômeno, e assim tornar-lhe menos assustador.” (1997, p. 168), ao mesmo tempo, menos passível de ser compreendido em suas reais determinações. Trata-se aqui muito mais do que Walter Benjamin pontuara em suas teses *Sobre o conceito de História*. De acordo como o autor, “o materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta como mônada. Nessa estrutura, ele reconhece uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra

estranheza! E que essa traga desconforto, pois apenas ele é capaz realmente de possibilitar um deslocamento no eixo da reflexão – nisso, aliás, as artes sempre foram muito mais eficazes que a ciência. O risco que corremos com essa escolha é o tributo a se pagar para compreender em que mares, afinal, navegamos agora.

Entender esse movimento da história não é possível se tomarmos o tempo apenas como fato linear e ontológico, mas se buscarmos compreendê-lo como dimensão da *contradição em processo* que é a História, tal como expusera o Marx dos *Grundrisse*. Assim, dizer que, por exemplo, as instituições tornam possíveis as ideologias ao mesmo tempo em que as ideologias tornam possíveis as instituições não se revela como um discurso dialético, mas como um discurso tautológico e positivo que pressupõe a posição mútua de ambos remetendo, em última análise, à cisão antidialética entre estrutura e superestrutura. Que existe uma interdependência e uma dialética imanente nessas relações não há dúvida, mas a análise que se pretende radical – que vá até a raiz da questão – não deve se encerrar na acidência dos fatos, mas buscar desvelar os fundamentos, as substâncias, que as tornam possíveis.

Nesse sentido, os esforços recentes de Slavoj Žižek (2008; 2016) merecem ser mencionados, haja vista o caráter transversal dos estudos do filósofo esloveno. Žižek tem como grande mérito não perder de vista o fato de que, sejam as ideologias, sejam os entes de sua reprodução produtos sociais, mas que ao mesmo tempo a própria sociedade é produto da ação de indivíduos alocados sob a máscara abstrata do sujeito. Abstração essa que não permite à forma sujeito nenhuma positividade, nenhuma constância na posição de existência enquanto tal<sup>16</sup>. Daí os esforços do filósofo de não apenas se dedicar ao estudo da sociedade enquanto tal, mas cortejar a psicanálise e as artes por exemplo.

O sociólogo sueco Göran Therborn é outro que indubitavelmente foi capaz de avançar no campo das ideologias, concebendo-as não apenas como fato posto, mas buscando desvelar seus pressupostos, isto é, o que as tornam possíveis. Therborn (1991) é perspicaz ao observar, por exemplo, que os interesses individuais ou de classe, embora reais, não podem ser, de modo algum, a explicação para as ideologias, pois são, eles mesmos, ideológicos. O rigor da crítica therborniana faz também com que o autor estabeleça um profícuo diálogo com a psicanálise e diversos outros campos do saber.

---

determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos (BENJAMIN, 1985b, p.231).

<sup>16</sup> “o paradoxo é que os papéis são invertidos (em termos da noção padrão do sujeito ativo que age sobre o objeto passivo): o sujeito é definido pela passividade fundamental e é do objeto que vem o movimento – é ele que incomoda” (ŽIŽEK, 2008, p.31).

Esforços transversais como os de Žižek e Therborn decerto são fundamentais, mas entendo que ainda assim não atingem o estatuto da questão fundamental. Não atingem, por assim dizer, o estatuto do moderno como sociabilidade radicalmente abstraída de qualidade e distinta de qualquer precedente histórico, e, portanto, não põem a nu a verdadeira natureza do sujeito moderno.

A nosso ver apenas atingiram essa amplitude, profundidade e rigor, além do próprio Marx, as análises empreendidas por Theodor Adorno, especialmente na *Dialética Negativa* (2009) e, juntamente com Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento* (1985) Alfred Sohn-Rethel (1989), e Max Horkheimer (2002). Não se trata, contudo de uma positivação absoluta das colocações desses autores, tampouco de aplicá-las *ipsis litteris* ao contexto brasileiro que em muito se difere do contexto alemão que em grande medida foi o impulsionador das teorias frankfurtianas<sup>17</sup>. A potência dessas teorias assenta-se na capacidade dos autores em transitar da música à política, da literatura à psicanálise sem em nenhum momento perder de vista o que há de mais refinado na filosofia de Kant, Hegel, Marx e Nietzsche. As contribuições desse último, também nos são muito caras e reverberam de modo essencial em diversos momentos nas obras de Adorno e Horkheimer, sobretudo na *Dialética do Esclarecimento*.

Essa primeira aproximação com o aporte teórico aqui despendido carece de justificativas, e de ser dimensionada em seus limites. Em que esses autores corroboram a constituição do pensamento que move este estudo, e como nos ajudam a compreender o contexto político do Brasil? Ao mesmo tempo, em que passam ao largo? E como lidaremos com as imensas lacunas do pensamento desses autores em relação a nosso objeto?

Pode-se dizer, de modo preliminar, que as considerações de Adorno e Horkheimer sobre o conceito de mimesis na *Dialética do Esclarecimento* nos são extremamente caras para a compreensão sobre os *modus operandi* pelos quais a consciência humana se constitui e se relaciona de modo inextricável com o mundo ilusoriamente externo à figura do sujeito. Essa análise psicanalítica que encontra assento nas teorias freudianas não se encerra nos

---

<sup>17</sup> Notadamente, grande parte das pesquisas e formulações levadas a cabo pelos membros do Instituto de Pesquisa Social (sobretudo Adorno) diz respeito à sociedade estadunidense da década de 1950. As elaborações apresentadas no clássico *Minima Moralia* e a extensa pesquisa da qual resultaram o livro *A personalidade autoritária* e vários pequenos textos sobre o padrão da propaganda fascista tiveram por base os Estados Unidos. Todavia, o próprio Adorno denota que toda sua preocupação com os estudos concernentes ao autoritarismo e a vida danificada advém da percepção de que “o nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir a própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam.” (ADORNO, 1995b, p.29) e de que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (Ibidem, p.118).

limites da consciência, mas oferecem suporte para compreender de que modo esta se torna manipulável pela exterioridade. Aí Adorno e Horkheimer novamente ganham importância em suas análises sobre o anti-semitismo e a formação da personalidade autoritária na parte final do mesmo livro. Publicados posteriormente, livros como *As estrelas descem à Terra* e *A personalidade autoritária*, além de diversos textos que tinham em conta a propaganda fascista, nos oferecem elementos cruciais na medida em que retomam em alguns pontos a crítica ao Esclarecimento, mas buscam acima de tudo verificar como a manipulação midiática se reflete diretamente no sujeito até o mais íntimo de sua consciência e pode desencadear e/ou potencializar posições políticas extremas nos mais diversos graus, como demonstra o avanço da direita estadunidense na década de 1950. Nessa mesma direção, os escritos de Nietzsche (1992; 2001) acerca do conservadorismo e da criação e hipostasia dos ídolos nos ajudam a compreender como o ser humano, em grande medida, carece de referências extremas para constituir a própria personalidade. Aparentemente essa necessidade do ego de se assemelhar a algo ao mesmo tempo em que torna outros entes inimigos, ganha outros contornos na modernidade produtora de mercadorias com a ascensão de formas totais, como o sujeito de direito, o capital e o Estado. Trata-se, em linhas gerais, de notar como o mecanismo mimético busca se incorporar ao que toma por natureza ambiente, ao mesmo tempo em que carimba como inimigo tudo aquilo que toma como externo. E no mundo dominado e determinado pelo fetiche do equivalente, esse tornar-se igual ao mundo só pode resultar em um tornar-se abstrato, tornar-se distinto de si mesmo, tornar-se sujeito, tal e qual um sujeito transcendental à maneira kantiana<sup>18</sup>. Disso, não temos dúvida, Adorno e Horkheimer deram conta muito bem na crítica ao Esclarecimento.

O que, todavia, permanece na obscuridade em nosso objeto são questões postas pelo contexto atual. A luta pelo direito à cidade, as peripécias de uma democracia – e de uma cidadania – extremamente frágil como a brasileira, a crise do capital expressa na dessubstancialização da forma valor, etc. Aí são autores contemporâneos comprometidos com a atualidade da crítica marxiana é que têm muito a nos dizer. A nova crítica do valor levada a cabo por Kurz, Jappe, Postone, dentre outros; as novas leituras sobre a política e a democracia desenvolvidas, sobretudo por Abensour e Pogrebinschi; as elaborações de David Harvey, etc.

Contudo, para além da contribuição de diversos autores, algo se faz fundamental: não deixarmos de notar que é realidade em ato, tal como ela se nos apresenta, é que deve

---

<sup>18</sup> Cf. Capítulo 1.

ser nossa força motriz, nossa maior provocação. Não pode haver teoria mais instigante que o próprio Mundo, pois a mais brilhante teoria será ainda uma redução de Mundo.

A forma na qual nosso texto se articula e se apresenta para a leitura oferece algum grau de complexidade do qual ainda que tenhamos tentado não pudemos escapar. Complexidade que não está no texto em si, mas é sombra do próprio Mundo na escrita. Por isso mesmo relutei em reduzir as dimensões da pesquisa, porque não se trata prioritariamente da forma (embora não a abandonemos), mas do conteúdo que a move, como já dissemos, “é do objeto que vem o movimento – é ele que incomoda” (ŽIŽEK, 2008, p.31).

O que não quer dizer que nos ateremos a cada filigrana, a cada novo fato ocorrido no seio da crise. Tal pretensão nos levaria a um trabalho hercúleo e inesgotável. Demandaria no mínimo uma extensa equipe de pesquisadores dedicada a atualizar e desdobrar cada fato empírico. Trata-se de pensar em termos amplos o que o movimento geral do real nos impõe. Uma busca dialética por a partir da superfície atingir seu fundamento e de que este mesmo fundamento possa nos trazer de volta à superfície.

Aqui me valho do que pontuou Henri Lefebvre sobre o método de exposição adotado por Marx n’*O Capital*, e, igualmente, sobre o método por ele utilizado n’*A Produção do Espaço*. Disse o filósofo francês que se torna um grande desafio a exposição dialética de um conteúdo tão amplo que

La principal dificultad procede del hecho de que los movimientos —el regresivo y el progresivo— se entrelazan en la exposicion y en el proceso de investigacion. Desde ese momento, la parte «regresiva» corre el riesgo de reducir la parte progresiva, de interrumpirla y oscurecerla. El comienzo se encontraria en el final y el final podria presentarse en el origen. Lo que añade una complicacion suplementaria en la actualizacion de las contradicciones que hacen avanzar todo el proceso historico, y en consecuencia, segun Marx, lo levan hacia su fin. (LEFEBVRE, 2013, p.123)<sup>19</sup>.

O movimento do pensamento e da escrita que é ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico sem que possa cair em um anacronismo é imposto pelo próprio método dialético. Onde

---

<sup>19</sup> “A principal dificuldade provém do fato de que os movimentos – o regressivo e o progressivo – se entrelaçam na exposição e no processo de investigação. Desde esse momento, a parte ‘regressiva’ corre o risco de reduzir a parte progressiva, de interrompê-la e obscurecê-la. O começo se encontraria no final e o final poderia estar presente desde a origem. O que inclui uma preocupação a mais na atualização das contradições que fazem avançar todo o processo histórico, e por consequência, segundo Marx, o levam para seu fim.” [Tradução nossa].

O objeto abre-se a uma instância monadológica que é a consciência da constelação na qual ele está: a possibilidade para a penetração no interno carece desse externo. Tal universalidade imanente do singular, entretanto, é objetiva como história sedimentada. Esta existe nele e fora dele, algo que o engloba, em que ele tem seu lugar. Perceber a constelação em que a coisa está significa tanto quanto decifrar aquela que contém em si aquele elemento englobante como algo que se transformou. O *chorismós* do fora e do dentro é, por sua vez, condicionado historicamente. Somente um conhecimento que consegue destacar a história do objeto, e que tem presente também a importância histórica do objeto em sua relação com os outros: atualização e concentração de um já sabido, que o transforma. Conhecimento do objeto em sua constelação é o de seu processo, que ele armazena em si. (ADORNO, 2009, p.141).

Não obstante, ainda que a envergadura dessas pesquisas (*O Capital e A produção do espaço*) seja infinitamente maior que a nossa, creio que esse não seja menos o nosso caso nesses ensaios.

Slavoj Žižek, em uma entrevista a uma TV brasileira<sup>20</sup>, questionado sobre a aparente a-historicidade de seu livro *Menos que nada* (2013), responde comparando-o com *A fenomenologia do espírito* de Hegel, uma história – nas palavras de Žižek – totalmente não linear. Não porque desprovida de sentido, mas justamente por levar a termo os sentidos mais profundos das contradições imanentes à dialética hegeliana. Isso não serve como uma espécie de desculpa ou dissimulação para o modo como as ideias aqui estão expostas, apenas como demonstração de que a *démarche* empreendida impõe o próprio movimento contraditório da dialética, donde a cisão em capítulos, tópicos, etc. oblitera o próprio todo da reflexão, ao mesmo tempo em que parece ser a única forma de exprimi-la. Assim, se se trata de ter em vista distintas partes do todo, não se trata de entender como os fragmentos conformam esse *todo*, mas como este último se manifesta em cada parte, superando-as, portanto.

---

<sup>20</sup> Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=-SrsADs5NC4>. Acesso em: 29/04/2016.



## Fragmentos do Pensamento II

*“Chega-se a se cogitar que a crise é mais um estado que um instante, que esse estado de crise se normaliza, distinguindo-se pouco da não-crise, que, em suma, a crise pode se revelar estimulante ou, justamente ao contrário, durável como um estado normal, e que definitivamente o problema não é revelar uma crise ou crises, mas saber onde, por que e como os momentos críticos cessaram de estimular a invenção” (Henri Lefebvre).*

A pesquisa ora apresentada como dissertação reparte entre as palavras, signos e sinais que a compõe um sem número de inquietações que poderiam assim ser resumidas: em que consiste a crise? (qual seu estatuto?) e, não obstante, o que torna possível o largo avanço da direita e do conservadorismo no contexto da crise em curso no Brasil?

Se é verdade que o fazer científico consiste menos em ter respostas precisas para todas as perguntas do que ter precisão na própria elaboração das mesmas, empenhamo-nos aqui no esforço de fazer as perguntas adequadas a nossas inquietações. Inquietações essas situadas no campo de uma teoria crítica que se propõe a pensar os próprios limites do pensamento de esquerda e suas práticas correspondentes. A hipótese que aqui subjaz, e que deverá ficar mais clara, sobretudo a partir do segundo capítulo, é de que o referido crescimento da direita não pode ser dissociado de um recuo radical das esquerdas. Recuo esse que deve tributo à própria falta de negatividade das esquerdas que mais das vezes alinham-se à positividade das categorias burguesas que as busca dissolver. É certo, no entanto, que não almejamos aqui ter respostas às esquerdas de modo a fornecer um receituário, um caminho; o que não impede que tenhamos por intento vislumbrar caminhos para além daqueles costumeiros, largamente debatidos e praticados pelo marxismo tradicional<sup>21</sup>.

Em sua utopia materialista Ernst Bloch captou bem aquilo que chamou de corrente fria e corrente quente do marxismo. Correntes essas que correspondem respectivamente à “consideração crítica do atingível e a expectativa bem fundada da própria alcançabilidade” (BLOCH, 2006, Volume I, p. 204). As chaves que abrem as portas da dialética do possível

---

<sup>21</sup> Ao nos referirmos ao(s) marxismo(s) tradicionais nesta dissertação estaremos nos remetendo àquele(s) marxismo(s) denominados por Kurz (1993) como sendo de caserna. Marxismos caracterizados pela análise cuja ênfase é o problema da distribuição no capitalismo, sem colocar em questão suas categorias fundamentais (trabalho, mercadoria, valor, fetichismo...). São, em último termo, aqueles marxismos fortemente vinculados ao movimento operário e que têm a luta de classes como categoria fundamental. Opõem-se aos pressupostos destes marxismos aqueles teóricos que vem sendo denominados como novos críticos do valor (dentre os quais: Robert Kurz, Anselm Jappe, Michael Heirinch, Jean-Marie Vincent, Antoine Artous, Roswitha Scholz, Moishe Postone, dentre outros). Para esses autores a centralidade de uma crítica verdadeiramente radical não poderia ser outra que não a própria crítica do fetichismo e do valor enquanto tais.

se assentam precisamente sobre a convergência entre essas correntes. Por isso mesmo, embora Bloch as identificasse, em nenhum momento ele as separou. Fazem parte de um mesmo movimento de apreensão e de crítica da realidade. É esse mesmo movimento de convergência que intentaremos aqui. Pois, se por um lado, como pontuou Lefebvre (2008), não existe pensamento nem crítica sem utopia, por outro, não podemos deixar de notar que “todas as utopias sociais, desde a de Platão, fundem-se numa desalentadora semelhança com aquilo contra o qual foram concebidas” (ADORNO, 1996a, p. 48). De modo que “o salto para o futuro, passando por cima das condições do presente” (Ibid.) tem aterrissado insistentemente no passado. Por isso, mais até do que a terminologia, a *démarche* blochiana ganha sentido. Ainda que se trate de uma utopia, não deixa de ser materialista e, ainda que materialista não deixa de ser utópico. Isto é, o salto para o futuro não deve perder de vista as condições do presente, mas, ao contrário, tomá-las como momento, como possibilidade. Como algo entre o possível e o impossível entre o necessário e o contingente, como devir.

Colocadas nossas questões e situado onde nossa inquietação se insere e percebe a si mesma, voltamo-nos então para nosso intento: estabelecer as perguntas mais adequadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Acreditamos que desvendar o estatuto da crise – ou seja, descobrir de que crise afinal estamos falando – corrobora a própria compreensão de como e porque o pensamento conservador tem se mostrado com tanta veemência nos tempos atuais. Do mesmo modo, descobrir em que consiste nosso objeto passa pelo momento de sua negação, isto é, desvelar o que ele não é, ou ainda aquilo que pode vir a ser.

Posto isso, podemos enfim elencar as perguntas que nos movem em direção ao desvendamento das questões fundamentais desta pesquisa. São três perguntas, cada uma delas intitulado um capítulo da dissertação: 1) a crise é da consciência? 2) a crise é da democracia? 3) a crise é de valorização? Elencadas dessa forma, nossas perguntas não passam sem estranheza. Acima de tudo porque perguntas nesse formato poderiam ser reproduzidas *ad infinitum*: a crise é ética? A crise é da política? A crise da esquerda? Etc.

No entanto, acreditamos que as três que nos dispomos descortinar sejam as mais fundamentais. Claro que todo enfoque – ou recorte – de pesquisa implica em uma escolha, e essa sempre resguarda graus de arbitrariedade que em nada se desvinculam da trajetória do pesquisador, suas ideologias, etc. Ainda assim, cremos que as perguntas aqui propostas têm em si determinações fundamentais para a elucidação daquilo que nos dispomos, de

modo que, na medida do possível, quaisquer outras ou estejam nelas inseridas ou, deliberadamente, não compõem o escopo de nosso movimento reflexivo. Senão vejamos.

Nossa primeira pergunta: “A crise é da consciência?”, nos permite refletir sobre os próprios rumos das esquerdas, seja ela teórica ou política. Em outros termos, ela se desdobra em diversas outras perguntas, na medida em que as abarca. Ainda é possível conceber a consciência de classe como vislumbrou Marx, Lukács (2003), dentre outros? A luta de classes ainda deve ser pensada – ainda teria centralidade para compreensão do contexto brasileiro atual –, ou essa se dissolveu em seus próprios fundamentos dando lugar a uma miscelânea quase indiscernível de interesses que nos apontam para uma espécie de barbárie generalizada? Perguntarmo-nos sobre isso certamente ajuda na compreensão de como e porque um momento de potência crítica, como as jornadas de junho, resultou pouco tempo depois, na eleição do congresso mais conservador da história da jovem democracia brasileira, e em um marcha histórica de retrocessos<sup>22</sup>. Do mesmo modo, põe em pauta porque a classe média, que de modo algum poderia ser considerada como classe dominante, alinha-se aos interesses hegemônicos sem, em nenhum momento, pôr em questão sua própria posição no jogo das forças produtivas. Finalmente, nos permite pensar o que resta ao pensamento e a prática crítica em um momento em que – não apenas no Brasil – o conservadorismo assentado no senso comum e na ideologia do consumo se acentua de maneira destacada.

Se por um lado, como afirmou Marx, não se muda o mundo pela consciência, mas pela própria transformação das condições objetivas, por outro, se a própria consciência torna-se idêntica ao mundo, quem fará a revolução?

Segunda pergunta: “a crise é da democracia?”. Certamente há pouca divergência quanto a feitura dessa pergunta, haja vista que o que parece estar em jogo no contexto político brasileiro atual é a própria democracia. Isso seja para aqueles que creem fortalecê-la com a retirada do Partido dos Trabalhadores do poder, seja aqueles que veem nesse movimento um retrocesso para a ainda débil democracia brasileira. O que intentamos vislumbrar é o que esse movimento crítico traz para além de si mesmo. Ele nos permite um transformação radical de modo a tocar as bases da sociabilidade moderna ou trata-se apenas de um jogo de interesses infra-políticos que não carrega nenhum potencial de superação das determinações do presente? Questionamento que nos leva inevitavelmente a

---

<sup>22</sup> Ver no final desse volume o Apêndice 1, onde apresentamos sucintamente alguns dos principais retrocessos promovidos no contexto da crise atual.

outro: em que consiste, afinal, a democracia? Esta se limita ao sufrágio universal ou caminha em direção à cidadania plena? Ela é uma forma interna à política e ao Estado moderno ou supera essas formas de modo a pô-las em questão?

Tomarmos como foco da pergunta a democracia e não o Estado ou a política tem isso em conta: a possibilidade de que a democracia não apenas não seja um momento interno ao Estado, mas que chegue a ser contra o próprio Estado e a política na forma como os conhecemos. A “verdadeira democracia” só é possível com a superação do fetiche estatal? Se a resposta for sim, isto nos aponta o fim do próprio Estado como realização do político, tal como analisou Pogrebinski (2009)?

Tendo em vista que a economia e a política em nada podem se desvincular – embora Estado e mercado apareçam como momentos díspares da sociedade moderna –, a possibilidade do desvanecimento do Estado nos coloca diante das determinações econômicas que tornam possíveis o Estado e a política. É quando chegamos a nossa terceira pergunta.

Terceira pergunta: “a crise é de valorização?”. Há muito pouca divergência quanto ao fato de a crise política brasileira ser ao mesmo tempo uma crise econômica. Mas faz-se necessário indagarmos quais os fundamentos dessa crise econômica. Fundamentos que não se revelam se não tivermos em conta em que consiste afinal o processo de valorização. Se – como qualquer economista sério se vê obrigado a reconhecer – nenhum esquema de corrupção, por maior e mais bem articulado que seja, é capaz de arranhar a produção de riqueza de um país, qual o verdadeiro fundamento da desvalorização da economia brasileira? Em que esta se vincula ao capital financeiro? Uma crise de preços pode expressar de fato uma desvalorização estrutural? Uma crise política pode pôr em questão, para além do governo, o Estado? Este último capítulo cumpre dois movimentos. O primeiro – expresso em seu primeiro tópico – consta de uma elaboração sobre as vinculações de uma possível crise estrutural de valorização e as reformas e retrocessos que aparecem empiricamente como crise. O segundo movimento mais que uma elaboração sobre a crise *em si*, trata-se de aberturas possíveis a partir das elaborações anteriormente feitas. Tal movimento de abertura busca pôr em revista alguns dos pressupostos da Nova Crítica do Valor tendo em vista a *urgência de um realismo dialético* (SCHOLZ, 2012), bem como esboça uma hipótese de pesquisa tendo em vista a relação entre renda e valor no contexto de desvalorização estrutural.

Há ainda uma quarta pergunta que permanecerá oculta sendo, no entanto, a espinha dorsal de nosso estudo, o ponto nodal para o qual os demais questionamentos convergem: “A crise é metafísica?”. Essa, não há dúvida, é a pergunta que transparece mais estranha. Tratar-se-ia de uma teoria idealista acerca da crise? Certamente não. O empenho em responder a essa pergunta alinha-se ao pensamento mais recôndito de Marx – notadamente nos capítulos iniciais d’*O Capital* –, aquilo que vem sendo chamado por alguns de Marx esotérico. O que esse momento do pensamento marxiano corrobora perceber é que a realidade moderna traz em si seu duplo, seu movimento contrário, que é ao mesmo tempo seu pressuposto e sua negação. De acordo com Marx (1986), está na estrutura da forma mercadoria o mistério que move de maneira fantasmática a sociedade moderna. Fantasmagoria essa que persiste a obliterar o conhecimento do mundo e dos entes que nele mundam. Desvendar os termos dessa realidade “fisicamente metafísica” permite aqui compreender a tensão fundamental que move o pensamento de Marx, isto é, a contradição entre o ser e o aparecer. Pois se a realidade é duplicada de maneira fantasmagórica, correremos sempre o risco de darmos de frente com o fantasma ao invés da realidade *em si*. Trata-se, pois, da busca por uma teoria do conhecimento que leve em conta as determinações da abstração real que move a sociabilidade moderna. Busca que, como dissemos, é a espinha dorsal destes ensaios.

O questionamento sobre a possibilidade de uma dimensão metafísica da crise traz em si outra dimensão – ainda que vinculada à primeira. Dimensão essa que fornece o título e parte do subtítulo desta dissertação. Isto é, a investigação da crise, tal como ela se nos apresenta, não pode prescindir de uma investigação sobre a necessidade do mal. Pois, para além da dimensão fenomênica da crise – inflação, desemprego, desordem política, etc. – existe uma dimensão bem mais abstrata (abstração concreta), referente ao campo estético. Diz respeito a personificação do bem e do mal nos entes da política. A pulsão do ódio e da idolatria – momento que remete à proto-histórica biológica dos homens e é reforçado de maneira decisiva pela moral judaico-cristã – é manipulada em tempos como o que vivemos, de maneira a tornar uma figura ou um partido político coisas análogas a deuses e diabos, salvadores e expurgadores. Personificações que são, em si mesmas, metafísicas. A estética da Alemanha nazista tinha isso em conta.

Todas essas perguntas só podem ter suas respostas minimamente esboçadas se tivermos clareza do que afinal se trata a política, o Estado, o processo de valorização e a democracia. E se, por um lado, não havemos de ter respostas para todas as perguntas,

pensar sobre o desvendamento de seus enigmas nos ajuda a responder provisoriamente ao menos duas: em que consiste a crise? (qual seu estatuto?) e, não obstante, o que torna possível o avanço da direita e do conservadorismo no contexto da crise em curso no Brasil? Se o fizermos teremos atingido nosso objetivo mais geral, quanto aos específicos nos contentamos se ao menos as perguntas estiverem corretas.



---

<sup>23</sup> Fonte:<http://www.marxismo.org.br/content/de-junho-junho-o-que-jornadas-de-2013-nos-ensinam-para-2014>. Acesso em 03/04/2016.

## Prolegômena

*“Uma vez processada como mercadoria, toda rebelião é reduzida à imagem de rebelião, primeiro como espetáculo, e depois como simulação. Quanto mais poderosa a dissidência como arte (ou “discurso”), mais impotente se tornará como mercadoria” (Hakim Bey).*

### Das jornadas de junho ao *impeachment*

A história não é criada como um dado. A história é produzida, como um encadeamento contraditório de fatos no tempo, produzida “numa mescla ambígua de conhecimento e ignorância, de ação consciente e cegueira” (LEFEBVRE, 1977, p.187). Mas algum desses fatos, embora não criem ou recriem a história contribuem para desatá-la do longo e aparente silêncio.

Junho de 2013, às vésperas da Copa das Confederações, as ruas de centenas de cidades brasileiras são tomadas por enormes atos de protesto, em pauta as mais diversas reivindicações, as mais distintas esperanças, fazendo aflorar em muitos utopias e distopias sobre o rumo daqueles movimentos que tanto por seu volume quanto por seu caráter *sui generis*, guardavam lugar para o inesperado.

Os atos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo organizadas pelo MPL funcionaram como uma espécie de fagulha inicial capaz de incendiar uma pradaria como definiu Vainer (2013) parafraseando Mao Tse-Tung. O que viria emergir a partir dali nenhum dos envolvidos poderia ter o mínimo controle. A violenta repressão policial no protesto contra o aumento das tarifas no dia 13 de junho de 2013, em São Paulo, desencadearia a partir do dia 17 do mesmo mês uma sequência de atos em todo o país.

Mas é certo que o eclodir dos atos não tem sua gênese ali. Centenas de movimentos sociais e de massa já se ensejam por todo o país ainda que ocultos à grande mídia. Sem ter, portanto, a pretensão de apontar precursores para um momento tão difuso, nos parece pertinente trazer à tona o que estava em voga às vésperas dos movimentos de junho. Muitos autores creditam aos movimentos de Porto Alegre o pontapé inicial, servindo inclusive de reflexo para o MPL de São Paulo<sup>24</sup>. A despeito de serem ou não propulsores do que ocorreria em junho de 2013, os movimentos de Porto Alegre – sobretudo pela

---

<sup>24</sup> “A faixa de uma das primeiras manifestações dos protestos de junho em São Paulo – ‘Vamos repetir Porto Alegre’ – parece remeter à capital do Rio Grande do Sul como a faísca inicial das revoltas, ainda que não se possa nunca indicar um ponto no espaço e no tempo para o início dos processos sociais (Salvador teve a revolta do Buzu em 2003; Florianópolis viu a Revolta da Catraca em 2004; o Movimento Passe Livre existe desde 2005).” (CUNHA, 2013, p.15).



organização apresentada pelos mesmos na época – nos fornecem caros exemplos do que estava em voga inicialmente. O Coletivo Defesa Pública da Alegria, ainda em 2012, aponta que por detrás do silêncio passivo que marca as metrópoles cuja urbanização cada vez mais é circunscrita às tramas reprodutivas do capital, pulsões de insatisfação já se faziam ecoar.

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. (...) Estão nos acostumando a uma sensação de impotência que pesa toneladas. Porto (ex-)Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba – sabia? – em nome da falida cultura do carro, que abandona o transporte público e a bicicleta e orgulha-se de sua ciclovia de 400 metros (...) Nossa alegria como uma bandeira, como um direito<sup>25</sup>.

Para os grupos já há tempos articulados (não apenas em Porto Alegre, mas em diversas cidades brasileiras) o que estava em questão de modo mais amplo, era o direito à cidade, entendido não apenas como direito jurídico e formal, mas como cidadania ampla, como livre movimento, como revolução do próprio urbano<sup>26</sup>. Como nos aponta Lefebvre, “Le droit à la ville se manifeste comme forme supérieure de droits: droit à la liberté, à l’individualisation dans la socialisation, à l’habitat et à l’habiter. Le droit à l’oeuvre<sup>27</sup> (à l’activité participante) et le droit à l’appropriation (bien distinct du droit à la propriété) s’impliquent dans le droit à la ville<sup>28</sup>” (1968, p.155). A luta pela redução no preço das tarifas de ônibus aparecia para esses movimentos não como fim último, mas como momento da própria luta pelo acesso à cidade, sufocada pelos ditames da metrópole. Daí a frase tornada

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/defesadaalegria>, acesso em 18/12/2013.

<sup>26</sup> Revolução essa que busque uma estratégia urbana que articule “a contestação prática e teórica realizada pelos resíduos, despojando-a de sua aparência fragmentar; [e] inscreve-a, como momento, no processo pelo qual o urbano revoluciona o mundo. Nas revoltas do corpo, na insurreição do uso e no desafio que as diferenças dirigem contra a homogeneização da troca devemos perceber, de acordo com Lefebvre, os primeiros atos de constituição da sociedade urbana.” (DENSKI *apud* VIEGAS, 2014, p.320).

<sup>27</sup> Embora aponte o direito ao trabalho como um dos momentos fundamentais ao direito à cidade, Lefebvre não se refere ao trabalho alienado, em sua forma abstrata, mas à livre atividade humana, poética e emancipada. Pois, para o autor a revolução só o é quando “o fim do trabalho não é o lazer mas sim o não-trabalho. A cidade não acaba no campo, mas sim na superação simultânea do campo e da cidade” (LEFEBVRE, 1972, p.75).

<sup>28</sup> “O direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, na habitação e na vida. O direito ao trabalho (na empresa participante) e do direito de apropriação (embora distinto do direito à propriedade) estão envolvidos no direito à cidade.” [Tradução nossa].

jargão, “não é só pelos 20 centavos”, referente ao reajuste das tarifas.



**Figura 1:** Ônibus coletivo pichado durante as manifestações de junho de 2013. Disponível em: <https://revistavaidape.wordpress.com/2014/03/20/do-indio-ao-negro-20-centavos-discute-as-jornadas-de-junho-de-2013/> acesso em 03/04/2016.

Contudo, o que passou estar em jogo a partir da eclosão dos protestos por todo o país na tarde de 17 de junho tornou-se totalmente obscuro. A miríade de faixas, cartazes e gritos entoados denotava que não se tratava mais de Um movimento, mas de uma miscelânea de contestações e proposições que perpassavam da política ao sarcasmo, não sem que se confundissem (ver figuras 2,3,4 e 5). A semana que se seguiu foi marcada por atos diários nos quais a coesão das reivindicações caminhava em proporção diametralmente oposta à quantidade de pessoas nas ruas. O que, aliás, não poderia ser, de modo algum inesperado, pois são elas mesmas – as ruas – o espaço privilegiado do caos, da desordem, do inesperado e do contraditório. Não em vão Therborn usa a rua como metáfora para exprimir o que consiste o escopo ideológico e seu incessante jogo de interpelação. “La verdadera función de la ideología en la sociedad contemporánea queda mejor ilustrada por la cacofonía de signos e sonidos de una calle de la gran ciudad que por el texto que se comunica apaciblemente con el lector solitario, [...] o la personalidad televisiva que se dirige a una audiencia tranquila y domesticada.” (THERBORN, 1991, s.p)<sup>29</sup>. O que se via nas ruas, especialmente naqueles dias, parecia a própria concretização da metáfora

<sup>29</sup> “A verdadeira função da ideologia na sociedade contemporânea é melhor explicitada por uma cacofonia de signos e ruídos de uma ruma de uma grande cidade que pelo texto que comunica aprazivelmente com o leitor solitário, [...] ou pela personalidade televisiva que se dirige a uma audiência tranquila e domesticada.” [Tradução nossa]

therborniana em movimento. A cacofonia das ruas passava a gerar sentimentos entre a excitação e o mal-estar. Sobretudo porque ao passo em que cresciam desmedidamente, os atos começavam a ganhar nome, e cada nome já começava a direcionar o que devia ser motivo de excitação ou de mal-estar (Ver figuras 6 e 7).



**Figura 2:** Cartazes nas manifestações de 2013. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/137985/2013-07-01/o-espontaneo-e-o-consciente-de-volta-para-o-futuro-anotacoes>. Acesso em: 12/05/2016.



**Figura 3:** Cartazes 2013. Disponível em: [https://jornadadejunho.files.wordpress.com/2014/05/tem\\_tanta\\_coisa\\_errada\\_que\\_naocabe\\_em\\_um\\_cartaz.jpg](https://jornadadejunho.files.wordpress.com/2014/05/tem_tanta_coisa_errada_que_naocabe_em_um_cartaz.jpg). Acesso em 02/05/2016.



**Figura 4:** Cartazes nas manifestações de 2013. <http://pjm.maristas.org.br/userfiles/130630-Facebook.jpg>. Acesso em 12/05/2016.





Figura 5: Cartazes nas manifestações de 2013. [http://www.vice.com/pt\\_br/read/apos-dois-anos-as-jornadas-de-junho-chegaram-ao-maraca](http://www.vice.com/pt_br/read/apos-dois-anos-as-jornadas-de-junho-chegaram-ao-maraca). Acesso 12/05/2016.



Figura 6: Capa da Revista Veja de 17 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=1788>. Acesso em 12/05/2016.



Figura 7: Manifestantes em manifestações contra e pró Governo petista. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/black-bloc-da-sainha-cute-cute-ao-fuzil-e-aos-tanques-na-ucrania/>. Acesso em: 07/08/2016.

Em meio ao *caos*, à miscelânea aparentemente indiscernível de vozes e de silenciamentos, o que já se fazia ver? Que elementos os atos de junho continham que nos

ajudam a entender seu desdobrar? É certo que com o crescimento desmedido dos atos nos quais já não se podia identificar nenhum objetivo geral que não o próprio ato espetacular – no sentido debordiano – de “fazer parte da história”, embora nitidamente não houvesse nenhuma clareza que tipo de história estava sendo tecida. Não se trata aqui de dar conotação negativa ao fato de milhões de pessoas alheias às lutas que precediam a revolta delas se apropriarem, mas de notar que “alguma mutação muito estranha estava em curso” (MARQUES, 2013, p.60). Pois a partir do momento em que os atos perderam qualquer vínculo com as lutas concretas, dando lugar a propostas tão vazias quanto abstratas, “o que saía às ruas não eram coletividades organizadas, mas mônadas egoísticas, cada um com um cartaz querendo uma coisa diferente” (ibidem, p.68). Um momento que parecia trazer em seu âmago a possibilidade do novo começava apenas a reiterar o campo sobre o qual buscou se erigir. O que certamente não é apenas uma fatalidade, uma falha interna ao momento histórico, mas transparece como sendo da própria natureza de uma sociedade totalitária. Tal como há muito já nos anunciava Herbert Marcuse, “as tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional do protesto – torna-o talvez até perigoso porque preserva a ilusão da soberania popular” (MARCUSE, 1982, p.234).

O caráter regressivo dos atos pode ser compreendido em sua própria raiz dissociada de uma profundidade estrutural. O rompante de um profundo resignar das massas silenciosas que poderia ser resumida num concerto que vai da atonalidade à cacofonia sem nenhuma mediação temporal, expressa a própria falta de substância do aparente despertar. O silenciamento que ainda há pouco era estampado com orgulho pelo cidadão médio que ostentava seu prazer em “não se envolver com política”, transformava-se como que por mágica em uma consciência patriótica e no dever de defender a nação das investidas corruptas. O desafinar desse concerto de improvisos carece ser deslindado.

Os dez primeiros anos do governo PT (2003-2013, período corresponde aos dois mandatos de Lula e a primeira metade do primeiro mandato de Dilma) foram marcados senão pelo silenciamento, ao menos pela atonalidade de grande parte dos movimentos sociais, muitos deles cooptados pelo próprio Estado. Como nos aponta Paulo Marques (2013, p.56) “um curto surto de crescimento econômico no Brasil preencheu os poros de tempo social livre dos indivíduos com mais trabalho e tempos gastos com estudo e qualificação, gerando uma imensa fragmentação social dos coletivos e refluxos nas lutas sociais.” Algo que nos remete – guardadas as devidas proporções – ao que comentara

Hobsbawm (1979) sobre o governo de Luís de Bonaparte na França do século XIX. O populismo bonapartista travestido de um discurso socialista e maquiado por constantes transformações nas cidades (engendradas pelo Barão de Haussmann) foi acompanhado por uma rápida retomada do crescimento econômico a escala europeia. Contexto em que com “a alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagaram o descontentamento popular. (...) A política estava em um estado de hibernação.” (HOBSBAWM, 1979, p. 51). Seja no caso francês daquele momento seja no caso brasileiro aqui analisado, a aparente estabilidade econômica e um relativo quadro de bem estar social propiciou certo consenso, ou, ao menos, tendeu a ocultar os dissensos. E, como aponta Rancière (1996), o que o consenso representa, em última instância, é a interdição da política, e a instauração da polícia. Pois se é o dissenso, o diverso, a própria realização da política tendo por efeito “interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural” (RANCIÈRE, 1996, p.372), o consenso pressupõe o uníssono, a não contestação; estado de coisas onde qualquer insurgência passa ser tratada como caso de polícia.

Do mesmo modo, guardadas as devidas proporções espaço-temporais, a destruição criativa do espaço foi marcante seja no caso francês, seja no caso brasileiro. Se Paris era dilacerada pela política de Haussmann a fim tornar-se a capital da modernidade<sup>30</sup>, aqui sob a pressão posta pela realização de eventos como as Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), além das Olimpíadas (2016), muitas das grandes cidades brasileiras sofreram brutais intervenções urbanas. Essas tiveram por efeito desapropriações, violência policial e a instauração de um caos urbano acompanhado de um estado de exceção permanente que lhe dava garantia. Em um primeiro momento, o monstruoso volume de obras banhadas a capital fictício aparentou aquecer ainda mais a economia brasileira, e sob o discurso do progresso, imagem de eficiência de serviços e infraestrutura, além do espetáculo dos megaeventos, a insatisfação permanecia alheia às classes médias (onde a noção de cidadania reduz-se à condição de usuário), e permanecia silenciada quando presente nas vítimas mais imediatas da barbárie do progresso (comunidades desalojadas, trabalhadores precarizados, etc.).

Contudo, o crescimento ilusório determinado, em última instância, por “dinheiro sem valor”, e pela migração de capitais internacionais para a periferia emergente onde pudessem acionar “o mecanismo auxiliar de mais-valia absoluta como válvula de escape

---

<sup>30</sup> Cf. Harvey (2015).

sistêmica” (MARQUES, 2013, p.56) não tardou a começar ruir, desvelando os limites do crescimento econômico brasileiro. O PIB brasileiro que crescia na casa dos 5% ao ano na primeira década do século começava a decrescer vertiginosamente, a Bolsa de Valores de São Paulo no primeiro semestre de 2013 teve perdas que superaram os 20% (Ibidem.). Notadamente, o frear do crescimento econômico longe esteve de afetar apenas os grandes investidores e a macroeconomia, mas foi diluído na forma de uma coadministração da detração real do valor produzido. Como comenta Kurz sobre a crise global de produção de valor,

A fuga para a coadministração da crise só pode conduzir à cumplicidade com o sacrifício humano reificado e, por fim, com a sua execução consciente – já não como sacrifício da energia de trabalho abstratificada até que o material humano, chupado até ao tutano, caia morto, mas, depois de este constrangimento se tornar objetivamente obsoleto, apenas sob a forma de uma “eutanásia” burocrática, para as massas dos já não utilizáveis em termos capitalistas, que tem de assumir traços anômicos. (KURZ, 2014, p.373).

Em outros termos, “o valor da força de trabalho começou a ser atacado e devorado por uma inflação geral” (MARQUES, 2013, p.58), do que resulta que após uma rápida elevação do poder de consumo da classe trabalhadora, essa possibilidade de consumo foi sendo aos poucos subsumida, pois era preciso reestabelecer a produção de mais-valor a níveis aceitáveis à própria reprodução ampliada do capital. A exploração de mais-valia em termos absolutos já não era mais suficiente para manter os capitais internacionais em território brasileiro, o Banco Central aumentou a taxa de juros tornando mais caro o crédito – o que com grande parte da população comprometida com financiamentos, o valor real dos salários foi brutalmente reduzido –, a inflação cresceu acima do esperado ao mesmo tempo em que a violência do Estado se intensificava na busca por manter a ordem em meio ao caos.

Esse conjunto desfavorável de fatores desmascarou o ilusório espetáculo do crescimento e fez com que em curto período de tempo passássemos da atonalidade à cacofonia, do silêncio ensurdecido aos gritos que mal podiam se distinguir do próprio silêncio.

As classes médias que há muito demonstravam descontentamento com o aumento do poder de consumo dos trabalhadores mais precarizados, representando uma perda relativa de privilégios, fez vir à tona em definitivo seu espírito reacionário quando seus próprios salários começaram ser achatados pela inflação e pelo encarecimento do crédito.

No bojo do retrocesso, a maneira adotada pelos governos do PT para lidar com os primeiros germes da crise – corroborando seu avanço – persistiram quando ela eclodiu. E novamente nos faz lembrar o *modus operandi* bonapartista na França dos XIX. Marx, com sua ironia característica, nos aponta que

A burguesia Francesa, que se rebelava contra o domínio do proletariado trabalhador elevou ao poder o lumpemproletariado, com o chefe da Sociedade 10 de Dezembro. A burguesia mantinha a França sob o medo sufocante dos futuros terrores da anarquia vermelha (...) impôs o estado de sítio que [com Bonaparte] foi-lhe imposto. (MARX, 2015, p.321).

O Partido dos Trabalhadores, que apenas discursivamente se mantinha à esquerda política, revela com toda vivacidade os rumos neoliberais adotados por sua política. Rumos estes já assinalados ainda de maneira tímida e embrionária desde a década de 1990<sup>31</sup>. Após a perda das eleições de 1989 o PT iniciou um lento processo de abertura que levaria às políticas neoliberais adotadas quando finalmente chegou ao Planalto. Fortalecido após o *impeachment* de Fernando Collor, o PT chegava às eleições de 1994 com reais chances de vitória, mas já tinha em vista que sem um apoio massivo de outros partidos em uma coligação sólida, essas chances poderiam não se concretizar. No período pré-campanha eleitoral pela primeira vez tornou-se nítido a abertura do partido às tendências situadas à direita. No IX Encontro Nacional do PT realizado em Brasília entre os dias 29 de abril de 1 de maio de 1994, o documento oficial publicado pelo partido sobre a conjuntura política do país após o *impeachment* de Collor ainda parece preservar o estatuto do partido e sua ideologia claramente fundamentada na luta de classes<sup>32</sup>. Expressa a cúpula do partido,

O cinismo da classe dominante atinge seu limite quando, praticamente, todos os meios de comunicação e massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo de inflação, e tudo mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos. Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abandonado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na FIESP, na FEBRABAN e em certos ambientes da imprensa. Nós ganharemos junto ao povo. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS 1979-1998, 1998, p.597).

<sup>31</sup> A tese de Cyro Garcia (2008) explicita bem as transformações internas ao Partido dos Trabalhadores que lentamente foi sucumbindo à lógica das campanhas eleitorais banhadas pelo financiamento privado até chegar ao poder onde, de fato, adotaria uma cartilha neoliberal – ainda que tendo em vista uma redução considerável das desigualdades.

<sup>32</sup> Como bem pontua Garcia (2008, p.65), “o PT nunca se reivindicou como um partido marxista, porém é inegável que seus documentos fundacionais, suas resoluções e sua *práxis* ao longo da década de 80 se alicerçam, em grande medida, naquele instrumental teórico”.



No que concerne à política de alianças, de acordo com Garcia (2008), o PT se alinhava a partidos a esquerda política dentre os quais PC do B, PSTU, PV, além dos hoje cada vez mais alinhados à direita, PPS e PSB. Entretanto, sinalizava no mesmo documento publicado a partir do Encontro em Brasília, a aproximação com partidos destacadamente alinhados à direita e ao neoliberalismo.

Temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e corruptos. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS 1979-1998, 1998, p.632).

Malgrado à flexibilização que se submeteu, o PT ainda amargaria mais duas derrotas na corrida presidencial, em 1994 e 1998, ambas para Fernando Henrique Cardoso do PSDB. As sucessivas derrocadas nas eleições presidenciais fizeram com que o partido mudasse em definitivo sua estratégia de campanha. Mesmo encabeçando uma coligação sólida a vitória dificilmente viria sem um vigoroso financiamento de campanha. Se nas três eleições anteriores a campanha de Lula apresentava um financiamento modesto em relação aos principais adversários, a partir de 2002 o partido cede em definitivo ao financiamento privado de campanha, deflagrando seu compromisso com o capital privado e com a cartilha neoliberal, como a tabela a seguir demonstra.

<b>2002</b>	<b>Lula</b>		<b>Serra</b>	
Setor Financiador	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Financeiro	6.080	10,9	12.750	22,9
Construção e imobiliário	2.490	4,5	750	1,3
Primário-exportador	1.610	2,9	4.440	8,0
Subtotal	10.180	18,3	17.940	32,2
Valor total	55.808	100,0	55.711	100,0
<b>2006</b>	<b>Lula</b>		<b>Alckmin</b>	
	Valor	Participação	Valor	Participação
Financeiro	12.705	10,5	13.461	11,1
Construção e imobiliário	18.028	14,9	5.051	4,2
Primário-exportador	12.511	10,4	9.666	8,0
Subtotal	43.244	35,8	28.178	23,3
Valor total	120.812	100,0	120.797	100,0

**Tabela 1:** Financiamento de campanha nas eleições presidenciais de 2002 e 2006. Fonte: Rodrigo de Almeida. Dos interesses. Revista Insight Inteligência, Ano IX, N° . 36, 1º trimestre 2007, p.56-70 apud Garcia, 2008, p.80-1.

O que, aliás, desmistifica a ideia corrente de que os grandes capitais sempre estiveram em posição contrária à eleição de Lula. O aporte de capital à campanha de 2006, como se observa, foi ainda mais massivo que em 2002, sendo maior inclusive do que o declarado por Geraldo Alckmin do PSDB. O legado do primeiro mandato de Lula parecia bem assimilado pelos setores privados. Haveria sim algum nível de distribuição de renda, mas à custa de uma política desenvolvimentista e neoliberal e beneficiando os mesmos setores pagadores da campanha.

O comprometimento da política petista com a cartilha neoliberal se aprofundou no segundo mandato de Lula (01/01/2007 a 01/01/2011) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (01/01/2011 a 01/01/2015). A iminência dos grandes eventos esportivos no país fez com que esse receituário neoliberal se tornasse ainda mais premente. O PT chegava às jornadas de junho totalmente distanciado da ideologia que fundara o partido e extremamente comprometido com os grandes capitais.

O que se viu em 2013 foi, *grasso modo*, apenas o eclodir das contradições e incongruências que há muito se acentuavam na política petista. Como resultado imediato o governo petista sofre uma sucessiva perda de apoios. Se há tempos as classes médias não faziam questão de esconder sua antipatia para com os governos do PT (embora essa insatisfação, com raras exceções, se manifestasse apenas em conversas privadas e em *posts* no facebook), agora mesmo as, assim chamadas, *classes mais baixas*, que viam seu recente aumento no poder de consumo ser anulado pela inflação, também começavam a pôr em questão a positividade do governo petista. As investidas contra terras indígenas em obras que dilaceravam territórios tradicionais também desvelavam que quaisquer movimentos sociais que não tivessem sido cooptados pelo governo dificilmente poderiam persistir a apoiá-lo.

Neste turbilhão, partidos à esquerda com menor expressão política, como o PSOL e, sobretudo o PSTU asseveraram suas críticas ao ilusório esquerdismo do PT. A *classe alta* – representada por empresários, empreiteiros, banqueiros, e mesmo artistas da indústria cultural – também se apropriavam do contexto para disseminar opiniões contrárias ao governo, pondo em movimento o que há muito já estava à espreita: a possibilidade de uma tomada de poder à direita. As lideranças da suposta esquerda petista, no entanto, permaneciam inábeis e estáticas ante o momento crítico. Pareciam não compreender a possibilidade do povo se voltar contra “o governo do povo”. Nesse entendimento quase caricatural, “um povo que se volta contra o governo do povo não pode ser um povo. Para eles, até hoje, 2013 não foi uma revolta popular, mas o início do fascismo brasileiro” (SAFATLE, 2016, p.21). Falta notar que se, de fato, o levante de 2013 teve a potência de desatar do silêncio aparente o conservadorismo e o fascismo no Brasil, isso se deve, em grande medida, à própria posição estática assumida pelas esquerdas ante ao momento crítico, cedendo espaço para que o movimento paulatinamente se revelasse regressivo.

Frente à paralisia completa do governo diante das revoltas, e da impossibilidade de todo o setor da esquerda constituir como intérprete qualificado das demandas, a direita soube captar o momento absorvendo de vez um discurso anti-institucional. Pela primeira vez desde 1984, ela voltava às ruas procurando mobilizar força anti-institucional da política. E foi assim ela foi à eleição de 2014 disposta a não aceitar mais derrotas. (SAFATLE, 2016, p.21).

Mais ponto menos vírgula, o fato é que pelas mais variadas razões e mais diversas formas o estado de exceção encetado às vésperas dos megaeventos que se aproximavam fez com que naquele momento fosse praticamente impossível uma defesa do governo federal, que passou a ser o alvo central das críticas



**Figura 8:** Manifestação contra o governo em 2013 Disponível em: [http://www.cidadenova.org.br/media/filter/mediateca\\_6-SQR/img/538dba480bc9a2.90910772.jpg](http://www.cidadenova.org.br/media/filter/mediateca_6-SQR/img/538dba480bc9a2.90910772.jpg). Acesso 03/04/2016.

Além da própria complexidade do sistema político brasileiro que oculta ao *sensu comum* a influência dos poderes municipais e estaduais, bem como do legislativo e do judiciário no estado de exceção posto às claras, várias outras dimensões persistiam ocultas. A principal delas talvez seja o sentido do próprio levante. O caráter regressivo dos protestos na sociedade contemporânea, como nos denunciam Hakim Bey (2011) e Marcuse (1982), tem a ver com a falta de clareza do próprio movimento, o que engendra contradições indissolúveis que só podem resultar no desmoronar do caráter subversivo e em um retorno atroz à ordem, agora apropriada justamente por aqueles contra os quais a crítica deveria ser mais contundente.

Na resistência ao estado de exceção, a crítica a *certa* política se fazia por pedidos de mais Estado, não sendo notado em nenhum momento que a determinação fundamental do que se apresenta como crise é a própria figura do Estado em sua inextricável vinculação ao sistema econômico. O que nos faz conceber, desde já, que se de fato houvesse alguma pretensão revolucionária, o objeto da crítica deveria ser o próprio Estado e não os distintos governos que dele se apropriam.

No entanto, é sempre mais fácil “sair à rua para protestar contra a Organização Mundial do Comércio ou contra o desemprego do que fazê-lo para contestar o trabalho abstrato” (JAPPE, 2006, p. 19). A crítica fundamental é sempre obnubilada pelo fenomênico, e a crítica do valor regride a um pedido pela redução das desigualdades, a

crítica à abstração trabalho é tomada pelo avesso em pedidos de mais trabalho, a crítica do Estado regride a pedidos por mais Estado, etc. No entanto, as críticas que não atingem o estatuto fundamental do social tornam-se inúteis, pois, ao fim e ao cabo, “é inútil exigir mais democracia: a democracia, entendida como igualdade e liberdade formais, já se realizou e coincide com a sociedade dos homens sem qualidades.” (Ibidem, 1997, p. 10).

Trata-se, a nosso ver, daquilo que Paulo Arantes, em seu diálogo com Koselleck, chamou de rebaixamento das expectativas<sup>33</sup>.

no rumo da identificação do que poderia ainda ser a política da experiência da história numa era de expectativas rebaixadas – à procura do advento do não-experimentável como limiar cuja ultrapassagem definiria o tempo histórico específico de uma economia-mundo capitalista em expansão. Em suma, queremos saber quando e como nos instalamos historicamente num horizonte de expectativa divorciado do espaço prévio de experiência. Portanto, quando o Progresso – bem como a Felicidade, segundo Saint-Just – se tornou de fato uma ideia nova na Europa e sua periferia no Novo Mundo (ARANTES, 2014, p.45).

Pois, de acordo com Arantes, se em todos os momentos da história pretérita, o horizonte de realização de cada momento de tensão ancorava-se em experiências do passado, na ideia de que é preciso conhecer o próprio passado para fundar em bases sólidas o presente, no *novo tempo do mundo*, essa percepção é posta às avessas. O tempo futuro se torna preponderante. A superação do presente se torna uma emergência e a supressão da experiência uma determinação. Engendrando, assim,

---

<sup>33</sup> A título de alegoria podemos conceber esse rebaixamento de expectativas, bem como a falta de clareza dos limites da própria crítica como algo análogo à figura da revolução na obra de Franz Kafka. Escreve ele, “Em nossa casa, essa imensa casa de subúrbio, uma caserna de aluguel rodeada por ruínas medievais indestrutíveis, foi hoje proclamado, nessa manhã fria e nebulosa de inverno, o seguinte manifesto: A todos os meus colatários, Eu possuo cinco espingardas de brinquedo. Elas estão penduradas na minha caixa, uma em cada gancho. A primeira me pertence. Quem quiser pode se candidatar às outras. Caso se apresentem mais do que quatro, os restantes devem trazer as suas próprias espingardas, e depositá-las na minha caixa. Pois deve haver unidade, sem unidade não iremos para frente. Aliás, possumo apenas espingardas que são inúteis para qualquer outra utilização: o mecanismo está arruinado, a rolha estragada, somente os gatilhos ainda funcionam. Portanto não será difícil conseguir outras espingardas neste estado. Na verdade, por agora ficarei contente também com pessoas sem espingardas. Nós, que temos espingardas, colocaremos no momento oportuno os sem espingardas no meio do combate. É uma tática que teve êxito nas primeiras lutas dos fazendeiros norte-americanos contra os índios. Por que não deve funcionar também aqui, já que as condições são semelhantes? A longo prazo, portanto, podemos prescindir de espingardas, e mesmo estas cinco não são absolutamente imprescindíveis. Mas já que elas estão disponíveis, também devem ser utilizadas. Se não quiserem utilizar as quatro restantes, podem deixá-las lá. Neste caso, somente eu, como líder, levarei uma espingarda. Mas como não deveríamos ter um líder, também vou quebrar minha espingarda ou deixá-la de lado. Este foi o primeiro chamado. Na nossa casa ninguém tem tempo nem vontade de ler manifestos ou de refletir sobre eles. Os pequenos papéis logo nadavam na água do esgoto que se inicia no sótão, é alimentada por todos os corredores, desce pelas escadas e luta com a contracorrente de água que jorra do andar de baixo. Mas depois de uma semana chegou um segundo chamado: Inquilinos, até agora ninguém se apresentou. Estive sempre em casa, a não ser no tempo em que tinha que cuidar do meu sustento, e mesmo durante a minha ausência a porta do meu quarto ficou sempre aberta, com uma folha em cima de minha mesa, na qual quem quisesse poderia se inscrever. Ninguém o fez.” (*apud* ADORNO, 1998, p.254-5).

*uma drástica inversão* entre o horizonte de expectativas e o campo de experiência. Atribui [-se] a todas as épocas passadas um horizonte de expectativas insatisfeitas, e ao presente orientado para o futuro designa a tarefa de reviver na reminiscência um passado que cada vez lhe seja correspondente, de tal modo que possamos satisfazer suas expectativas com nossa débil força messiânica (HABERMAS *apud* ARANTES, 2014, p.60).

Corre-se o risco de recair na armadilha dos sóis crucificados parisienses da década de 1960. Uma intervenção artística que almejava denunciar o distanciamento do homem de sua própria essência – sua alienação fundamental, o cerceamento de sua própria luz – que se multiplicou por toda a parte. Mas na medida em que se disseminava enquanto imagem, enquanto mera representação generalizada e de essência desconhecida tornou-se, regressivamente, mais daquilo que contestava. Tornou-se produto. A crítica tornou-se mercadoria, imagem de crítica: “assim o símbolo da alienação torna-se símbolo da vida. Isto significa que sua alienação torna-se sua vida”. (LEFEBVRE, 1969, p. 115).

Sem compreender os fundamentos dessa regressão talvez nos condenemos a persistir pedindo por mais democracia e ter como resposta golpes constitucionais, denunciando a alienação da vida e vendo a própria crítica alienar-se de seu objeto, etc. A chave que abre as portas deste entendimento está, a nosso ver, na contradição sempre não resolvida entre teoria e *práxis*. Pois se por um lado, a teoria que encerra em si mesma sua realização só pode enclausurar-se em um idealismo e na acusação reacionária de que o mundo distorceu a teoria perfeita, por outro, a prática dessubstancializada – como se vê nos grandes movimentos estudantis e operários – só pode conduzir a uma ação que repõe a dominação quanto intenta o oposto. Por isso em um programa verdadeiramente emancipatório “dever-se-ia formar uma consciência de teoria e *práxis* que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a prática arbitrária, nem destruísse a teoria mediante o primado da razão prática.” (ADORNO, 1995a, p.204). Essa consciência, no entanto, não poderia ser ela mesma abstrata de modo a correr o risco de não passar de palavras a afirmação de que a teoria, enquanto teoria, é um momento imprescindível precisamente em relação a uma transformação histórica prática, que realmente toque as bases da ordem dominante e não reduza a ‘ruptura ontológica’ a uma mera frase. (KURZ, 2007, s.p).

Em tempos em que mesmo um teórico definitivamente comprometido com a *práxis* como Slavoj Žižek se vê impelido a admitir que “hoje, a ameaça não é a passividade, mas a pseudoatividade, a ânsia de ‘ser ativo’, de participar, de mascarar a Nulidade do que acontece” (ŽIŽEK, 2008, p.437), torna-se notório o caráter regressivo da necessidade

contingente de “mudar o mundo”. No entanto, “a expectativa angustiada de que nada acontecerá, de que o capitalismo continuará indefinidamente, a exigência desesperada de fazer alguma coisa, de revolucionar o capitalismo é falsa. A vontade de mudança revolucionária surge como uma ânsia, como um ‘não posso agir de outro modo’, ou não tem valor.” (Ibidem).

Esse mal-estar que nos envolve sobrevém do vazio sentido de não pertencermos a lugar algum. A vida que se coloca adiante aparenta estar coberta sob uma espécie de nevoeiro cinza cuja densidade empalidece nossa força de vontade e motivação em direção as coisas. A experiência e a existência ganham um teor abstrato, na sensação de se ter feito muito pouco em muitos anos passados. Nessa repressão da espontaneidade o *cinza objetivo* predomina. Seu reflexo no sujeito é a angústia mesma de uma resignação proveniente de condições histórico-sociais e político-econômicas que nos forçam à apatia e ao marasmo (DIAS, 2014, p.43).

O mal-estar expresso em um tédio generalizado na forma de um cansaço civilizacional latente imputa a ação imediata. O sentimento denso do aprisionamento, da contínua e perene falta de liberdade fornece o impulso à ação irrefletida. A emoção do ato suplanta sua significação. O objetivo se desvanece ante a *necessidade* de agir. O aprisionamento do cotidiano determina seu próprio explodir.

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear [Blikeln] não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. Tédio é o reflexo do cinza objetivo. Ocorre com ele algo semelhante ao que se dá com a apatia política. A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que, com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexa entre a política e os seus próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. (ADORNO, 2002, p.110).

A permanência do tédio demanda sua superação – ainda que cindida no tempo e no espaço. Se a transformação transparece como impossível, a forma de sua reivindicação suborna o ego na forma do prazer do ato, outrora recalcado, de ser verdadeiramente livre.

Essa ânsia de se defrontar com o ente fenomênico da dominação sem jamais ter em vista o momento fundamental da crítica, se liga – conscientemente ou não – ao enrijecimento e a simplificação do primado da crítica marxiana donde se encontra que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é

*transformá-lo*” (MARX, 2007, p.539). Ficamos aqui, no entanto, com a proposição de Robert Kurz de que

é precisamente através da práxis que o mundo é simplesmente interpretado de outra maneira em sua constituição dominante, e é exatamente por isso que se repete na reflexão dos filósofos (teóricos), enquanto não se romper a identidade negativa entre a forma do pensamento e a forma da ação. (KURZ, 2007, s.p).

É preciso aqui ter em mente a negatividade imanente à *práxis*. Ao contrário do que poderia se conceber ela não é, de modo algum, a forma da transformação, mas precisamente a forma da reposição. Em última instância a materialidade do princípio lampedusiano de que “tudo deve mudar para que tudo fique como está”. Nos termos de Karel Kosik (1976, p.159), “a *práxis*, que na filosofia de Marx tornava possível tanto a objetivação e o conhecimento objetivo, quanto a abertura do homem para o ser, converte-se em subjetividade social em clausura: o homem é prisioneiro da socialidade.”

É, no entanto, na filosofia adorniana que encontramos o nó górdio do princípio negativo da *práxis*. Para este, ela vincula-se inextricavelmente com a forma negativa do trabalho, e assim o sendo, há um preço alto a se pagar pela ação. “A *práxis* nasceu do trabalho [...], o fato de se originar do trabalho pesa muito sobre toda *práxis*. Até hoje acompanha-a o movimento de não-liberdade que arrastou consigo: que um dia foi preciso agir contra o princípio do prazer a fim de conservar a própria existência” (ADORNO, 1995a, p.206). Embora Adorno não rompa de todo com a ontologia do trabalho percebe neste uma abstração fundamental<sup>34</sup>. O homem se abstrai da identificação real com o mundo para se erguer contra ele na forma de dominação. A pulsão do gozo, peremptoriamente recalçada, faz com que o ente mova-se sempre em direção à própria natureza negada, assemelhando-se a essa apenas em uma falsa identificação. Por isso a *práxis* é sempre vinculada a mimesis e não a *poiésis*, é sempre regressiva e não transformadora.

Lefebvre (1967) notou bem a distinção entre a *práxis* mimética (repetitiva e que tende a repor o mundo enquanto tal, pois a ele busca se assemelhar) e a atividade poiética

---

<sup>34</sup> A afirmação de que Adorno preserva, em seu pensamento, resíduos de uma ontologia do trabalho certamente não passa sem estranheza, haja vista as ferrenhas críticas estabelecidas por Adorno às ontologias ao longo de toda sua obra. Não se trata aqui, contudo de colocar seu pensamento ao lado do de Lukács, por exemplo, onde há claramente uma afirmação do trabalho como ontológico à constituição do ser social. Todavia, como o próprio Adorno (1932) admite, “a questão para a ontologia, tal como se coloca hoje, não é outra senão aquilo que eu tenho entendido por natureza”. Portanto, se por um lado a constituição social que conhecemos e todas as formas de dominação que esta impõe sobre si mesma não deve tributo a nenhuma substância ontológica, por outro apenas na abstração [do latim *Abstrahere*, que significa destacar, afastar, ou mais radicalmente, desmamar] do homem para com o mundo e no descolamento subsequente entre signo e imagem – o que advém da *práxis* – o homem se põe de pé enquanto tal e pode estabelecer uma dialética da alteridade com o mundo tomado como *o outro*, o estranho, o alhures.



(o momento da criação, momento este que não se vincula a um retorno a um passado imemorial e positivo, mas à superação das condições do presente, a um devir)<sup>35</sup>. O que se interpõe como grande questão a todos os movimentos que ensejem a revolução e não a reforma e a regressão, é o que tornaria possível a criação em detrimento da identificação.

Talvez fosse aqui o caso de se pensar na produção de ritmos<sup>36</sup>. O ritmo da criação distingue-se fundamentalmente do ritmo da identificação. O declínio da arte tem a ver com essa premência do imediato. Se temos por vezes a impressão de que sejam as músicas, sejam os filmes, e/ou as pinturas se assemelham cada vez mais entre si, não surgindo – exceto em raras exceções – nada que seja realmente novo, isso vincula-se de forma decisiva a assim chamada ditadura do tempo abstrato. O tempo para a composição de uma sinfonia verdadeiramente única distende-se do tempo para a composição de uma música vendável na indústria de massa. Não se trata, no entanto, da defesa da *alta cultura*, da elitização da arte, mas de notar que esta se diferencia fundamentalmente daquela em seus ritmos, bem como na sua capacidade de dissidência. A epígrafe que abre esta introdução nos diz exatamente isso: “quanto mais poderosa a dissidência como arte (ou “discurso”), mais impotente se tornará como mercadoria.” Assim,

Não é acessibilidade para todos que é o objeto da crítica, mas sim que a indústria cultural, [...], “representa o mais sensível instrumento de controle social”. Trata-se, portanto do conteúdo estruturalmente alienado e objetivamente autoritário da cultura de massas capitalista e não do seu alcance para lá das elites. Este conteúdo segundo Adorno & Horkheimer é “barbárie estética” porque processa a “moral degradada dos livros infantis de ontem” a fim de disponibilizar para os desaforos sociais os indivíduos cada vez mais infantilizados. (KURZ, 2010b, s.p).

De modo similar, a *práxis*, como exigência contingencial no ritmo da abstração mercantil, tende a recair na barbárie, pois o tempo da contemplação, aquele que garante à ação seu caráter reflexivo, e não meramente imputado por uma culpa judaico-cristã da passividade, é suprimido pelos imperativos da sociabilidade. A transformação requer, antes do mais, a quebra do ritmo. Não se pode mudar a realidade se identificando ao ritmo que ela mesma impõe. A ação já é, aí mesma, regressiva.

A Festa, tal como Lefebvre concebe, não é assim um ato revolucionário, mas seu pressuposto. Não se muda nada pela festa, apenas quebra-se o ritmo, e isto é tão pouco, quanto fundamental. Embora ela ainda se identifique com a negatividade do tempo livre

---

<sup>35</sup> “A mimesis aparece aqui com precisão cada vez maior em sua função essencial e limitada: laço e mediação entre práxis e poiésis, entre a repetição e a criação, entre a identidade abstrata e as diferenças concretas, entre o discurso e a palavra.” (LEFEBVRE, 1967, p. 365).

<sup>36</sup> Cf. Lefebvre (2004).

(liberado para o consumo), ela possibilita a contemplação em detrimento da ação<sup>37</sup>. E isso, sem dúvida, não é pouco. É por assim dizer o fundamento da *theoria* tal como concebe Hannah Arendt (2000, p.291). Para a autora, *theoria* nada mais é que “a contemplação do observador que se preocupa com a realidade aberta diante de si e a recebe.” No entanto, a própria pressa do agir imposto pelo ritmo da abstração trabalho põe às avessas essa possibilidade – a festa torna-se ato, quanto deveria ser seu pressuposto. Ineficaz como ato e desperdiçada enquanto produção de ritmo, a festa não apenas se torna impotente, como recria em si mesma o ritmo do trabalho, do consumo, etc. O momento fundamental do contemplar, tal como nos aponta Arendt, no acontecer da epopeia de dominação do homem sobre si mesmo, foi sendo escamoteado até perder aparentemente qualquer sentido. Tornou-se negatividade da ação e não seu pressuposto fundamental. Pois que o enredamento universal engendrado pela inversão entre meios e fins tinha a ver antes de tudo com “a atividade do pensar que, daí por diante, passou a ser serva da ação.” (ARENDR, 2000, p. 305).

A *práxis* suplanta, assim, a contemplação e coloca esta última no limbo da improdutividade e, portanto da desrazão. Erige sobre o mundo a figura abstrata do sujeito, o que deve agir sobre o mundo, pois o seu mundo está por ser criado, uma vez que corpo e existência não mais coincidem<sup>38</sup>. O que esse movimento incorpora e engendra de maneira decisiva é uma inversão, pois a contemplação – em sociedades como a Grécia Antiga por exemplo – aparecia como pressuposto à ação, e não como sua negação, isso uma vez que a pressa por existir não era a determinante objetiva da ação. Nietzsche notou bem o caráter político da contemplação, e esta não estava determinada pela ação, mas era sua condição. Pois – como notou Lopes sobre Nietzsche – a vida contemplativa propicia “um efeito

---

<sup>37</sup> Como outrora afirmou Adorno (1995b, p.34), “Quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem”.

<sup>38</sup> “Pois, se é pela ação (*práxis*) – e pelo discurso (*lexis*) que a acompanha e revela – que nos inserimos no mundo, constituindo um *intium*, uma espécie de segundo nascimento que confirma nosso aparecimento corpóreo original e mostra quem somos; se é certo que na medida em que agimos e falamos uns com os outros o início de algo novo incide sobre uma teia já existente de relações humanas; se a ação (a efetivação da condição humana da natalidade) e o discurso (a efetivação da condição humana da pluralidade) ‘iniciam novo processo, que mais tarde emerge como história singular da vida do recém-chegado, que afeta o modo singular da história da vida daqueles que com quem ele entra em contato’ (ARENDR, 2000, p.196), então, se um mundo comum (próprio à intersubjetividade, constituído pela e para a pluralidade humana, visto e ouvido por todos de ângulos diferentes) é o que precede a nossa chegada, é aquilo que adentramos ao nascer e o que haverá depois de nossa partida, por um lado, conclui Arendt, a esfera característica da era moderna (esfera social, na qual se apagam as diferenças entre esfera pública e esfera privada, aquela tornando-se função desta) não pode se constituir em mundo comum, pois estamos diante de seres inteiramente privados.” (MARTINS, 2010, p.10).

eminentemente político: a filosofia como amor à sabedoria é amor ao poder, vontade de verdade é vontade de poder.” (LOPES, 2008, p.125)<sup>39</sup>.

No que concerne à produção de ritmos como criação do novo, a *theoria* é ela mesma *poiésis*. Não recriando a história, mas, quiçá, demonstrando sua irracionalidade, sua destruição. Não repousando sobre os destroços, mas, aí sim, agindo no sentido de uma superação.

No entanto, internamente à cisão entre *práxis* e teoria, a própria teoria enquanto tal se desvanece, perde seu momento, sua realização. Agarra-se a categorias de mundos que “já era”, e, inversamente a possibilidade real da revolução, busca encontrar a transformação na poesia do passado (sem, no entanto, elaborar a memória e as experiências desse mesmo passado) e não do futuro. Nos termos de Herbert Marcuse (1982, p.16-7),

Na falta de veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação se harmonizem. [...] O vácuo esvazia a própria teoria, porque as categorias da teoria social crítica foram criadas durante o período no qual a necessidade de recusa à subversão estava personificada na ação de forças sociais eficazes. [...] Com a crescente integração da sociedade industrial, essas categorias estão perdendo sua conotação crítica, tendendo a tornarem-se termos descritivos, ilusórios ou operacionais.

Assim, denunciar a inversão entre meios fins, entre o agir e o pensar, nos permite, no mesmo movimento, trazer à tona o conceito de abstração. Pois, se se trata da ascensão de um Eu abstrato que carece agir sobre um mundo também sem qualidades para confirmar sua existência igualmente dessubstancializada, parece-nos claro que a *necessidade* da *práxis* é ela mesma uma abstração, não apenas enquanto pressuposto, mas enquanto realização, já que a *práxis* torna-se ela mesma *práxis* qualquer de um sujeito – ou grupo de sujeitos – fantasmático. Nos termos de Kurz em seu diálogo com Adorno, “a pretensão de *práxis* reduzida na teoria não representa, de modo algum, o ‘concreto’: pelo contrário, aqui

---

<sup>39</sup> “É um grande perigo que o pensamento da *práxis*, por sua vez, agora se torne uma prisão do pensamento teórico; que todos os pensamentos possíveis sejam interrompidos com a seguinte chamada de atenção: Sim, para que serve isso na prática, o que é que posso fazer com isso? Ou até mesmo: pois, com essas conjecturas estás até a impedir o caminho de alguma possível *práxis*. Por exemplo, sempre se voltará a ver que, tratando-se dos terríveis limites de uma *práxis* política intervencionista qualquer nas relações de produção e, de modo geral, nas formas sociais a estas adequadas, – sempre se voltará a ver que, caso assim o afirmemos, imediatamente nos virá uma resposta acompanhada daquele *gestus* de ‘sim, mas...’, que considero um dos maiores perigos em assuntos do intelecto: Sim, mas aonde é que vamos parar, a pensar assim? Sendo assim nada mais será possível, só nos resta baixar os braços! E eu diria: O momento que hoje parece residir na aplicação, na aplicação ininterrupta da *Tese sobre Feuerbach* é exatamente aquele momento de que a própria teoria deve ser agrilhoadada pelo *terminus ad quem*” (ADORNO *apud* KURZ, 2007, s.p).

a própria práxis torna-se um elemento abstrato, torna-se a práxis em geral, que é confrontada irrefletidamente com a teoria enquanto tal” (KURZ, 2007). O que se tem aí, em última análise, é o capital pensando e agindo sobre si mesmo, pois seja em seus *postos* seja em seus *pressupostos* a *práxis* identifica-se negativamente com a dominação.

Notar o caráter regressivo da ação contingencial põe-nos diante dos fundamentos e da natureza da própria crise. Pois esta traz consigo dois sentidos fundamentais, um que aponta para uma entropia, uma imersão na própria crise e aponta no máximo para um retorno ao estado de não-crise, de normalidade; e outro que aponta para a superação real da crise, pois trata-se de um momento crítico, uma vez que “crise e crítica são formas distintas de expressar um mesmo processo, quando se refere à modernização” (ALFREDO, 2010, p.38). Assim sendo, se toda crise representa um momento crítico é igualmente possibilidade de ruptura, mas, dialeticamente, possibilidade de continuidade. Resta saber se a crise que vivemos aponta para dentro ou para fora de si mesma.

Os limites da prática mimética à forma lampedusiana, do mito de Ulisses até o presente, tem certamente uma dimensão que aqui é tratada não apenas como questão, mas como método: a metafísica. Pois, se por um lado, nos permitimos a pergunta, tanto quanto esquizo à crítica tradicional, quanto a uma possível dimensão metafísica da crise, resta notar que este questionamento – seja isoladamente, seja no conjunto da abordagem – é, em si mesmo, metafísico, tanto na dimensão filosófica, de reconhecimento do ser do ente, quanto em termos diretamente vividos, da assim chamada “metafísica real da modernidade”. É a consideração desta última como momento fundante do real no moderno na forma da abstração real das qualidades sensíveis do mundo, que fornece um método de compreensão dos movimentos contraditórios que se interpõe na constituição deste mesmo real. Como, de modo perspicaz, nos aponta Theodor Adorno, a

Abstração não é culpa de um pensamento especulativo, obstinado e desligado da realidade, mas sim da relação de troca, da abstração objetiva a que o processo da vida social obedece. O poderio de tal abstração sobre os homens é mais concreto do que o de qualquer instituição individual que, tacitamente, se constitua, de antemão, de acordo com o sistema e o inculque nos homens (ADORNO, 1994, p.71).

E isso não é outra coisa senão o irreal vivido diretamente como real, pois o que o era “se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 1997). Se assim é, resta compreender os laços que fundem o contraditório numa realidade ao mesmo tempo abstraída de suas qualidades e imersa em si mesma até os confins do espírito.

## **Crise, metafísica e geografia**

Muitos são os des-caminhos que nos levaram a desenvolver esses ensaios sobre geografia, crise, consciência, metafísica e teoria do valor. Temas que assim elencados decerto causam estranheza. Em que ponto se ligam? Em que momento constituem uma espécie de unidade que possibilita o tratamento simultâneo de conteúdos aparentemente díspares da reprodução social? O desvendar destes questionamentos qualificam nosso objeto na medida em que permite melhor compreendê-lo.

Expor os fundamentos da determinação entre Geografia, crise e metafísica não é aqui um esforço de auto-legitimação, uma espécie de corporativismo ou uma reafirmação de que este deve ser compreendido como um “estudo geográfico”. Tratar desses fundamentos ajuda a compreender mais e melhor como a própria Geografia – enquanto ciência parcelar e historicamente determinada pela modernidade – traz a dimensão metafísica em sua própria identidade. Não apenas porque a Geografia moderna emerge do debate ontológico-metafísico da Alemanha dos séculos XVIII e XIX<sup>40</sup>, mas porque seu próprio objeto, embora material, pode ser compreendido como a “abstração sensível da coisificação imanente desse modo específico de organização humana”<sup>41</sup> determinado pelos imperativos da valorização do valor.

Ribeiro Júnior (2013, p.52) no intento de resgatar a tensão entre idealismo e materialismo na construção do pensamento filosófico e geográfico aponta que no idealismo “a história sobe da terra ao céu. E então o que ficou na base material, na realidade é governado por algo fora dela: uma Verdade Eterna, um Espírito.” Até certo ponto essa exteriorização das determinações fundamentais que regem a história remete à metafísica idealista. Mas é preciso ter em mente que o fetiche da mercadoria onde – parafraseando Nietzsche (2002, p.176) – os homens criam a realidade diante da qual podem se ajoelhar, sendo isto, seu último delírio, sua última embriaguez; nada mais é que a exteriorização da própria vida, o abandono da possibilidade de viver em primeira pessoa. Assim, a exteriorização da vida e da história não é ideal, mas material – pois determinada pela própria forma de sociabilidade que o homem impôs a si, e não pelo Espírito – ainda que metafísica.

Esse imbróglio funda a própria identidade da geografia enquanto ciência, pois esta vincula-se inextricavelmente a contradição posta pela forma mercadoria, que defino aqui

---

<sup>40</sup> Cf. Brito (2014) e Silveira (2008; 2012).

<sup>41</sup> Bonifácio (2015, p.18).

como uma transcendência imanente. Se esta contradição parece insolúvel é porque interna ao universo do capital e sua forma correspondente de socialização. Como nos coloca Alfredo (2015, p.83), “se é solucionável não se é de capital que estamos falando”. O que coloca o desvanecimento da socialização do valor como única forma da superação da antinomia entre a transcendência e a imanência. Senão vejamos.

Começar a deslindar o questionamento sobre a *determinação metafísica* da crise exige primeiro a compreensão de seus próprios pressupostos. Em outros termos: o que compreendemos aqui por metafísica, e, em que medida esta permite compreender, para além da filosofia especulativa, a sociabilidade moderna e as determinações reais da crise tal como ela se nos apresenta.

Metafísica deve aqui ser compreendida em dois sentidos fundamentais e simultâneos.

1) Herdeira da física aristotélica, a metafísica é inicialmente tomada em sua acepção mais imediata, significando precisamente “após a física”, pois remete àquilo que não pode ser expresso pela materialidade imanente do mundo, pois a transcende. Metafísica e transcendência vinculam-se de forma necessária. No entanto, essa transcendência não permanece aqui ideal, como história do espírito. Trata-se de uma transcendência diretamente vivida. O fetichismo da mercadoria tal como nos expõe Marx (1986) consiste precisamente nesse caráter vivido de uma transcendência social que se manifesta na forma de uma objetividade fantasmagórica.

2) Também desde a filosofia de Aristóteles a metafísica se refere às propriedades fundamentais do ser, àquilo que a ele é necessário, e, portanto, àquilo que ele não pode deixar de ser. É, desse modo, de acordo com Abbagnano (2000, p.663), a teoria da substância, a necessidade do ser, em contraposição à contingência do ente. Afirmção que permanece aporética, pois, aparentemente em desacordo com o próprio caminho aqui perseguido. Mas não se trata, como se poderia pensar, de ontologizar e naturalizar o histórico no humano. Trata-se antes, de um terceiro termo entre o ôntico (o movimento contingencial do ente) e o ontológico (como condição necessária e supra-histórica do ser). A substância fundamental aqui perseguida não é devotada a nenhum *a priori*, mas se refere àquilo que se funda enquanto processo histórico.

Em outros termos, trata-se de compreender se nosso tempo histórico (genericamente denominado modernidade) possui uma substância própria. Algo que lhe

caracteriza enquanto tal. Do mesmo modo, qual a substância da crise que se desvela? A substância do ser aqui posta só pode ser compreendida se tivermos em conta que se trata de um ser histórico (ainda que essa história seja peremptoriamente negada pela própria forma social historicamente determinada na qual nos inserimos).

Esses dois movimentos de apreensão do real – a superação do imanentemente material; e a teoria da substância do social – devem ser sincronicamente levados em conta para o desvendamento das questões aqui colocadas. Trata-se, dialogando com os termos de Sohn-Rethel (1989), de uma metafísica da história e da epistemologia ocidental. Remete-se, em último termo, àquilo que funda o moderno enquanto tal. Nos termos de Adorno (2009, p.299) “não é mais possível afirmar que o imutável é a verdade e que aquilo que é movido, perecível, é a aparência, ou seja, não é mais possível afirmar a indiferença recíproca entre o temporal e as ideias eternas”.

Retornemos à geografia.

É quase um consenso que a Geografia se trata, antes do mais, de uma ciência do espaço. O grande problema é que não há nenhum consenso sobre o que vem a ser esse espaço. Discussão, aliás, muitas vezes pisada e repisada. Não retomaremos essa discussão aqui em toda sua amplitude, mesmo porque este não é de modo algum o objetivo de nossos esforços. Cabe, portanto, apenas anunciar. Como enunciamos outrora,

O espaço socialmente produzido revela-se como projeção física da abstração universal. A produção concomitante do espaço e dos aparentes sujeitos de sua produção revela-se, em verdade, como objetivação de ambos. Isso porque, em última instância, trata-se do mecanismo mimético sob a projeção do abstrato. (BONIFÁCIO, 2015, p.174).

A aparente penumbra que circunda essa afirmação começa a se dissolver se tivermos em conta de que espaço estamos falando. Aí é preciso ter em vista que o espaço não se identifica como o *Topos* terrestre, com o chão do mundo. Espaço aparece aqui com *aufhebung*<sup>42</sup> desse *Topos*. Henri Lefebvre nos ajuda a notar esse *Todo* em movimento.

No começo era o *Topos*. E o *Topos* indicava o mundo, pois era lugar, não estava em Deus, não era Deus, pois Deus não tem lugar e jamais o teve. E o *topos* era *Logos*, mas o *Logos* não era Deus porque era o que tem lugar. O *Topos*, na

---

<sup>42</sup> O termo é aqui trazido em alemão devido à inexistência na língua portuguesa de uma palavra com a mesma potência explicativa. *Aufhebung* é geralmente traduzido para o português como superação – ou, em algumas traduções mais grosseiras como abolição –, no entanto, o termo traduzido não comporta a tensão interna trazida pelo original. Pois trata de uma superação não no sentido da abolição do superado, mas de sua conservação enquanto tal, na medida em que vai além de si mesmo, preservando-o no entanto na forma de pressuposto. O espaço não é negação do *Topos*, mas o seu contrário, contido em si mesmo, na forma de uma unidade contraditória e negativa.

verdade era pouca coisa: a marca e a remarca. Para marcar houve traços, dos animais e dos seus percursos; depois sinais: um seixo, uma árvore, um galho quebrado, um “cairn”. As primeiras inscrições, os primeiros inscritos, por pouco que fosse, o Topos já era o “homem”. Assim como o sílex seguro na mão, como a vara erguida com boa ou má intenção. Ou a primeira palavra; o Topos era o Verbo; era mais: a ação. E algo menos: o lugar dito e marcado, fixado. Assim, o Verbo não se faz carne, mas não lugar e lugar. Partir do lugar mental e social, lugar da identidade e da diferença, lugar marcado (logo destacado) e nomeado (logo dito), logo ligado e religado – porque não? A direção e a orientação, o trajeto e o percurso, vão de um lugar para outro. Existe, a partir de então, o outro lugar (marcado, separado, mas o mesmo: a isotopia) e o lugar outro (marcado, ligado, alcançado: a heterotopia). E, finalmente e também, há o alhures e o lugar nenhum e o distante (a ordem próxima e a ordem ampla) isto é, o outro e o estranho. (LEFEBVRE, 1970, p.40).

Apenas em momentos posteriores “el espacio sai de las sombras como el planeta de un eclipse” (LEFEBRE, 1976, p.291). E,

O espaço, conjunto de lugares é inicialmente marcado, ou seja, escalonado e orientado. A forma do quadriculado e a forma concêntrica vão juntas antes de estarem separadas. A quadrícula do espaço, complexa desde o começo, antes de ser reduzida, estranha em primeiro lugar os quatro pontos da rosa dos ventos, e portanto, o alto e o baixo, o aqui e o alhures (o anti- lugar em contraste com o lugar comum). (LEFEBVRE, 1970, p.41).

Há pouca divergência nas leituras críticas do espaço de que este se apresente na modernidade produtora de mercadorias como um objeto contraditório. Contudo, a natureza dessas contradições permanece, em grande medida, nas sombras. Ainda que firmado como objeto *par excellence* da Geografia, o espaço ainda nos parece ter sua importância histórica pouco conhecida, senão obscurecida.

Lefebvre, parece-nos, foi quem mais avançou na desmistificação deste conceito ao deslindar o caráter estratégico do espaço, afirmando que “o espaço nada tem de inocente, embora tenha a aparência de surgir do solo natural para subsistir como natureza, ele é especulativo, é estratégico, é produzido segundo os interesses de seus ‘produtores’”. (2008, p.144).

Caminhando sobre esse mesmo terreno que deve ser de reconhecimento das mistificações, das fetichizações do espaço, assumimos aqui uma hipótese analítica: o espaço como categoria imanentemente negativa no seio da reprodução do valor, e determinada segundo seus termos. Isto é, o espaço enquanto forma cindida e negativa do *Topos* natural, tornado força produtiva e reificado conforme é objetivado. Em consonância com Kurz (2014, p.29) “a palavra positivo deve aqui ser entendida no sentido de uma objetividade exterior neutra com o que o sujeito de conhecimento se defronta”, ao passo que se o estatuto da crítica se revelar negativo “também seu conhecimento só pode ser negativo, ou



seja, processar-se no *modus* da crítica do próprio objeto, que deve ser destruído e cujas leis têm de ser abolidas”.

Ora, essa já não teria sido a posição do próprio Lefebvre ao apontar a *ilusão espacial*?

Isto é,

De estas descripciones se deriva una mezcla donde todo es indistinguible o una disociación entre lo concebido, lo percibido y lo vivido, entre las representaciones del espacio y los espacios de representación. Sin embargo, el verdadero problema teórico es justamente relacionar estas esferas revelando las mediaciones entre ellas. Así pues, se enfatiza la importancia de la *ilusión espacial* que no proviene ni del espacio geométrico como tal ni del espacio visual (el de las imágenes y las fotos, a partir de los planos y diseños) como tal ni del espacio social (práctico y vivido), sino de su interpenetración: oscilación de uno a otro o sustitución. De suerte que la visualidad pasa por lo geométrico y que la transparencia óptica (legibilidad) de lo visual se confunde con la inteligibilidad lógico-matemática, y viceversa. (LEFEBVRE, 2013, p.335, grifos do autor)<sup>43</sup>.

Creemos que a negatividade, a obscuridade do espaço, para que se revele em toda sua vivacidade demanda um recuo ainda maior no interior das próprias contradições que essa realidade/ conceito nos impõe. Contradições essas que podem ser entendidas como sendo o próprio cerne da Geografia enquanto ciência moderna e parcelar, e que notadamente Lefebvre não pretendia dar conta delas.

A identidade da geografia enquanto ciência, antes mesmo que o conceito de espaço se realizasse enquanto tal assenta-se na relação contraditória entre homem e natureza, seja desvelando essa tensão, seja a escamoteando e reafirmando a reificação do objeto geográfico cindido entre geografia física e geografia humana.

A forma clássica do discurso geográfico é aquela para a qual a ‘Geografia é a ciência que estuda a relação homem-meio’, velha é a definição eternamente do dia, mesmo quando achamos que a superamos, como hoje que o discurso é o da “ciência da organização do espaço pelo homem”, é dela que estamos falando. E não deixa de haver razão nisso: ela é o eixo geral da evolução da humanidade. O que está em questão, sempre, é o nosso modo de pensá-la. (MOREIRA, 1988, p.72).

É sobre esse engodo quanto à separação do homem para com a natureza, e uma eterna busca por uma reconciliação, que a Geografia firma seu objeto. É no contexto desse

---

<sup>43</sup> “Destas descrições se derivam uma mescla onde tudo é indistinguível ou uma dissociação entre o concebido, o percebido e o vivido, entre as representações de espaço e os espaços de representação. No entanto, o verdadeiro problema teórico é relacionar essas esferas revelando as mediações entre elas. Assim, pois se enfatiza a importância da *ilusão espacial* que não provém nem do espaço geométrico como tal nem do espaço visual (o das imagens e das fotos, a partir dos planos e desenhos) como tal, nem do espaço social (prático e vivido) senão que de sua interpenetração: oscilação de um a outro ou substituição. De sorte que a visualidade passa pelo geométrico e que a transparência ótica (legibilidade) do visual se confunde com a interlegibilidade lógico-matemática, e vice-versa.” [Tradução Nossa]

imbróglgio (notadamente no final do século XIX e início do XX) que, sob a influência do idealismo de Kant, o espaço começa ganhar peso de categoria na ciência geográfica. Suplantando paulatinamente – em terreno de debate nunca esgotado nessa província do saber – o meio, a região e a paisagem como objeto central da Geografia (embora a preocupação epistemológica com a delimitação de um objeto central só povoe as discussões geográficas massivamente a partir da segunda metade do século XX). Essa tensão se revela na aurora dos XIX, em dois planos aparentemente distintos, mas que se revelam, ao cabo, parte de um mesmo processo histórico, a modernidade produtora de mercadorias. Um plano filosófico, e um plano empírico. O discurso sobre a natureza se põe de maneira decisiva nas filosofias de Kant e Schelling, bem como na literatura de Goethe, sempre ainda preso a um debate ontológico-metafísico caro ao idealismo alemão (SILVEIRA, 2012). E enquanto realidade sensível se põe na transformação captada por Marx, da primeira em segunda natureza, ou seja, na transformação das forças da natureza em forças produtivas do capital. Senão vejamos nos termos do próprio Marx,

O valor real de sua força de trabalho desvia-se desse mínimo físico; é diferente de acordo com o clima e o estágio do desenvolvimento social; depende não só das necessidades físicas, mas também das necessidades sociais historicamente desenvolvidas, que se tornam uma segunda natureza. (1986, Livro III, Tomo II, p. 299).

Há, em nossa concepção, uma imbricação inextricável entre a transformação da natureza em forças produtivas do capital, as filosofias idealistas alemãs em seus debates metafísicos, e a posição do espaço geográfico enquanto objeto *par excellence* da Geografia. A compreensão de tal imbricação deve levar em conta, portanto essa tríade, raramente notada enquanto expressões de um mesmo processo: o idealismo alemão (sobretudo a figura de Kant), a crítica marxiana do valor, e o alvorecer do conceito de espaço enquanto cerne das discussões geográficas<sup>44</sup>. No entanto, a colocação desse pensamento nos impõe riscos e dificuldades de compreensão, pois, nos termos de Robert Kurz, as próprias contribuições de Kant não podem ser apreendidas em sua totalidade pelos atuais filósofos do pensamento esclarecido,

Pois nem mesmo chegariam a notar o fato de que este último [Kant] se debate conceitualmente com o problema da constituição da moderna socialização do valor, indicando as antinomias e as aporias que nela subjazem. Tais ideólogos, em vez disso tomariam a constituição da forma do valor e do direito problematizada por Kant, de antemão, como um pressuposto cego, tal como ela também penetrou, entrementes na consciência cotidiana, não sendo mais capaz de perceber, justamente por isso, o problema colocado por Kant. (KURZ, 2010a, p.122-3).

---

<sup>44</sup> Discussão será aprofundada devidamente no capítulo 1.

Em outras palavras, o que Kurz nota é que as elucubrações teórico-metafísicas de Kant, expressam em verdade a própria abstração real que se materializava no *hic et nunc* do escritos kantianos. Pois que, olhado mais de perto o sujeito abstrato da ética e da estética de Kant nada mais é do que o moderno sujeito de valorização, a determinante viva da forma – em si mesma – inerte do valor. Do mesmo modo, a natureza, tornada objeto por Kant, também pode ser compreendida como parte do processo pelo qual a natureza é tornada recurso natural na medida em que os diferentes circuitos do capital dela se apropriam.

É nesse espectro que o espaço começa aparecer nos escritos geográficos, com Humboldt, Ritter, Ratzel, Reclus, dentre outros. Os esforços recentes de Silveira (2012) e Brito (2014) tem deixado um pouco mais claras as imbricações entre o pensamento das geografias clássicas alemãs e o idealismo preponderante naquele momento.

Contudo, a hipótese de que a definição – ainda que imprecisa – do objeto da Geografia se assenta sobre essa cisão engendrada pela própria reprodução do valor, não apenas não é corrente, como negada, escamoteada, como se os momentos em nada se imbricassem. De acordo com Silveira (2012), Horácio Capel, por exemplo,

chega a afirmar que há um completo abandono das diretrizes apontadas por Ritter e Humboldt no que diz respeito à construção de uma Geografia moderna, sobretudo no período que segue à morte dos dois fundadores; mas esquece algo fundamental, que ainda se mantém e que perfaz, com inúmeras alterações é evidente, o centro das investigações geográficas: a expressão da relação entre o homem e a natureza. Esse que era o cerne da Geografia ainda o é, por mais que possa, nesse sentido, atender contemporaneamente pelo nome de espaço geográfico. Isso não é pouco e nem irrelevante. E agora começamos a caminhar na dificuldade enfrentada pela Geografia. (SILVEIRA, 2010, p.410).

O espaço aparece, portanto, antes como uma imanência da própria socialização do valor do que como uma categoria da Geografia. Ainda que não se valha do conceito de espaço – mesmo porque este ainda não estava consolidado enquanto tal – o geógrafo francês Max Sorre (1984), dá demonstrações de que o conceito de meio, o qual ele é um dos principais teóricos, já não dava conta de expressar e explicar as novas realidades engendradas pelo capitalismo, sobretudo nas metrópoles que começavam a se formar no final do XIX e início do XX<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> “Um dos principais responsáveis pela consolidação do ‘meio’ como categoria geográfica, Sorre, ao se defrontar com as cidades francesas que começavam a crescer desmedidamente no final do século XIX expressa que, certamente, o meio já não fornecia a chave de compreensão da nova realidade que se desvelava. O clima, sempre presente nas considerações de Sorre sobre o meio, é um dos fatores preponderantes para a percepção deste geógrafo de que a relação homem/mundo já desviara da estreiteza que fundava o meio como ‘gênero de vida’ – para nos remetermos a Vidal de La Blache. ‘Reconhecemos a originalidade dos climas urbanos. Trata-se aqui, sobretudo, dos climas das grandes cidades. O fator dominante não é mais de ordem

Na contemporaneidade, um dos fundamentos da crise em curso é, para David Harvey a própria disjunção-tempo espaço. “Infelizmente, os bens materiais e as pessoas não podem se mover pelo ciberespaço, apesar de todos os tipos de informações poderem.” (HARVEY, 2011, p.155). O que remete às duas determinações fundamentais distanciadas pela consciência fetichista: a metafísica espacial e o tempo de rotação dos capitais. Pois “o *tempo de circulação* só determina o valor na medida em que aparece como *barreira natural* para a valorização do tempo de trabalho. Portanto, ele é de fato uma dedução do tempo de trabalho excedente, um aumento do *tempo de trabalho necessário*”. (MARX, 2011, p.445).

Assim,

Os diferentes elementos do capital empregados na produção giram em velocidades diferentes dentro das diferentes indústrias. Quanto mais tempo durarem esses tempos de rotação, maior a inércia geográfica e temporal dentro da economia de espaço da produção capitalista. A inércia é imposta especificamente pela capacidade de desvalorização. Os capitalistas individuais só podem se mover sem incorrer em desvalorização na circunstância improvável de uma eliminação simultânea de todos os tempos de rotação e dos períodos de trabalho do capital (variável, constante, fixo, etc.) que eles empregam. (HARVEY, 2013, p.501).

Isso de modo que o tempo de circulação deve ser sempre tendente a zero, a despeito de sua própria impossibilidade. O que se tem em última instância é que o espaço, abstraído do *Topos* como força produtiva, tende a dissolver em sua própria negatividade. “A pretensa implosão do tempo real, atingida pelo domínio do homem sobre a natureza, manifesta-se como a busca pela realização do espaço enquanto sua natureza paradoxal. Isto é, para se realizar, precisa apagar a si mesmo.” (BONIFÁCIO, 2015, p.123). O que nos leva a pôr em pauta a própria determinação mútua entre crise, metafísica e a crítica marxiana do valor.

### **Crise, metafísica e marxismo**

A tensão entre o ser e o aparecer move a constelação do pensamento marxiano. Desvelar a essência mistificada pela mera aparência é o que identifica o método da crítica da economia política enquanto tal. E a essência, ao contrário do que se poderia pensar, não é o que permanece, mas o que muda ainda que a aparência se mantenha incólume. A implicação de tal determinação é pôr-se em posição negativa ante ao objeto que se

---

física, mas sociológica’. Assim, se o meio ainda pressupõe uma ecologia da qual o homem é parte constituinte, nessa realidade ‘sociológica’ com a qual Sorre se defrontava havia uma dessimetria destacada, uma elevação do homem em relação ao mundo, o qual na medida em que dominava em função da técnica, apartava-se de maneira decisiva (BONIFÁCIO & RIBEIRO, 2016, p.89).

defronta. Pensar a crise, portanto, implica em considerar que a crise em sua essência, é, antes de tudo, negatividade de sua aparência. Nessa proposição, o enfrentamento positivo do pensamento para com a crítica deve apartar-se do negativo, para que esse último possa liberar-se e desvelar o que é ocultado pela moderna e fetichizada forma da teoria.

Se por um lado o materialismo dialético deve despir-se da Ideia transcendental que move os processos históricos, por outro ele não deve transmutar-se num determinismo das condições materiais, como numa doutrina da realidade objetiva. Pode-se dizer que o mundo moderno dominado pelo fetiche do equivalente é duplicado, e, portanto, só pode ser entendido em sua metamaterialidade, ou seja, na superação da matéria que ainda a preserva na forma de pressuposto. Essa contradição da duplicidade entre a matéria e sua negação foi bem notada por Alfred Sohn-Rethel (1989). De acordo com o autor, os objetos tornados abstratos pelas determinações genéricas da valorização do valor

têm a determinação de absoluta constância material, é bem verdade que como postulado – respectivamente como ficção, mas ficção socialmente necessária. No ato da entrega da posse eles não são objetos de atos de uso, e isso não se constitui uma simples negação, mas como negação posta afirmativamente. [...] Ou seja, como objetos de troca, para dizê-lo com maior precisão, eles não somente não têm nenhuma qualidade de uso, mas são muito mais positivamente desprovidos de qualidade. Por outro lado, eles só são trocados, para ser utilizados após a conclusão dos atos da troca. Suas qualidades como objetos de uso aderem, portanto essencialmente a eles, enquanto eles são trocados em constância material, mas desprovida de qualidade. (SOHN-RETHEL, 1989, p.35).

O que as considerações de Sohn-Rethel implicam? Que se se toma a crítica da economia política de Marx por método de enfrentamento da realidade, deve-se ter em mente que essa realidade é tanto material, quanto superação e negação de sua materialidade. Como já afirmamos outrora, negar a especulação filosófica e suas implicações metafísicas “é negar que nem só o que é puramente concreto, manifesto em fisicidade indelével, é realidade sensível, é produtor das relações reais que se desenrolam na concretude do mundo.” (BONIFÁCIO, 2015, p.177-8).

Em uma de suas mais clássicas e elucidantes passagens, Marx já denominara o universo da reprodução ampliada do capital como a *contradição em processo*<sup>46</sup>. Se levada a

---

<sup>46</sup> De acordo com Marx, "o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambas aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são

termo em todas as suas determinações, essa proposição marxiana não se restringe meramente à oposição entre capital e trabalho *strictu sensu*, mas a toda a sociabilidade constituída em torno desse campo de tensão. Trata-se de uma contradição histórica que é, por assim dizer, a espinha dorsal da modernidade. Uma contradição que é imanente à reprodução das condições de produção de modo amplo. Assim, acumular é o ato de gerar crises de acumulação, produzir é o ato de criar condições objetivas de destruição, etc.

Desse modo, a determinante da matéria (posta nas mercadorias, nos meios de produção, no capital constante, no dispêndio de força humana de trabalho abstrato, etc.) é igualmente negação de si. Não é preciso muito esforço para demonstrar que se a constância material das mercadorias é condição fundamental ao processo de valorização e, ao mesmo tempo é a dimensão negativa desse processo, uma vez que requer dispêndio tanto de tempo abstrato quanto de capital para se realizar.

A matéria e a fisis da mercadoria (o seu plano material) é o “veículo do valor de troca”, o valor. Isto conduziria a uma contradição identitária entre matéria, natureza; e sociedade. A metafísica assim se torna social porque posta na condição de um tempo, “tempo de trabalho”, como um fetichismo naturalizado no processo de troca que só o é porque social. (ALFREDO, 2015, p.86).

Ou seja, se o processo de valorização requer tempo e capital, requer, em suma, valor para se valorizar<sup>47</sup>. Seria assim, a supressão da matéria o devaneio mais fundamental da valorização exponencial e ilimitada. Não obstante, o próprio momento da circulação, meio fundamental para a realização do valor enquanto tal, é, de modo concomitante, dimensão contraditória de seu próprio processo<sup>48</sup>. Ou seja, no processo de valorização do valor, cujo meio dessa realização é a contínua circulação de si em diversas formas, este estacionar, embora necessário, apresenta-se como negação de si na medida em que do

---

exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares." (MARX, 2011, p.589).

<sup>47</sup> A identidade negativa entre tempo e valor carece ser sempre ressaltada, pois, se por um lado o próprio valor é tempo de trabalho cristalizado, é o próprio tempo o móvel da desvalorização, já que a plena circulação no tempo do piscar de olhos, e sem atritos é uma impossibilidade lógica.

<sup>48</sup> “O capital só existe como capital à medida que percorre as fases da circulação, os diferentes momentos de sua transformação, para poder recomeçar o processo de produção, e essas próprias fases são fases de sua valorização – mas, ao mesmo tempo, como vimos, são fases de sua desvalorização. Enquanto permanece fixado em sua figura de produto acabado, o capital não pode atuar como capital, é capital negado. O seu processo de valorização é interrompido na mesma medida e seu valor em processo é negado. Para o capital, isso aparece, por conseguinte, como perda, como perda relativa de seu valor, porque seu valor consiste justamente no processo de valorização. Em outras palavras, essa perda do capital nada mais significa que para ele transcorre um tempo inaproveitado, tempo durante o qual, pela troca com o trabalho vivo, ele poderia se apropriar de tempo de trabalho excedente, de trabalho alheio, caso não tivesse ocorrido a paralisação." (MARX, 2011, p. 451).

ponto de vista do próprio capital resulta como detração de valor (ALFREDO, 2005, p. 16). É precisamente o ímpeto de negar o tempo, ou seja, a materialidade da circulação – as distâncias – que caracteriza para muitos uma pós-modernidade. Para nós, contudo, esse ímpeto é exatamente o que caracteriza a modernidade enquanto tal: a contradição imanente entre matéria e sua negação. É, para nós, o momento no qual o *Topos*, a superfície terrestre é determinada a tornar-se espaço (produto em produção, força produtiva em constante transformação). Ao mesmo tempo em que este, dialeticamente, interdita a circulação ampla, total e imediata do valor.

Em que esse horizonte teórico corrobora a elucidação da crise e suas determinantes? Na medida em que fornece um método para a compreensão de seu acontecer. O que nos propomos é uma tentativa de compreensão da crise política e econômica em curso no Brasil atual (2013-2017) tendo em vista as dimensões da metafísica real que caracteriza a modernidade produtora de mercadorias e seus estatutos políticos, sociais e econômicos. A tensão entre o ser e o aparecer que culmina na ideia de que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1986, Livro III, Tomo II, p.271), pode revelar como seu ponto mais decisivo a tensão entre a materialidade do modo de produção, e a duplicação metamaterial do mundo, que é ao mesmo sua condição e sua negação. A compreensão desse quiproquó só se realiza em uma consideração rigorosa das determinações metafísicas do mundo moderno. E, portanto, se metafísica e idealismo não forem precariamente identificados, obliterando e obscurecendo uma metafísica materialista, que é, em última instância, o que aqui se reconhece.

Deslindar os termos dessa proposição demanda a compreensão aprofundada do que distingue a mercadoria do objeto material trocado de modo independente à determinação do valor de se realizar. Igualmente, implica em compreender o porquê de o trabalho se destacar como categoria imanentemente moderna, apartando-se de maneira decisiva da atividade humana sensível. Ao explicitar o processo produtivo e seu fetiche imanente, Marx se vale do exemplo de uma mesa recém objetivada por um marceneiro, e aponta que ela, logo que "aparece como mercadoria, se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela comesse a dançar por sua própria iniciativa." (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.197). Essas considerações de Marx na parte final do primeiro capítulo de *O Capital* são

vítimas de equívocos históricos, seja daqueles que as ignoraram, seja daqueles que as desqualificaram, seja mesmo daqueles que as compreenderam apenas parcialmente, deturpando-as, portanto<sup>49</sup>.

O que a teoria do fetiche de Marx faz ver não é apenas a alienação do trabalhador para com objeto do trabalho e os meios de produção (o que, aliás, Marx já havia dado conta muito antes de *O Capital*), tampouco a forma genérica assumida pelo trabalho ante os imperativos da valorização, é, sobretudo o caráter fantasmagórico e metafísico do modo de produção capitalista. Donde a mesa, em si mesma, objeto material simples, na medida em que torna mercadoria deixa de ser ela mesma, e, esse *outro da mesa* não se manifesta imediatamente em sua fisicidade, ao contrário, é ocultado por esta. A transcendência fetichista da mercadoria não se manifesta na *coisa em si*, não é, por assim dizer, imanente ao real, é a ele transcendente, ao mesmo tempo em que contraditoriamente, o determina. "Precisamente por isso que o trabalho abstrato constitui o modo como o princípio essencial não material deita a mão ao mundo material como um fantasma." (KURZ, 2016a, p.280).

Se o conhecimento dos objetos materiais não é mais possível na modernidade se tomado por base a fisicidade dos corpos desses objetos, isso implica que o conhecimento só pode se realizar de modo negativo, isto é, na forma de superação de seu próprio conteúdo. Tomar, portanto a crise como objeto neutro o qual pode ser decifrado se decompostas suas partes e analisadas categorialmente não se revela outra coisa senão o capital pensando sobre si mesmo, e a prática oriunda desse pensamento não pode ser nada mais que o capital agindo sobre si mesmo. A *práxis* irrefletida, ou refletida precariamente, é a quintessência da reprodução alienada, ainda que almeje ser o contrário. A compreensão do conceito e da realidade da crise só é possível, portanto, se se considera que a crise é

---

<sup>49</sup> Houve aqueles que ignoraram as colocações de Marx sobre a estrutura da mercadoria no capítulo inicial d'*O Capital*. O próprio Engels chegou sugerir a Marx retirar a parte final do primeiro capítulo do Livro I, por entender que ela dificultava a larga compreensão da obra tal como era almejada por Marx. Outros foram ainda mais longe, como fizeram os althusserianos, ignorando todas as assim chamadas obras da juventude de Marx. Para eles os excursos marxianos sobre a estrutura da mercadoria, bem como sobre as origens do fetichismo, poderiam ser entendidas como diabruras metafísicas, sem quaisquer aplicabilidades para além do pensamento filosófico. Tais trechos d'*O Capital* eram assim tomadas como mera exposição enfadonha e desnecessária, fruto dos resquícios do Marx da juventude, fortemente influenciado por Hegel. E, assim sendo, nessas leituras parciais, a crítica do valor parecia ser superada pelo próprio Marx na maturidade. Ledo engano. Basta verificar que tais categorias [fetichismo; sujeito automático] se fazem presentes nos últimos escritos de Marx, lá nas páginas do livro III d'*O Capital*, quando o autor buscar dar conta das perfídias do capital financeiro. Cf. Marx (1986, Livro III, Tomo I, p. 293ss.)



antes de tudo metafísica, e que o estatuto conceitual para sua compreensão deve ter isso em conta.

A questão que se impõe de maneira decisiva então é: porque a compreensão de tais termos é sempre obliterada? Porque parece absurdo compreender que a realidade moderna traga consigo uma metarealidade material ainda que oculta? Esboçar um movimento de resposta a esse questionamento demanda compreender se a crise é, também, crise da consciência.

## Capítulo 1 – A crise é da consciência?

“O Universo não é ideia minha.  
A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.  
A noite não anoitece pelos meus olhos,  
A minha ideia de noite é que anoitece por meus olhos.  
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos  
A noite anoitece concretamente  
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.”

(Fernando Pessoa).

### Introdução

“O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”<sup>50</sup> nos afirma Marx (2008, p.47) em uma das mais citadas, e, no entanto, mais mal interpretadas passagens sua obra. O que o marxismo vulgar – sobretudo aquele fortemente influenciado pelo estruturalismo althusseriano – fez foi identificar essa passagem a uma metáfora marxiana<sup>51</sup> presente no mesmo Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* e conceder a ela o peso de teoria.

Ludovico Silva nos ajuda a compreender esse equívoco fundamental que persiste a obliterar o entendimento do papel da consciência na teoria marxiana e nas teorias críticas que a sucederam. De acordo com o filósofo venezuelano, “Marx sabía lo que no parecen saber los marxistas: que una cosa es presentar esquemáticamente una teoría recurriendo a algunas metáforas, y otra cosa muy distinta explicar científica y positivamente esa teoría.”<sup>52</sup> (SILVA, 1978, p.62). Pois, se o pensamento humano se estrutura a partir do mundo vivido, isso quer dizer que esse pensamento – as representações de mundo, as ideologias – não se encontra em uma esfera outra que se relaciona dialeticamente com o *mundo material*, mas é, esse próprio pensamento, *mundo material*. A superestrutura é igualmente estrutural e, portanto não tem nenhum sentido enquanto conceito, apenas como metáfora.

Todavia essa desmistificação do conceito nos põe de frente a uma aporia fundamental, a saber, se o pensamento se identifica ao mundo – na medida em que é, ele próprio, mundo – quem fará a revolução? Que fissuras tornariam possíveis a tomada de consciência e das rédeas da história? O que tornaria possível a humanização do homem, sua maior idade? Essa tomada de consciência ainda se identifica com a assim chamada

---

<sup>50</sup> Marx e Engels já haviam antecipado essa proposição em sua crítica à esquerda hegeliana ao afirmarem que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (2007, p.94)

<sup>51</sup> “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, 2008, p.47).

<sup>52</sup> “Marx sabia o que não parecem saber os marxistas: que uma coisa é apresentar esquematicamente uma teoria recorrendo a algumas metáforas, e outra coisa muito distinta é explicar científica e positivamente essa teoria.” [Tradução nossa].

consciência de classe? O contexto no qual vivemos aponta para esse momento consciente ou apenas repõe o sonho profundo no qual impera a consciência fetichista?

### **Consciência e fetiche: a identidade do sujeito moderno**

As tensões trazidas à tona pelo enfraquecimento e pelo quase total desmantelamento dos movimentos operários e mesmo dos partidos comunistas ao redor do mundo põem em questão a consciência de classe tal como pressupunham Marx e Engels. Para os teóricos da Nova Crítica do Valor (refiro-me, sobretudo a Kurz, Jappe e Postone) a consciência de classe do proletariado tornou-se menos uma verdade que uma mitologia. Nas palavras de Marx,

As condições tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (MARX, 1985, p.142).

Lukács, em *sua História e consciência de classe*, tinha em vista precisamente esse momento no qual o proletariado torna-se “classe para si mesma”. O filósofo húngaro concebe que

justamente porque é impossível para o proletário liberar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral, sua consciência, que é a última consciência de classe da história da humanidade, deve coincidir, de um lado, com o desvendamento da história da sociedade e, de outro, tornar-se uma unidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis. (LUKÁCS, 2003, p.174).

Isso na medida em que “apenas a consciência de classe do proletariado, que se tornou prática, possui essa função transformadora” (Ibidem, p.404). A consciência de classe tal como concebeu Lukács vincula-se inextricavelmente com a subjetividade no seio da constituição fetichista da sociedade moderna. Nos termos de Merleau-Ponty (2006, p.46) “o que Lukács quer preservar [...] é um marxismo que incorpora a subjetividade à história sem fazer dela um epifenômeno, é o miolo filosófico do marxismo, seu valor cultural, sua significação revolucionária.” A preocupação lukacsiana com a subjetividade não tem em vista cada sujeito de maneira parcelar, concebido como mônada, mas precisamente o modo como os sujeitos sociais, em conjunto, se inserem de maneira contemplativa e fragmentária na sociedade. Essa

Fragmentação do sujeito face à racionalização de todas as relações mediatizadas pelo valor, assume na teoria da reificação de Lukács um caráter totalizante. Isso, ao mesmo tempo em que rompe com toda imagem de totalidade. A consciência dos

sujeitos sociais encontra-se, nessa perspectiva, destituída da possibilidade de apreensão do todo. É o “caráter contemplativo” que se realiza, todos se tornam – como mais tarde apontaria Guy Debord – espectadores da própria vida e do devir social. (BONIFÁCIO, 2015, p.92).

O valor se totaliza – nos termos de Marx – como um particular que se universaliza subordinando a si todas as particularidades, fragmentando o mundo e a subjetividade daqueles que nele mundam a tal ponto que não cabe ao sujeito moderno nada mais que contemplar a miséria da própria existência.

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais se contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de outros que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar nenhum, pois o espetáculo está em toda a parte. (DEBORD, 1997, p. 24).

A questão que se apresenta diante de nós é porque apenas o proletariado teria a capacidade de reestabelecer a unidade cindida pela sociabilidade engendrada pela capitalização do mundo. De acordo com Ricardo Regatieri (2009, p.43), Lukács concebe que

a posição específica que ocupa no capitalismo o proletariado, permite a ele acessar o ponto de vista da totalidade. Enquanto o ponto de vista burguês sempre terá, sob o modo burguês de produção, algo a encobrir, a consciência de classe do proletariado nada tem a esconder. Pode efetuar livremente a crítica já que não pretende salvaguardar a ordem existente.

No entanto, podemos dizer, olhando pelo retrovisor da história, que a perspectiva lukacsiana é falha para pensar os abismos da consciência em tempos atuais por pelos menos duas razões fundamentais. Uma situada no campo histórico e outra no campo filosófico.

Do primeiro ponto de vista, a consciência lukacsiana se desvanece porque, por assim dizer, perde seu momento histórico. Se na Europa do início do século XX o operariado se apresentava com uma articulação suficientemente forte para que a esperança de Lukács não pudesse ser tida como ingênua, o mesmo não é verdade na aurora do século XXI. A social-democracia europeia e os governos de centro-esquerda na periferia do mundo – sobretudo na América Latina – contribuíram largamente para silenciar os movimentos sociais, para cooptá-los, para torná-los parte do Estado ao invés de ameaças a este. Como de modo pertinaz nos aponta Mario Tronti (1998, p.240) “Il movimento operaio non è stato sconfitto dal capitalismo. Il movimento operaio è stato sconfitto dalla

democrazia. Questo è l'enunciato del problema che il secolo ci mette davanti. Il fatto, *die Sache selbst*, che adesso dobbiamo pensare.<sup>53</sup>”

Do ponto vista filosófico, o equívoco de Lukács é, em grande medida, o mesmo encontrado em parte significativa do marxismo tradicional (não necessariamente em Marx)<sup>54</sup> na forma de uma herança mal desdobrada do hegelianismo. A passagem da “classe em si” para a classe “para si” ancora-se na teleologia da *Lógica* hegeliana e que nunca encontrou na sociedade em ato seu momento, a materialização da Ideia. O que Hegel tinha em vista e que é, de algum modo, conservado no pensamento de Lukács é a tríade entre o ser em-si, o ser determinado e o ser para-si. “Se o primeiro era o em-si da realização, o germe, etc., e o segundo a existência, o que emerge, então o terceiro é a identidade de ambos, mais precisamente, o fruto do desenvolvimento, o resultado de todo este movimento” (HEGEL, 2006, p. 89). Se por um lado o para-si pôde ser considerado por alguns autores como um devir, como um possível, por outro, na medida em que é realização do ser determinado sua razão de ser, esse suposto devir revela seu caráter teleológico, sua matriz numa Ideia transcendental que não apenas não é real, como chega ser sua negação<sup>55</sup>. A forma apriorística identifica-se com a forma final da teleologia, e nesse

---

<sup>53</sup> “O movimento operário não foi derrotado pelo capitalismo. O movimento operário foi derrotado pela democracia. Este é o enunciado do problema que o século coloca diante de nós. O fato, a coisa em si [*die Sache selbst*], que agora temos de pensar.” [Tradução nossa]

<sup>54</sup> Rubel (1974) demonstra com clareza que grande parte das aporias e das teleologias que são atribuídas ao pensamento de Marx estão presente apenas em seus intérpretes e comentadores, os quais Marx certamente seria um dos mais ferrenhos críticos se tal oportunidade existisse. “Sociedade terminal? Fim da história? Tais fórmulas não são as de Marx. Pertencem exclusivamente a seus comentadores. A designação do comunismo como ‘enigma resolvido’ vem de uma época em que Marx deixa claro que não entende por comunismo senão o ‘movimento real’”, nos esclarece Bensaïd (1999, p.24). Mais tarde afirma o próprio Bensaïd, “que não se irritem os Fukuyama de ontem e de sempre, que fazem de Marx ‘o grande autor de história universal do século XIX, a História universal não é para ele senão um (mau) poema.” (p.36).

<sup>55</sup> A tríade hegeliana em nada pode se desvincular da apologia de Hegel ao Estado, pois, para este “Para se libertar desta perdição de si mesmo, e do seu universo, e do infinito sofrimento que lhe é consequente - sofrimento de que o povo israelita foi o suporte -, o espírito, fechado em si mesmo no extremo da sua negatividade absoluta, apreende, numa perturbação que é em si e para si, a positividade infinita da sua vida interior, o princípio da unidade da natureza divina e humana, e na consciência de si e na subjetividade aparece a reconciliação como verdade objetiva e liberdade. O princípio nórdico dos povos germânicos é que tem a missão de tal realizar” (HEGEL, 1997, p.316). O povo germânico tinha, portanto, para Hegel uma missão histórica, a de instituir um Estado para si, pois, “nele, por uma evolução orgânica, adquire a consciência de si a realidade em ato do seu saber e da sua vontade substancial, como na religião encontra o sentimento e a representação daquela verdade que é sua, sua essência ideal, e na ciência obtém o conhecimento livremente concebido dessa verdade como idêntica em suas três manifestações complementares: o Estado, a natureza e o mundo ideal. (ibidem, p.317). Assim compreendida a tríade hegeliana (em si/ para si/ em si- para si) pode revelar, em verdade, uma tentativa de *cosmeticidade* da razão, que se objetiva no mundo enquanto um *todo orgânico*, o Estado. A nação germânica existe em si mesma, como uma espécie de *a priori* que se torna possível por uma teleologia da História; na medida em que toma consciência de si para si, a nação caminha para o fim da História, pois torna possível a concretização da razão em sua forma mais desenvolvida: a do Estado. Ou seja, a tríade enquanto aparente tensão e contradição entre a consciência e sua exterioridade, imputa um pensamento de unidade. Mensura o heterogêneo a partir desse pensamento.

movimento de violência dialética, cinde, oprime e dissolve o real, o momento de sua realização é negação de seu próprio processo como contradição.

Transposta da dialética idealista – comprometida com um projeto de Estado – para um materialismo dialético – que tinha em vista o desvanecimento do próprio Estado e de suas antinomias – essa tomada de consciência hegeliana conserva seu caráter ideal e, em grande medida, sua impossibilidade lógica como a própria história tem demonstrado.

Por infelicidade, esta consciência histórica da classe operária não existe em nenhuma parte na classe operária; em nenhum indivíduo real, em nenhum grupo real. Ela somente se constrói na cabeça do filósofo, que pensa especulativamente na classe operária. Ela cede, pois, ante a crítica que distingue a consciência *espontânea* (incerta, primitiva) da consciência política (resultado da fusão, na ação do conhecimento conceitual elaborado pelos sábios – logo, os intelectuais – com a consciência *espontânea*). Lukács substitui a Filosofia clássica pela Filosofia do proletariado. Essa filosofia delega o poder filosófico de representar e sistematizar o real a um pensador. Isso perpetua os riscos e perigos da sistematização clássica, sobretudo quando o “pensador” se torna “coletivo”! A teoria lukacsiana da consciência de classe tem o mesmo inconveniente da filosofia da práxis segundo A. Gramsci. Os dois teóricos marxistas conceberam o *fim* da filosofia, sem terem concebido sua *realização*. Engano muito generalizado. (LEFEBVRE, 1977, p. 180, grifos do autor).

A dupla impossibilidade (histórica e filosófica) de se conceber a tomada de consciência tal como Lukács e Marx nos apresentaram em séculos passados nos coloca diante do desafio de pensar a atualidade da crítica desses autores tanto em termos lógicos quanto históricos. Se a totalização da dominação e sua fragmentação imanente apenas se fizeram aprofundar desde que os autores desenvolveram suas teorias faz-se necessário entender que formas essa totalização tem assumido. O que, a nosso ver, refere-se de maneira indissociável à constituição moderna do sujeito e sua consciência fetichista.

“O trabalho é antes de tudo uma forma de pensamento”! Já anunciava Alfred Sohn-Rethel (1989, p.4). A afirmação de Sohn-Rethel foi largamente escamoteada pelo marxismo tradicional, que, ao que nos parece, resguarda um grande desconhecimento sobre a obra do autor. À luz do marxismo tradicional, colocar o trabalho como forma do pensamento era idêntico a uma teoria idealista do trabalho. A sombra do pensamento hegeliano aparece como uma espécie de fantasma capaz mesmo de encerrar a reflexão temendo que essa pudesse perder de vista as bases materiais. Ora, o que Sohn-Rethel afirma não é que o pensamento determina o que vem a ser a realidade, como na Ideia absoluta hegeliana, mas, ao contrário, que a realidade condiciona uma forma específica de pensamento. O que não é distinto do que pontuara o próprio Marx na teoria do fetiche, e mesmo n’*A Ideologia Alemã*,

onde juntamente com Engels afirma que “também as formações nebulosas<sup>56</sup> na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais.” (2007, p.94), Tão pouco é distinto das considerações frankfurtianas donde se encontra que “para substituir as práticas do curandeiro pela técnica industrial universal foi preciso, primeiro, que os pensamentos se tornassem autônomos em face aos objetos, como ocorre no ego ajustado à realidade.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 25)<sup>57</sup>.

O desvendamento das contribuições de Sohn-Rethel bem como dos frankfurtianos demanda que se tenha em mente uma questão fundamental: a historicidade do trabalho e sua correspondente forma de sociabilidade. Questão essa que, aliás, é bastante turva na filosofia de Sohn-Rethel, pois, uma vez não despida da ontologia e da positividade do trabalho, a crítica do filósofo acaba por recair na circulação do capital, mantendo a gênese da mistificação fetichista oculta já que o momento da produção para Sohn-Rethel é supra-histórico<sup>58</sup>.

Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que *a atividade humana em si*, o puro "dispêndio de força de trabalho", sem levar em consideração qualquer

---

<sup>56</sup> A edição da Editora Expressão Popular (MARX & ENGELS, 2009) traduz “formações nebulosas” por “fantasmagorias”, termo que, aliás, consideramos mais substancial, como as próprias produções tardias de Marx denotam.

<sup>57</sup> Adorno, inclusive, ao ter contato com os escritos de Sohn-Rethel mostrou-se verdadeiramente envolvido com as formulações deste último como revela uma carta enviada em 1936. Escreve Adorno: “Eu creio de não exagerar, se lhe disser que sua carta significou a maior sacudida espiritual que eu experimentei em filosofia depois de meu primeiro encontro com o trabalho de Benjamin - e isso foi no ano de 1923! Essa sacudida registra a profundidade de uma concordância, que vai muito além do que o senhor podia suspeitar e eu mesmo suspeitava. E somente a consciência dessa concordância (da qual pode ter percebido traços no conceito da falsa síntese no trabalho sobre jazz), mas que no essencial está na transposição crítico-imanente (=identificação dialética) do idealismo em materialismo dialético; no conhecimento de que não é a verdade que está contida na história, mas a história na verdade; e na tentativa de uma proto-história da lógica consiste - só esta concordância ingente e ratificadora me impede de designar seu trabalho de genial - a angústia, de que se quereria que fosse também o próprio! Com nossa explicação social da razão pura desvanece a impossibilidade antinômica de unidade da ciência natural e da ciência do espírito, respectivamente da história. Com isso devia estar aberto o caminho para uma compreensão universal da história da humanidade ocidental. (ADORNO *apud* LION, 2012, p.13). Slavoj Žižek, embora distante da tradição a que se vincula Sohn-Rethel, foi outro a apontar o quão fundamentais são as contribuições deste para compreender os meandros da mistificação da consciência sobre os ditames da valorização do valor. De acordo com o esloveno, “Definitivamente há mais em jogo na forma mercadoria que a forma mercadoria em si, e foi precisamente esse ‘algo a mais’ que exerceu um poder de atração tão fascinante. O teórico que foi mais longe na revelação do alcance universal da forma-mercadoria foi, sem sombra de dúvida, Alfred Sohn-Rethel, um dos companheiros de viagem da Escola de Frankfurt” (ŽIŽEK, 1996, p.301).

<sup>58</sup> Sobre esse imbróglcio conceitual ver o excelente artigo de Nuno Machado (2013) onde o autor pontua “que há que realçar que a teoria de Sohn-Rethel se revela problemática em vários aspectos porque desloca a origem da abstração real para a esfera da circulação, dado que, na sua perspectiva, ‘a produção (...) é um metabolismo não social e supra-histórico com a natureza.’” (p.189).

conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais. [...] Somente o moderno sistema produtor de mercadorias criou, com seu fim em si mesmo da transformação permanente de energia humana em dinheiro, uma esfera particular, "dissociada" de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho. (GRUPO KRISIS, 1999, p. 22, grifos do autor).

Se, em concordância com a perspectiva do Grupo Krisis e, contrariamente a Sohn-Rethel, tivermos em mente que o trabalho é uma forma imanentemente moderna de socialização, a afirmação de Sohn-Rethel de que o trabalho é uma forma de pensamento permite compreender a determinação fetichista da forma sujeito com uma radicalidade ainda maior do que a atingida pelo filósofo alemão. Pois,

Em rigor, a designação "trabalho abstracto" representa um pleonasma lógico (como por exemplo "cavalo-branco branco"), uma vez que o atributo já está contido no próprio conceito; é que, de facto, o "trabalho" já é uma abstracção. Inversamente, o conceito "trabalho concreto" representa uma *contradictio in adjecto* (como por exemplo "cavalo-branco preto"), já que o atributo está em contradição com o conceito; como abstracção (mesmo conceptualmente, apenas nascendo no terreno de uma abstracção real social) o "trabalho" não pode ser *per se* "concreto" no sentido de uma determinada actividade. Poder-se-ia dizer que estas definições de Marx reflectem o paradoxo real da relação do capital e da sua socialização do valor, já que nas mesmas o que é em si concreto, a diversidade do mundo, é de facto ("realmente") reduzido a uma abstracção, e assim a relação entre o geral e o particular é posta de pernas para o ar. O geral já não é uma manifestação do particular, mas pelo contrário o particular já apenas é uma manifestação da generalidade totalitária; o concreto, assim sendo, também já não representa a diversidade estruturada do particular, mas não "é" senão a "expressão" da generalidade realmente abstracta, da "substância" universal<sup>59</sup>. (KURZ, 2016a, p.284).

Assim compreendido, o trabalho não é um mero momento apartado da vida, mas é uma totalidade que determina até os confins do espírito o que este vem a ser. Totalidade

---

<sup>59</sup> Se por um lado qualquer forma de trabalho tem com seu pressuposto a concretude do processo de trabalho que aparece nos termos de Marx como "dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos" (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.173), a determinação fundamental – ou seja a substância do trabalho – não é sua concretude, mas, ao contrário, a abstracção das qualidades concretas na própria materialidade do ato. "É que Marx não fala do dispêndio fisiológico de nervo, músculo e cérebro num sentido imediatamente naturalista ou transhistórico. Pois o dispêndio fisiológico de energia humana, em termos puramente "naturais", não pode ser separado da forma concreta desse dispêndio. Porém, é precisamente isso o que acontece socialmente na abstracção do trabalho. E este abstrair da forma concreta do dispêndio não é racional nem transhistórico. Se, por exemplo, disséssemos a um egípcio antigo que estivesse a pescar que não estava simplesmente a apanhar peixe, mas que estava a despendar "nervo, músculo e cérebro" em sentido abstracto, ele teria todos os motivos para duvidar da nossa saúde mental. Tal afirmação apenas faz "sentido" no contexto da abstracção real moderna. Ainda assim, a substância abstracta do trabalho não deixa de comportar algum conteúdo material ou "físico" (pois um dispêndio de nervo, músculo e cérebro sem conteúdo simplesmente não é possível), mesmo que não se trate de uma substância natural imediata, mas de uma substância social enquanto abstracção. Trata-se de um dos lados da materialização da idealidade da forma fetichista (o outro seria a própria matéria natural moldada de modo reducionista), na medida em que sob o ditado desta idealidade da forma negativa, numa determinada referência social, se abstrai, não só conceptual, mas também praticamente, da forma concreta do dispêndio (que naturalmente não deixa de acontecer), estabelecendo como essencial apenas esse mesmo dispêndio enquanto tal, independentemente da sua determinação concreta." (KURZ 2016a, p.285-6).



essa que só pode ser compreendida em oposição à totalidade do não-trabalho, onde esse todo da vida não era fragmentado, mas consistia em um *intium* indissociável. Se no primeiro caso a vida do ser é cindida pela abstração espaço-temporal, essa cisão se totaliza negativamente no consumo, na esfera do tempo livre. No segundo não há uma cisão destacada, pois o lúdico e a atividade produtiva não se encontram separados temporalmente inda menos espacialmente. Esse dilaceramento da vida é fundamental para compreender em que medida a abstração racional moderna acaba por constituir a própria natureza do ser social, ontológica apenas ao moderno. Este é sem dúvida o grande mérito de Sohn-Rethel, compreender como as categorias *a priori* da razão pura tem muito mais vinculação com a vida alocada sob o modo de produção dominado pelo equivalente do que podiam supor os críticos ferrenhos do idealismo alemão.

Embora o *bic et nunc* das produções idealistas determinasse a positividade da abstração trabalho como forma de desgarramento da penumbra feudal e de suas respectivas formas de servidão, o caráter abstrato e fantasmagórico da nova socialidade que se desvelava não passou despercebido pelos autores do período. Para Schiller, por exemplo,

acorrentado eternamente a um único e minúsculo fragmento do todo, o homem educa a si próprio como mero fragmento; com o ouvido eternamente tomado pelo estrepito monótono da roda que ele faz girar, o homem não desenvolve jamais a harmonia do próprio ser; e ao invés de exteriorizar a humanidade ínsita à própria natureza, torna-se uma mero decalque de sua profissão, de sua ciência (SCHILLER, 1990, p.41).

Apenas essa totalização do valor-cisão na forma do dilaceramento do humano tornou possível o desenvolvimento pleno da abstração matemática e filosófica, que, apenas esboçada na Grécia Antiga, torna-se central a partir do século XVII.

Na Grécia antiga, por conta da nascente produção mercantil, começam a se desenvolver, sem que os homens tenham consciência deste processo, as categorias *a priori* do pensamento que funcionam como uma lente através do qual se enxerga a realidade, um distanciamento do empírico que permite criticá-lo. Aqui com o desenvolvimento da “abstração real” surge o condicionamento da consciência por uma verdade social que aparece como “anterior” à prática, a “abstração real” forma na mente os pressupostos pelos quais se passar a considerar a experiência. Estes pressupostos se constituem a partir da troca de mercadorias e, por sua condição puramente relacional e contraditória imprime nas categorias da razão sua contraditoriedade do qual a filosofia é herdeira. (LION, 2012, p.169).

A despeito de a forma e a substância valor só se realizarem enquanto tais com o desenvolvimento do capitalismo<sup>60</sup>, o simples fato da universalização de um equivalente geral, o dinheiro, – ainda que sem expressar o dilaceramento imposto pelo fetiche temporal

---

<sup>60</sup> Cf. Capítulo 3.

– permite à filosofia grega dar um salto no que concerne à abstração conceitual. Este salto, no entanto, embora substancial no desenvolvimento do pensamento ocidental permaneceu como um salto no escuro, no abismo da abstração, pois os conceitos que daí derivam apresentam-se fechados e apriorísticos mesmo para aqueles que o manejam. A autonomização do conceito precede, portanto, a própria autonomização do dinheiro, embora só tenha se tornado possível pelo anúncio dela. Essa separação entre o conceito e seu entendimento ocorre não porque o conceito é tomado como ente a parte, mas precisamente pelo oposto, por ser tomado como etéreo, um *a priori* tácito, tal como o próprio dinheiro que apaga seu ser no momento da troca. Esse fetiche conceitual é aquele mesmo percebido por Adorno (2013) na filosofia hegeliana, ainda que no pensamento alemão a onipotência do conceito tenha sido elevada à estratosfera.

Da mesma forma que nas obras de arte reina uma tensão entre a expressão e a construção, assim sucede em Hegel entre o elemento expressivo e o argumentativo [...] Em Hegel o elemento expressivo representa a experiência: o que propriamente queria sair à luz, mas que não pode fazê-lo – enquanto o exija a necessidade – de outro modo que através de um meio conceitual que desde logo é oposto a ela. (ADORNO, 2013, p.179) <sup>61</sup>.

É precisamente essa oposição entre a experiência, a parte da filosofia que “não se deixa aprisionar<sup>62</sup>”, e sua parte aporética, o conceito, que permite Sohn-Rethel notar que

A transposição da abstração real na abstração do pensamento está com um grave defeito: os conceitos resultantes são e permanecem impenetráveis aos pensadores, porque sua origem está fechada para eles. Disso, na Grécia, os poetas estavam ainda mais conscientes que os filósofos: pensemos só a Sófocles e à tragicidade de seu tirano Édipo. Martin Heidegger, por seu modo pessoal de ler a palavra verdade, contribuiu ao recto entendimento da mesma como o irresoluto, ou como ele diz: o desabrigado ("das Entborgene"). Ele lê a estirpe da expressão, com Aristóteles, como o divino, o que no caso de Parmênides está especificamente justificado pelo fato que ele quer ter recebido sua verdade da deusa Dike. Ele testemunha com isso, que nem ele nem algum outro dos filósofos formou seus conceitos universais fundamentais por atividade própria de abstração. A abstração ocorreu alhures e é dada aos pensadores em forma aproximadamente pronta. Trata-se de uma outra classe de conceito como os conceitos de gênero introduzidos por Aristóteles em sua lógica como exemplos didáticos da abstração. Por isso mesmo a indecifrabildade da origem daqueles conceitos e de sua absoluta abstração tem significação tão radical. Pois no caso de conceitos, que nenhures no

---

<sup>61</sup> Embora largamente criticada, a associação feita por Adorno entre a filosofia hegeliana e uma partitura de Beethoven é menos uma profanação da filosofia – como querem seus críticos – que uma profícua consideração sobre os limites crítico-imanentes seja dos materiais na música seja dos conceitos *a priori* na filosofia. Pois “da mesma forma que à música que recorre unicamente a procedimentos imanentes falta uma linguagem pré-estabelecida a que ela possa recorrer, à filosofia que busca traduzir a experiência espiritual faltarão conceitos que haverão de se forjar no processo mesmo da reflexão.” No entanto, “o completo desconhecimento das análises musicais de Adorno e, em última instância, o desconhecimento mesmo de sua teoria estética que, como se vê, não pode prescindir em momento algum daquelas análises, seriam, portanto responsáveis pela incompreensão da analogia que estabelece o nosso autor.” (BICALHO, 1987, p.39).

<sup>62</sup> Cf. Adorno (1982).

mundo perceptível têm um apoio, que portanto não podem possuir sua verdade fora de si, mas somente dentro de si, o desconhecimento de sua origem torna seu entendimento um problema. A impenetrabilidade de sua origem torna a interpretação tarefa de exegese especulativa, com outras palavras tarefa da filosofia. (SOHN-RETHEL, 1989, p.67).

Se ao conceito escapa a realidade na medida em que se abstrai dela, isso não tem a ver com uma mera falha interna ao movimento do pensamento, mas com as próprias determinações desse pensar. Isto é, se o conceito não é capaz de expressar a experiência porque perde o momento de sua própria transcendência, o faz também pelo declínio da própria experiência tal como captou Walter Benjamin nos silenciosos homens do entre guerras. Pois, “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. A angustiante riqueza de ideias que se difundiu entre, ou melhor, sobre as pessoas.” (BENJAMIN, 1985a, p.115). Assim, a experiência deixa de ser expressa não porque os conceitos não sejam capazes de exprimi-la, mas porque ela mesma é cerceada dos indivíduos. “Não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda a experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna.” (Ibidem, p. 118).

Essa constante ampliação da abstração real e conceitual que é acompanhada pelo dilaceramento constante do ser humano, privado inclusive de existir em primeira pessoa, e, portanto, de experienciar o mundo de maneira singular, só pode ser levada aos últimos termos se superado o fetiche do trabalho verificado em Sohn-Rethel, aí sim podemos retornar ao autor com maior propriedade. Pois, apenas a moderna esfera do trabalho foi capaz de parcelar a vida a tal ponto de nenhuma unidade poder ser restituída. Muito menos aquela entre signo e imagem presente no mundo mágico pré-esclarecido, tal como nos afirmam Adorno e Horkheimer (1985). Esse esfacelamento do mundo da vida por meio da mediação temporal reduz o homem – como coisa dentre coisas – a cristais de tempo objetivados:

a situação chega ao ponto de que os homens acabam sendo apagados pelo trabalho, o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas. Sendo assim, não se pode dizer que uma hora de um homem vale a mesma de outro, mas que durante uma hora, um homem vale tanto quanto o outro. O tempo é tudo, o homem não é nada; quando muito é a personificação do tempo. (MARX, 1985, p. 93).

E “isso implica a constituição, pela ação individual, de uma norma geral externa que se reflete sobre cada indivíduo.” (POSTONE, 2014, p. 222). Apenas sob a imposição real

de abstrações *a priori* sobre as quais o homem moderno se insere no mundo foi possível ao pensamento especulativo chegar às categorias da razão pura tal como em Kant. Tempo, espaço e sujeito, ao contrário do que se poderia pensar, são do ponto de vista da própria materialidade (do materialismo) categorias abstratas *a priori*, embora sociais. Em outros termos, embora sejam produto em produção no seio da própria sociedade, apresentam-se aos seres sociais como realidades herméticas, que eles próprios contribuem para edificar, mas permanecem por elas dominados. Por isso quando Safatle nos afirma a partir de Hegel que “na filosofia kantiana, o primado da reflexão e do conhecimento produziu cisões irreparáveis” (SAFATLE, 2012, p.33), é preciso ter em mente que essas cisões não surgem de maneira meramente especulativa na cabeça do filósofo como um raio numa tarde de céu azul, mas que “as distinções entre sujeito e objeto, forma e matéria, receptividade e espontaneidade, natureza e subjetividade” (Ibid.) são engendradas pela própria forma valor e sua correspondente negatividade.

O que é o sujeito transcendental para Kant senão o sujeito da valorização do valor?  
O sujeito kantiano é aquele

cuja representação deve ser absolutamente simples, precisamente porque nada dele se determina, pois, efetivamente, nada pode ser representado de uma maneira mais simples a não ser pelo conceito de mero algo. Mas a simplicidade da representação de um sujeito não é, por isso, um conhecimento da simplicidade do próprio sujeito, porque se faz totalmente abstração de todas as suas propriedades. Quando se designa unicamente pela expressão totalmente vazia de conteúdo: *eu* (expressão que posso aplicar a todo o sujeito pensante). (KANT, 2001, p.363).

A abstração de todas as qualidades sensíveis do sujeito tem sua razão de ser em Kant na medida em que é o pressuposto para o desvelamento da razão pura, tal como intenta sua estética transcendental. Nos termos de Kant,

Chamo *puras* (no sentido transcendental) todas as representações em que nada se encontra que pertença à sensação. Por consequência, deverá encontrar-se absolutamente *a priori* no espírito a forma pura das intuições sensíveis em geral, na qual todo o diverso dos fenômenos se intui em determinadas condições. Essa forma pura da sensibilidade chamar-se-á também *intuição pura*. Assim, quando separo da representação de um corpo o que o entendimento pensa dele, como seja substância, força, divisibilidade, etc., e igualmente o que pertence à sensação, como seja impenetrabilidade, dureza, cor, etc., algo me resta ainda dessa intuição empírica: a extensão e a figura. Estas pertencem à intuição pura, que se verifica *a priori* no espírito, mesmo independentemente de um objeto real dos sentidos ou da sensação, como simples forma da sensibilidade. Designo por *estética transcendental* uma ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*. (Ibidem, p.89).

A *démarche* kantiana se embasa, portanto, na abstração de todas as qualidades sensíveis do objeto, bem como do sujeito. A busca é para que reste apenas a intuição pura e

simples, apartada do que o entendimento pensa sobre esta e sobre os objetos posteriores sobre os quais esta lançará luz. E, para Kant, “nesta investigação se apurará que há duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo” (Ibidem, p.89). Assim, Kant entendia o espaço tal como o tempo, não como “um conceito empírico que pudesse ser deduzido das coisas, pois é condição de possibilidade de todo e qualquer fenômeno, seja ele interno (do movimento da mente), ou externo (em que somos afetados pelos objetos do mundo)” (FREITAS, 2006, p.160). Nessa leitura tudo está contido no espaço, portanto tudo é espaço, na medida em que apenas pode se realizar de modo espacial. “Por intermédio do sentido externo (de uma propriedade do nosso espírito) temos a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço.” (KANT, 2001, p.89). E, se, por um lado, tudo o que é externo ao sujeito – isto inclui a própria posição do sujeito enquanto tal – está contido no espaço, sendo, portanto, de ordem espacial, tudo o que é de ordem interna, diz respeito às intuições temporais. O espaço é a intuição pura do espírito sobre tudo aquilo que lhe é externo, ao passo que o tempo é a intuição pura do que lhe é interno. O que implica dizer que o tempo, tal como o espaço precede a sensibilidade, constituindo desse modo uma substância apriorística em relação aos sujeitos, e aos objetos sensivelmente intuídos por este. Exatamente por isso, ainda que o espaço seja uma intuição pura concernente à exterioridade do espírito, ela se encontra no próprio espírito, e precede essa exterioridade. Pois que,

O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requer-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação. [...] O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos. (Ibidem, p. 90-1).

Se ontologicamente a estética transcendental kantiana pode ser posta sob suspeita, do ponto de vista de sua realização ôntica no esclarecimento ela não poderia ser mais real. Pois, em seu domínio, tudo o que não pode ser reduzido à condição de objeto, de substância etérea plenamente mensurável, deve ser de pronto eliminado. A abstração das qualidades é real na medida em que “todas as figuras míticas podem se reduzir, segundo o

esclarecimento, ao mesmo denominador, a saber, o sujeito” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.19), e este apenas confirma sua existência no mundo submetendo-se a formas fechadas que o antecedem e o dominam, ainda que peremptoriamente recorram a ele como pressuposto<sup>63</sup>.

Para além do círculo mágico da filosofia da identidade, o sujeito transcendental pode ser decifrado como a sociedade inconsciente de si mesma. Podemos mesmo chegar a deduzir uma tal inconsciência. Desde que o trabalho intelectual e o trabalho corporal cindiram-se sob o signo do domínio do espírito e da justificação do privilégio, o espírito cindido precisou reivindicar com o exagero da má consciência mesmo essa pretensão de domínio que ele deduziu da tese de que ele é o primeiro e originário, e, por isso, se não quiser se degenerar, deve se esforçar para esquecer de onde provém sua pretensão. (ADORNO, 2009, p.53).

Portanto, quando Lefebvre (2013) nos diz que o espaço social não é um espaço *a priori* como em Kant, talvez disséssemos que os *espaços de representação* têm de romper com a abstração espacial, pois as *representações de espaço*, e mesmo o *espaço vivido* – na forma como a vida se articula circunscrita até seu mais recôndito poro pelos ditames do processo de valorização – não fazem outra coisa senão reiterar o espaço tal como em Kant (embora em um sentido distinto do que o próprio Kant concebera, pois social, ainda que abstrato<sup>64</sup>). Uma vez que o máximo que se consegue fazer efetivamente é atuar nele como sujeito igualmente kantiano. O que não deve regredir – neste sentido a crítica volta-se em direção a Kant – a uma ontologia do espaço. O que a crítica sohnretheliana, se levada aos últimos termos, permite notar é que as categorias fundantes do moderno, pois reais, revelam-se transcendentais na forma de um *a priori* histórico e não como substância ontológica. Assim, quando Lefebvre nos momentos iniciais de duas de suas obras (*O fim da História e Hegel, Marx e Nietzsche*) põe em questão se o mundo atual é hegeliano, marxiano ou nietzschiano, talvez pudéssemos acrescentar uma hipótese igualmente pertinente: não seria o mundo kantiano?

---

<sup>63</sup> Um exemplo simples, mas não desimportante, nos é fornecido por Kurz ao se referir às modernas formas arquitetônicas. “Quando por vezes certos edifícios antigos nos parecem de algum modo mais belos e confortáveis do que os modernos, e quando então declaramos que eles, em comparação aos atuais edifícios “funcionais”, nos impressionam de algum modo, como irregulares, isso remonta ao fato de que suas medidas são apropriadas às medidas corporais e suas formas, às da paisagem. A arquitetura moderna, pelo contrário, utiliza medidas astronômicas de espaço e formas “descontextualizadas”, “destacadas” do meio circundante. O mesmo vale para o tempo. Também a moderna arquitetura do tempo se encontra despida de proporção e contexto. Não apenas o espaço tornou-se mais feio, mas também o tempo.” (KURZ, 1997a, p.251). *A produção do espaço* de Henri Lefebvre também nos fornece fartos e profícuos exemplos nessa direção.

<sup>64</sup>“O conceito de forma *a priori* evoca evidentemente a filosofia de Immanuel Kant. Todavia, o esquema formal que precede toda experiência concreta e por sua vez a modela, aqui em questão, não é ontológico, como em Kant, mas histórico e sujeito à evolução. As formas dadas *a priori*, nas quais se deve representar necessariamente todo conteúdo da consciência, são, para Kant, o tempo, o espaço e a causalidade. Ele concebe estas formas como inatas a todo ser humano, sem que a sociedade ou a história desempenhem nenhum papel. Seria suficiente retomar esta questão, mas retirando das categorias *a priori* seu caráter atemporal e antropológico, para chegar a conclusões próximas da crítica do fetichismo da mercadoria.” (JAPPE, 2016, p.19).

Se por um lado Lefebvre rechaça a abstração do espaço, na medida em que a reconhece apenas como um momento negativo, uma falha – e não como sua própria natureza –, por outro, Kant positiva uma abstração abismal que não deveria ser compreendida de modo outro que não em negatividade dialética.

Expostos os termos nos quais podemos resgatar a filosofia de Sohn-Rethel para compreender os abismos da consciência na atualidade, cabe delimitar aqui em que medida a determinação entre consciência e fetiche na forma do sujeito reverbera no modo como esses sujeitos entram em contato com o mundo, pois ainda que abstratos em sua própria constituição, os sujeitos não são ideias, mas abstrações reais. Não faria sentido o esforço de compreender a fundação da consciência nos sujeitos se não tivéssemos em vista a forma como essa consciência opera em direção ao (des) conhecimento de si e do mundo. (Des) conhecimento este alocado sob o escopo ideológico, já que o mundo *em si* – sua *realidade real* –, como buscaremos delinear, se distancia cada vez mais na medida em que se torna abstrato já que dele nos abstraímos. Se considerar o conceito de ideologia – como pontuamos no primeiro *fragmento do pensamento* – demanda a compreensão do que torna possível o escopo ideológico, é nestes termos que ensejamos avançar na parte final deste tópico.

As ideologias se constituem uma relação estética com o mundo. Essa colocação não deve ser entendida, no entanto, em termos abstratos ou genéricos, mas precisamente em sua dimensão mais concreta e material. Estética aqui não se restringe, de modo algum, ao juízo do belo ou a dimensão artística, mas é compreendida como toda a relação do homem com o mundo, e não obstante o conhecimento de si e do mundo. O que requer notarmos que o conhecimento existe a despeito do próprio pensamento como reflexão e, da própria forma do conceito. O que o conhecimento e, portanto, a própria estética não prescinde é uma linguagem que lhe dê corpo. Conceber a estética como momento de mediação homem/mundo implica, pois que “não existe episódio, descrição ou frase que não carregue em si a potência da obra. Porque não há coisa alguma que não carregue em si a potência da linguagem.” (RANCIÈRE, 2009a, p.37). E, se assim é, o próprio mundo como conhecemos é obra de nossa relação estética com este. Os termos dessa relação vinculam-se inextricavelmente a relação mimética do homem para com o mundo tal como conceberam a Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*.

Utilizarmos o conceito de mimesis tomando por base a crítica do Esclarecimento nos impõe, contudo, percalços. Pois como diversos autores notaram <sup>65</sup>, embora extremamente presente na obra em questão, a mimesis não é em nenhum momento conceituada, dando a ela – para muitos – bem mais o peso de uma noção que de um conceito propriamente dito, o que aliás, tem corroborado com equívocos graves sobre a crítica do Esclarecimento tecida por Adorno e Horkheimer. No entanto, “dada a a-conceitualidade da mimesis, ela possui uma qualificação tripla: é pensada como um modo de conhecimento que *antecedeu* a formação conceitual, indica um modo de *regressão* atual dessa última e aponta para a *superação* das mazelas da racionalidade fundada na onipotência do conceito.” (FREITAS, 2006, p.19). Assim, “a mimesis não somente é um passo para a construção da identidade conceitualmente fundada, como a própria conceitualidade se estabelece mimeticamente com o mundo.” (Ibidem, p.21).

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), o mimetismo consiste na forma mais primitiva do conhecimento de si e do mundo. A *identificação com o agressor*, entendido aqui como o externo, *o outro*, se apresenta como forma primordial de sobrevivência e, portanto, do conhecimento - ainda que não conceitual - da própria vida. O mimetismo enquanto forma de *estar no mundo* e de *ser mundo*, remete a momentos imanentes à proto-história biológica dos homens, mas ganha novas formas com a crescente instrumentalização do metabolismo destes para a com natureza e para consigo mesmos. Se

O mimetismo [*mimikry*] é uma reação fisiológica, vital, orgânica em que organismo diante de alguma necessidade premente [...] de tal modo que a continuidade da vida se vê facilitada através da similitude com o meio ambiente, [...] no homem, ao contrário, dada a separação entre os âmbitos cognitivo e de ação, esse "terceiro termo" situado entre o eu e o mundo, que é a semelhança produzida, pode se destacar de modo essencial. O ato de produzir tal similitude, confundindo-se com o *produto* mesmo, ganhou um status *sui generis*, uma vez que não se confundia nem com o produtor nem com o mundo. (FREITAS, 2006, p.28).

Compreender as determinações dessa concepção significa, dentre outras coisas, ter em mente que a moderna relação sujeito-objeto implica na constante duplicação do mundo, pois que a assimilação do homem ao mundo implica na busca pela identificação do sujeito para com aquilo que este toma como objeto. Mas como o que o sujeito toma por objeto, não é nada mais que uma imagem, uma abstração (mais ou menos elaborada) do objeto, aquilo que o sujeito se assemelha não é também ao objeto, mas à sua duplicação. Por isso, nessa relação estética, tanto o sujeito quanto o objeto, tanto o homem quanto o mundo, são duplicados de maneira fantasmática. Nos primórdios da existência humana, apenas

---

<sup>65</sup> Refiro-me aqui sobretudo a Allkemper (1981) e Jamerson (1986).



como *homo sapiens*, essa fantasmagoria não era destacada, mesmo porque a relação sujeito-objeto ainda não se estabelecera enquanto tal, e, portanto a similitude era mera similitude para consigo mesmo e para o ambiente. Com o alvorecer do *Animal Laborans*, e, sobretudo do *Homo Faber* - para nos remetermos a Hanna Arendt<sup>66</sup> - o ato de se identificar com o mundo se pôs de pé como relação entre sujeito e objeto, e, não obstante, como modo de condenação de ambos, já que essa relação não consiste em outra coisa senão na supressão de ambos em prol do alvorecer de fantasmas de si mesmos. Essa consideração concernente à constituição e realização da razão instrumental como forma de conhecimento e de ação sobre o mundo torna-se ainda mais fantasmática se levado em conta que o modo de produção dominante requer e engendra a abstração de todas as qualidades sensíveis seja dos homens seja das coisas. É aí que o sujeito se realiza (e, portanto, se extingue) por completo. “Quando o homem abstrato busca tornar-se igual ao mundo abstrato produzindo uma duplicação de si e do mundo produz uma metabstração, isto é, recria a abstração de maneira mais elaborada, e, por isso mesmo, mais concreta. A imagem - portanto falsificação da realidade - se cristaliza como realidade objetiva.” (BONIFÁCIO, 2016, s.p).

Assim, se a lacuna entre os seres e o mundo no qual mundam é preenchida pela identificação do móvel ao imóvel, à medida que essa lacuna se amplia, mais dificilmente o ente consegue se igualar ao mundo. Sua busca inconsciente pela identificação produz um terceiro termo, nem mundo nem homem – representação de mundo. No mesmo movimento, na medida em os seres se tornam idênticos a fantasmas para agir no mundo, só podem agir nesse mundo fantasmagoricamente, como um quarto termo – representação de si mesmos.

No entanto, como não vivemos em um mundo etéreo, desvinculado de interesses e realidades dominantes, o terceiro e o quarto termo dessa relação abrem espaço para uma mistificação direcionada do real, em outros termos, para ideologias. Pois a mimesis não pode ser compreendida sem seu par dialético e necessário, a projeção.

Em certo sentido, todo perceber é projetar. A projeção das impressões dos sentidos é um legado de nossa história pré-animal, um mecanismo para fins de proteção e para a obtenção de comida, o prolongamento da combatividade com que as espécies animais superiores reagiram ao movimento, com prazer ou com desprazer independentemente da intenção do objeto. A projeção está automatizada nos homens, assim como outras funções de ataque e projeção que se tornaram reflexos. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.175).

---

<sup>66</sup> Cf. ARENDT (2000).

Na medida em que os homens buscam – inconscientemente – se tornar idênticos a projeções que não correspondem a seu próprio aparelho cognitivo, aos seus instintos mais fundamentais, mas a projeções alhures a sua própria existência, o caráter automático e negativo do sujeito se realiza, extinguindo-o por completo. De que projeções estamos falando? Do *American way of life*, da iminência do aquecimento global como uma espécie de revolta da natureza, da indústria cultural, do machismo, do racismo, do conservadorismo, do autoritarismo, do patrimonialismo... apenas para citar algumas.

A problemática se desloca então para os supostos sujeitos dessas projeções, os especialistas em marketing, em neuromarketing! Os políticos, os artistas, etc. As grandes empresas de telecomunicações, a indústria da cultura... Não seriam eles então sujeitos *par excellence*? Senão Sujeitos maiúsculos althusserianos, ao menos intelectuais gramscianos? Certamente que não, pois uma vez estranho a própria consciência, o conhecimento mimético do mundo – seja em seu momento arcaico, seja em seu momento regressivo no seio do esclarecimento – e seu componente superegóico – a projeção –, não pôde até o presente momento ser dominado por nenhum animal, nem mesmo o humano. O que temos, em verdade, é que com a necessidade premente de confirmar o nascimento, como um segundo vir ao mundo, na forma sujeito, há uma verdadeira guerra constante pelo momento projetivo, pelo reconhecimento, pelo mudar o mundo ao invés de mundar em mundo. Esse esforço, no entanto, não tem revelado nenhum caminho para a emancipação, senão que tem apenas reforçado os termos da dominação. A fatalidade social, no entanto, permite momentos em que a ilusão do sujeito ganha força, sobretudo em pequenas escalas: um líder comunitário, um jornalista... o que pouco se percebe é que a opinião desses líderes nunca é deles mesmos mas referente a uma conjuntura específica, um campo de forças, um espectro ideológico. Espectro engendrado por quem?

Retornamos às contribuições de Marx (1986) quanto a estrutura da mercadoria e sua inversão entre sujeito e objeto na maneira que os dissolve no próprio produzir. O fetiche moderno carece sempre ser completado pelo adjetivo “fantasmagórico”, pois que distinto de fetiches outros, fortemente vinculados aos mitos pré esclarecimento, este não se remete a nenhum ser superior, a nenhum demiurgo, a nenhum sujeito, a não ser ao próprio capital e sua forma correspondente de sociabilidade.

O desvanecimento do sujeito demanda a confirmação da ilusão de sua existência. Atores que não agem pela livre vontade, mas como que pelo que fora definido por um roteiro ou um diretor, este, no entanto segue na penumbra, na coxia, nos bastidores da

própria consciência. Só vindo parcialmente à tona em nosso entendimento tardio. O que não remete a uma verdade ontológica, mas a uma ontologia negativa: o ator se destaca do cenário, mas persiste como parte da representação. Em certa medida, Žižek tinha isso em conta ao reconhecer o fato de que “a reificação’ da relação entre pessoas (o fato de assumirem a forma de relação fantasmagórica ‘entre coisas’) é sempre duplicada pelo processo aparentemente oposto, pela ‘personificação’.” (ŽIŽEK, 2011, p.120).

É o que nos permite dizer que a realidade moderna tem sua própria metafísica, não um metafísica idealista, mas profundamente material, pois penetrada em cada indivíduo abstrato até seu último poro.

Aqui a transcendência está de certo modo superada [aufgehoben]; a substância fetichista projectada ou a essência como Absoluto tornou-se imediatamente terrena e social, sob a forma da "valorização do valor" (e, apenas neste sentido de uma imanência ao mundo, "directa" e já não "determinada pelo além", isto é, já não derivada de um princípio exterior ao mundo). Embora o momento da transcendência continue a existir, na medida em que a figura essencial do fetichismo, o "valor", não constitui nenhuma essência directamente física ou social, mas sim uma abstracção não palpável, que paradoxalmente por assim dizer encarnou no "processo de metabolismo com a natureza" e nas relações sociais. (KURZ, 2016a, p.275-6).

O que permite Adorno demonstrar que no movimento de identificação para com as representações de mundo projetadas, a própria realidade torna-se ideologia, não sendo esta, portanto juízo de falsidade, mas representação suficientemente concreta, enquanto abstracção, para ser vivida como real.

A ideologia já não é mais o véu, mas apenas e tão-somente o ameaçador rosto do mundo. Não apenas por força do seu entrelaçamento com a propaganda, mas segundo sua própria figura, ela transita para o terror. Porque, porém, ideologia e realidade se movem de tal maneira uma em direção a outra; porque a realidade, na falta de qualquer outra ideologia mais convincente torna-se ideologia de si mesma (ADORNO *apud* PEDROSO, 2007, p.182.)

Assim, a metafísica expressa/ oculta no objeto material, na medida em que este se torna mercadoria, é recriada de maneira refinada na consciência dos sujeitos modernos. O modo de apreensão do mundo na medida em que agora é idêntico ao mundo só pode se realizar enquanto o próprio capital. O abstrato só percebe a si mesmo, e o faz com a certeza esclarecida de quem percebe o concreto. A ideologia impregnada no mundo de tal modo a ponto de não poder ser discernida da realidade não é mais que o efeito do próprio desvanecimento do sujeito – reiterando apenas o capital como “sujeito automático”. O que não quer dizer que só exista ideologia no capitalismo, mas que dado o crescente distanciamento do metabolismo do homem para o Mundo, este último torna-se cada vez

mais abstrato para o primeiro, torna-se alvo de representações cada vez mais turvas, e, portanto, mais impregnadas de ideologias.

Precisamente por isso a identificação com as bandeiras partidárias, com o rótulo de esquerda e de direita, a oposição entre keynesianismo e o neoliberalismo, etc. pode se realizar de maneira destacada como modo de tentar conceber, por exemplo, os fundamentos da crise, sem jamais pôr em questão os termos fundamentais dessa, sem nunca questionar a positividade do valor e da mercadoria, do Estado e da democracia<sup>67</sup>. Crescimento econômico, Estado de direito, democracia... acabam por transmudar em denominações dessubstancializadas que muito pouco expressam sobre a complexidade do real. Tal como “as estátuas são agora cadáveres cuja alma vivificante escapou, como os hinos são palavras cuja fé escapou” (HEGEL, 1992, Livro II, p.185), todos os termos correntes em nossos debates sobre política, sobre partidos, etc. não são mais que noções abstratas tornadas concretas pelo desvario da consciência coisificada, identificada com o abstrato. O *ethos* da estetização do moderno sempre contribuiu para tornar idêntico o desigual, para tornar palpável o que é irreal, isto desde a formação dos Estados Nacionais, passando pelo nazismo e persistindo vivo na aurora da crise global do século XXI.

O estreitamento da relação de metabolismo do homem para com o Mundo, hoje expressa em um estranhamento entranhado na forma da socialização do valor, nos parece ser o único meio de dissolver a cisão entre o sujeito e objeto que acaba por extingui-los enquanto tais. Esse estreitar, no entanto, aparece aqui como um devir, como um possível, para o qual não cabe um receituário, um caminho movido pela *práxis prática*. Mas, enquanto *práxis teórica* nos parece que desfetichizar a própria teoria de seus cânones esclarecidos nos permite desatar a dominação de suas mistificações.

Por exemplo, se tornaria impossível compreender em que medida o metabolismo homem/natureza ganha tantas mediações a ponto de cindir seu próprio fundamento se não nos despíssemos da concepção segundo a qual o trabalho funda o próprio homem. Apenas notando o trabalho como uma substância social, portanto não natural, começa ser possível compreender a fundo essas mediações. Do mesmo modo, apenas compreendendo que a estética moderna posta pela relação coisificada entre sujeito e objeto exprime, ao fim e ao cabo, o movimento do valor e da cisão, é que podemos almejar o desvanecimento do

---

<sup>67</sup> Em tempo, eis, aliás, onde a teoria do fetiche se distingue das teorias acerca das ideologias. A mistificação da realidade não se comunica a um Sujeito ou a sujeitos que a deturpam, mas a própria (i)racionalidade do modo de produção, onde a forma mercadoria como sua manifestação particular e mais elementar trás em sua própria estrutura a duplicação fantasmagórica do real.

mundo cindido. Esse desvanecer implicaria que o terceiro termo entre o *eu* e mundo não seria duplicado – extinguindo o quarto termo. A lacuna preenchida pela ideologia – cristalizada em realidade objetiva – seria reduzida; e mesmo que, certamente, não atingíssemos o estatuto fundante do mundo – sua verdade –, ao menos estaríamos menos reféns de sua duplicação fetichista.

No entanto, é preciso aqui estar atento aos riscos de uma fetichização de retorno à noite dos tempos, a um passado imemorial. O estreitamento da relação homem/mundo e o conseqüente desvanecer da relação sujeito/objeto não pressupõe um retorno ao momento onde os homens ainda viviam sob a total dominação do natural, onde não haviam ainda, por assim dizer, se abstraído do mundo. Se o monstruoso desenvolvimento da técnica que tornou o espírito humano totalmente impotente ante a fatalidade do mundo tem algo de positivo a nos dizer, é precisamente essa emancipação parcial da barbárie da dominação natural, ainda que tenha o feito instaurando um novo tipo de dominação e novas formas de barbárie<sup>68</sup>. Igualmente, esse estreitamento – que não é um retorno, mas um possível – não deve encerrar em si mesmo, mas pôr a baixo seu próprio fundamento, pois é preciso ter em mente que a unidade homem/mundo é uma unidade de diversos e não constitui, portanto, uma identidade Absoluta, ainda menos propicia a visibilidade da totalidade que permanece, como princípio abstrato em seus próprios fundamentos, falsa. “Ao contrário de se vangloriar por haver alcançado a unidade de sujeito e objeto – que afinal são categorias da reflexão produzidas pela própria consciência –, cabe a ela voltar a dialética contra si mesma, atendo-se criticamente ao dualismo com o objetivo de tornar evidente a pretensão de totalidade inerente ao pensamento.” (BICALHO, 1987, p.38). O que não ocorre sem enorme resignação.

A resistência a esse desprendimento do aparato esclarecido remete à própria autoconservação do homem, que na medida em que se tornou abstrato, tende a preservar a qualquer custo seu casulo, a abstração, ainda que isso tenha por efeito a abstração de seu

---

<sup>68</sup> Por isso mesmo devemos considerar que Hegel não estava errado ao afirmar que “a inadequação (*unangemessenheit*) do animal à universalidade é sua doença original e o germe interno de sua morte. A superação desta inadequação é ela mesma execução deste destino (...) [uma vez que] na natureza, a universalidade só acede ao fenômeno desta maneira negativa que consiste em superar a subjetividade” (HEGEL, 1995, Livro I, p.375). Ao fim e ao cabo o que Hegel quer por a nu é fato de que “na natureza, ávida só pode alcançar a universalidade, essa fluidez fundamental, através da dissolução da individualidade, daí porque o organismo morre de causa interna, ele não pode reconciliar com a universalidade.” (SAFATLE, 2012, p.35). Assim sendo, essa abstração do homem para com a natureza é o movimento de sua própria fundação enquanto tal, e, precede às determinações do valor na sociabilidade moderna, pois sendo a natureza, como tal, violenta à experiência humana, e, caótica, já que não ordenada por um disciplinador demiurgo, o impulso do retorno à natureza natural carece sempre ser recalçado como forma de preservação. Daí a clássica afirmação de que “a vida paga o tributo de sua sobrevivência, assimilando-se ao que é morto” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 168).

próprio existir. O medo de violentar seu ente abstrato torna o ser impotente, e este, como ente social, projeta no mundo sua burrice interna, assimilando a externa. A humanidade torna-se burra.

O símbolo da inteligência é a antena do caracol [...] Diante de um obstáculo, a antena é imediatamente retirada para o abrigo protetor do corpo, ela se identifica de novo com o todo e só muito hesitantemente ousará sair de novo como um órgão independente. Se o perigo ainda estiver presente, ela desaparecerá de novo, e a distância até a repetição da tentativa aumentará. [...] Os animais mais evoluídos devem o que são à sua maior liberdade; sua existência mostra que, outrora, suas antenas foram dirigidas em novas direções e não foram retiradas. Cada uma de suas espécies é o monumento de inumeráveis outras espécies cuja tentativa de evoluir se frustrou desde o início; que sucumbiram ao medo tão logo uma de suas antenas se moveu na direção de sua evolução. A repressão das possibilidades pela resistência imediata da natureza ambiente prolongou-se interiormente, com o atrofiamento dos órgãos pelo medo. [...] A burrice é uma cicatriz. [...] Toda burrice parcial de uma pessoa designa um lugar em que o jogo dos músculos foi, em vez de favorecido, inibido no momento do despertar (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.210).

Precisamente aí, com a inibição da descoberta do novo pelo medo, a *poiésis*, a criação, cede lugar a frustrante *práxis* mimética, repetitiva e auto aprisionadora.

A repetição lembra em parte a vontade lúdica, por exemplo, do cão que salta sem parar em frente da porta que ainda não sabe abrir, para afinal desistir, quando o trinco está alto demais; [...] Não apenas a pergunta proibida, mas também a condenação da imitação, do choro, da brincadeira arriscada, pode provocar essas cicatrizes. Como as espécies da série animal, assim também as etapas intelectuais no interior do gênero humano e até mesmo os pontos cegos no interior de um indivíduo designam as etapas em que a esperança se imobilizou e que são o testemunho petrificado do fato de que todo ser vivo se encontra sob uma força que domina. (Ibidem, p.211).

Talvez comece aqui a ficar mais claro que a afirmação hegeliana – largamente escamoteada pelos críticos do idealismo alemão – de que a atividade do indivíduo em relação à totalidade da vida do espírito seja cada vez mais restrita, não é equivocada, nem mesmo um mero desvario idealista, mas a forma pela qual o sujeito moderno funda sua identidade. Nas palavras do filósofo,

Vivemos aliás numa época em que a universalidade do espírito está fortemente consolidada, e a singularidade, como convém, tornou-se tanto mais insignificante; em que a universalidade se aferra a toda a sua extensão e riqueza acumulada e as reivindica para si. A parte que cabe à atividade do indivíduo na obra total do espírito só pode ser mínima. Assim ele deve esquecer-se, como já o implica a natureza da ciência. Na verdade, o indivíduo deve vir-a-ser, e também deve fazer, o que lhe for possível; mas não se deve exigir muito dele, já que tampouco pode esperar de si e reclamar para si mesmo. (HEGEL, Livro I, 1992, p.62).

Não seria, pois, esse o próprio *modus operandi* do narcisismo reafirmado sob os aparatos de controle e de mistificação social capitalistas? Pois se o desejo recalcado ao longo da vida busca sempre ser satisfeito, essa satisfação tardia terá como senhor um ego

cindido e enrijecido que só poderia a reencontrar na exterioridade, onde, todavia, apenas reconhece o caos do qual deve se preservar, restando a ele apenas a resignação, o fechamento, e, por fim a identificação com a universalidade abstrata e aparente fechada e segura. Como nos esclarece Verlaine Freitas,

Nesse momento narcísico [primário, como na criança, por exemplo,], o ego não encontra fissuras, nem contradições, uma vez que nem mesmo o distanciamento para com o objeto existe, muito menos a negação, por parte desse, da inteireza do ego. Todo o desenvolvimento ulterior da libido, que é a energia sexual, vai contribuir, numa medida ou noutra, para dissolver essa unidade narcísica do eu. Por isso, Freud diz que a relação mais original do sujeito com o mundo, na medida em que esse já é percebido como diferente daquele, é a de ódio, pois a própria distinção sujeito-objeto inclui a ruptura da integralidade narcísica original, pois tudo o que causa desprazer é alvo de ódio, e o que causa prazer é incorporado ao eu. (FREITAS, 2002, p.121).

Nestes termos, a constituição da identidade – enquanto eu na forma sujeito – só se realiza por um duplo fechamento. Para encerrar a si mesmo enquanto ser distinto do mundo, o ego busca se fechar como totalidade, fechando-se simultaneamente para o caos do mundo, entrando em contato com este apenas na medida em que aparece como imagem suficientemente reificada para transparecer como una. O ego, portanto, aniquila a possibilidade da real experiência, e, por isso mesmo, da satisfação real do desejo que já não é mais meramente recalcada, mas, simultaneamente, reprimida<sup>69</sup>. Por isso, “desde o início, a identidade do si-mesmo e a auto alienação acompanham uma a outra” (ADORNO, 2009, p.183). Em última análise, “a consciência nascente da liberdade alimenta-se da lembrança do impulso arcaico, que ainda não é dirigido por nenhum eu fixo. Quanto mais o eu doma esse impulso, tanto mais questionável se torna para ele a liberdade primitiva enquanto uma liberdade caótica.” (Ibidem, p.187).

Longe de se afigurar apenas como um emaranhado de conceitos especulativos, a determinação fetichista da consciência conceitual é diretamente vivida, e, constitui o cerne da mediação entre o homem moderno e o mundo. Só por meio de categorias fechadas que escapam ao nosso entendimento, podemos entrar em contato com o mundo. Isso de tal modo que “a questão que se põe no plano da crítica, entretanto, é o reconhecimento de que a própria crítica está interna ao seu objeto porque ela se faz enquanto uma crítica social.” (ALFREDO, 2015, p.84). Se interna à própria negatividade de seu objeto nossa

---

<sup>69</sup> “‘Repressão’ é um termo usado em psicanálise, entre outros aspectos, para qualificar uma atitude consciente em relação a determinados desejos, podendo ser exercida de uma pessoa em relação a outra ou dela em relação a si mesma. O recalque, por outro lado, é sempre inconsciente, diz respeito ao modo como o ego é levado a rejeitar violentamente investimentos afetivos ligados a determinadas representações psíquicas cujo sentido ele desconhece. É como se o ego tentasse escapar de uma ameaça que ele não sabe propriamente de onde vem.” (FREITAS, 2007, p.1).

crítica não pode ser em si mesma emancipatória, mas pode e deve fornecer o solo para a compreensão dos termos da dominação.

### **Personalidade autoritária: fundamentos de uma estética da dominação**

A personalidade autoritária, sobretudo aquela nitidamente tendente ao fascismo, sempre teve uma preocupação velada, quase inconsciente, com a estética. O próprio Hitler sempre se mostrou fascinado com as artes. “Profundamente impressionado com a estética wagneriana, Hitler fantasiava escrever óperas, cujas extravagâncias superariam a matriz inspiradora.” (KURTZ, 1999, p.141). Não ocasionalmente, torna-se ele mesmo, o “artista e curador de uma exposição planetária a céu aberto, a um só tempo expressionista e surreal, na qual se transformou a Europa e o mundo dos anos 30 e 40.” (Ibidem, p.140). No seio da Alemanha nazista, o cinema concebido por Riefenstahl traz “as cenas grandiosas e ávidas pelo registro da beleza em *Triunfo da Vontade* vislumbram, além do Führer e das massas sob seu fascínio as futuras vítimas do Holocausto. A fumaça das tochas relembra a fumaça das câmaras de gás.” (Ibidem, p.146).

Mas não apenas quando nos referimos ao domínio artístico é possível captar que há uma estética imanente à personalidade autoritária tendente ao fascismo. Estética essa que se deve à própria sociabilidade asfixiante a qual somos constrangidos.

Se no mundo dominado pelo fetiche do equivalente, o sujeito se desvanece ante o enclausuramento que torna a todos seres privados (inclusive de si mesmos), “a perda da substância pública, a perda do social, do efetivamente humano, esfacela pois a personalidade, a esteriliza e brutaliza, tornando-a solo arenoso e seco, assim, impróprio ao desenvolvimento real de uma vida autenticamente humana.” (CHASIN, 1990, p.335). É o que abre espaço para anomalias da subjetividade conduzindo a diferentes níveis de terror. Não é de se estranhar, pois, as afirmações de Adorno e Horkheimer de que “a humanidade, em vez de entrar num estado verdadeiramente humano, está se afundando numa nova espécie de barbárie.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 11) e de que “a humanidade vem aprimorando suas técnicas e os meios de reprodução social em uma intensidade que nenhuma utopia política, científica ou filosófica poderia conceber, contudo, o que prevalece é um sentimento geral de temor e desilusão.” (HORKHEIMER, 2002, p. 7).

Se a regressão do humano chegou a tal ponto de produzir na Alemanha a barbárie nazista, isso certamente não é um paradoxo, mas resultante do próprio desenvolvimento do



pensamento e da técnica. De tal modo que poderíamos afirmar que seria impossível o nazismo – tal como aconteceu – em outros períodos da história pretérita<sup>70</sup>. Apenas o progresso do pensamento e da técnica pôde engendrar seu componente obscuro: a tragédia nazista. Não em vão Adorno pôde questionar, com veemência, ao longo de toda sua obra, a positividade do progresso, pois, nas palavras do próprio autor, “não há nenhuma história universal que conduza do selvagem à humanidade, mas há certamente uma que conduz da atiradeira até a bomba atômica.” (ADORNO, 2009, p.266). Não é mera coincidência, pois, que no Brasil o que se seguiu após um surto de crescimento econômico *sui generis* na história do país, bem como de um acesso crescente à educação de nível superior seja justamente uma miséria intelectual profunda<sup>71</sup>.

Somente o progresso e sua regressão necessária<sup>72</sup> são capazes de produzir no solo reificado da consciência o que Adorno e os pesquisadores do Instituto para a Pesquisa

---

<sup>70</sup> O livro de Gerald Messadié (2003) sobre as origens do anti-semitismo deixa bem claro que o comportamento anti-semita é muito pretérito ao contexto nazista, no entanto apenas a Alemanha da década de 1940 foi capaz de produzir com tamanha eficácia a brutalidade contra os judeus. As colocações de Hannah Arendt (1989) também contribuem nesse aspecto. Maar (1995), no prefácio de *Educação e emancipação* de Theodor Adorno, reitera que Auschwitz “existiu unicamente porque existiam suas condições objetivas [...] assim como a persistência das mesmas possibilita também a repetição de Auschwitz. Tais condições não formam um acaso fortuito, mas correspondem ao desenvolvimento necessário da racionalidade social no capitalismo tardio.” (p.22). E retoma sendo enfático ao afirmar que “Auschwitz nada mais é do que a racionalização instrumental centralizada pelos meios bárbaros despertados por ela mesma. Uma identidade auto-referente, não produtiva porque baseada na fraqueza do eu para o tempo — na história e para o espaço — na relação ao diferente. Assim, Auschwitz surge como alegoria do capital encantado com sua pretensa auto-suficiência. Representa o sonho, que só pode ser sonhado como pesadelo, do capital sem trabalho vivo. Ou seja, é uma orientação que parece encantar cotidianamente na sociedade vigente, e não um delírio fora da realidade. Auschwitz aqui e agora.” (p.28)

<sup>71</sup> Contexto que, embora distinto em infindáveis aspectos, nos remete a outro momento na história brasileira: a instauração da ditadura militar na década de 1960. Como nos afirmam Oliveira e Pavão (2011, p.192), “o fato é que no pré-1964, até antes de 1968 e do Ato Institucional de número cinco (AI-5), impetrado pelo governo militar, o Brasil vivia em uma realidade rica de manifestações, debates e movimentações tanto políticas quanto sociais e, principalmente, culturais. [...] A intelectualidade coexistia em um campo progressista-experimental de esquerda, revelando figuras públicas que, conjuntamente com a sociedade, pensavam a realidade brasileira por uma perspectiva crítica e ávida por mudanças. Movimentos como o estudantil, o camponês e o rural, por exemplo, ganhavam, naquele momento, força e representatividade. Era o período de Reforma agrária e de lutas pela terra; de pressão sobre patrões e governo por reajuste salarial, com deflagração de diversas greves; de sindicatos com poder de barganha; período de pluralização de partidos; do povo sendo representado no palco, na tela e nas letras de músicas, e de intelectuais e atores levando cultura e consciência social para frente de indústrias, escolas e favelas; mas era, sobretudo, um período de aglutinação de massas, de povo na rua, disposto a lutar por um novo Brasil.”. O momento histórico que enceta intelectuais na música, na literatura e no cinema – dentre os quais Glauber Rocha a quem devemos o título dessa dissertação – é seguido precisamente por uma reação conservadora que em muito se assemelha a que vivemos hoje. Embora notadamente com uma série de especificidade as quais não deixamos de nos atentar.

<sup>72</sup> Aqui duas considerações devem ser feitas: a) a explicitação do conceito de necessidade, b) os termos que tornam premente o uso desse conceito. a) O termo “necessário” aqui empregado não é gratuito e é entendido *vis à vis* à filosofia hegeliana donde, “Necessidade é uma categoria abstrata que indica uma relação necessária e essencial entre dois termos: sempre que um deles está presente, também, por força dessa presença, o outro está presente. Cada um contém o outro na determinação”. (HEGEL, 1996, p.86). Isso é, o progresso apenas é possível se em uma dimensão funesta que arrasta em seu turbilhão o regresso e a barbárie como condições fundamentais. b) O filósofo Henri Lefebvre, o geógrafo Élisée Reclus nos fornecem –, de maneiras distintas,

Social da Universidade da Califórnia denominaram personalidade autoritária. De frente de um conservadorismo que se acentuava nos Estados Unidos na década de 1950, Adorno se viu na necessidade de compreender este fenômeno, e, contribuir para evitar que essa tendência ao fascismo descambasse para uma tragédia tal e qual a que vivenciara na Alemanha. Assim nos é apresentado o livro que deslinda o resultado da pesquisa realizada nos EUA.

Este libro trata sobre la discriminación social. Sin embargo, su propósito no es añadir simplemente unos pocos descubrimientos empíricos más a un ya amplio cuerpo de conocimiento. El tema central de la obra es un concepto relativamente nuevo: el surgimiento de una especie “antropológica” que llamaremos el tipo de hombre autoritario. A diferencia del intolerante de viejo cuño, éste parece combinar ideas y aptitudes típicas de una sociedad altamente industrial con creencias irracionales o antirracionales. Es al mismo tiempo ilustrado y supersticioso, orgulloso de su individualismo y constantemente temeroso de parecerse a los demás, celoso de su independencia e inclinado a someterse ciegamente al poder y la autoridad. La estructura de carácter que comprende estas tendencias contradictorias ya há atraído la atención de los filósofos y pensadores políticos contemporáneos. (HORKHEIMER *apud* ADORNO, 1965, p.19).

Muito do que Adorno vislumbrou em seus estudos na década de 1950, bem como em pesquisas pretéritas, se assemelha em muito ao momento atual no Brasil, embora, notadamente, com especificidades que não devam ser ignoradas. A sociedade brasileira revela-se, como nos explicita Marilena Chauí (2000), autoritária em sua própria constituição, distinguindo-se daquelas que Adorno buscara compreender<sup>73</sup>. Nos termos da filósofa, uma sociedade autoritária é aquela cuja

As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois

---

exemplos dessa negatividade do progresso. De acordo com o primeiro, ao se debruçar sobre a cotidianidade racionalizada de uma *sociedade burocrática de consumo dirigido*, “A trivialidade cotidiana, quem não prefere à fome, e não deseja a cotidianidade aos povos da Índia? A “segurança social” mesmo fortemente burocrática, pode ser considerada melhor que o desamparo e o reino da dor. De acordo. Não se trata de negar os ‘progressos’ mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram.” (LEFEBVRE, 1991, p. 85). Para o segundo, ao se defrontar com as perfídias do suposto progresso contínuo da humanidade e da emancipação do homem, “De que cantos de triunfo em honra ao progresso não foram acompanhadas as inaugurações de todas as fábricas industriais com seus anexos de cabarés e hospícios! É verdade que a indústria trouxe reais progressos em seu cortejo, mas com qual escrúpulo! [...] E de que natureza é o pretense progresso para as pessoas de Camarões e do Togo que têm a honra de ser agora abrigados pelo estandarte germânico, ou pelos árabes argelinos tomando aperitivo e exprimindo-se igualmente em gíria parisiense.” (RECLUS, 2011, p. 13-4).

<sup>73</sup> Notadamente caberia aqui uma maior incursão nos debates trazidos à tona pelos assim chamados teóricos da formação social brasileira, no entanto, realizar tal incursão com o devido rigor nos levaria quase à elaboração de outra pesquisa. Restringiremo-nos, portanto, apenas a breves comentários sobre a formação social brasileira deixando o devido aprofundamento no temário para pesquisas futuras.

estas não são percebidas como tais; - estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. (CHAUI, 2000, p.89).

Em uma sociedade como essa, direitos históricos – como o direito à greve, por exemplo – podem facilmente serem tomados, a partir de um discurso altamente manipulado, como um ataque atroz à ordem. A barbárie do abuso de força e das diversas formas de violência levadas a cabo pela polícia é uma vez mais obnubilada e tida como indispensável para a manutenção da ordem e do progresso. A exploração e a violência cotidianas são assumidas como destino manifesto, ao passo que toda contra palavra, qualquer tentativa de efetivação do princípio da isegoria que retire a barbárie do estado de paz perpétua é tomada por desvio dos princípios democráticos e, portanto passível de uma vez mais ser combatida pela força.

Por esse motivo, as leis são necessariamente abstratas e aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas nem, muito menos, transformadas; - a indistinção entre o público e o privado não é uma falha ou um atraso que atrapalham o progresso nem uma tara de sociedade subdesenvolvida ou dependente ou emergente (ou seja, lá o nome que se queira dar a um país capitalista periférico). Sua origem [...] é histórica, determinada pela doação, pelo arrendamento ou pela compra das terras da Coroa, que, não dispondo de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-a nas mãos dos particulares, que, embora sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa com o estamento burocrático. Essa partilha do poder torna-se, no Brasil, não uma ausência do Estado (ou uma falta de Estado), nem, como imaginou a ideologia da “identidade nacional”, um excesso de Estado para preencher o vazio deixado por uma classe dominante inepta e classes populares atrasadas ou alienadas, mas é a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reínam” ou, para usar a expressão de Faoro, “são donos do poder”, mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. (Ibidem, p.90).

Nesse bojo, a terra permanece como privilégio, porque a “terra de trabalho” é negada como sendo, antes do mais, “terra de negócio” (MARTINS, 1994). A barbárie contra os povos indígenas e contra comunidades quilombolas denota esse traço extremamente demarcado da sociedade brasileira. O contexto crítico torna ainda mais visível essas determinações. A PEC 215 que objetiva retirar do Executivo a exclusividade da demarcação de terras indígenas e ao mesmo tempo facilitar a compra de terras por estrangeiros no território brasileiro inscreve-se nessa constelação<sup>74</sup>; o discurso de Jair Bolsonaro – ovacionado por muitos – onde afirma que em um possível governo seu não

---

<sup>74</sup> Cf. <http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf>. Acesso em 30/04/2017.

haveria um centímetro de terra indígena ou quilombola demarcadas<sup>75</sup> também ilustra a flagrante naturalização do poder pela terra que consubstancia a formação social brasileira.

Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado. [...] Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimos de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como resposta única a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral. Em suma, a sociedade auto-organizada, que expõe conflitos e contradições, é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois este é oligárquico) e para o funcionamento “racional” do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social). Em outras palavras, a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, isto é, uma ignorância quanto ao funcionamento republicano e democrático, e sim um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a esfera da opinião: de um lado, os *mass media* monopolizam a informação, e, de outro, o discurso do poder define o consenso como unanimidade, de sorte que a discordância é posta como perigo, atraso ou obstinação vazia; - por estar determinada, em sua gênese histórica, pela “cultura senhorial” e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais corrente sendo o uso de “doutor” quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior e “doutor” é o substituto imaginário para antigos títulos de nobreza), ou da manutenção de criadagem doméstica, cujo número indica aumento (ou diminuição) de prestígio e de status, ou, ainda, como se nota na grande valorização dos diplomas que credenciam atividades não-manuais e no consequente desprezo pelo trabalho manual, como se vê no enorme descaso pelo salário mínimo, nas trapaças no cumprimento dos insignificantes direitos trabalhistas existentes e na culpabilização dos desempregados pelo desemprego, repetindo indefinidamente o padrão de comportamento e de ação que operava, desde a Colônia, para a desclassificação dos homens livres pobres. (CHAUÍ, 2000, p.90-1)<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Cf. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 30/04/2017. No mesmo discurso, acrescentou Bolsonaro: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles.". Colocação que inclusive lhe rendeu uma condenação por danos morais. Cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/10/03/jair-bolsonaro-e-condenado-por-discurso-preconceituoso-contra-quilombolas.htm>. Acesso em: 03/11/2017.

<sup>76</sup> Escreve ainda a autora, “Num país onde as liberdades civis não estão garantidas, encontrando-se na dependência de “leis de segurança”; onde o direito de greve é ilegal; onde os sindicatos se encontram atrelados ao Estado; onde a política social é arma de controle econômico-político; onde as desigualdades sócio-econômicas não são apenas de classe, mas ainda regionais; onde o sistema federativo nunca chegou a concretizar-se; onde o “centrismo perpétuo” foi sempre a regra da vida política e os partidos, de notáveis, foram sempre clientelísticos, enquanto os de massa sempre foram burocráticos; onde grande parte das esquerdas (sobretudo no plano das lideranças) saíram da classe média urbana e, de modo geral, das burocracias estatal e militar (determinando lutas políticas sempre voltadas para o Estado como organizador por excelência do espaço social, econômico e político); onde o autoritarismo não é apenas a tônica dos governos, mas marca distintiva das relações sociais, permeando todas as atividades e a maneira de pensar; onde a afirmação da autonomia nacional só conseguiu precariamente afirmar-se durante governos de estilo fascista ou populista; onde o fantasma da “revolução burguesa” como etapa histórica “ainda” a ser cumprida

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro é outro autor que capta bem a tessitura de relações que consubstanciam a sociedade brasileira como autoritária em seus próprios fundamentos. Uma sociedade na qual a política – ou discurso político – baseia-se na retórica, onde a legitimidade do poder é garantida pela propriedade da terra que é perpetuada de geração em geração constituindo verdadeiros legados de coronelismo. O que, notadamente, tem se perpetuado e metamorfoseado desde o período colonial até os dias mais recentes. O próprio modo de produção capitalista que, em grande medida, dissolve várias das relações pré-modernas se apropria de outras tantas e faz delas forças motrizes.

As inquietações urbanas, as angústias europeias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demagogia inquieta e impaciente — tudo se amortece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o *coronel* tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado,

---

não conseguiu desaparecer, malgrado a eficácia real da dominação capitalista, vindo a impedir uma percepção mais clara do uso do Estado feito pela burguesia nacional; onde os liberais nunca desprezaram a necessidade periódica da intervenção militar para fortalecer o Executivo a fim de regular o mercado e onde as esquerdas nunca renunciaram à confusão entre prática revolucionária e programa de governo; onde, portanto, a política sempre teve estilo conspiratório e golpista sem conseguir realizar-se sequer com a ajuda rotineira de mecanismos institucionais estáveis; onde a crença na vocação demiúrgica do Estado, de cuja ação se espera a criação da sociedade e o movimento da história, obscurece o fato de que se trata de um Estado burguês, não porque serve à burguesia nacional, mas porque é usado por ela para participar do capitalismo; onde essa mesma visão demiúrgica da ação estatal encontra-se paradoxalmente mesclada a uma visão de que as leis, porque o são, podem ser permanentemente burladas, o que significa, na prática, jamais contestá-las enquanto leis; onde essa visão das leis, como a serem transgredidas, em vez de contestadas, é tida como prova da ausência de hegemonia burguesa enquanto capacidade para cimentar o consenso e para dar direção moral e política ao processo social, quando, na verdade, é essa "fraqueza" das leis um dos aspectos da hegemonia burguesa no país, pois não ser democrata não significa não ser burguês; onde a aposta periódica nos movimentos sociais populares só os toma como meios de mobilização e não como formas capazes de instaurar práticas que pudessem enraizar-se em instituições democráticas, reduzindo, com isto, a democracia à dimensão instrumental de uma prática política ocasional, pois, ao contrário do que sucedeu na Europa, neste país a democracia é sempre resultado conjuntural de uma correlação de forças e não o resultado de uma práxis social comum; onde vigora o sentimento de "não possuir uma posição reconhecida na comunidade cívica ou de não ter comunidade cívica de que participar"; onde impera o corporativismo na definição da cidadania determinada por profissão, fazendo com que as associações profissionais e os sindicatos sejam engolidos pela fragmentação que reforça a unificação imposta por via estatal; onde a situação sócio-econômica do campo permitiu um capitalismo por "via prussiana" que nem a direita liberal nem a esquerda jamais contestaram em profundidade; onde a memória das lutas trabalhadoras se perde não só porque a história (oficial e de esquerda) é história do vencedor, contínua, linear, progressiva e "feita sem sangue", mas sobretudo porque a repressão sistemática sempre dizimou as lideranças trabalhadoras, a questão social nunca tendo deixado de ser uma questão de polícia, culminando na transformação das regiões operárias em "zonas de segurança nacional"; onde a posse da terra se resolve à bala; onde as minorias indígenas são forçadas à "emancipação legal" que as expõe à pilhagem capitalista; onde ainda é preciso reivindicar escolas públicas e saneamento básico; onde ainda é preciso lutar por eleições diretas e pelo sufrágio universal - num país destes, isto é, no Brasil, a democracia liberal parece ser algo a conquistar e a discussão precedente soa como não-senso. Talvez não seja. (CHAUÍ, 1981b, p.159-161).

sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo. (FAORO, 2005, p.734).

Notadamente, distante do contexto brasileiro, em um artigo publicado em 1946, antes do desenvolvimento da pesquisa na Califórnia, Adorno já se atentava para o avanço do discurso fascista nos Estados Unidos e intentava analisar a estrutura das propagandas deste cunho no país, sobretudo dos agitadores da Costa Oeste. De acordo com o autor, os discursos fascistas e antisemitas têm uma estrutura própria, elementos fundamentais.

Os agitadores despendem grande parte de seu tempo falando sobre si mesmos ou sobre suas audiências. Eles se apresentam como lobos solitários, como cidadãos norte-americanos saudáveis, sadios, com instintos robustos, como altruístas ou infatigáveis; incessantemente divulgam intimidades reais ou fictícias sobre sua vida e de suas famílias. (ADORNO, 2015a, p.138).

Ora, não é precisamente o que vemos em diferentes níveis no contexto brasileiro? Pois, isso se torna ainda mais preponderante em um país cujo Estado fundou sua nação e o povo persiste como uma ideia abstrata só tornada minimamente concreta em momentos de eleição ou de grandes eventos esportivos, vindo a se dissolver rapidamente; em um país onde os direitos historicamente conquistados aparecem como benesses do Estado (quando não de um político ou partido específico) e, por isso mesmo, passíveis de serem retirados a qualquer momento sem nenhuma grande contestação senão que com um agradecimento pelos serviços prestados; em um país cuja modernização persiste apenas como uma promessa atemporal baseada na constante subsunção da vida aos capitais estrangeiros, etc. A icônica votação do prosseguimento do processo de *impeachment*, contra a presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados em 17/04/2016 nos faz notar com clareza os elementos elencados por Adorno no que concerne à propaganda fascista estadunidense.

*Pelo povo da minha Caxias do Sul, da Serra Gaúcha, do Rio Grande do Sul, do Brasil, pela dignidade, pela esperança do povo brasileiro eu voto sim. E viva o Brasil! E viva o Sérgio Moro. (Dep. Mauro Pereira – PMDB/RS).*

*Para corresponder, senhor presidente, as expectativas dos meus eleitores, dos brasileiros, as expectativas de um Brasil melhor, para combater a corrupção, para que a gente possa olhar pra frente, pra um Brasil diferente e separar o que é legal e ilegal, e, pela nossa constituição o meu voto só poderia ser e será: sim ao impeachment da presidente Dilma. (Dep. Nelson Marchezan Júnior – PSDB/RS).*

*Diz o bino rio-grandense sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra. Estamos legitimados pelo povo brasileiro para dizer um basta na roubalbeira. É sim de esperança num novo futuro para o nosso Brasil. (Dep. Onyx Lorenzoni – DEM/RS).*

*Senhor presidente, pela filha Amanda Dias, a minha filha Ana Clara, a minha esposa Janaina, pela minha mãe, pela família de cada um dos brasileiros. Quero fazer uma menção especial à minha Região do Barreiro, à nossa querida Belo Horizonte, levando em consideração também a legitimidade dos protestos, as vozes das ruas, a legalidade do processo [...] eu voto sim senhor presidente! E que deus abençoe o nosso Brasil! [e retornando à tribuna, interrompendo o voto do deputado Mário Heringer do PDT/ MG] Só*

*corrigir aqui uma situação: queria mandar um abraço, eu não mencionei meu filho, Paulo Henrique. Paulo Henrique, é para você meu filho! Um beijo! (Dep. Marcelo Alvaro Antonio PR-MG).*

Esses mesmos líderes “Frequentemente referem-se a si mesmos como meros mensageiros daquele que está por vir – um truque já familiar nos discursos de Hitler.” (ADORNO, 2015a p.139), como novamente podemos perceber na mesma votação do *impeachment*.

*Jamais a nação viveu os tormentos que vive no presente. A cada dia a situação se agrava, a cada hora quase 300 brasileiros perdem seu emprego. Não há nenhum canto no país em que se possa vislumbrar no rosto das pessoas algum sinal de esperança. Não estamos julgando os muitos crimes cometidos pela presidente Dilma Rousseff, diariamente presentes nas manchetes de jornais. Estamos a decidir o futuro de um país destruído por uma presidente da República que, com sua arrogância, fulminou o Parlamento. (Dep. Miguel Haddad – PSDB/SP).*

*Sem medo de ter esperança e com a convicção de que a Constituição Federal ampara essa sessão. Pela paz em Jerusalém, eu voto sim (Dep. Ronaldo Fonseca – PROS/DF).*

*Como delegado da PF, meu voto vai pelo fim da facção criminosa lulopetista, fim da pelegagem da CUT, fim da CUT e seus marginais. Viva a Lava-Jato e a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! (Dep. Fernando Francischini SD-PR).*

*Senhor presidente, hoje, não é um dia de homenagem, não é dia de celebração é um dia de lamento. E nós todos temos que ter a responsabilidade, e todas as forças políticas que aqui estão a partir de amanhã termos a responsabilidade com o futuro do nosso país. Eu respeitei democraticamente, como líder do meu partido, a maioria absoluta que fechou questão. Eu sou líder da maioria, não sou líder de minoria, e, por isso sigo meu partido pela admissibilidade desse processo. (Dep. Aquinaldo Ribeiro PP-PB).*

Todos esses demagogos substituem os fins pelos meios. Falam muito sobre “este grande movimento”, sobre sua organização, sobre um amplo renascimento [...] que esperam realizar, mas raramente dizem alguma coisa sobre aquilo a que se supõe que tal movimento alcançará, para qual fim a organização é boa ou o que o misterioso renascimento pretende positivamente alcançar. (ADORNO, 2015a, p.139).

Será preciso novamente dizer que a votação de 17 de abril no Congresso brasileiro é farta de tais exemplos?

*A bancada vota 100% unânime, ‘sim’, pelo impeachment. Queria dizer que o Brasil está presenciando um dos momentos mais marcantes da nossa democracia. Milhões de brasileiros estão nas ruas. Gritos de revoltados, de um povo que não aguenta mais. O recado já foi dado. Fazer agora o nosso papel é nossa obrigação. Estamos vivenciando o maior escândalo de corrupção da nossa história. (Dep. André Moura – PSC/SE).*

*Hoje é o dia decisivo, em que vamos escolher o Brasil que queremos daqui para frente. Pelo voto dado, seremos marcados e julgados para sempre. Teremos oportunidade de escolher de que forma queremos entrar para história. Pela porta da frente, com o impeachment, ou pela porta dos fundos, de mãos dadas com uma presidente que mentiu para o país e levou o país para a mais profunda crise. (Dep. Antônio Imbassahy PSBD/BA).*

Outro fator marcante da estética do discurso autoritário/fascista é o constante exagero, uma espécie de *ritual* no qual cada palavra é calculada, não para transparecer coesa,

mas ao perfeito oposto, para exprimir o descontrole, irritação e fúria que imediatamente permite ao expectador passivo a identificação. “Não é fácil falar com um fascista. Quando o outro toma a palavra, ele reage interrompendo-o com insolência. Ele é inacessível à razão porque só a enxerga na capitulação do outro.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.174). Assim, pode-se dizer que “Hitler, foi aceito, não apesar de suas bizarrices baratas, mas precisamente por causa delas, de sua entoação falsa e suas palhaçadas.” (ADORNO, 2015a, p.145). O que só se torna possível porque ainda que

a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e que também seus líderes sejam eles próprios de tipo histérico ou mesmo paranoico, eles aprenderam, a partir e do exemplo enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas para fins totalmente adaptados ao princípio de realidade (*realitätsgerecht*). As condições prevalentes em nossa sociedade tendem a transformar a neurose e até mesmo a loucura moderada em uma mercadoria, que o doente pode facilmente vender, bastando que ele descubra que muitos outros têm uma afinidade com sua própria doença. O agitador fascista é usualmente um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos. Isso somente é possível devido a uma similaridade estrutural geral entre seguidores e líderes. (Ibidem, p.144).

Não é, portanto, nada ocasional que figuras que transparecem absolutamente transtornadas como Jair e Eduardo Bolsonaro, ou mesmo Janaína Paschoal<sup>77</sup> tenham um número expressivo de seguidores que os tomam de fato como líderes, capazes de conduzir à salvação. Até junho de 2016 a página de Janaína Paschoal no facebook era seguida por mais 153.000 pessoas, a de Eduardo Bolsonaro por mais de 891.000 e a de Jair Bolsonaro por mais de 3.100.000 pessoas. Indivíduos aptos a se identificarem com falas como estas:

*Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e a inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo, e em memória do coronel Brillhante Ustra, o meu voto é sim. (Dep. Jair Bolsonaro – PSC/RJ).*

*Pelo povo de São Paulo nas ruas com o espírito dos revolucionários de 32, pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005, pelos militares de 64, hoje e sempre, pelas polícias, em nome de Deus e da família brasileira, é sim. E Lula e Dilma na cadeia. (Dep. Eduardo Bolsonaro – PSC/SP).*

Os indivíduos com tendências autoritárias “Constantemente se contam histórias escandalosas, a maioria fictícias, particularmente de excessos sexuais e atrocidades; indignação com a obscenidade e a crueldade nada mais é, entretanto, que uma fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte.” (ADORNO, 2015a, p. 140). O efeito produzido pelo gozo ante ao sujeito, ao

---

<sup>77</sup> Mais do que a própria fala, o gestual, a forma efusiva com que Janaína Paschoal vem a público defender o processo de *impeachment* merece destaque. Um de suas falas mais marcantes pode ser visto no seguinte link: [http://www.brasilpost.com.br/2016/04/05/cobra-janaina-paschoal\\_n\\_9616470.html](http://www.brasilpost.com.br/2016/04/05/cobra-janaina-paschoal_n_9616470.html) . Acesso em: 07/06/2016.



obsceno, ao desejo recalcado, fornece à ideologia fascista um indivíduo tão docilizado quanto infantilizado, apto a se identificar com as *imagens dominantes da necessidade* sem maiores resistências.

Assim como a dona de casa, que apreciou os sofrimentos e as boas ações de sua heroína favorita durante quinze minutos de transmissão, sente-se impelida a comprar o sabão vendido pelo patrocinador, assim também age o ouvinte da propaganda fascista: após obter prazer com ela, aceita a ideologia representada pelo locutor como forma de gratidão pelo show. “Show” é a palavra certa. (Ibidem, p.144-5).

*Eu, junto com meus filhos e minha esposa que formamos a família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas com seis anos de idade, meu voto é sim! (Dep. Delegado Éder Mauro PSD-PA).*

Siegfried Kracauer (2009) notou bem o papel dessa personificação do descontrole no discurso dirigido às massas ao analisar o público que lia/comprava livros de grande sucesso, nos quais o conteúdo é deliberadamente submetido à forma e a substância à acidência. O drama, a tragédia, a personificação, constituem o cerne da identificação. Sem os componentes negativos (descontrole, violência, irracionalidade), que remetem às pulsões recalcadas no expectador passivo, essa identificação seria comprometida. De igual maneira, esses elementos carecem ter sujeitos bem definidos, de modo a preencherem o deserto real no qual o reconhecimento destes não pode ser tão imediato. “Um *individualismo* sólido garante boas chances [de sucesso]. [...] Onde o indivíduo aparece, a *tragédia* é inevitável. Esta última enterra a existência burguesa profundamente na metafísica e exerce, assim, uma forte atração sobre o público mesmo em sua forma distorcida, ou, exatamente, em razão dessa forma.” (KRACAUER, 2009, p.112). O que só se torna possível porque, tornado totalmente abstrato interna e externamente, o indivíduo moderno só pode fundar sua identidade em padrões e clichês externos que lhe pareçam suficientemente concretos, seguros e alhures ao caos. “Quanto mais a abstratividade se consolida, *menos* o homem se encontra *subjugado* pela razão. Ele se torna de novo submisso ao domínio das forças da natureza, se o seu pensamento, ao permanecer a meio do caminho desviado para o abstrato, se negar à emergência do verdadeiro conteúdo do conhecimento.” (Ibidem, p.99). Por isso, seja no que se refere aos livros de sucesso ou aos discursos políticos, “quanto mais pepitas de ouro eles ocultam em seu interior, mais são em geral desprezados pela massa, que não possui varinha mágica, mas apenas desejos.” (Ibidem, p.107).

Precisamente por essa falta de substância destacada, é igualmente marcante no discurso fascista a presença de lacunas. O discurso é sempre impreciso, por vezes palavras de ordem, ou clichês são usados em contextos totalmente distintos, pois o fundamental não

é a coesão do discurso, mas sua conformação estética. Assemelha-se àquilo que Marilena Chauí denominou discurso lacunar, donde “a coerência ideológica é obtida não malgrado às lacunas, pelo contrário, graças a elas.” (CHAUÍ, 1981a, p.3). Reitera-se o caráter contemplativo predominante nas consciências fetichizadas, pois o sujeito, em sua condição necessariamente reificada, “não tem que construir exatamente um pensamento, pois pode abandonar-se passivamente numa corrente de palavras na qual mergulha.” (ADORNO, 2015a, p.143). Tem muito mais o aspecto de um ritual transcendental do que propriamente de um posicionamento político. Características que garantem a esse discurso ao menos duas propriedades fundamentais:

a) torna-se incontestável, pois nem mesmo há referências para que ele seja posto sob suspeita. Assim como um ritual religioso no qual os dogmas são postos previamente, ou numa troca comercial em que o equivalente foi determinado às costas dos entes da relação, o discurso pressupõe verdades fundamentais que não carecem ser ditas (lacunas). Desse modo, a verdade da fala só pode ser interna a ela, e qualquer negativa só pode se realizar externamente, mudando os pressupostos. Por exemplo, se tenho como pressuposto que um golpe comunista está em curso no Brasil e, ao mesmo tempo, de que o comunismo desvirtua os valores fundamentais da sociedade, qualquer discurso que parta destes pressupostos torna-se de difícil contestação, pois esta implicaria antes do mais, na negação desses pressupostos cegos. Isso é idêntico ao pressuposto da existência de deus, o qual já determina os *postos a priori*.

b) Uma vez baseado em pressupostos cegos, nada pode ser garantido. O discurso é essencialmente negativo. Pois consiste na negação do mal, sem ter clareza do que propriamente consiste o bem. Assim, expurgar o comunismo significa se ver livre do mal, mas quanto ao bem que lhe opõe há pouca ou nenhuma clareza. Isso se deve tanto a falta de qualquer teoria que embase ao discurso quanto ao fato de que “os seguidores acabarão sendo trapaceados e, que, assim os líderes precisam evitar qualquer formulação que posteriormente tenham de reafirmar” (ADORNO, 2015a, p.141). Novamente a analogia com o dogma religioso é profícua. Basta notar que em praticamente toda religião a descrição do mal (do inferno e dos pecados que encaminham a ele) é muito mais vívida que a do bem (o paraíso e suas virtudes imanentes). Do mesmo modo, é igualmente improvável um fiel traído por seu dogma retornar ao reverendo na busca por deslindar as incongruências de seu discurso.

A transcendência ao universo dos deuses, mais que uma analogia, é uma abstração no âmbito do discurso autoritário/ fascista. Remeter-se aos princípios imemoriais e positivos dos dogmas religiosos é igualmente marcante neste tipo oratória. O que é feito tanto em termos literais: “eu voto em nome de deus, da família, etc.”, quanto em termos metafóricos, utilizando-se de símbolos da religiosidade para aludir o mundo material, donde, por exemplo, “a crucificação é transformada em um símbolo do holocausto. Psicologicamente toda propaganda fascista é simplesmente um sistema de tais símbolos.” (ADORNO, 2015a, p.151-2)<sup>78</sup>. “Eles gritam choram, lutam com o demônio em pantomimas e tiram seus casacos ao atacaram aqueles ‘poderes sinistros’” (Ibidem, p.145). Lembremo-nos do discurso inflamado de Janaína Paschoal, girando sua blusa e gritando que o Brasil “não é a república da cobra”.

Esse jogo controverso entre os símbolos do sagrado e as determinações do profano, manipulados pelo discurso autoritário, demonstra, por exemplo, porque não há grandes contradições no fato de que dias após homenagear um torturador na votação do *impeachment* na Câmara, Jair Bolsonaro ter sido batizado nas *águas sagradas* de Israel.

Embora a transcendência ao mundo mítico da religião seja peremptoriamente evocada, “não se trata simplesmente de um retorno a emoções antigas e primitivas, mas sim de uma atitude ritualística na qual a expressão de emoções é sancionada por uma agência de controle social.” (ADORNO, 2015a, p.146-7). Assim sendo, a própria mediação entre os homens e certa transcendência fetichista é mediada e reificada. Não se trata mais do encontro conflituoso com a natureza, com o desconhecido, como o maná; mas inversamente, do embate com o pretensamente conhecido, o judeu, o comunista, etc. Embora o impulso seja de retorno à natureza, esta já não pode ser encontrada, pois foi ela mesma dilacerada. Nesse aspecto, apenas a consciência fetichizada sob a forma sujeito pode criar esse tipo de irracionalidade. Apenas o indivíduo cujo solo da consciência foi a tal ponto dilacerado que não pode mais sequer temer a primeira natureza, tampouco deixar de odiar a segunda, pode desenvolver o comportamento autoritário como se verifica desde o século XX.

---

<sup>78</sup> Adorno se vale do exemplo de um padre fascista da Costa Oeste estadunidense que em de seus programas de rádio afirma: “vocês não conseguem ver que, a não ser que exaltemos a santidade do nosso Deus, a não ser que proclamemos a justiça de Deus neste nosso mundo, a não ser que proclamemos a existência de um paraíso e de um inferno, a não ser que proclamemos o fato de que sem a remissão, *sem derramamento de sangue*, não há remissão do pecado? Vocês não conseguem ver que somente Cristo e Deus dominam e que a revolução vai tomar esta nação de nós?” (ADORNO, 2015a, p.151). Leia-se: “*judenblut mub flieben*” – o sangue judeu deve jorrar.

Nos termos da polêmica com Lukács aqui apresentada, diríamos que a proletarização do mundo foi simultaneamente acompanhada pelo aburguesamento do proletário. Por isso ele jamais poderá representar a última consciência de classe. A unidimensionalidade da sociedade e da política tem a ver, antes do mais, com o fato de que o próprio pensar tornou-se unidimensional, sob a “forma burguesa de agir e pensar” (KURZ, 2010c, p.46). Mesmo a crítica teórica e prática de esquerda não pode mais se despir das categorias fundamentais as quais não deveria reivindicar, mas reclamar a abolição.

E essa estrutura unitária exprime-se justamente pelo fato de que os problemas de consciência relacionados ao trabalhador assalariado se repetem na classe dominante de forma refinada, espiritualizada, mas por outro lado, intensificada. E o “virtuoso” especialista, vendedor de suas faculdades objetivadas e coisificadas, não somente se torna um espectador do devir social [...], mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivadas e coisificadas. (LUKÁCS, 2003, p.222).

No limite, a estética da dominação, instaurada desde a primeira metade do século XX, sujeitou a si aqueles que outrora poderiam ser carimbados como sujeitos – as classes dominantes –, ao mesmo tempo em que *elevou* ideologicamente à condição de burguês àqueles que deveriam combater a burguesia – o proletário. Consolida-se, assim, a miséria definitiva de qualquer pensamento concatenado: as classes médias.

### **Classes médias ou a miséria da consciência**

Tomar como as classes médias como categoria analítica em um estudo cujo escopo teórico ancora-se à crítica marxiana da economia política impõe-nos dificuldades. Notadamente, porque a própria categorização das classes médias enquanto tal compõe o horizonte burguês que obnubila as determinações de uma sociedade cujas relações de poder são fundadas no processo de valorização. Marx (1986, Livro III, Tomo II, p.317) afirma-nos claramente que a fórmula da sociedade capitalista é trinitária sendo composta fundamentalmente pelos “proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista”. Nesse escopo, reconhece Marx, a um primeiro olhar a identidade de classe corresponde à identidade de rendimentos e as fontes de rendimento. Todavia,

médicos e funcionários públicos, por exemplo, também constituiriam duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais diferentes, em que os rendimentos dos

membros de cada um deles fluem da mesma fonte. O mesmo seria válido para a infinita fragmentação de interesses e de posicionamentos em que a divisão do trabalho social separa tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e proprietários da terra - estes últimos, por exemplo, em viticultores, agricultores, donos de florestas, donos de minas, donos de pescadores. (MARX, 1986, Livro III, Tomo II, p.318).

Infelizmente, como é sabido, Marx não chegou a finalizar *O capital*, e o manuscrito do Livro III, mais tarde organizado por Engels, se encerra nesse ponto. Pelo que se pode compreender a partir de obra marxiana de modo amplo ele não se perderia no varejo de cada uma das funções imanentes ao sistema, fazendo de cada uma delas uma classe específica. Cada uma delas apenas desempenha um escopo específico de funções que mistifica uma vez mais a única natureza de todas elas, a produção e circulação – a em diferentes esferas – do valor. A despeito disso, Marx tem em vista que, se por um lado, os detentores da força de trabalho, dos meios de produção e de terra constituem “as três grandes classes da sociedade moderna”, a dinâmica desta última não se reduz a essas classes, como se da categoria analítica pudesse deduzir a totalidade das relações sociais. Marx reconhece aí “classes exteriores”, compostas e produzidas notadamente segundo a mesma lógica de valorização; e que, no entanto, não se deixam definir apressadamente em uma dessas categorias universais. A alta burocracia estatal ou mesmo sindical comporiam essas classes exteriores assim como outras funções que apenas se desenvolveram posteriormente às elaborações marxianas.

Buscaremos aqui apontar que em alguma medida essas classes exteriores compõem o que hoje na linguagem corrente denominamos classes médias. O sentido de dialogar e nos entremearmos a essa categoria estranha às formulações marxianas comunica-se ainda ao entendimento de que a fraqueza do ego típica do pensamento e da prática autoritária, determinados pela vida danificada, estabelece vínculo inextricável com a posição intermediária assumida por muitos no jogo das forças produtivas. Senão vejamos.

As assim chamadas classes médias se afiguram como um *momento* fundamental para compreender os termos nos quais a crise em curso se realiza. Não é preciso muito esforço para notar que a insatisfação desta – uma vez manipulada pela *mass media* – para com o governo de centro-esquerda levado a cabo pelo PT operou como grande catalisadora da crise política no Brasil. É preciso, no entanto, compreender em que consistem as classes médias e como elas – inconscientemente – colocam em xeque a própria consciência de classe tal como concebida por Marx e pelos marxistas tradicionais. Pois, pela própria posição que ocupam no jogo das forças produtivas, as classes médias dificilmente podem

assumir uma espécie de consciência de classe, uma vez que nem sequer chegam a ser uma classe *em si*. São aquilo que Rancière (2009b) chega a denominar como “parte de parte alguma”.

Žižek, se valendo do termo rancièreano nos coloca que “essa parte de parte alguma” é um elemento que, embora faça parte do sistema, não possui lugar apropriado nele. Pois, embora seja parte constitutiva dele não podia ser explicado em seus termos. (2011, p.109). No entanto, se as classes médias representam exatamente este ente fora do todo, ela se move em direção ao todo de maneira exatamente oposta à que Žižek pôde conceber ao se referir, por exemplo, aos excluídos. Se para Žižek esses grupos “por falta desse lugar determinado na ordem ‘privada’ na hierarquia social [...] representam diretamente a universalidade.”, e, assim, “o entusiasmo revolucionário propriamente comunista se enraíza de maneira incondicional na solidariedade total com essa ‘parte de parte alguma’ e sua posição de universalidade singular” (Ibidem, p.107), o que se atesta no caso das classes médias é precisamente o fechamento do singular que se universaliza apenas enquanto miséria do próprio existir.

Göran Therborn há muito já havia alertado para a necessidade de uma melhor compreensão dos sentidos e da posição ocupada pelas classes médias na sociedade produtora de mercadorias. As considerações do sociólogo sueco introduzem os fundamentos do quiproquó no qual consiste a consideração destas “partes de parte alguma” como classe.

El mundo pequeñoburgués de los productores y comerciantes simples de mercancías es, como el burgués, un mundo de mercados y competencia. Pero en él no hay empleados ni apropiación de plusvalía, y está económicamente orientado hacia el consumo familiar y no hacia la acumulación de capital. Estas diferencias parecen implicar que la creación de riqueza, la iniciativa y el riesgo burgueses indiscriminados es substituida por unas ideologías de acuerdo con las cuales el trabajo duro y la frugalidad determinan el acceso (y el mantenimiento del acceso) a los medios de producción, que el trabajo intelectual es substituido por el sentido práctico económico del productor comerciante simple; que el componente igualitarista se hace más fuerte y más material; que las consideraciones sobre la seguridad e independencia de la familia reciben prioridad sobre el cálculo racional de la ganancia. (THERBORN, 1991, p.48)<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> “O mundo pequeno burguês dos produtores e comerciantes simples de mercadorias é, como o burguês um mundo de mercados e competição. Porém nele não há empregados nem apropriação de mais valor e está economicamente orientado para o consumo familiar e não para a acumulação de capital. Estas diferenças parecem implicar que a criação de riqueza, a iniciativa e o risco burgueses indiscriminados são substituídos por ideologias de acordo com as quais o trabalho duro e a frugalidade determinam o acesso (e a manutenção do acesso) aos meios de produção, que o trabalho intelectual é substituído pelo sentido prático econômico do produtor comerciante simples; que o componente igualitário se faz mais forte e mais material; que as

Essa posição *sui generis* a qual a classe média ocupa torna, por assim dizer, uma impossibilidade lógica e histórica sua realização para si, tal como na teleologia hegeliana preservada pelo marxismo tradicional. Isso se deve ao fato de que a opacidade da própria existência não permite a possibilidade de qualquer identificação interna, apenas externa. Se retomarmos a concepção marxiana segundo a qual, *grosso modo*, a classe dominante é constituída por aqueles que detêm os meios de produção, bem como os proprietários de terra; e o proletariado por aqueles que têm como única mercadoria a ser comercializada a própria força de trabalho, sendo, portanto a classe explorada, incorporada no processo produtivo apenas como capital variável, grande parte do que podemos chamar de classe média *aparentemente* não encontraria lugar nessa definição. O que dizer, por exemplo, de um médico com alto salário e que é ao mesmo tempo funcionário de um grande hospital? Ele certamente não se identifica como proletário – e tampouco o é, de fato –, mas de modo algum detém o controle da própria exploração. É, na definição marxiana, quando muito aquele portador da capacidade de realização de um trabalho complexo<sup>80</sup>. No entanto, por sua própria posição no jogo das forças produtivas vê a si mesmo muito mais como burguês do que como proletário.

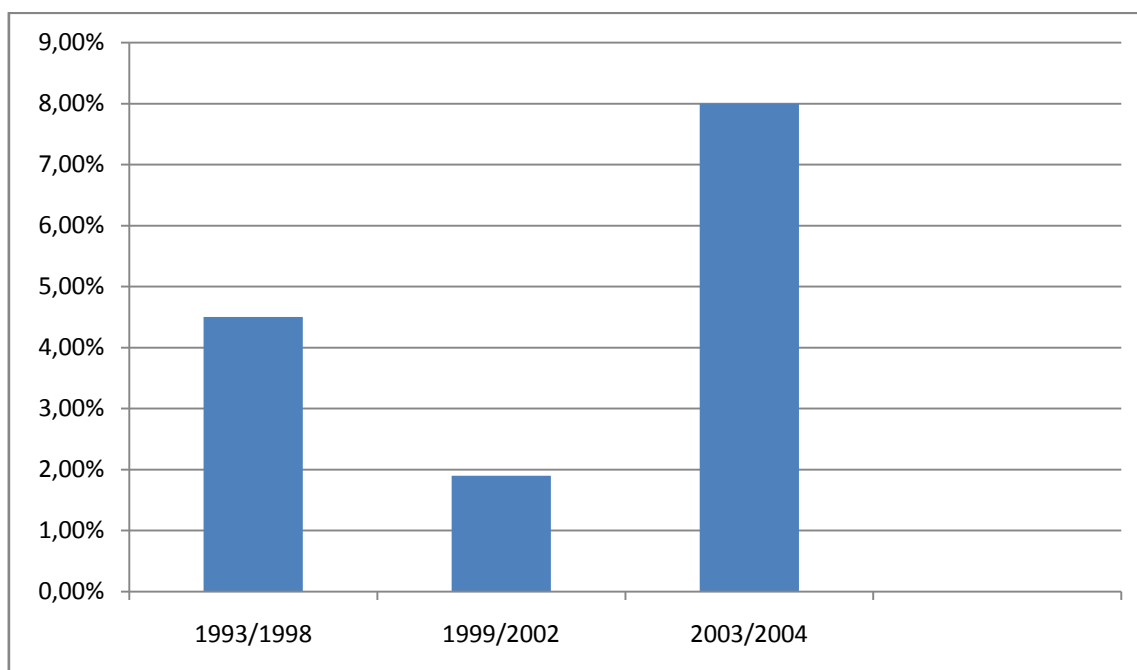
Ser “parte de parte alguma” implica para a classe média uma grande confusão ideológica, pois se não pode de modo algum ser *dona* da ideologia das classes dominantes, também não pode ter aquele ponto de vista do proletário – tal como outrora pensou Lukács – porque pressente ter algo a preservar. Essa posição caoticamente intermediária implode a cisão tradicional entre o que pode ser concebido como classe burguesa e como classe operária. Como dissemos, a proletarização do mundo não é dissociada nem distinta do aburguesamento ideológico do proletário. A luta de classes, como tal, parece se dissolver numa miscelânea quase indiscernível de interesses particulares intra e extra classe. Na medida em que o monopólio dos grandes conglomerados internacionais se fortalece, o acesso ao consumo é ampliado pelo crédito. O que se tem em última análise, é o dilatamento das classes médias, pois cada vez menos atores controlam os mercados e cada vez menos pessoas se encontram verdadeiramente alheios a ele.

---

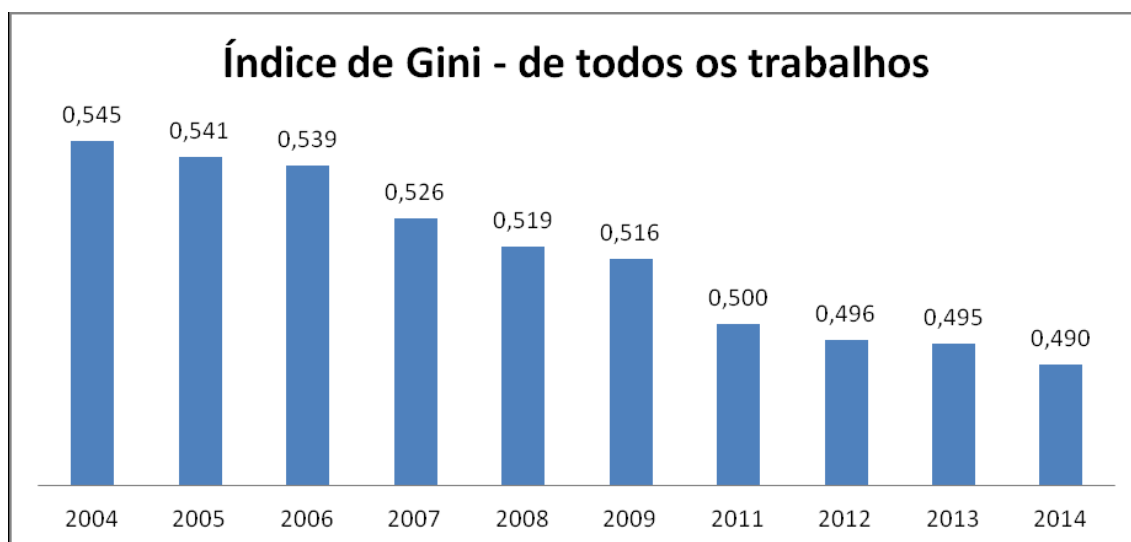
considerações sobre a seguridade e independência da família recebem prioridade sobre o cálculo racional do ganho.” [Tradução nossa].

<sup>80</sup> “Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele mesmo representa determinado *quantum* de trabalho simples.” (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p. 173-4).

A sensível redução das desigualdades sociais e o aumento do poder de consumo durante os governos do PT, sobretudo no primeiro mandato de Lula, corrobora esse dilatamento das classes médias. Os gráficos que se seguem demonstram esse sensível crescimento da classe média no Brasil neste período.



**Gráfico 2: Redução da população abaixo da linha da pobreza de 1993 a 2004** – Fonte: Centro de Política Sociais FGV *apud* Mercadante (2006, p.120).



**Gráfico 3: Evolução do Índice de Gini<sup>81</sup> no Brasil (2004-2014).** – Fonte: Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira da Secretaria de Política Econômica, 2016.

<sup>81</sup> Aos não habituados com o termo, o Índice de Gini consiste em um coeficiente que varia entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem).



A isso se deve também o sentimento típico das classes médias de que seus *privilégios* estão sendo dissolvidos. Em termos debordianos, “O objeto que era prestigioso no espetáculo torna-se vulgar na hora em que entra na casa desse consumidor, ao mesmo tempo que na casa de todos os outros.” (DEBORD, 1997, p. 46). A miséria – enquanto miséria de consciência – se universaliza. Não ocasionalmente tem-se a sensação de que vivemos em um tempo de tragédias. A tragédia econômica, a tragédia política, a tragédia ambiental... o trágico é a manifestação do mal enquanto necessidade do ego de se manter protegido do caos do real. Como sinalizou Siegfried Kracauer, “as classes médias percebem a sua posição intermediária como uma calamidade, mas querem mantê-la sob quaisquer circunstâncias, tendem naturalmente a elevar todas as calamidades ao nível de acontecimentos trágicos.” (KRACAUER, 2009, p.112).

E a genealogia do trágico, tal como apresenta Nietzsche (1992), aponta precisamente para o fato de que o antagonismo premente no ocidente entre as forças do bem e do mal, de deus e do diabo, se vincula inextricavelmente com o vazio encetado pelo sentimento de perceber a si mesmo como intermediário. De acordo com o filósofo-poeta,

O grego conheceu e sentiu os temores e os horrores do existir: para que lhe fosse possível de algum modo viver, teve de colocar ali, entre ele e a vida, a resplendente criação onírica dos deuses olímpicos. Aquela inaudita desconfiança ante os poderes titânicos da natureza, aquela Moira [destino] a reinar impiedosa sobre todos os conhecimentos, aquele abutre a roer o grande amigo dos homens que foi Prometeu, aquele horrível destino do sagaz Édipo, aquela maldição sobre a estirpe dos Átridas, que obriga Orestes ao matricídio, em suma, toda aquela filosofia do deus silvano, juntamente com os seus míticos exemplos, à qual sucumbiram os sombrios etruscos - foi, através daquele artístico mundo intermédio dos Olímpicos, constantemente sobrepujado de novo pelos gregos ou, pelo menos, encoberto e subtraído ao olhar. Para poderem viver, tiveram os gregos, levados pela mais profunda necessidade, de criar tais deuses, cujo advento devemos assim de fato nos representar, de modo que, da primitiva teogonia titânica dos terrores, se desenvolvesse, em morosas transições, a teogonia olímpica do júbilo, por meio do impulso apolíneo da beleza - como rosas a desabrochar da moita espinhosa. De que outra maneira poderia aquele povo tão suscetível ao sensitivo, tão impetuoso no desejo, tão singularmente apto ao sofrimento, suportar a existência, se esta, banhada de uma glória mais alta, não lhe fosse mostrada em suas divindades? (NIETZSCHE, 1992, p.36-7).

Como aquele que nem é o bem nem o mal, nem deus nem diabo, e assim carece que venha do externo a salvação e a condenação, o ser intermediário, o homem médio, e, portanto, medíocre, apenas pode alienar-se de sua própria posição consciente e entregar-se ao absurdo no qual navega docilmente. A fúria que o arranca da docilidade esporadicamente não tem a ver com uma tomada repentina de consciência, mas com o

medo arcaico preservado no ego de que o retirem do absurdo desvelando precisamente o caráter grotesco de sua auto conservação.

Essa hipótese quase psicanalítica não é gratuita e tem muito a nos dizer. A “origem do mal” e as metamorfoses do trágico manifestas no conservadorismo daquele que pode carimbar como inimigo aquele que dele se distingue, quando manipulada pelos ditames, padrões e clichês externos ao indivíduo que age, fornece o *alibi* perfeito para a dominação do abstrato sobre o concreto, do concebido sobre o vivido, etc. A progressão do erro rumo à maioria humana – tal como pudera conceber a filosofia burguesa de Kant e mesmo de Condorcet –, a interiorização do sofrimento expresso no ideal meritocrata do maior esforço, são, não há dúvida, ideais burgueses<sup>82</sup>, mas cuja gênese não pode ser encontrada na própria sociedade burguesa. Esta última – como afirmaria Marx – apenas opera sobre o corpo das velhas coisas, encetando-lhe uma nova alma. Novamente podemos encontrar em Nietzsche a gênese do mal como negatividade do imemorial positivo que justifica o medo, a auto conservação e auto resignação do indivíduo – ou da sociedade como um todo – intermediário, medíocre.

O melhor e o mais excelso do que é dado à humanidade participar, ela o consegue graças a um sacrilégio, e precisa agora aceitar de novo as suas consequências, isto é, todo o caudal de sofrimentos e pesares com que os ofendidos Celestes afligem o nobre gênero humano que aspira ao ascenso: é um áspero pensamento que, através da dignidade que confere ao sacrilégio, contrasta estranhamente com o mito semítico do pecado original, em que a curiosidade, a ilusão mentirosa, a sedutibilidade, a cobiça, em suma, uma série de afecções particularmente femininas são vistas como a origem do mal. O que a representação ariana distingue é a ideia sublime do pecado ativo como a virtude genuinamente prometéica: com o que é encontrado ao mesmo tempo o substrato ético da tragédia pessimista, como a justificação do mal humano e, na verdade, tanto da culpa humana quanto do sofrimento por ela causado. A desventura na essência das coisas - que o contemplativo ariano não está propenso a afastar capciosamente -, a contradição no âmago do mundo se lhe revela como uma confusão de mundos diversos, por exemplo, de um mundo divino e um mundo humano, dos quais cada um, como indivíduo, está certo, mas, como mundo singular ao lado de outro, tem de sofrer por sua individuação. Na heróica impulsão do singular para o geral, na tentativa de ultrapassar o encanto da individuação e de querer ser ele mesmo a única essência do mundo, padece ele em si a contradição primordial oculta nas coisas, isto é, comete sacrilégio e sofre. (Ibidem, p.67-8).

---

<sup>82</sup> Em termos kurzianos, “Quando se lê aquilo que se acha escrito em letras minúsculas, a imunda simpatia dos atuais defensores da liberdade não oferece aos excluídos deste mundo nenhuma promessa de que serão, em sua existência corpórea *per se*. Pelo contrário, em toda a sua abissal deslealdade, a promessa diz apenas: lamentamos profunda e infinitamente o fato de que tendes (possivelmente por sua própria culpa, porque não vos esforçaste o bastante e não adotaste os valores ocidentais, etc.) sido excluídos da sua capacidade de valorização e, com isso, do universalismo do valor; e tencionamos fazer tudo que esteja ao nosso alcance para que entrem uma vez mais, ou então, cheguem a adentrar (se vós próprios arregaçardes firmemente as mangas e aceitardes todos os abusos agradecidamente como se fossem presentes). Afinal de contas seria maravilhoso se, na fantástica condição da subjetividade do valor (capacidade de trabalho e mercado), todos os seres humanos pudessem ser reconhecidos como portadores de direitos humanos inalienáveis.” (2010a, p. 99).

O que se tem no que se refere às classes médias e sua miséria imanente é uma dupla-determinação. Uma da primeira e outra da segunda natureza. O resignar-se ante ao monstruoso que se apresenta demiurgo, ante ao que se intermedia ao absoluto positivo – as forças divinas, as forças da natureza, etc. – e o infinito negativo – a morte como impulso – é a determinação primeira. No entanto, o tornar-se medíocre no moderno tem a ver com uma segunda determinação, a de que os indivíduos desse tempo são postos de frente e atormentados continuamente pelo fato de que “a sociedade é comparável com processos naturais extra-humanos, meros mecanismos, porque as formas culturais baseadas em luta e opressão não são a prova de uma vontade autoconsciente e unitária. Em outras palavras: este mundo não é o deles, mas sim o mundo do capital.” (HORKHEIMER, 1989, p. 44)<sup>83</sup>. Fato esse, no entanto, do qual deve se preservar, pois sua consideração implicaria na abnegação consciente do próprio existir sob a forma sujeito. É a isso que se deve a massificação do medíocre, ou em outros termos: é aí que surgem as massas em detrimento do social propriamente dito. Ora, não é precisamente a essa mediocridade auto conservadora que se refere Baudrillard ao caracterizar as maiorias silenciosas denominadas massas?

Todo o confuso amontoado do social se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada: as massas. Bola de cristal das estatísticas, elas são “atravessadas por correntes e fluxos”, à semelhança da matéria e dos elementos naturais. Pelo menos é assim que elas nos são apresentadas. Elas podem ser “magnetizadas”, o social as rodeia como uma eletricidade estática, mas a maior parte do tempo se comportam precisamente como “massa”, o que quer dizer que elas absorvem toda eletricidade do social e do político e as neutralizam, sem entorno. [...] Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações periféricas do Estado, da História, da Cultura, do Sentido [...] as massas não tem história a escrever, nem passado, nem futuro<sup>84</sup>, elas não têm energias virtuais para liberar, nem desejo a realizar: sua força

---

<sup>83</sup> Ou como outrora expusera Marx em sua teoria do estranhamento, a possibilidade demiúrgica de sua própria existência se desvanece no humano pelo “fato de que, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, as condições objetivas do trabalho, o trabalho objetivado, têm de crescer em relação ao trabalho vivo – trata-se na verdade de uma proposição tautológica, pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho, tal fato, do ponto de vista do capital, não se apresenta de tal maneira que um dos momentos da atividade social – o trabalho objetivo devém do corpo cada vez mais poderoso do outro momento, o trabalho subjetivo, vivo, mas de maneira que as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia colossal, que se apresenta por sua própria extensão em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranhado e dominador em proporções cada vez mais poderosas. A tônica não recai sobre o *ser-objetivado* [...], mas às condições de produção personificadas. (MARX, 2011, p.705, grifos do autor).

<sup>84</sup> A ignorância quanto a própria história preserva as massas do sofrimento de conhecer a si mesmas. Algo próximo ao que dissera Nietzsche sobre o rebanho em sua segunda *Consideração Intempestiva sobre a utilidade da História para a vida*. Escreve ele, “observa o rebanho que pasta diante dos teus olhos: ele não sabe o que significa nem o ontem nem o hoje; ele pula, pasta, repousa, digere, pula novamente, e assim da manhã à noite, dia após dia, estritamente ligado a seu prazer e à sua dor, ao impulso do instante, não conhecendo por essa razão nem a melancolia nem a tristeza.” (NIETZSCHE, 2015, p.49).

é atual, toda ela está aqui, e é a do seu silêncio. Força de absorção e de neutralização. (BAUDRILLARD, 1985, p.9-10).

As massas, que a nosso ver, em pouco ou em nada podem ser distinguidas das classes médias, impõe-nos, todavia, uma série de enigmas. Se é verdade que “elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações” e que “não tem história a escrever, nem passado, nem futuro, elas não têm energias virtuais para liberar, nem desejo a realizar”, como elas podem, ao mesmo turno, serem decisivas em um momento de crise? Se são inertes como pode vir de seu próprio movimento o eclodir de um momento crítico? Se têm apenas força de neutralização e absorção, como podem ser protagonistas em um momento como o que vivemos?

A inércia manifesta na ação das massas tem a ver com o que Debord notara acerca do comportamento dos sujeitos contemplativos na sociedade espetacular. Nesse âmbito, por mais que os indivíduos ajam, seus gestos já não lhe pertencem<sup>85</sup>. Viver em primeira pessoa já é uma real impossibilidade. Quanto mais se age menos se é dono das próprias atitudes. Aqui, aliás, é pertinente retomar a distinção que expusemos anteriormente entre a *práxis* mimética e atividade poiética. No entanto, não se deve pensar que a *práxis*, em sua forma imanentemente regressiva, é inerte, o é apenas em sentido positivo, pois traz em seu âmago um impulso negativo imanente. Como sinalizamos de maneira preliminar, é preciso “notar que a própria repetição é diferencial, na medida em que o *simples* ato mimético carrega em si todo o peso da história. E se este ato não é poiético, não o é, entre outras coisas porque não pode recriar a história e despi-la de suas contradições. Não o fazendo, a repetição por si mesma, perpetua o impulso à morte, que nada mais é do que o encontro com o novo, o diferencial.” (BONIFÁCIO, 2015, p. 118). E aqui o diferencial, exatamente porque contraditório não pode ser assumido em uma positividade revolucionária como várias leituras acerca do espaço diferencial lefebvriano induzem conceber. O que emerge como devir pode ser tanto a emancipação quanto formas mais incisivas de terror e barbárie. Nesse sentido, as massas encetam o distinto precisamente por agir igual sempre. É o que se pode notar como princípio lampdusiano da *práxis* mimética. Toda a aparente transformação reitera o absurdo do mundo como tal. Como faz ver Jean Baudrillard, “tal é a massa, um conjunto no vácuo de partículas individuais, de resíduos do social e de impulsos indiretos: opaca nebulosa cuja densidade crescente absorve todas as energias e feixes luminosos circundantes, para finalmente desabar sobre o próprio peso. Buraco negro em que o social se precipita.” (BAUDRILLARD, 1985, p.11).

---

<sup>85</sup> Cf. Debord (1997, p.24).

A passividade auto conservadora típica da mediocridade, em sua vinculação decisiva com a lógica identificatória constitutiva da razão, é refratada<sup>86</sup> na assim chamada indústria cultural de massa; que não é a causa, mas um dos efeitos dessa miséria generalizada de consciência. Refração esta que, posta no mundo, dialeticamente suborna o ego no que concerne a outros desejos recalçados. Por isso, o absurdo do qual o indivíduo abstrato inconscientemente se preserva permanece oculto. Onde impera a normalidade, o reino do absurdo já se instaurou em um nível mais aprofundado. Olhado de fora, no sepulcral silêncio da normalidade, “não é o monstruoso que choca, mas sua naturalidade.” (ADORNO, 1998, p.243). A afirmação de Adorno sobre a literatura de Kafka não diz estritamente sobre a tessitura da narrativa kafkiana, mas, de forma mais ampla sobre a própria dimensão do absurdo que a literatura do autor faz ver. E nela o ponto alto do choque que desloca o leitor de sua condição passiva apta a identificar-se prontamente com o que lê, não é acordar transformado em um inseto gigante (Kafka, 1987), tampouco ser julgado sem ter crime e ser culpado de inocência (Kafka, 1999), é antes o fato de que para tudo isso nem sequer é buscada uma explicação. O absurdo assume a forma de inapelável normalidade. É a isso que se deve a asfixia do leitor ante Kafka.

Diferentemente dos romances de Thiess e Zweig – que Kracauer se debruçou<sup>87</sup> –, em Kafka não é o cotidiano que assume caráter espetacular, mas o espetacular que assume caráter cotidiano. Essa é a maior contribuição e a maior significação da obra de Kafka segundo Adorno<sup>88</sup>. De acordo com Adorno, o texto kafkiano “não se detém, como a

---

<sup>86</sup> Nos termos da psicanálise freudiana, todos os desejos uma vez recalçados para os confins do ego retornam à superfície como que refratados. Esse retorno à superfície, no entanto, não permite que se rastreie a gênese de tal impulso. Ou seja, tudo o que se projeta, que se refrata vincula-se a algo outrora recalçado, mas a projeção não permite a identificação de qual impulso fora recalçado, mas permanece como enigma.

<sup>87</sup> Cf. Kracauer (2009)

<sup>88</sup> Para Verlaine Freitas (2016, s.p), “Kafka se move em meio às ruínas (que parecem eternas) da racionalidade, que se coagulam em seus textos como neurose da própria realidade social. Nesse momento, abdica-se do desejo de curar a neurose do indivíduo, tomando-a como índice negativo de verdade de um sistema calcado essencialmente em uma brutalidade opressora, irracional e regressiva, que somente se perpetua por manter diuturnamente a aparência fantasmagórica de que algo do complexo civilizatório estaria imune ao enredamento neurótico. A culpa, a angústia e a desesperança são entulhos que a razão deixa em todo o edifício societário com preço excessivo para a construção da fachada de normalidade. A força de Kafka consiste, dentre outras coisas, no modo com que erige um edifício somente com os escombros, retirando deles uma racionalidade que choca como espécie de um duplo em negativo que sustenta a inércia da vida cotidiana. Se, como diz Nietzsche [...], a consciência surge devido a um processo múltiplo e tentacular de diluição do que há de concretamente vivo, contraditório e múltiplo no indivíduo – de modo que tudo tornado consciente significa apenas uma parte mínima e empobrecida de nosso ser, devido à passagem pelo filtro normalizador e abstrato da linguagem conceitual –, Kafka pretende reconduzir o que há de ‘corporeamente psíquico’ no sujeito, mas não como algo genealogicamente anterior ao processo de individuação, não como um raio-X na dispersão dos impulsos pré-subjetivos. Trata-se, na verdade, do que há de concreto e inumano, múltiplo e absurdo, vivo e desesperado, no plano da existência empírica, de modo que temos um sujeito reduzido a uma materialidade primeva, mesclada de forma paradoxalmente real, ao que se sobrepôs a seus estratos arcaicos. Tanto o espiritual-subjetivo é rebaixado à condição de coisa-animal, quanto o pré-subjetivo é lido sob a ótica de uma racionalidade ainda a se descortinar em seu sentido. O momento em que isto é visto

psicologia, diante do sujeito, mas alcança a matéria em estado bruto, o mero ente que emerge na esfera subjetiva através do colapso total de uma consciência que se rende, que renuncia a qualquer auto-afirmação. A fuga atravessa o homem até chegar ao inumano.” (ADORNO 1998, p.247). Assim, a técnica literária de Kafka

obriga os sujeitos a uma espécie de regressão biológica, preparando o caminho para as metáforas animais de Kafka. Em sua obra, tudo se dirige a um instante crucial, onde os homens tomam consciência de que não são eles mesmos, são coisas. As longas e fatigantes seções desprovidas de imagens têm por objetivo, desde a conversa com o pai em *O veredito*, demonstrar aos homens o que nenhuma imagem seria capaz de fazer: sua falta de identidade, o complemento de sua similaridade copiada. (Ibidem, p.251).

No mito não há absurdo. É por isso que Kafka se identifica ao mito: para dele escapar e desvelar o absurdo do mundo ocultado quando o Esclarecimento regride à mitologia. Mas o que nos interessa aqui não é a obra de Kafka, e sim, a naturalidade do absurdo que ela faz ver. É certamente dessa capacidade que os produtos da indústria cultural e a crítica conservadora da cultura passam ao largo. Pois, apenas a arte, enquanto tal poderia, para Adorno, realizar o movimento no qual o espanto provocado pelo estético “não é utilizado como desencadeador de emoções próprias, de outro modo recalçadas”. Mas, fazer “parte do instante em que o receptor se esquece e desaparece na obra: instante de profunda emoção. Deixa de sentir o chão debaixo dos pés; a possibilidade da verdade que encarna na imagem estética torna-se, para ele, física.” (ADORNO, 1982, p.273-4).

É a esse abalo, a essa experiência estética – que como já pontuamos não está circunscrita ao contato com obras de arte, mas com o Mundo de maneira mais ampla, pois obra ele mesmo – que a consciência sob a forma sujeito está constantemente cerceada. É por isso também que não são critérios econômicos estritamente que caracterizam a posição média a determinadas classes. A mediocridade, em seu sentido mais literal, não é econômica, mas social.

Aqui talvez comece a ficar um pouco mais claro porque não partimos de uma crítica às ideologias ou às culturas de massa postas na mídia. Elas devem ser o ponto de chegada da crítica e não o ponto de partida. A arte e sua capacidade de dissidência entram em declínio junto como a própria sociedade que se torna medíocre. Não é esse declínio que desencadeia a miséria da consciência, pois desta miséria ela é apenas parte integrante.

---

com a máxima eloquência é e, sem dúvida, ‘A Metamorfose’. A redução absurda, brusca, cuja explicação nem sequer é tentada, a fusão do intelecto a uma forma de vida repugnante e ancestral: tudo isso se insere na normalidade cotidiana, em que ainda que se busca a manutenção desesperada da troca de afetos, e faz transparecer uma espécie de lógica do absurdo pela confluência dos pólos heteróclitos da vida no plano pacificado da inércia societária.”

A proletarização da burguesia e o aburguesamento do proletário encontram seu ponto de fusão no sujeito médio, e este tende a tornar-se a forma *par excellence* do sujeito moderno.

A hipótese que atravessa estes ensaios e que só agora pode começar a ser deslindada, no entanto, é a de que não é a dificuldade de conduzir o político que configura a miséria das classes médias, e da consciência moderna de modo mais amplo, mas que pode ser o político enquanto tal a chave dessa negatividade do social. É por isso que nos perguntarmos acerca dos limites da democracia – enquanto manifestação do político – pode revelar-se extremamente profícuo.

## Capítulo 2 – A crise é da democracia?

*Und der Blinde frug den Tauben  
Was vorbeizog in den Stauben  
Hinter einem Aufruf wie  
FREIHEIT und DEMOCRACY.*

*(Bertold Brecht)<sup>89</sup>*

### Introdução

Mais que uma epígrafe, o poema de Brecht fornece alegoria ao ponto nodal de nosso questionamento, haja vista o fato de a democracia que, em seus termos como promessa, representa o momento da universalização da singularidade humana, na prática, conviver tão confortavelmente com a barbárie e a degradação do ser – como expusemos no capítulo inicial. Por isso mesmo, esboçar qualquer tipo de resposta à pergunta que intitula este capítulo requer um enorme esforço que deve ser acompanhado de igual cautela.

---

<sup>89</sup> Tendo em vista as dificuldades de se traduzir um poema de língua estrangeira, optamos por trazê-lo aqui no original a despeito das limitações que esta escolha nos impõe. Insistimos, no entanto, no uso do poema de Brecht porque nele faz-se ver – como em raros escritos – os paradoxos que emergem no seio da democracia. Ficamos aqui com as colocações de Rafael Alvarenga sobre a alegoria brechtiana. “De volta ao país de origem, então já dividido, após quatorze anos no exílio, Brecht encontrou ali uma curiosa situação moral e política, que tratou de expor num poema relativamente pouco conhecido, intitulado “*O cortejo anacrônico ou liberdade e democracy*”. Com 41 quadras, inspirado no realismo alegórico de Shelley (mais precisamente no poema político “*A máscara da anarquia*”, uma balada escrita em 1819 em resposta à sufocação violenta de uma importante manifestação operária em Manchester), o poema narra a introdução, a um tempo triunfal e farsesca, de valores e ideais norte-americanos numa Alemanha Ocidental “desnazificada” (segundo consta, Brecht escolheu viver na parte oriental, entre outras razões, porque ali o processo de desnazificação estava tendo lugar de forma mais consequente). Os versos descrevem uma procissão andrajosa de eleitores cheios de pompa por sobre as cinzas e ruínas do imediato pós-guerra, à frente da qual figuram dois cartazes com as palavras de ordem *Freiheit* e *Democracy*. Hinos oficiais dos vencedores aliados se misturam à exaltação da salvação monetária: “*Allons, enfants, god save the king! Und den Dollar, kling, kling, kling*”. Em meio à multidão, integrando o carnavalesco desfile, um padre carrega uma cruz improvisada a partir de uma suástica; temíveis mafiosos representam a indústria bélica; professores reclamam o direito de ensinar à juventude alemã a doutrina do matadouro; médicos pedem que lhes entreguem comunistas, para que realizem pesquisas; doutos especialistas, planejadores das câmaras de gás, marcham em nome da indústria química; antigos editores do semanário nazista *Der Stürmer*, preocupados, exigem que não se esqueça a “nossa” liberdade de imprensa; alguns respeitáveis cidadãos, outrora torturadores e assassinos de judeus, agora em altos cargos, gritam pelo direito das minorias; parlamentares do tempo de Hitler advogam a criação de ferrovias eficientes; tudo isso enquanto um juiz pronuncia às gargalhadas a sentença de que todos, inclusive ele próprio, estariam enfim livres do “hitlerismo”. Acompanhando o cortejo, carros alegóricos trazem seis camaradas de Partido: a *Opressão*, a *Lepra*, a *Fraude*, a *Estupidez*, o *Assassinato* e a *Roubalheira*. Repetidas vezes, em uníssono, clama-se por liberdade e *democracy*. O poema, que entre outras coisas diz muito sobre o suposto caráter libertário da multidão democrática unida entre os escombros da civilização, exhibe a cena perversa da fraternidade universal num mundo desconjuntado e cínico; expõe, por outras palavras, a democracia como forma política onívora, irrestritamente aberta a toda e qualquer tendência ou significação, por regressivas que sejam. (ALVARENGA, 2015, p.123-4). Poema completo disponível em: <http://www.alfa1.de/az-ged.html>.



Como bem pontuou Melo (2014), a democracia é bem mais uma pergunta que uma resposta. E o desvendamento dessa pergunta tem recaído em equívocos históricos que tem contribuído para obscurecer ainda mais os termos fundantes da questão. A busca por uma espécie de paraíso perdido – em suas raízes teleológico/metafísicas –, como abordamos anteriormente no que concerne a necessidade do mal, também tem acompanhado de maneira decisiva as críticas à democracia moderna. Desde os filósofos franceses no seio do Iluminismo, perpassando pelo idealismo e a literatura alemães e persistindo mesmo em algumas teorias críticas no século XX, a democracia *ideal* tem sido insistentemente vinculada àquela anunciada na Grécia Antiga, e mesmo buscada na sociedade grega idealizada por Platão em sua *República*<sup>90</sup>. Essa é, certamente, a primeira fetichização da qual devemos nos despir. Primeiramente porque o contexto da *polis* grega em nada pode se identificar com a atualidade senão em uma generalização totalmente abstrata e desprovida de qualquer substância. E em segundo lugar porque, mesmo no *paraíso perdido* grego a democracia permaneceu bem mais com uma imagem, uma representação legitimadora do poder ateniense que propriamente como um sistema político aberto de modo a possibilitar a universalização do homem. Tinha muito mais a ver com uma identidade produzida que como uma organicidade nos termos da política.

As considerações de Nicole Loraux (*apud* CHAUI, 2000) sobre a *ilusória* democracia ateniense corroboram a compreensão do caráter funesto da identidade e da identificação que fundam a democracia ateniense enquanto representação. A *Oração fúnebre* de Péricles, tida como monumento da democracia ateniense é notada na tese de Loraux como uma espécie de monumento da barbárie de uma Atenas fragmentária que busca transparecer uma imagem sólida e una. E o faz, notadamente, ao transcender os limites da vida e da morte sob o princípio de um continuísmo baseado numa grandeza imortal. Sobre a interpretação apresentada na tese da historiadora helenista, nos coloca Marilena Chauí,

Homilia educativa que ergue uma palavra de honra e glória aos mortos e aos vivos, a oração fúnebre é a fala agonística e aristocrática de uma *polis* imperialista que *silencia suas lutas internas* para oferecer-se una e indivisa perante aqueles que devem aceitar sua hegemonia, isto é, como indica essa palavra, a superioridade de um igual

---

<sup>90</sup> Esta, aliás, longe de representar uma alegoria de democracia pode ser compreendida como espécie de anúncio das sociedades totalitárias modernas. Como bem nos diz Pierre Vidal-Naquet (2002, p.210), “Se quiserem a qualquer preço encontrar na antiguidade grega algum modelo das sociedades totalitárias modernas ele não será achado na democracia ateniense e nem mesmo na oligarquia espartana. Poder-se-à encontrá-lo no projeto que o mais encarniçado dos inimigos da democracia concebeu para remediar os males da sociedade grega, e estou falando mesmo de Platão. Tudo está lá, desde a história reescrita em função da ideologia até a instalação de campo de concentração batizados de ‘lugares de reflexão’ onde os que pensam mal e agem mal terão bastante tempo para meditar sobre a melhor das constituições.”

sobre seus iguais. O *epitáphios* é uma “palavra sem contrapartida” ou discurso da hegemonia no qual os outros surgem como aliados suplicantes ou inimigos subjugados. Em outras palavras, a oração fúnebre pretende *silenciar sobre todas as relações de força ou de violência* que Atenas exercia sobre as demais cidades, falando, em vez disso, de sua hegemonia, isto é, da naturalidade com que sua excelência devia ser reconhecida e aceita por seus pares. Seu objeto é Atenas; seu tema, a hegemonia meritória e merecida de Atenas; seus destinatários, os atenienses vivos e os “outros” (os aliados dos atenienses; os espartanos e seus aliados, e os “bárbaros”); seus autores, os aristocratas ou, pelo menos, o espírito aristocrático da *areté* dos *andria agathoi*, os homens bons ou valorosos; seu núcleo retórico e de fascinação é a bela morte, *kalós thanátos*, do jovem guerreiro morto em combate; seu fundamento a autoctonia ateniense, sangue puro e solo do patriotismo e da superioridade ateniense sobre os “bárbaros” e sobre todos os helenos. [...] Patriótica e bélica, a oração fúnebre afirma que os vivos só existem por sua devoção aos mortos. [...] O *epitáphios* organiza a temporalidade de maneira a conjugar as inovações do presente, articulando o tempo da polis (sua grandeza perene), o dos cidadãos (seu dinamismo atual) e dos mortos (sua exemplaridade imortal). Graças a uma série de procedimentos retóricos codificados, o orador produz no ouvinte o efeito de afastamento do *chronos* (o tempo como sucessão e mudança) porque a palavra enfatiza o *aión* (o tempo como permanência de um princípio que se renova sem cessar). (CHAUÍ, 2010, p.27-8).

### **“Verdadeira democracia”: uma superação de antagonismos?**

Se a democracia grega tal como nos explicita Marilena Chauí não pode de modo algum corresponder à universalidade do homem no sentido de sua emancipação, os termos nos quais se assenta a democracia moderna não apenas são incapazes de realizar tal movimento como o mistificam ainda mais. O debate que se acentua a partir das formulações hegelianas sobre o Estado demonstra isso. Se Hegel podia conceber que “a razão supõe um sujeito distinto a um indivíduo qualquer, uma pessoa que consciência accidental”, e que “tal racionalidade se encerra no homem de Estado e se realiza no Estado mesmo” (LEFEBVRE, 1976, p.6), a esquerda hegeliana embora avance em termos da crítica à positividade do Estado, em raros momentos pôde pôr em questão a própria forma política e seu ideal democrático. O que, tal como nos explicita Abensour (1998), remete ao embate entre Marx e Moses Hess sobre o estatuto fundamental da política. Antes de nos atermos a ele, no entanto, avancemos sobre os termos nos quais ele assenta.

O enigma do político – como definiu Pogrebinski (2009) – em Marx carece ser analisado cuidadosamente, pois, se na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* em 1843, Marx aponta “pela primeira vez, o tema do desaparecimento do Estado, acompanhado – isso merece ser acentuado – do contraste entre o Estado político e a democracia.” (ABSENSOUR, 1998, p.71), em momentos posteriores de sua obra – como na *Crítica ao Programa de Gotha* – ele aponta não para a eliminação do Estado, mas para sua

transformação interna. “A liberdade consiste em transformar o Estado, órgão erigido acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado à sociedade.” (MARX, 2013, p.122).

O primeiro movimento do pensamento marxiano possibilita entendimentos como o de que

o governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização [...] só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática. (RANCIÈRE, 2014, p.10-1).

Nestes termos, o Estado democrático só pode sê-lo na medida em que dissolve a sociedade democrática, pois, esta última, realizando-se, careceria suprimir o próprio Estado para persistir existindo.

O segundo movimento possibilita compreender o oposto, que a revolução só é possível, se se tiver em conta que “a verdadeira tarefa não é afastar-se do Estado, mas fazê-lo funcionar de modo não estatal.” (ŽIŽEK, 2011, p.111).

Thamy Pogrebinschi (2009), no entanto, escapa a tal armadilha e nos permite perceber que mais uma oposição fechada, as duas possibilidades persistem enquanto movimento sincrônico de desvanecimento do Estado, isto é, da realização do político para além da forma política moderna. Repensemos essa duplicidade. Primeira possibilidade:

O Estado se abole: no primeiro movimento e em um de seus significados, o desvanecimento do Estado consiste em uma consequência lógica e natural da contradição que o define. Para que o Estado moderno possa fazer face à impotência que configura sua existência ele deve abolir a sociedade civil ou a “esfera da vida privada contemporânea”. Para tanto, porém deverá abolir a si mesmo, uma vez que o Estado moderno só existe pela relação de antagonismo que trava com a sociedade civil. (POGREBINSCHI, 2009, p.49).

O segundo movimento captado pela autora no que concerne o desvanecimento do Estado é assim explicitado:

O Estado é abolido: no segundo movimento e em seu outro significado, o desvanecimento do Estado consiste no resultado necessário de determinadas lutas sociais que ocorrem em seu seio. O Estado não põe fim a si mesmo por meio da contradição que o define, mas um fim lhe é dado para que essa contradição seja superada e uma nova organização política possa surgir em seu lugar. O desvanecimento do Estado implica aqui superação, sua derrubada, sua destruição, seu esmagamento, sua ruptura. (Ibidem, p.50).

Se a duplicidade do perecimento do Estado faz-se presente nos escritos do próprio Marx, ela se torna ainda mais preponderante nas leituras marxistas<sup>91</sup>, desde Engels até os dias atuais. Em Engels a duplicidade do movimento de superação do Estado aparece de maneira ainda mais destacada. Pois se em Marx esse duplo movimento é simultâneo implicando e resultando de um processo dialético de superação das condições do presente, em Engels esses movimentos “se separam temporalmente, de modo a sugerir dois momentos distintos de um movimento supostamente único”. (POGREBINSCHI, 2009, p.59). O que se deve, em grande medida, ao fato de que Engels tinha muito mais em vista a dimensão processual do fim do Estado do que Marx. Enquanto este último ancora sua crítica – sobretudo quando pensamos na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* – na filosofia, tomando-a como momento decisivo, Engels se centra muito mais nos aspectos históricos e socioeconômicos concretos. O que não deve ser apreendido aqui como mérito de uma aceção em detrimento da outra, mas simplesmente como dois pontos de partida distintos que resultam igualmente em formulações radicalmente distintas. Novamente Pogrebinschi nos auxilia na compreensão de tais termos. Pois se nas formulações de Marx, o conceito de *aufhebung* é central – na medida em que pressupõe o movimento simultâneo de conservação, superação e elevação –, Engels não necessariamente confere alguma centralidade a esse conceito. O que implica ter em conta que “o é supostamente ambíguo em Engels não é a defesa da ideia de abolição do Estado em si, mas a forma como é feita.” (Ibidem, p.60).

Primeiro, Engels tende a insistir na ideia de gradualidade, da gradativa abolição do Estado – coisa que Marx não faz. Em segundo lugar, em Engels encontramos algumas vezes a ideia de que o Estado pode ser usado como meio de sua própria abolição. Isso em Marx é inaceitável<sup>92</sup>. [...] Por fim, Engels às vezes afirma claramente que o Estado só desaparece depois do desaparecimento das classes sociais, de modo a indicar uma temporalidade nesse processo, no sentido de dividi-lo em duas etapas, uma de modo a condicionar a outra, desse modo distinguindo-se entre si. (Ibidem, p.60).

Nos termos do próprio Engels, ao tomar o poder, “o proletariado se abole como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe, abole também o Estado como Estado.” (ENGELS, 2001, p.348). Assim, o processo histórico de abolição do

---

<sup>91</sup> Aqui nos colocamos ao lado de Rubel (1974) pontuando que, sob vários aspectos, as formulações de Marx se encontram em posição radicalmente distinta das formulações marxistas que as sucederam. Nesse sentido, é Engels – enquanto leitor de Marx – e não o próprio Marx quem funda o marxismo.

<sup>92</sup> Mesmo quando afirma que “a liberdade consiste em transformar o Estado, órgão erigido acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado à sociedade” (MARX, 2013, p.122), Marx não que dizer que a missão histórica consista em tomar para si o Estado e fazê-lo definir internamente, mas sim que a tomada do Estado pelo proletário implica em pôr fim no próprio Estado. Não se trata de se demorar sobre a máquina estatal, mas de aboli-la na medida em que dela se apropria. É aí que o conceito de *aufhebung* caro a Marx e desimportante para Engels se mostra fundamental.

Estado transparece em Engels como uma relação de causa e efeito na medida em que com a superação das classes, “o Estado inevitavelmente cai com elas. A sociedade que organizará novamente a produção sobre as bases de uma associação livre e igualitária dos produtores transportará toda a máquina do Estado ao lugar onde lhe corresponde: ao museu de antiguidade, junto ao torno de fiar e ao machado de bronze” (ENGELS, 1977, p.217).

Nestes termos, embora Engels confira ao fim do Estado uma dimensão processual e concreta da qual Marx aparentemente se distancia, ele “não deixa dúvidas de que o fado do Estado é atingir seu próprio fim, cumprindo a ele a sentença proferida pela história.” (POGREBINSCHI, 2009, p.61). O que faz ver que apesar de Engels à primeira vista se distanciar da filosofia, ele preserva dela uma forte determinante idealista: uma teleologia da História, na qual o Estado – tal como as próprias classes – traz em si um fim imanente<sup>93</sup>. E, concordamos com Pogrebinschi, “a ideia do desaparecimento do Estado, tal como encontrou difusão e divulgação no seio do marxismo, parece ser mais próxima da versão de Engels do que aquela de Marx.” (Ibidem, p.62).

Entender a possibilidade dialética desse duplo movimento demanda ter em vista que a forma política tal como a conhecemos – sob a batuta estatal – é cindida em seus próprios fundamentos, realiza-se necessariamente de modo negativo. Pois que pressupõe a cisão fundamental entre Estado e sociedade civil, e secundariamente entre indivíduo e sociedade. Nos termos de Marx,

Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal. (MARX, 2010b, p.40-1).

---

<sup>93</sup> Cabe aqui recordar o que já abordamos no capítulo inicial no que concerne à tomada de consciência do proletário que sempre tendeu a se constituir muito mais como uma formulação filosófica herdeira da *Lógica* hegeliana que propriamente uma realidade empírica.

Nos termos da dialética hegeliana, sob a forma estatal, o singular jamais pode acessar o universal, e o particular só o acessa abstratamente, pois tem como pressuposto a cisão para com este. Do mesmo modo, a própria relação entre o singular e o particular é danificada. Pois, se – como demonstramos anteriormente – a própria personalidade é fundada pelo dilaceramento do ser, a universalidade singular só pode entrar em contato com o particular na forma de um antagonismo. O ser dilaceramento internamente mostra-se como ser social dilacerado, em uma sociedade idêntica a ele próprio que se põe ante ao Estado em uma relação previamente coisificada.

Como o indivíduo não pode, a não ser em nível meramente formal, vincular-se positivamente a sua generalidade, a sua inerente publicidade, mas, contrariamente, vê-se restrito e subsumido a sua magra e aviltada subjetividade privada, em um mundo que a unilateraliza estruturalmente, o livre e verdadeiro desenvolvimento individual torna-se impossibilidade objetiva. A concreta manifestação da radical contraposição entre indivíduo e sociedade então impera, uma vez que a dimensão humano-social dos homens, nas condições descritas, não é capaz de ultrapassar a individualidade socialmente desfibrada; precisamente por isso o indivíduo não consegue reconhecer em si a substância social de que é feito. Desse modo, passa a ter e reconhecer no conjunto societário seu contraposto. [...] A forma de ser da sociedade burguesa e, portanto, estranha a emancipação humana, interpondo-se como barreira concreta a sua realização. (CHASIN, 1990, p.335-6).

O que se põe de maneira definitiva como questão é: se a forma política assentada na cisão entre indivíduo-sociedade-Estado é a forma política por excelência, ou se aponta para momentos fora de si mesma; e se apontar, faz-se necessário indagar para quais direções aponta. Em outros termos, resta saber se a democracia como conhecemos é a única possível. Devemos abandonar o fetiche da política, e, notarmos que a verdadeira democracia encontra-se alhures a essa? Ao contrário, devemos abandonar o fetiche pela democracia e pensar em formas políticas outras? Ou, política e democracia devem ser abolidas enquanto tais, pois apenas podem se identificar com a forma estatal e suas cisões necessárias?

Em 1843, quando em suas primeiras formulações acerca do Estado e da democracia, Marx afirma que “o homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem, é a *existência humana*, enquanto nas outras formas de Estado o homem é a *existência legal*. Tal é a diferença fundamental da democracia.” (MARX, 2010a, p.50). Nesse entendimento a democracia, enquanto universalidade concreta se manifesta como sendo a própria universalidade do ser, pois é este que a enceta e não o oposto. Todavia, na democracia tal como a conhecemos, “o Estado político na medida em que ele se encontra ao lado desse conteúdo e dele se diferencia, é ele mesmo um conteúdo *particular*, como uma *forma de existência* particular do povo.” (Ibidem, p.50-1). O Estado aqui se distingue e se

distancia da democracia na medida em que não se realiza como uma universalidade concreta, mas como um particular que se universaliza subordinando a si todas as particularidades. É assim, apenas abstratamente universal. A democracia sob a forma estatal põe as avessas sua promessa fundamental: ou seja, internamente ao Estado, as pessoas *só existem* em função da lei e não o oposto. Retornaremos a esse ponto crucial. “Daí, que na verdadeira democracia o *Estado político desaparece*. O que está correto, considerando-se que o Estado político, como constituição, deixa de valer pelo todo.” (Ibidem, p.51).

É aí que o embate entre Marx e Hess, anteriormente anunciado, encontra porto para se ancorar. De acordo com Abensour (1998, p.72), Marx compreende que “a busca da essência do político e a busca da verdadeira democracia coincidem necessariamente, [...] interrogar-se sobre a essência do político leva à questão da democracia; ressaltar a diferença específica da democracia em relação a outras formas de regime é o mesmo que se defrontar com a própria lógica da coisa política.” Seria, a democracia, portanto, o *momento* no qual o *sujeito real*, o *demos*, o povo, institui uma relação plena, momento no qual o princípio político se desvenda em sua inteireza.

Em contrapartida, para Hess, “toda política, seja absolutista, aristocrática ou democrática, deve, necessariamente, tendo em vista sua autoconservação, manter a oposição entre dominação e servidão; ela tem interesse nas oposições, pois lhes deve a existência.” (*apud* ABENSOUR, 1998, p.74). Nessa acepção, as cisões e antagonismos prementes na política moderna não se devem à forma externa do Estado, mas a sua constituição interna. Não se trata de encontrar a forma política pelo Estado ou fora dele, mas abolir a política enquanto tal. Assim, a anarquia é o que se apresenta como possibilidade emancipatória para Hess. Esta é definida “como a negação de toda dominação política, a negação do conceito de Estado ou de política.” (Ibidem, p.75).

É preciso, em nosso entendimento, contudo, negar a um só tempo as perspectivas hessiana e marxiana – tal como são apresentadas por Abensour –, ao mesmo tempo tomá-las como momento decisivo. Pois se a verdadeira democracia, como nos apresenta Pogrebinschi a partir do próprio Marx, consiste em uma superação de antagonismos é preciso ter em mente de que antagonismos estamos falando e ao mesmo tempo ter em

vista que tais antagonismos tem de ser superados concretamente e não em termos abstratos como buscaram os herdeiros imediatos do pensamento de Hegel sobre o Estado<sup>94</sup>.

Pogrebinschi (2009, p.15) ressalta que, “a separação entre Estado e sociedade e o antagonismo que entre eles se estabelece, seria, por sua vez a fonte de outros ‘dualismos abstratos’ que caracterizam, de acordo com Marx, a idade moderna: o universal e o particular, o homem e o cidadão, o formal e o material, e, naturalmente o político e o social.”

No entanto, a chave interpretativa mais profícua das críticas marxianas ao Estado e às formas políticas pode se encontrar em outra duplicidade, que é ao mesmo tempo interna ao movimento do pensamento de Marx, e externa, na medida em que revela as próprias determinações de um tempo histórico – o de Marx. Trata-se da ideia do *duplo Marx*. Toledo (1997), em seu estudo sobre *O colapso da Modernização* de Robert Kurz aponta que “Marx parece poder ser dividido em dois, de um lado um crítico ferrenho e consistente da sociedade do trabalho, de outro um defensor não menos ferrenho da classe trabalhadora.” Mais tarde o próprio Robert Kurz desenvolveria essa mesma duplicidade pontuando a existência de um Marx exotérico e de um Marx esotérico. “O Marx exotérico, ‘voltado pra fora’, de fácil recepção, enquanto o segundo, o Marx esotérico, pensa categorialmente, é de difícil acesso”. (KURZ *apud* REGATIERI, 2009, p. 53).

O Marx exotérico corresponde àquele que se deteve às questões empíricas postas pelo movimento operário, assumindo, sobretudo a partir de 1846 a luta de classes como uma categoria fundamental, não apenas teoricamente, mas enquanto *práxis* emancipatória. O Marx esotérico, no entanto, corresponde àquele que se dedicou a pensar categorialmente o universo do capital não apenas a partir de seus *postos*, de suas contradições imanentes, mas também a partir de seus pressupostos, de uma crítica radical à própria forma mercadoria e ao trabalho enquanto tal.

---

<sup>94</sup> “Conforme anunciam os ideólogos alemães, a Alemanha teria passado nos últimos anos por uma revolução sem igual. O processo de decomposição do sistema hegeliano, que começara com Strauß, desenvolveu-se a ponto de se transformar numa fermentação mundial em que foram envolvidas todas as ‘potências do passado’. Nesse caos geral, formaram-se poderosos impérios para logo perecerem; emergiram heróis momentaneamente para, em seguida, serem catapultados de volta às trevas por rivais mais arrojados e poderosos. Foi uma revolução diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança; uma luta mundial diante da qual os combates dos diádocos pareceriam mesquinhos. Uma vez deslocados os princípios, os heróis do pensamento atropelaram-se uns aos outros com uma precipitação inusitada, e em três anos, de 1842 a 1845, revirou-se mais o solo da Alemanha do que nos três séculos anteriores. Tudo isso teria acontecido no terreno do pensamento puro” (MARX & ENGELS, 2007, p.85).



Tendo em vista a distinção entre os dois Marx, levada a cabo por Kurz, poder-se-ia considerar que este perde de vista a totalidade da obra marxiana, e incorre nos mesmos erros daqueles que dividiram sectariamente a obra de Marx em juventude e maturidade, científico e revolucionário, etc. Porém de acordo com Ricardo Regatieri,

uma consideração atenta da ideia do Marx duplo, poderia mostrar coisa diversa. A abordagem de Kurz não pretende jogar fora alguns elementos da teoria de Marx e o corte que ela introduz não se vincula cronologicamente à obra<sup>95</sup>. A totalidade do pensamento de Marx não sai do horizonte de Kurz e é possível evidenciar isso pelo fato de que ele problematiza o campo de tensões que se forma na teoria. Esse campo de tensões é marcado pela não-simultaneidade interna e externa do capitalismo e, segundo Kurz, Marx leva isso em conta. Vendo como se processa a contradição imanente da teoria, pode-se avaliar qual a relação existente entre o Marx exotérico e o Marx esotérico e compreender porque não há como isolar cirurgicamente o que, pretensamente, seria útil e inútil, já que há uma imbricação inextricável entre ambos. (REGATIERI, 2009, p. 53).

Essa duplicidade do pensamento marxiano já vem sendo desdobrada pelos novos críticos do valor (me refiro, sobretudo a Anselm Jappe), no que concerne à própria crítica do valor, mas ainda permanece em grande medida obscura quando nos referimos às críticas de Marx ao Estado. Mesmo em momentos da obra onde Marx estabelece uma crítica mais contundente ao Estado e o pensa em termos de sua abolição (o que parece se aproximar muito mais do Marx esotérico), o autor parece em vários momentos abandonar a totalidade da forma social e se deter a fenômenos em sua superfície. Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, por exemplo, ao pensar uma reforma eleitoral, Marx aponta que

É somente na *eleição ilimitada*, tanto ativa quanto passiva, que a sociedade civil se eleva *realmente* à abstração de si mesma, à existência política como sua verdadeira existência universal, essencial. Mas o acabamento dessa abstração é imediatamente a superação da abstração. Quando a sociedade civil põs sua *existência política* realmente como sua *verdadeira* existência, põs concomitantemente como *inessencial* sua existência social, em sua diferença com sua existência política; e com uma das partes separadas cai a outra, o seu contrário. A *reforma eleitoral* é, portanto, no interior do *Estado político abstrato*, a exigência de sua *dissolução*, mas igualmente da *dissolução da sociedade civil*. (MARX, 2010a, p.136, grifos do autor).

Se por um lado Marx não deixa dúvidas quanto à necessidade histórica de superação da duplicação da sociedade em Estado e sociedade civil, por outro,

ele gostaria, como bom hegeliano, de ver a “dissolução do Estado político” precisamente na sua realização ou “acabamento” (democrático); e, segundo, ele considera a fartura da “reforma eleitoral” (direito de voto universal e igual) como o passo decisivo deste “acabamento enquanto dissolução”.[...] Ele assume aqui

---

<sup>95</sup> A esse respeito ver a dissertação de Serrano (2014), onde o autor explicita que a crítica radical ao trabalho aparece na obra de Marx não apenas em suas produções tardias (sobretudo nos capítulos iniciais de *O capital*), como muito se concebe, mas também em vários de seus escritos da juventude. Notadamente, nos *Comentários sobre James Mill* (1844), nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e no *Rascunho de um artigo sobre o livro de Friedrich List* (1845).

abertamente a ilusão de que se poderia simplesmente “derrotar pelo voto”, por decisão da maioria, o capitalismo e a sua forma estatal. (KURZ, 2016d, p.141).

O que, de acordo com o próprio Kurz, comunica-se à concessão feita por Marx ao ímpeto do movimento operário em formação, que ele precisava considerar destinatário da sua teoria e da força histórica para a abolição do capitalismo. Impôs a si, portanto, não encerrar suas relações com este “sujeito” social, de modo que ele não denunciase definitivamente a sua “missão” histórica de assumir a cidadania, participando da “vontade geral” transcendental *a priori*. Marx teve assim de relativizar mais uma vez a crítica radical da estatalidade e da “politização”, pois reconhecia naquele momento histórico a necessidade de reivindicações parciais imanentes como o direito à greve, a necessidade de reunião, a liberdade de associação, etc. Como o próprio Marx afirma de maneira categorial em *Sobre a questão judaica*, “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui.” (MARX, 2010b, p.41, grifos do autor).

Essa concessão de Marx às questões imanentemente parciais, no entanto, produz uma tensão interna a seu pensamento. Em *A miséria da filosofia*, Marx afirma claramente que, “só numa ordem das coisas em que não haja classes nem oposição de classes cessarão as evoluções sociais de serem revoluções políticas” (MARX, 1985, p.42, grifos do autor). A emancipação interna ao universo da política, contudo, assim como a emancipação da classe trabalhadora sem abolir o trabalho, preserva uma tensão latente. A luta pela cidadania obscurece e adia a luta contra a política enquanto tal, pois apenas pode se realizar internamente ao universo da política. O que acaba por transformar a revolução em uma espécie de mitologia, de pote de ouro no fim do arco-íris. Ou, como diria Kurz, “o sistema de referência positiva da cidadania torna-se decisivo para a luta social, retirando-lhe assim a força explosiva. Imanência e transcendência trocam de lugar; o rebentamento da gaiola política e também estatista é transferido para uma época imaginária, para lá do desaparecimento das classes sociais, embora este desaparecimento tenha de coincidir com o dito rebentamento.” (2016d, p.142).

No polo oposto, a crítica total à estatalidade e a negatividade quase absoluta conferida à política verificada nas teses anarquistas que entraram em diálogo constante com Marx, também não parece fornecer qualquer alternativa radical e contundente à dominação política. Seja em Hess, seja em Proudhon ou em Bakunin, a negação total da política permanece, nos termos de Adorno (1996b) uma negação abstrata, que não toca de fato os

fundamentos do objeto da crítica. Aqui é pertinente a advertência feita por Kurz (2016d) de que “o contrário da negação abstrata não é uma afirmação concreta pseudo-dialética, que tivesse ‘superado’ positivamente (como em Hegel) aquela negação abstrata, mas sim uma negação concreta penetrando a própria coisa”. É precisamente esse momento concreto que passa ao largo das principais formulações anarquistas. De acordo com Kurz, em Bakunin, por exemplo,

A grande questão de uma teoria crítica do Estado, a relação entre capital e estatalidade, nem sequer pode ser seriamente colocada a partir dos seus pressupostos, porque já o conceito de capital é subterrâneo. Para ele a “formação de capital”, que não é objeto de qualquer ulterior definição, consiste essencialmente em “especulação bancária”, e “isso não significa senão o triunfo da dominação judaica (?), da alta finança, com o poderoso apoio do poder financeiro, administrativo e policial”. Para esta “formação de capital” na forma de “especulação bancária, a qual em última instância devora a própria formação de capital”, segundo Bakunin “torna-se necessária a centralização violenta através do Estado... para o seu posterior e completo desenvolvimento”. A estatalidade, portanto, deve consistir desde logo sobretudo em garantir a “dominação judaica” dos especuladores bancários, que são considerados os verdadeiros representantes do capital. (KURZ, 2016d, p. 152).

Acompanhado de um reducionismo latente, a falta de percepção dialética nas teses anarquistas também é flagrante. As críticas a Proudhon levadas a cabo por Marx em *A miséria da filosofia* e por Engels em *Sobre a questão da moradia* evidenciam bem essa latência a qual não nos deteremos longamente<sup>96</sup>.

Se a anarquia, como bem explicitam Marx (1985), Engels (2014), Kurz (2016d), não fornece qualquer perspectiva realmente emancipatória, o mesmo podemos dizer sobre a emergência do comum como possibilidade de democracia radical. O movimento dos *comuns*, originado no seio do avanço neoliberal da América Latina<sup>97</sup> acabou por fornecer a base para a compreensão do comum (no singular), entendido como “il est le principe politique à partir duquel nous devons construire des communs et nous rapporter à eux pour les préserver, les étendre et les faire vivre. Il est par là même le principe politique qui définit un nouveau régime des luttes à l’échelle mondiale”(DARDOY & LAVAL, 2014, p.45)<sup>98</sup>. No entanto, os próprios pressupostos de tal perspectiva teórica demonstram sua impossibilidade prática. Dardot e Laval ancoram-se em princípios de sociabilidade como a “economia moral dos pobres” e a “economia moral da multidão” demonstrados por

<sup>96</sup> Dentre as diversas lacunas que nossa elaboração apresenta está a de um melhor desdobramento do debate acerca da questão anarquista. No entanto, como a objetividade nos inflige não teremos condições de fazê-lo neste estudo. Resguardamo-nos na possibilidade de realizar tal intento em elaborações futuras.

<sup>97</sup> Cf. Klein (2015).

<sup>98</sup> “o princípio político a partir do qual devemos construir os comuns e ao qual devemos nos referir para os preservar, fazer crescer e viver. Ele é assim o princípio político que define um novo regime de lutas à escala mundial.” [Tradução nossa].

Thompson (2008). Ora, o que Thompson desvela é uma realidade engendrada e reproduzida em um contexto totalmente distinto. *A economia moral da multidão inglesa*, diz respeito a um período quando seja o capitalismo, seja o Estado Moderno, enquanto tais, ainda não haviam se constituído em toda inteireza. Foucault (2008) demonstra em que medida a consolidação do Estado Moderno e a penetração do capital em cada poro do tecido social rompem com praticamente qualquer possibilidade de manutenção de uma economia moral, pois na medida em que a economia se autonomiza como uma esfera cindida do todo da vida, a moral não lhe diz mais respeito. Cabe ao Estado e aos especialistas definirem o que é ou não pertinente quando se trata de economia. Projetar nessas formas pretéritas de sociabilidade a poesia do futuro implica em ignorar o peso da história. Se o marxismo tradicional peca por uma teleologia da história, a crítica pós-moderna parece perder de vista a própria existência da história, embora sempre recorra a ela como espécie de amuleto<sup>99</sup>.

O encaixe do passado no presente assemelha-se ao urbanista que se vendo como demiurgo do espaço crê poder imputar ao real o projeto perfeito. Mesmo quando busca aproximar-se do real, pensando em alternativas jurídico-políticas, a busca do comum perde-se numa genealogia incapaz de retornar ao presente como possibilidade concreta. A tentativa de diálogo com o direito romano atesta isso. A esporádica menção ao conceito de acumulação primitiva é outra tentativa de retornar a noite dos tempos a despeito da história. Buscar o comum remetendo às terras comunais na Europa pré-capitalista é tão insensato quanto criticar o fetiche da mercadoria propondo um sistema de dádivas ou escambos.

A busca por se desvencilhar das contradições postas pelo anacronismo e pelo anapopismo do comum demandam a teóricos como Hardt e Negri, dentre outros, buscar outros conceitos que transparecem-nos igualmente problemáticos, referimo-nos sobretudo à democracia radical. Conceitos que almejam confrontar “diretamente a representação

---

<sup>99</sup> A ideia de amuleto remete aqui a uma noção por várias vezes trazida à tona na obra de Theodor Adorno, embora sem em nenhum momento ter uma definição conceitual bem demarcada. Trata-se da ideia de conjuração. Adorno se vale dela em distintos momentos de sua obra – seja quando busca compreender a tentativa de domínio da natureza por meio da abstração e da imagem na *Dialética do Esclarecimento*, seja quando tece severas críticas a ontologia de Heidegger em *Ser e tempo*. A conjuração consiste em presentificar algo para expurgá-lo. Dialeticamente, tornar presente para garantir a ausência. É o que as tribos arcaicas faziam em relação aos demônios que habitam o terror do desconhecido. Transformavam tais criaturas em imagens que se multiplicavam pela tribo; mas o que almejavam, em último termo, era aprisioná-las, estabelecer domínio sobre elas (o vudu inclusive parte deste mesmo princípio). Heidegger (2005) não faz coisa distinta ao a cada instante evocar o tempo quando na verdade o que almeja é se ver livre dele, pois o ser, enquanto ontológico, permanece como princípio extratemporal. Conscientemente ou não, evocar a história para propor retomar princípios imemoriais e positivos não apenas recai em uma nostalgia sem substância, mas nega a própria história que, no fim das contas, nem como tragédia nem como farsa repete-se verdadeiramente.

política e a hegemonia” (HARDT & NEGRI, 2009, p. 305). Ora, que a democracia representativa seja insuficiente não há divergência, mas a radicalidade de tal posição deveria dar um passo além, concedendo à democracia o lugar que é dela, o de fetiche burguês. A terceira via atribuída ao comum, como espécie de alternativa ao público e ao privado não radicaliza em um ponto seminal: o de que o público não é idêntico ao estatal. Em termos radicais, preservar a democracia implica na defesa do público para além do estatal e não na superação do público enquanto tal.

No mesmo campo de debate, encontramos perspectivas como a de Chantal Mouffe, de que “a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las, enquanto se renuncia à ilusão de que poderíamos nos livrar completamente do poder [...] se aceitamos que as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos.” (MOUFFE, 2003, p. 14).

Este tipo de projeto democrático também fica melhor servido por uma perspectiva que nos permita compreender a diversidade de formas em que as relações de poder são construídas, ajudando-nos a revelar as formas de exclusão incluídas em todas as pretensões de universalismo e nas vozes que reivindicam terem encontrado a verdadeira essência da racionalidade. É por isso que a crítica do essencialismo e todas as formas que assume – humanismo, racionalismo e universalismo – longe de constituir um obstáculo à formulação de um projeto democrático é, na realidade, uma verdadeira condição de sua possibilidade. (Ibidem, 1996, p. 120).

O que todas essas formulações acabam por incidir é na tentativa de negação do real sem tomá-lo por momento. Pretende-se negar a dominação preservando o dominador. Incorrem em última medida também em uma negação abstrata.

### **A socialização do valor e o fim da política**

A hipótese da emancipação através da política assenta-se numa consideração fundamental: a que de que o político constitui o humano enquanto tal. Seríamos, nessa acepção, seres políticos por excelência. De acordo com Pogrebinschi, Marx tem em vista precisamente essa ontologia do político que se desvela no conceito de associação:

O papel ontológico que o conceito de associação assume [...] é, na verdade, duplo. Por um lado, associação é o fundamento do político enquanto ponto de partida do qual se desenvolve, na forma de uma comunidade política que se erige com base na ‘associação em que o livre desenvolvimento de cada um seria condição para o livre desenvolvimento de todos<sup>100</sup>. Por outro lado, a associação revela-se como um conceito que permite compreender vários outros conceitos também ontológicos

---

<sup>100</sup> Cf. Marx & Engels (1999, p.59).

usados por Marx, bem como a relação que se estabelece entre eles. (POGREBINSCHI, 2009, p.21).

O que parece estar em jogo aqui, no que concerne à teoria, é a chave de interpretação da obra marxiana. O que Thamy Pogrebinschi tem em vista é uma ontologia do ponto de vista marxiano. Pois se associação (*assoziation*) é, por assim dizer, a essência do humano enquanto tal, isso quer dizer que os conceitos de comunidade (*Gemeinwesen*) e ser genérico (*Gattungswesen*) também o serão, na medida em que “o caráter ontológico do político em Marx ancora-se nessa unidade entre o indivíduo e o social que é por ele pressuposta.” (Ibidem, p.21). Em último termo o que a autora almeja é “conferir centralidade ao homem e à sua experiência não apenas como sujeito, mas também como objeto da investigação política.” (Ibidem, p.22). O que ela – assim como todo o marxismo tradicional – perde de vista é que essas categorias, precisamente porque sociais, são históricas e não ontológicas. Nos termos de Robert Kurz, “A autoconsciência da modernidade desenvolvida no Ocidente sistematicamente deshistoricizou e ontologizou desde o Iluminismo as formas próprias de socialização e seus conceitos. Isso vale para todas as correntes na história da modernização, incluindo a esquerda e o marxismo” (2016c, p.199).

Nessa chave interpretativa o ser genérico (*Gattungswesen*), no qual Pogrebinschi funda sua ontologia do político, é ele próprio um produto da formação social burguesa. O indivíduo não estabelece uma relação externa de antagonismo com o social, mas apenas interna ao próprio social enquanto tal. Nesses termos, o crédito dado pela autora à experiência do indivíduo também há que ser posto sob suspeita. Pois se a experiência se remete à livre vontade do ser que experimenta o mundo de forma singular, é preciso ter em vista que

essa forma da “livre vontade” é ela própria essencial e inalienavelmente objetiva, de sorte que não cabe à liberdade a escolha de uma alternativa. É apenas livre escolha no interior do universo das mercadorias conforme a capacidade jurídica e financeira do indivíduo, o qual do ponto de vista social, não existe de modo algum como ser humano para além de tais critérios. Por conseguinte, o livre sujeito de valor é, ele mesmo, um objeto, o qual se objetiva a si próprio como ser empírico e é conceitualizado na ética kantiana como autoviolação verdadeiramente monstruosa do indivíduo real, de acordo com a forma vazia de uma “lei geral”. (KURZ, 2010a, p. 52).

Na mesma medida, as categorias de sujeito e sociedade mobilizadas pela autora não podem ser projetadas para toda história humana como uma espécie de substância primeva. Essa impossibilidade real de expressar a política por uma substância ontológica remete-se de maneira decisiva ao que podemos chamar de substância do moderno – a exploração da

força de trabalho humana em termos abstratos. Apenas nessa associação humana, a ideia de ser genérico (*Gattungswesen*) faz algum sentido. Pois a generalidade verdadeiramente abstrata do ser moderno não é outra coisa senão a abstração das qualidades sensíveis de suas obras sob a forma de produto, bem como da abstração das condições objetivas de produzir sua própria vida. Adorno e Horkheimer foram perspicazes ao perceber que “só existe constituição social na medida em que a convivência entre os homens é mediada, objetivada e institucionalizada” (1977, p. 268) e que “a constituição em sociedade é concebida na base da divisão do trabalho como meio de satisfazer as necessidades materiais de uma comunidade.” (ibidem, p. 265). A sociedade, por assim dizer, explode a comunidade na medida em que dissolve sua interioridade no ponto de vista das relações, erigindo em seu seio a forma indivíduo (e seu individualismo inerente) bem como a forma sujeito (com sua subjetividade danificada).

Nessa chave interpretativa, as categorias de sociedade, indivíduo e ser genérico (*Gattungswesen*) não fornecem a essência do humano, mas do moderno como determinação do abstrato sobre o concreto. Nesse sentido, mesmo a consideração do ser moderno como ao mesmo tempo sujeito e objeto da política é *falsa*, tal como a própria distinção entre eles resguarda níveis de falsidade.

A separação entre sujeito e objeto é real e aparente : verdadeira, porque no domínio do conhecimento da separação real consegue sempre expressar o cindido da condição humana, algo que surgiu pela força; falsa, porque a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. Esta contradição na separação entre sujeito e objeto comunica-se à teoria do conhecimento. É verdade que não se pode prescindir de pensá-los como separados; mas o *psévdos* (a falsidade) da separação manifesta-se em que ambos encontram-se mediados reciprocamente: o objeto, mediante o sujeito, e, mais ainda e de outro modo, o sujeito, mediante o objeto. A separação torna-se ideologia, exatamente sua forma habitual, assim que é fixada sem mediação. O espírito usurpa então o lugar do absolutamente subsistente em si, que ele não é: na pretensão de sua independência anuncia-se o senhoril. Uma vez radicalmente separado do objeto, o sujeito já reduz este a si; o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto. Mas, a imagem de um estado originário, temporal ou extratemporal, de feliz identificação de sujeito e objeto, é romântica; por longo tempo, projeção da nostalgia, hoje reduzida à mentira. (ADORNO, 1969, s.p)<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> Prossegue o autor, “A indiferenciação, antes que o sujeito se formasse, foi o estremecimento do cego nexos natural, o mito; as grandes religiões tiveram seu conteúdo de verdade no protesto contra ele. Além do mais, indiferenciação não é unidade; esta exige, já segundo a dialética platônica, diversidade, cuja unidade ela constitui. O novo horror, o da separação, transfigura, diante daqueles que o vivem, o antigo, o caos, e ambos são o sempre-idêntico. Esquece-se, pela angústia frente ao sem-sentido que se escancara, a não menor frente aos deuses vingativos da qual o materialismo epicurista, e o cristão *não temais* quiseram livrar os homens. Isto não é realizável a não ser através do sujeito. Se ele fosse liquidado em vez de superado numa forma mais elevada, isso operaria não somente a regressão da consciência, mas sim a recaída em uma real barbárie. Destino, a submissão à natureza dos mitos procede de uma total menoridade social, de uma época em que a

A falsidade da determinação recíproca entre sujeito e objeto, no entanto, é a de que não há simetria nessa dialética, tampouco o sujeito é demiurgo do objeto. Enunciar a objetividade do sujeito, embora pertinente, ainda mantém na penumbra o fato de que o sujeito não é objetivamente senhor nem de sua dimensão objetiva nem subjetiva. A pressuposição do primado do sujeito, é, para Adorno um resíduo ainda vivo do idealismo no materialismo dialético, na medida em que tal primado “não foi apenas suplantado pela impotência de um pensamento extenuado que, diante da hegemonia do curso do mundo, se desencoraja e renuncia a construí-lo. Mais ainda: nenhuma das reconciliações sustentadas pelo idealismo absoluto (todas as outras se mantiveram inconsequentes), desde a reconciliação lógica até a histórico-política, se mostrou válida.” (ADORNO, 2009, p.14). O próprio Marx em sua crítica ao materialismo de Feuerbach se atentara a essa falha.

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. (MARX, 2007, p.533).

O que as considerações de Adorno sobre o primado do objeto<sup>102</sup> nos faz notar é que a relação estabelecida entre sujeito e objeto não é em nada transistórica, mas uma cisão que se revela como essencialmente moderna<sup>103</sup>, fundada em uma objetividade que imputa a própria subjetividade enquanto dilaceramento do humano.

---

auto consciência ainda não tinha aberto os olhos, em que ainda não existia o sujeito. Ao invés de evocar o retorno daquela época, mediante a práxis coletiva, dever-se-ia extinguir o feitiço da antiga indiferenciação. Seu prolongamento é a consciência da identidade do espírito que, repressivamente, se identifica ao que lhe é diverso. Se fosse permitido especular sobre o estado de reconciliação, não caberia imaginá-lo nem sob a forma de indiferenciada unidade de sujeito e objeto nem sob a de sua hostil antítese; antes, a comunicação do diferenciado. Somente então o conceito de comunicação encontraria seu lugar de direito como algo objetivo. O atual é tão vergonhoso porque trai o melhor, o potencial de um entendimento entre homens e coisas, para entregá-lo à comunicação entre sujeitos, conforme os requerimentos da razão subjetiva. Em seu lugar de direito estaria, também do ponto de vista da teoria do conhecimento, a relação entre sujeito e objeto na paz realizada, tanto entre os homens como entre eles, e o outro que não eles. Paz é um estado de diferenciação sem dominação, no qual o diferente é compartilhado.” (ADORNO, 1969, s.p).

<sup>102</sup> Nos termos do filósofo frankfurtiano, “um indício do primado do objeto é a impotência do espírito em todos os seus juízos, assim como até hoje na organização da realidade. O negativo que se exprime no fato de, com a identificação, o espírito não ter sucesso na reconciliação, de seu primado fracassar, torna-se o motor de seu próprio desencantamento. Ele é verdadeiro e aparência: verdadeiro porque nada escapa à dominação que ele trouxe à sua forma pura; não-verdadeiro porque, em sua confusão com o domínio, ele não é de maneira alguma o espírito pelo qual ele se toma e se dá.” (ADORNO, 2009, p.60).

<sup>103</sup> Sobre a fundamentação moderna da cisão radical entre sujeito e objeto, Verlaine Freitas em seu debate teórico com a adorniana Soung-Suk Nho fornece-nos uma advertência fundamental quanto ao aparente sectarismo presente nessa consideração. De acordo com Freitas, um dos males (talvez o mais pernicioso) de inúmeros comentadores de Adorno é a falta de percepção dialética. (2006, p.40). O que gera enorme incômodo quando se refere às teorias adornianas é a dificuldade de se conceber “como algo que pode ser obscuramente indiferenciado e conter a separação entre sujeito e objeto”? – ou: como algo pode ser e não ser ao mesmo tempo? Esse é o incômodo que o pensamento dialético causa em geral, que é o que Diógenes



Em larga medida Evguiéne Pachukanis tinha isso em vista em sua *Teoria geral do direito de marxismo*. Ele toma a forma sujeito – entendido antes do mais como sujeito de direito – enquanto momento crucial de sua crítica ao direito e ao Estado burgueses. “Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica”, nos afirma Pachukanis (2017, p.117). No entanto, é claro que para ele essa é uma “categoria da sociedade burguesa desenvolvida” e “não é representativa das épocas históricas precedentes” (Ibid.).

O que interessa a Pachukanis é compreender aquilo que *passa às costas* da generalidade jurídica, isto é, quais forças e sob quais circunstâncias “os homens se transformaram de um animal de zoológico em um sujeito de direito” (Ibidem, p.119). Em que medida grandes parcelas da população que outrora eram tratadas com absoluto desprezo em suas diferenças concretas elevadas ao nível de desigualdade formal, passam a ser reconhecidas formal e abstratamente sob a alcunha de sujeito de direito. Embora Pachukanis não se atenha em uma definição ampla da categoria sujeito – para além da particularidade imanente do sujeito de direito – a própria amplitude de sua análise que busca na forma mercadoria a gênese da equivalência e da identidade abstrata<sup>104</sup>, fornece-nos subsídio para a compreensão de que quando a mercadoria é a forma geral do produto e o dinheiro equivalente geral da troca, o sujeito torna-se a forma geral do humano. A adjetivação “jurídico” à categoria sujeito já aponta para essa universalidade abstrata que enquanto tal carece qualificação – o sujeito de direito, o sujeito político, etc. No entanto, a forma jurídica, o direito, que para Pachukanis é e só pode ser o direito burguês, assume igualmente o estatuto de uma totalidade que se confronta abstratamente com os interesses particulares, partindo do pressuposto cego de que um e outro não são movidos pelas mesmas determinações. O direito e a forma sujeito são, tal qual a própria mercadoria – embora cada qual com suas particularidades – abstrações reais socialmente necessárias à reprodução das condições de produção.

---

Laércio teve em relação à dialética platônica. O próprio Adorno tematizou essa tensão latente no pensamento dialético ao debater-se com os comentadores da obra de Platão: “Com frequência [Platão] necessita de nomes diferentes para a mesma coisa. Assim, chama as idéias também de Forma (eidos) (...) e Gênero (Genos) [isto é, a generalidade lógica – twa], Modelo (*paradeigma*) e Começo (Princípio) [quer dizer, *arché* – twa] e Causa (*aition*). Assim, necessita de expressões opostas para a mesma coisa. Deste modo, ao percebido sensivelmente o chama de ente como de não-ente. Ente, porque é o produto de um devir; não-ente, por sua mudança constante. Também diz da idéia, nem que não se move, nem que está em repouso, e também que é una e múltipla. Assim o faz também com outras coisas”. — O que diz Diógenes Laércio é verdadeiro e falso, e pode revelar a complicação do assunto para um homem que vê a terminologia filosófica viva desde o ponto de vista de um léxico morto. (ADORNO, 1983, p.39).

<sup>104</sup> “A análise da forma sujeito deriva diretamente da análise da forma mercadoria” (PACHUKANIS, 2017, p.119).

Desta maneira, o vínculo entre as pessoas no processo de produção, reificado nos produtos do trabalho e que assume a forma de princípio elementar, requer para sua realização uma relação particular entre pessoas enquanto indivíduos que dispõem de produtos como sujeito “cuja vontade reside nas coisas”. [...] Por isso, ao mesmo tempo em que um produto do trabalho adquire a propriedade de mercadoria e se torna o portador de um valor, o homem adquire um valor de sujeito de direito que se torna portador de direitos. [...] Ao mesmo tempo, a vida social desintegra-se, por um lado, na totalidade de relações reificadas que surgem espontaneamente (assim como todas as relações econômicas: nível de preços, taxa de mais-valor, taxa de lucro, etc.), ou seja, relações nas quais as pessoas nos dizem menos respeito que as coisas; por outro lado, na totalidade das relações em que o homem só se determina por meio da oposição com suas coisas, ou seja, como sujeito ou na totalidade das relações jurídicas. (PACHUKANIS, 2017, p.120-1).

Essa dupla mediação coisal do sujeito encontra palco para se realizar, de acordo com Pachukanis, no Estado moderno, que se torna a representação da sociedade inconsciente de si mesma em sua coisalidade imanente. “Com isso surge o problema do Estado, que oferece tanta dificuldade à análise quanto o problema da mercadoria” (Ibidem, p.142). Nos termos do jurista russo, “o Estado jurídico é uma miragem totalmente conveniente para a burguesia, pois substitui a ideologia religiosa em decomposição e esconde da massa o domínio da burguesia” (Ibidem, p.148). O Estado assume assim em sua teoria do direito o estatuto de um problema central<sup>105</sup>. O Estado se revela como uma espécie de concessão da burguesia à forma política, já que as mercadorias não poderiam se trocar e, portanto o valor se valorizar, sem qualquer mediação. Como nos diria Ruy Fausto (1987), o Estado torna-se “a identidade dos não idênticos”, a ilusão de que uma conciliação de interesses sob a forma política é possível a despeito do imperativo de valorização subjacente. Isso, alerta-nos Pachukanis (2017, p.151), até que “o agravamento excepcional da luta de classes force a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e a revelar a essência do poder como a violência organizada de uma classe sobre as outras.”

No entanto, embora identifique o cerne do problema na estrutura da forma mercadoria, Pachukanis acaba por não avançar em dois pontos centrais. A crítica pachukaniana prende-se ainda a certa sociologia das classes e desloca o alvo da crítica para o Estado, preservando assim o fetiche da forma política enquanto tal. Nos expliquemos com maior clareza nesse ponto.

---

<sup>105</sup> O que, aliás, acabou por se tornar alvo de equívocos graves quanto ao entendimento do argumento de Pachukanis; sobretudo no caso a leitura althusseriana da crítica pachukaniana ao Estado, onde, por exemplo, a afirmação de que “a dominação de classe, tanto em sua forma organizada quanto não organizada, é consideravelmente mais ampla que o domínio que pode ser designado como poder oficial no Estado” (PACHUKANIS, 2017, p.142) acabou por servir de base para a compreensão de aparelhos ideológicos de Estado com função quase teleológica (Cf. Althusser, 1996).

Tal como o fundamento do ser social sob a forma sujeito, também a essência do político, parece-nos substancialmente moderna. A compreensão de tais termos implica ter em vista que a forma política (ao contrário do que se verifica em Foucault e Hannah Arendt, por exemplo) é ela mesma cindida em seus fundamentos, momento imputado pelo movimento do valor e da cisão que caracteriza o moderno. Nas comunidades pré-modernas, “ainda que soe como puro paradoxo para uma consciência moderna, é preciso dizer que a religião encerrava em si a ‘economia’ e a ‘política’, e não podia, portanto, ser ‘religião’ no sentido moderno diferenciado.” (KURZ, 2016c, p.199). O que não quer dizer “que as pessoas vivessem do maná celestial” (Ibidem, p.200), mas que a *universalidade abstrata* que imputava as mediações fundamentais desses povos operava concretamente por pressupostos totalmente distintos da moderna sociedade produtora de mercadorias. Nessas comunidades,

no contexto da sua constituição fetichista, não se apresentam a si próprias como portadoras autônomas de vontade e ação, mas como representações no seio do mundo da essência da substância transcendente projetada. Como a substância absoluta permanece transcendente, não assumindo uma forma terrena imediata (a não ser em representações simbólicas), ela também não pode abarcar totalitariamente o mundo real. Não há nenhuma generalidade abstrata social, mas sim uma seqüência de múltiplos graus de representações pessoais e de situações relacionais a todos os níveis. [...] Outro é o caso da metafísica real capitalista da modernidade. Aqui a transcendência está de certo modo superada [*aufgehoben*]; a substância fetichista projetada ou a essência como Absoluto tornou-se imediatamente terrena e social, sob a forma da ‘valorização do valor’ (KURZ, 2016a, p.378).

Essa chave interpretativa permite a Kurz inflexionar de maneira decisiva algumas das categorias ontologizadas e hipostasiadas pelo marxismo tradicional. Se as leituras sociologistas da obra de Marx ressaltam o que esse disse das “relações de classe” – o fato de que a história ser sempre a história da luta de classes<sup>106</sup> –, isso, para Kurz, “pode ser agora relacionado às relações de fetiche” (Ibidem, 2010d, p.268), na medida em que “a história até hoje ocorrida, [pode ser compreendida] como história de relações de fetiche e de dominação.” (Ibidem, 2010c, p.39) e “só a modernidade secularizou e simplificou tais relações a ponto de torná-las transparentes e lhes revelar o princípio subjacente.” (Ibidem, 2010d, p.268). De certo modo, Walter Benjamin já antecipara tal compreensão ao demonstrar como o capitalismo acaba por se tornar, ele mesmo, uma religião puramente de culto e desprovida de dogma, onde “a transcendência de Deus ruiu. Mas ele não está morto; ele foi incluído no destino humano.” (BENJAMIN, 2013, p.22).

---

<sup>106</sup> “A história de toda a sociedade até aos nossos dias nada mais é do que a história da luta de classes.” (MARX & ENGELS, 1999)

As relações de fetiche devem, assim, ser compreendidas como em muito transcendentais ao modo de produção capitalista, o que esse enceta é o caráter fantasmagórico adquirido por essas relações. “O paradoxo da abstração real consiste em que a abstração, em si não física/ material corpórea [...] se apresenta assim como uma relação social real e uma objetividade física real, nomeadamente em objetos que em si mesmos não são abstratos, mas que são tornados objetos realmente abstratos pelo mecanismo de projeção social.” (KURZ, 2016a, p.379). O fetiche transcendental do *mana*, do *inteiramente outro*, que nas comunidades pré-modernas permanecia enquanto tal, na modernidade torna-se, paradoxalmente, uma transcendência imanente, pois fundante do social. A imanência da substância do valor que constitui o moderno carece, no entanto, de cisões e de *falsas* polarizações para se materializar como tal. Dentre as quais a economia, a religião, as relações de gênero e a política, cada uma dessas esferas constituindo-se como uma relação de fetiche supostamente autônoma das demais.

A universalidade abstrata tendencialmente imediata, difusa e relaxada, que resultava da estrutura religiosa profunda e comportava uma totalidade do processo vital e social, cinde-se, portanto com a transformação moderna da constituição fetichista num sistema de esferas separadas, em que a forma mercadoria total se medeia consigo mesma. [...] Do mesmo modo que a totalidade na forma de mercadoria se dissocia no antagonismo estrutural “indivíduo-sociedade”, o espaço social no antagonismo “público-privado” e a vida quotidiana no antagonismo “trabalho-tempo livre”, assim também o nexos funcional dessa totalidade se cinde no antagonismo economia-política. (KURZ, 2016c, p.201-2).

Nestes termos, a instauração da política como forma primordial de socialização e a promessa democrática que ela enceta, tem a ver, antes do mais, com o fato de que a necessidade premente dos capitais de se reproduzirem determina o imperativo do valor de penetrar em cada poro do tecido social com o máximo de capilaridade possível. Trata-se “de tornar produtivos espaços reproduzidos por relações sociais não comprometidas visceralmente com a acumulação de capital, e interditar que relações de outra ordem se estabeleçam ou prevaleçam.” (MARTINS, 1999, p. 29). E, se como nos diria Marx, “as mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar” (1986, Livro I, Tomo I, p.209), torna-se fundamental a constituição do subsistema da política que há de resguardar os guardiões dessas mercadorias e mediar suas relações.

Mediante tais determinações, é acertada a consideração de Robert Kurz (2016c) de que desde o Renascimento até o terceiro quarto do século XX, a história do moderno sistema produtor de mercadorias foi a história de sua instauração e auto-afirmação, donde todas as escórias do mundo pré-moderno deviam ser paulatinamente escamoteadas até que

o capital pudesse mediar a si próprio em sua forma mais pura. Eventos nefastos da história humana, como as duas guerras mundiais, e, evidentemente a barbárie nazista se inserem nesse contexto: momentos nos quais a política, por sua própria natureza cindida, careceu daquilo que Žižek (2008, p.437) denominou por seu “componente superegótico”, a violência<sup>107</sup>. A política não pode ser assim, “a própria essência da liberdade humana”, como quer Arendt (1993, p.51), isso para não dizer que ela expressa precisamente um dos momentos decisivos da clausura encetados pela socialização do valor.

O que persiste a obnubilar a compreensão da negatividade da política é o distanciamento de sua gênese histórica que sequer pode se constituir como uma questão para aqueles que a tomam como fato ontológico do humano. Dever-se-ia compreender a política como fato do próprio processo de auto-afirmação do moderno sistema produtor de mercadorias e não como algo distinto ou independente a este. Pois na história da imposição do valor enquanto relação social,

A contradição interna foi sempre recoberta e deformada pelas contradições da afirmação, isto é, pelo modo como o moderno sistema fetichista se constituiu e formulou o seu conflito interno como conflito externo com o antigo sistema. Nesta perspectiva histórica, o polo estatista e politicista pôde prevalecer, pois tinha uma dupla função: por um lado, como uma das polaridades internas do sistema capitalista; por outro, como oposição externa do sistema à constituição pré-moderna da sociedade agrária estamental. A esfera funcional direta da política, do ponto de vista imanente ao sistema meramente secundária, recebeu assim o papel adicional com as revoluções burguesas, que forma essencialmente “políticas”, pois tinha de impor diretamente e em conflito institucional com o antigo sistema uma nova forma de inconsciência, ao passo que no lado da “economia” o processo de transformação se efetuava com espontaneidade e, por assim dizer, por osmose. A partir dessa situação histórica nasceu a *ênfase da política*. O caráter secundário desta esfera foi ignorado ou até invertido em seu contrário: o “primado da política” e suas diversas proclamações surgem como reflexo do nível de desenvolvimento desigual nas diversas regiões, países e continentes. Por outras palavras, a “política” tornou-se um *modo de afirmação* do sistema produtor de mercadorias contra as resistências e atrasos pré-modernos; só assim pôde assumir a sua ênfase característica, de todo injustificada no seu papel imanente no sistema. Por isso, durante muito tempo a oposição polar verdadeiramente interna ao sistema não foi o padrão de formulação dos conflitos; antes o problema interno da contradição entre e o problema externo da modernização reproduziram-se e amalgamaram-se no interior do pólo político como antagonismo entre esquerda e direita, numa metáfora da ordem de assento tomada de empréstimo à Convenção Revolucionária de Paris. (KURZ, 2016c, p.204).

A ilusão posta pela aparente oposição entre esquerda e direita constitui, aliás, momento fundamental do fetiche da política nutrido, sobretudo pelo polo esquerdista. “A

---

<sup>107</sup> O próprio Michel Foucault, a despeito do fato de compreender a política de modo radicalmente distinto do que buscamos expor aqui tem isso em vista ao, invertendo o aforismo de Clausewitz, afirmar que “a política é a guerra continuada por outros meios.” (FOUCAULT, 2002).

ênfase na ‘democratização’ surgiu como uma marca registrada da esquerda, que adaptou o *pathos* da revolução burguesa, saturado-a com a ‘questão social’ (Ibidem, p.206). Para Norberto Bobbio (2001), além do ideal democrático, é característica fundamental das esquerdas, a luta pela igualdade e pela superação da propriedade individual. No entanto, reconhece o autor, se a missão da esquerda alinha-se a esses ideais, ela “não só não completou seu caminho, como, a rigor, mal começou.” (BOBBIO, 2001, p.140). O insucesso das esquerdas na missão histórica que imputaram a si mesmas pode, em alguma medida, ser decifrado na própria gênese da esquerda e na apropriação histórica de conceitos e ideais que esta – se rigorosa com seus próprios termos – deveria rechaçar, mas insiste em reivindicar.

A título de exposição dividimos nossa argumentação quanto aos sentidos desse insucesso em três momentos que enquanto processo não podem, de modo algum, ser compreendidos de maneira estanque: I) a gênese histórica da oposição esquerda/direita; II) a massificação do ideal democrático como massificação do valor e da cisão; III) o ocaso da política como totalização da socialização pelo valor. Vejamos.

## I

Se compreendemos o fato político como parte do movimento de instauração do moderno sistema produtor de mercadorias e, portanto, como momento interno a socialização pelo valor, isso implica ter em vista que a oposição entre esquerda e direita só faz sentido dentro dessa constituição social, e relaciona-se inextricavelmente com as contradições que essa põe à tona. Assim, há que se notar que liberalismo, keynesianismo, protecionismo, intervencionismo estatal, a mão invisível, acabam por ser, em última instância, apenas polos de um mesmo campo histórico. A radicalidade histórica do que consiste a direita e a esquerda política não pode então ser buscada em posições externas a esse campo histórico, mas sim nas mediações fundamentais que essas posições políticas estabelecem com ele.

No descortinar desse processo é preciso ter em vista que a instauração do modo de produção hoje dominante implicou na dissolução de outros modos de produção e de vida, e não menos de outras relações de poder. E obviamente as antigas aristocracias que viam seu poder ser dissolvido na medida em que o capitalismo ganhava força não poderiam permanecer estáticas vendo vir a baixo suas torres de marfim. A elas restavam fundamentalmente duas posições: a) constituir alianças para preservar seus poderes de

classe; ou b) se organizarem sob novos termos que os permitissem manter suas hegemonias no novo sistema que se constituía. Em outros termos, “os antigos poderes a serem desmantelados foram obrigados a surgir na arena como ‘partidos políticos’ (ou como sua forma embrionária, sucedâneo, arremedo, etc.) e contribuíram assim para a criação da esfera funcional moderna da política.” (KURZ, 2016c, p.204).

A oposição esquerda-direita interna à política reproduzida deste modo, em termos típicos ou ideais (na empiria histórica, é claro sempre “impuros” e atravessados por vetores contraditórios entrelaçados, incluindo os da própria constituição inovadora) a oposição externa do sistema em desenvolvimento à sociedade pré-moderna ou até a seus predecessores. A “esquerda” era então a vanguarda radical do novo sistema, e portanto da revolução burguesa; a “direita”, por sua vez, o partido da tradição e do respectivo *establishment*; os “moderados” eram relativamente “de esquerda” face ao *establishment* e relativamente “de direita” perante o partido da modernização radical. Na bagunça ideológica desta constelação, a oposição ao novo sistema, que pressentia suas próprias deficiências e catástrofes, pôde ser ambigualmente “de direita”, sem prejuízo de aparecer noutra (posterior) ponto de vista como de esquerda, caso de Balzac e, sobretudo dos românticos, que foram utilizados para fins de autolegitimação pelos mais diversos críticos posteriores. Institucionalmente, a esta constelação correspondia um sistema partidário ainda não desenvolvido, na medida em que através dos “partidos” refugiam os velhos estamentos e suas corporações representativas, por vezes em posição dominante. (KURZ, 2016c, p.205).

A esquerda emerge, portanto, no universo moderno da política, não como movimento de crítica às aporias que se anunciavam no moderno sistema produtor de mercadorias, mas precisamente como a vanguarda de radicalização de sua imposição. Este é o primeiro paradoxo com o qual as esquerdas têm de lidar no desvendamento de sua própria gênese. No entanto, esse quadro primevo da constituição social moderna sofreu radicais transformações na medida em que o capital dissolvia as antigas relações de poder e de classe, isso “à medida que a sociedade mercantil burguesa evoluía e criava sua própria direita (agora sim, verdadeiramente política)” (Ibid.). O antigo conservadorismo da aristocracia pré-capitalista ganhava paulatinamente a forma e o conteúdo da economia e da política enquanto tais. O que não impediu que o autoritarismo que constituía as relações dessas antigas aristocracias permanecesse vívido na formação social burguesa. Nesse quiproquó político-ideológico, o movimento geral da esquerda voltou-se não para a crítica radical do sistema de relações que ela própria fora preponderante para colocar de pé, mas para a democratização relativa desse sistema.

O termo democratização relativa aqui não é gratuito e carece ser desdobrado com maior cuidado. No seio das esquerdas, a luta por democracia encontra-se duplamente mediada – pelo Estado e pelo mercado. Se com maior facilidade podemos compreender

que o mercado não constitui qualquer possibilidade real de democratização - se essa for concebida nos termos da emancipação humana<sup>108</sup> -, o fetiche do Estado ainda constitui visceralmente o horizonte de democratização. Mesmo quando o horizonte é o fim do Estado por meio de sua superação dialética, apropriar-se do Estado fazendo-o funcionar de maneira anti-estatal e, por isso mesmo, democrática ainda permanece como um fetiche das esquerdas. No entanto, a democratização do Estado mesmo quando pensada nos termos de sua superação não constitui qualquer alternativa radical. A democracia, nessa constelação é sempre relativa à manutenção do próprio Estado e do mercado como instâncias demiurgas do social<sup>109</sup>. Em suas considerações sobre o anti-semitismo, o

---

<sup>108</sup> O que não quer dizer que o mercado não venda em suas promessas a possibilidade dessa emancipação. E, de maneira ainda mais perversa, não quer dizer que em momento de rebaixamento de expectativas ele não a propicie em alguma medida. Como comentara Debord acerca da realidade espetacular engendrada pela capitalização da vida até seu mais recôndito poro, “submeter-se a ela ou morrer. É a realidade dessa chantagem: o uso sobre sua forma mais pobre (comer, morar) já não existe a não ser aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência ampliada, que é a base real da aceitação da ilusão geral do consumo das mercadorias modernas. O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral. (DEBORD, 1997, p. 33). A possibilidade de produzir o próprio espaço, a própria casa, e talvez seu entorno não é hoje uma possibilidade cerceada pela lógica capitalista. Muito ao contrário, essa possibilidade foi há muito incorporada ao circuito de valorização, este agregou a ela auto valor, e hoje, qualquer um pode “produzir seu espaço” com a mesma liberdade de séculos atrás (certamente liberdade ainda maior, incorporada pelo domínio de técnicas mais avançadas), desde de que pague para tanto. Como bem notou Harvey, “mesmo hoje não é apenas o capital que esta envolvido na construção de lugares como Detroit, Chennai ou Fordilândia. O papel do indivíduo soberano é tão extenso quanto impactante. Vá a qualquer loja faça- você-mesmo no subúrbio de Nova Jersey ou em Oxfordshire e você vera milhares de pessoas adquirindo mercadorias que serão utilizadas para moldar o espaço que chamam de lar e jardim em algo que é distintamente seu. Os moradores da favela fazem o mesmo, embora no seu caso muitas vezes sejam produtos descartados que formem suas matérias-primas e o espaço que ocupam não tenha valor jurídico nem infraestruturas (a menos que o Estado local ou um programa do Banco Mundial façam alguma tentativa rudimentar de fornecer serviços). Fazer o lugar, em particular o que chamamos de “casa”, é uma arte que pertence principalmente ao povo e não ao capital, assim como certos aspectos dos lugares que chamamos de cidades são ferozmente disputados por desenvolvedores capitalistas para fornecer as infraestruturas físicas tão necessárias para ocorrer a acumulação. O significado mais profundo que as pessoas atribuem a sua relação com a terra, lugar, casa e práticas da habitação esta perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos dos mercados de terras e propriedades.” (HARVEY, 2011, p. 157).

<sup>109</sup> Robert Kurz em um ensaio intitulado *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: Quatro teses sobre a crise da regulação política* aponta que, aparentemente, o Estado se torna cada vez mais necessário na medida em que o mercado amplia sua expansão e sua capacidade de penetração nos poros do tecido social. Isso, paradoxalmente a uma diminuição sensível da interferência dos Estados na economia, como efeito do receituário neoliberal. O que, em verdade, só se faz de maneira ilusória, haja vista que o próprio distanciamento aparente do Estado, é, em si mesmo, uma ação deste. Basta notar que o capital requer determinadas estruturas físicas e políticas para se realizar, e cabe preponderantemente ao Estado propiciar essas condições. Kurz elenca cinco níveis da atividade estatal que demonstram sua colocação. O primeiro nível é o jurídico. Onde se torna nítido que quanto mais o mercado e as relações abstratas imanentes a ele se consolidam, mais impessoais se tornam as relações comerciais. Em um nível de abstração onde as partes envolvidas em uma transação não se conhecem, e não tem nenhum tipo de relação para além da transação imediata, as codificações jurídicas se tornam imprescindíveis. Em um jogo sem sujeito, totalmente despersonalizado, as pessoas dão lugar às empresas, ou às pessoas jurídicas, que por sua vez ganham aspecto cada vez mais fantasmagórico, mais intangível. Assim sendo, cabe ao Estado – único ente aparentemente sólido da sociedade – a função de fornecer o aparato jurídico capaz de mediar tais relações. O segundo nível de atuação do Estado é o solucionamento ou mitigação de problemas sociais e ecológicos oriundos da economia de mercado. A desigualdade social, bem como o desemprego em massa são reflexos diretos do capitalismo de mercado. Na mesma medida, as questões ambientais que cada vez mais se tornam caras às sociedades, são reflexos do processo de dominação da natureza, e de imposição do espaço sobre o *Topos* do Mundo. Desse modo cabe ao Estado – por meio de órgãos criados por ele próprio – o papel de regulamentar



totalitarismo e o Estado democrático, Rancière nos ajuda a compreender as contradições que essa constelação imbrica. De acordo com o autor,

Naquele tempo [na época da Guerra dos Seis Dias], Israel era enaltecido por ser uma democracia. Entendia-se por democracia uma sociedade governada por um Estado que assegurava a liberdade dos indivíduos e a participação da maioria na vida pública. As declarações dos direitos humanos representavam a carta magna dessa relação de equilíbrio entre a força reconhecida da coletividade e a liberdade assegurada dos indivíduos. O contrário da democracia chamava-se então totalitarismo. A linguagem dominante denominava totalitários os Estados que, em nome da força da coletividade, negavam ao mesmo tempo os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais da expressão coletiva: eleições livres, liberdade de expressão e de associação. O nome totalitarismo pretendia significar o próprio princípio dessa dupla negação. O Estado total era o Estado que suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo à totalidade da vida de uma coletividade. [...] Agora a virtude de Israel é significar o contrário do princípio democrático; o conceito de totalitarismo deixou de ter valia, o regime nazista e sua política racial perderam toda especificidade. Existe uma razão muito simples para isso: as propriedades que eram atribuídas ao totalitarismo, concebido como um Estado que devorava a sociedade, tornaram-se simplesmente as propriedades da democracia, concebida como uma sociedade que devora o Estado. Se Hitler cuja preocupação principal não era a expansão da democracia, pode ser visto como agente providencial dessa expansão, é porque os antidemocratas de hoje chamam de democracia a mesma coisa que os partidários da “democracia liberal” do passado chamavam de totalitarismo: a mesma coisa às avessas. O que era denunciado antigamente como princípio estatal de totalidade fechada é denominado hoje como princípio da ilimitação. (RANCIÈRE, 2014, p.21-2).

Rancière demonstra assim o fato de a democracia ser ela mesma um momento interno da forma política que, por sua vez, sempre terá como senhores imperativos supostamente estranhos a ela mesma, a saber, os do mercado. O princípio democrático tantas vezes conclamado pela esquerda revela-se, tal como a própria esquerda política, um fetiche burguês. E, como tal, apenas pode condenar-se a passar de mão em mão o leme do

---

e fiscalizar os passivos ambientais deixados pelas empresas, e garantir por meio de seu aparato jurídico que elas arquem ao menos com parte dos danos gerados. Ainda que a hipocrisia dos discursos oficiais dissimule a verdadeira natureza desse nível de atuação, cabe ao Estado, em última instância, garantir que o próprio capital encontre no futuro próximo, os recursos que permitam a ele continuar se reproduzindo. Ainda nesse nível de atuação, cabe ao Estado por meio das políticas previdenciárias, garantir as mínimas condições de sobrevivência – e espera-se que até o retorno ao mercado – aos desempregados, e mesmo dos aposentados; esses relegados ao “aterro sanitário da sociedade”, como aqueles que não podem mais alimentar a máquina, mas ao contrário consomem parte de sua energia. O terceiro nível apontado por Kurz diz respeito aos agregados infra-estruturais demandados para a reprodução e circulação do capital. A construção de estradas, portos, ferrovias, o abastecimento energético, a implantação de escolas, universidades, cursos profissionalizantes, centros de pesquisa, hospitais, etc. O quarto nível crescente da atividade estatal é o surgimento do Estado como produtor de mercadorias, isto é como operador da produção para o mercado. Essa realidade é comum, sobretudo nos países de modernização tardia, onde esse tipo de atividade estatal serve como uma espécie de alavanca ao desenvolvimento, na busca irracional por uma aproximação para com os países desenvolvidos. O quinto e último nível elencado por Kurz se refere às políticas de subsídio e protecionismo estatal. Onde, “mesmo quando o Estado não aparece diretamente como empresário, ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas.” (KURZ, 1997b, p.101).

poder, o que resulta no fato de que a democracia estatal e o totalitarismo do valor são, ao fim e ao cabo, idênticos.

Os princípios iluministas que, quer queira quer não, persistem povoando o ideal democrático não apenas da direita liberal, mas também de parcelas consideráveis das esquerdas revelam em seus próprios fundamentos a identidade negativa entre a democracia e a totalidade reificada do universo do capital. Como aponta de maneira pertinaz Susan Buck-Morss, “os filósofos do iluminismo europeu se uniram contra a escravidão, exceto onde ela literalmente existia.” (*apud* ŽIŽEK, 2011, p.98). O que não quer dizer que liberdade, igualdade e fraternidade constituíssem mero discurso carregado de hipocrisia e desprovido de qualquer materialidade, mas que os termos da realização de tal promessa permaneceram desde a gênese até os dias atuais como um princípio abstrato descolado de seus próprios fundamentos e manipuláveis conforme interesses individuais e hegemônicos.

No século XVIII a convicção de que o homem é dotado de certos direitos não era uma repetição de crenças sustentadas pela comunidade [...] era um reflexo da situação dos homens que proclamavam esses direitos; expressava uma crítica das condições que clamavam imperiosamente por uma mudança, e tal exigência foi compreendida por aqueles que a transformaram em pensamento filosófico e ações históricas. Os pioneiros do pensamento moderno não inferiram das leis o que fosse o bem [...], seu papel na história não foi adaptar suas palavras e ações ao texto de velhos documentos ou doutrinas geralmente aceitas: eles mesmos criaram os documentos e causaram a aceitação de suas doutrinas. Hoje, aqueles que cultivam essa doutrina e são destituídos de uma filosofia adequada podem considerá-las ou como uma expressão de meros desejos subjetivos ou como um modelo estabelecido cuja autoridade deriva da quantidade de pessoas que nele acreditam e da duração de tempo de sua existência. O próprio fato de que as tradições têm de ser invocadas nos dias de hoje mostra que elas perderam a influência sobre as pessoas. (HORKHEIMER, 2002, p.38).

Ou nos termos de Friedrich Engels,

Já sabemos, hoje, que esse império da razão não era mais do que o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que como um dos direitos mais essenciais do homem foi proclamada a propriedade burguesa, e que o “Estado da razão”, o contrato social de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa. (ENGELS, 1999, p. 57-8).

## II

A massificação do ideal democrático, no entanto, não se comunica exclusivamente com uma falha interna da esquerda política e nem revela sua total derrocada. O fetiche da democracia revela-se da mesma natureza do fetiche da mercadoria e mesmo das relações de gênero, ainda que com especificidades fundamentais que o distingue. A democracia emerge

enquanto forma da política na medida em que esta carece universalizar-se tal como a própria mercadoria e todas as cisões que esta engendra.

Na fase primitiva da acumulação capitalista “a economia política só vê o *proletário* como *operário*” que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho, jamais o considera “em seus lazes, em sua humanidade”. Esse ponto de vista dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção de mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente lavado do absoluto desprezo como é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então o *humanismo da mercadoria* se encarrega dos “lazes da humanidade” do trabalhador, simplesmente porque agora a economia política pode e deve dominar as esferas como *economia política*. Assim, “a negação total do homem” assumiu a totalidade da existência humana. (DEBORD, 1997, p. 31-2, grifos do autor).

Nesses termos, “democratização nada mais é que a completa submissão à lógica sem sujeito do dinheiro.” (KURZ, 2016a, p.208). A transição para a produção em massa consolidada na Europa pós-primeira guerra mundial e na América Latina, sobretudo no último quarto do século XX, demanda a democratização relativa alcançada em diversos países. As ditaduras encabeçadas por *grandes* líderes cedem lugar à tácita ditadura de mercado. Uma espécie de totalitarismo sem sujeito se radicaliza ao mesmo tempo em que torna a todos ilusoriamente sujeitos de livre vontade. No entanto,

A livre diferenciação abrigada de modo paradoxal sobre a igualdade do valor demonstra que justamente nas formas pelas quais é permitido aos sujeitos sociais se diferenciarem estão resguardadas novas formas de interpelação por parte das mercadorias. O consumo de uma identidade ilusoriamente diferenciável rompe com a acidência da interpelação da igualdade estética, mas por outros meios ainda se vale das representações estéticas como linguagem não verbal pela qual a exploração é assumida na prática e negada enquanto consciência. (BONIFÁCIO, 2015, p.53).

Em última medida, essa caricatura serve única e exclusivamente para desviar o fato de que a modernidade produtora de mercadorias constitui uma sociedade fetichizada, aliás, pela primeira vez, uma sociedade totalitária, cuja exigência impõe aos indivíduos, com uma violência maior do que nunca, uma forma unitária: o uniforme do sujeito do trabalho, do dinheiro e da concorrência. (KURZ, 2010c, p.85).

O paradigma da cidadania que reconhece a todos como sujeitos políticos, como cidadãos, apenas reitera na política a abstração real que já consubstancia o polo da economia. Equipara todos os indivíduos, emudece sobre suas diferenças e aprofundada suas desigualdades precisamente ao silencia-se largamente sobre elas<sup>110</sup>. Pois há que se ter

---

<sup>110</sup> Sobre esse tema ver Therborn (2010).

em vista que “o cidadão a ser protegido é aquele membro da sociedade civil burguesa, ideologicamente tratado como modelo de ser humano universal. O cidadão a ser protegido é aquele maximizador de utilidade que, conseqüentemente, exige uma defesa das condições sociais nas quais ele pode atuar, ou seja, a propriedade privada.” (MELO, 2014, p.60). O que a radicalização do processo de democratização acaba por engendrar de maneira decisiva é a própria delimitação do humano enquanto tal. “O direito humano esclarecido encerra em si a desumanização temporária ou total dos indivíduos capitalisticamente não reproduzíveis, porque, de antemão, remete-se ao ser humano apenas enquanto sujeito da valorização.” (KURZ, 2010a, p.50). Dizer sobre a cidadania implica dizer que não é possível ser humano para além de tais critérios.

A democratização da sociedade, em sua acepção mais radical, implica apenas que o valor carece assumir a totalidade da vida social. O que outrora podia ser denominado totalitarismo implica em uma barreira real ao ímpeto cego de rotação acelerada dos capitais. Onde o capital enquanto tal não é capaz de penetrar, o polo politicista/ democrático abre os poros da sociabilidade e demanda o consumo. O Estado *democrático* cumpre precisamente essa função de abrir caminho para a circulação plena do capital (circulação sem a qual o próprio Estado ruiria). O polo político opera em larga medida favorecendo

A penetração do capital em novas esferas da atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência camponesa em agricultura empresarial), ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais surgem para cuidar de determinado aspecto da produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa.) (HARVEY, 2006, p. 48).

Exemplos desse momento de instauração da política enquanto determinante fundamental do próprio processo de imposição da sociabilidade pelo valor, são ricos em nossa história recente de modernização. Ficamos aqui apenas com um deles:

Francisco de Oliveira (1981) demonstra como o projeto de modernização almejado pelos ideólogos da integração nacional tinha a ver antes de mais nada com o processo de nacionalização do capital. Pois se os processos migratórios já haviam transformado uma “população para as regiões” em uma “população para a nação”, restava submeter o próprio capital das outras regiões às leis às suas formas (OLIVEIRA, 1981, p.77). O que aparece como chegada do Estado aos rincões, como busca pela cidadania plena, pelo reconhecimento da dignidade dos esquecidos, revela-se em último termo como processo de capilarização do valor e da cisão.

A compreensão de tais termos demanda o entendimento daquilo que Marx chamara – sobretudo no Capítulo VI inédito d’*O Capital* – de forças produtivas do capital. Isto é, trata-se de notar a importância do próprio movimento do capital como força produtiva, ou seja, de que modo o valor tende a buscar garantir as condições para a própria reprodução. Este é, aliás, de acordo com Sérgio Martins “o sentido mais amplo reservado por Marx ao termo capitalização. O capital dissolve relações de produção, transforma-as ao desenvolvê-las subordinadamente às suas tramas reprodutivas, inscrevendo-lhes novos conteúdos e sentidos.” (MARTINS, 1999, p.23). Ainda de acordo com Martins,

Trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no qual e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda, por isso acompanha a imposição de atividades diversas e parcelares pela sociedade burguesa, mas, sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital e, portanto tende a dominar a prática social. (Ibidem, p.29).

O processo de universalização do valor conforme suas próprias leis e formas, contudo, só é possível por meio da intervenção de capitais mais ou menos articulados, mais ou menos comprometidos com um projeto de capitalização. Projeto este que aparece, em termos genéricos, como processo de modernização. É preciso ter em mente que a modernização, se levada aos últimos termos, nada mais é do que a submissão das relações concretas e cotidianas às tramas reprodutivas do capital. A metamorfose do arcaico em moderno é apenas um dos meios encontrados para que o capital possa circular e, por conseguinte se valorizar, uma vez que enquanto este permanece fixado é *capital negado*, representa o momento de sua própria desvalorização. No entanto, a identificação desses capitais mais ou menos articulados não se realiza sem dificuldades, pois estes por vezes são difusos. Cada vez mais se perde no tempo, o momento em que no processo de acumulação da riqueza “tudo ocorria dentro da nossa geografia, em ritmos familiares, mesmo quando eram excessivos. E isso era anunciado em nossas línguas, em nossa linguagem.” (FORRESTER, 1997, p. 23-4). De modo geral, o processo de valorização vem assumindo desde o pós-guerra, traços cada vez mais anônimos, o que, ao contrário do que se poderia pensar, requer cada vez mais a atuação direta do Estado, ainda que essa atuação apareça travestida na forma de distanciamento, de liberalismo<sup>111</sup>.

E como o Estado não é, de modo algum, uma instituição etérea, suas ações em nada se desvinculam dos interesses ligados aos capitais particulares, pois estes, em última instância acabam por salvaguardar o Estado enquanto tal, e vice-versa. Em suma, não

---

<sup>111</sup> Apenas um Estado verdadeiramente forte e solidificado pode oferecer as condições básicas para o liberalismo econômico. Cf. Santos (2002).

podemos em momento algum perder de vista que o processo de modernização engendrado de modo aparente pelos aparelhos estatais exprime, ao fim e ao cabo, a determinação fundamental da sociedade moderna, isto é, a de que o valor precisa se valorizar. Trata-se de recriar em distintas escalas o imperativo imposto pela manipulação fetichista dos desejos.

Assim, todos os grandes projetos de integração nacional ocorridos ao longo da história do Brasil acabam por refletir a necessidade premente, antevista por distintos capitais privados, de que o país se apresentar ante os demais como forte e coeso, numa concorrência desenfreada entre os Estados pela atração de investimentos, e, por conseguinte, acúmulo de riqueza abstrata<sup>112</sup>. Não obstante, cada estado da federação sempre buscou internamente se apresentar de modo correlato, donde a imagem é mais importante que a *coisa em si*, que aparecer é mais fundamental que o ser, e que, sobretudo, o todo não é mais nem menos que a soma de todas as partes, mas é negação delas, uma vez que só as reconhece enquanto componentes abstratos de um processo de generalização. Daí a força dos regionalismos tão arraigados como o gauchismo e mineiridade, dentre outros.

---

<sup>112</sup> O momento nos qual esses grandes projetos assumiram maior centralidade na política brasileira foi o sem dúvida o período militar quando a partir do PIN (Programa de Integração Nacional) almejava-se, por meio de obras de infra-estrutura, interligar as distintas porções do território nacional em nome de um “desenvolvimento pleno” do país. “Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infra-estrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. Numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. Na verdade, a parte mais importante do PIN era seu plano de colonização. No próprio Decreto-Lei nº 1.106 foi determinado que uma faixa de terra de dez quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém seria reservada para a colonização e a reforma agrária. Na área do Ministério do Interior, o PIN previa a aceleração dos estudos e a implantação de projetos de irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica. Finalmente, na área do Ministério das Minas e Energia, o programa propunha o levantamento topográfico, florestal e geomorfológico para que se pudesse pesquisar a natureza e a umidade do solo e a existência de minerais energéticos. Os ministérios ou órgãos da administração pública atuariam dentro do PIN mediante a aplicação de recursos humanos e financeiros. Foi prevista também a integração da iniciativa privada no programa, através do estabelecimento de incentivos fiscais para projetos de colonização na área de influência das estradas. Finalmente, foi prevista a utilização de recursos do programa na intensificação dos investimentos nos institutos agrônômicos de Belém e do Recife para a experimentação agrícola dirigida à produção de alimentos. A abertura da Transamazônica teve início em setembro de 1970. O trecho entre Estreito e Itaituba (PA) foi entregue à circulação em 27 de setembro de 1972, e o trecho entre Itaituba e Humaitá (AM) foi inaugurado em 30 de janeiro de 1974. A construção dessa rodovia através da bacia Amazônica teria sido determinada por duas razões distintas e complementares: de um lado, uma preocupação geopolítica com os “vazios territoriais e demográficos e, de outro, o excesso de população pobre do Nordeste.” (ABREU, s/d.) Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 22/02/2017

O que podemos notar mediante o panorama histórico de instauração do polo político é que este nem oferece qualquer alternativa alheia à sociabilidade do/pelo valor, nem tampouco opera como gabinete executivo da burguesia, como Marx & Engels (1999) chegaram a denominar o Estado moderno. A dialética da forma política escapa a qualquer resposta apressada. Pois, se por um lado, “se o Estado quisesse mesmo abolir o dinheiro e a circulação, teria que destruir sua própria finalidade.” (KURZ, 1993, p.74), por outro, o Estado nem é um bloco monolítico com finalidade teleológica, nem encerra em si o polo político. A universalidade da política não se encerra no Estado, este é apenas parte constituinte daquela. O que não implica, todavia, que a crítica radical deva salvaguardar a política e voltar-se ao Estado, mas precisamente que o objeto mais radical de uma crítica emancipatória deve ser a política enquanto tal. De modo similar ao trabalho, a política constitui uma totalidade. A política – pegando de empréstimo a expressão utilizada por Mauss (2013) ao se referir ao sistema de dádivas nas tribos polinésias – há de ser compreendida como um *fato social total*. Não representa a essência do humano, mas um dos momentos de abstração das qualidades dos homens.

### III

A dialética da política, no entanto, aponta para sua própria superação. Não no sentido teleológico da existência de um fado, de um pecado original ao qual a política deve tributo. O que há de se notar é que a totalidade crítica na qual a política se insere e se reproduz apresenta limites históricos objetivos. A crise atual parece-nos comunica-se diretamente com esses limites. Se no polo econômico parecemos esbarrar em um limite interno absoluto de valorização<sup>113</sup>, no polo político as coisas parecem se passar de modo similar.

A "crise da política" cresce com a "crise da economia" e da sua categoria nuclear, o "trabalho"; a crise dos "subsistemas" aponta para a crise de todo o sistema da mercadoria, o qual alcança seu limite histórico absoluto no preciso momento em que deixa para trás sua fase ascendente, logrando ser idêntico a si mesmo apenas num breve momento histórico. (KURZ, 2016a, p.217).

Em outros termos, o que Kurz tem em vista é o caráter autodestrutivo do polo político. Pois se este aparece no processo de modernização enquanto momento decisivo para a capilarização do modo de produção dominante e de suas ideologias correspondentes, na medida em que o valor consegue penetrar na quase totalidade dos tempos e espaços produzidos na sociedade moderna, o capital passa a ter de mediar-se

---

<sup>113</sup> Cf. Capítulo 3.

consigo mesmo e não mais com as aporias externas a ele. A aporia fundamental ao capital cristaliza-se como sendo seu próprio movimento contraditório. Quando mesmo as vanguardas de esquerda, em geral, conseguem no máximo se debater para apropriar-se de maneira mais subversiva das categorias fetichizadas do universo do capital, transparece que, de fato, haja muito pouca energia emanando dos resíduos de outras formas de socialização. Quando a palavra da moda nas lutas urbanas ou nas ocupações estudantis brasileiras é a autogestão – termo pego de empréstimo da racionalidade empresarial – percebe-se que muito do que resta é gerir, conservar o *ethos* da sociedade burguesa. Nessa constelação onde o horizonte do possível parece fundir-se a imediaticidade do real, a política tem de tornar-se distinta de si mesma para permanecer existindo.

Na mediação interna do capital onde este tem de lidar apenas com as aporias que impôs a si, a política transparece precisamente como a determinante mais aporética da capitalização da vida.

Não é de modo algum casual que em um intervalo de poucos meses tenhamos no cenário internacional Mauricio Macri eleito presidente da Argentina (10/12/2015) e Donald Trump eleito presidente dos Estados Unidos (20/01/2017), enquanto no cenário nacional espantamo-nos com João Dória Jr. eleito prefeito de São Paulo (01/01/2017) e Alexandre Kalil (01/01/2017) chegando à prefeitura de Belo Horizonte. Em todos esses casos, aliás, os candidatos derrotados são donos de uma larga carreira na política. Os candidatos eleitos, no entanto, são invariavelmente empresários, além de terem adquirido popularidade por atuações totalmente alheias à política (Alexandre Kalil e Maurício Macri são ex-presidentes de tradicionais clubes de futebol: Atlético Mineiro e Boca Juniors, respectivamente. Dória e Trump, por sua vez tornaram-se reconhecidos, além de suas fortunas, por terem apresentados programas de televisão de grande audiência).

Mais que um fato, o distanciamento da política institucional, foi um discurso decisivo na campanha dos quatro candidatos.

O empresário e ex-presidente do Clube Atlético Mineiro Alexandre Kalil (PHS) foi eleito prefeito de Belo Horizonte (MG) neste domingo (30), após se colocar como terceira via na campanha: o "não político", que era contra o confronto PT versus PSDB. "Acabou coxinha. Acabou mortadela. Agora é kibe", provocou Kalil, de origem síria, em seu primeiro pronunciamento após a vitória. "Coxinha" e "mortadela" são termos pejorativos associados a tucanos e petistas, respectivamente<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/30/bh-repete-sao-paulo-e-nao-politico-kalil-e-eleito-prefeito.htm>.



O site G1 também já atestava a potência do discurso não-político de Kalil.

A constatação entre os tucanos é que funcionou a estratégia de marketing de Kalil, de adotar o discurso "não sou político", semelhante à estratégia do prefeito eleito de São Paulo, João Dória (PSDB). Ao se apresentar como empresário, Kalil tem feito duras críticas às principais lideranças políticas de Minas Gerais, como o governador Fernando Pimentel (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB). Inicialmente, a campanha de João Leite avaliava que, se passasse ao segundo turno, Kalil receberia o apoio de Pimentel. Mas, diante da forte desaprovação do governador, o candidato do PHS manteve distância do petista. Agora, tucanos decidiram fazer uma ofensiva para tentar desconstruir a imagem de que Kalil nunca foi ligado ao mundo da política, lembrando, inclusive, que ele já foi filiado ao PSDB<sup>115</sup>.

A associação do candidato derrotado, João Leite, do PSDB com o presidente nacional do mesmo partido, Aécio Neves, foi, aliás, um dos pontos fortes da campanha de Kalil. A negação de um projeto político-partidário acabou por ser determinante na vitória do candidato do PHS.

Caminho não muito distinto levou Donald Trump à Casa Branca. Alavancado pelos votos da classe média branca e com votos majoritariamente masculinos,<sup>116</sup> Trump vence as eleições com um discurso racista, misógino, xenofóbico e homofóbico. Todo esse pacote fascista do discurso de Trump foi, durante toda a campanha, revestido pela negação da política e pela premência da gestão. Governar um país como quem gere uma empresa privada é, aliás, a determinante mais fundamental em todos esses casos: a racionalidade estritamente econômica ganha espaço com a saturação da política. Nos termos de Kurz (2016a, p.210), “mesmo o neonazi já não fundamenta as suas exigências econômicas em nome da raça, mas, pelo contrário, baseia o seu racismo em interesses econômicos.” Talvez por isso cada vez menos se pense em termos de economia política, mas propriamente de política econômica.

No seio dessa constelação, conceitos outrora sólidos no campo político parecem se desvanecer. Quando o conceito de populismo é simultaneamente utilizado para definir o discurso de Trump nos Estados Unidos e o governo de Maduro na Venezuela, nitidamente algo está fora do lugar. A política e suas categorias imanentes persistem a existir, convivendo, no entanto, com a própria falta de substância. “Não é a ‘política’ enquanto tal que desaparece com a conclusão da afirmação do sistema, mas só a sua dupla função e a

---

<sup>115</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/discurso-nao-sou-politico-turbinou-kalil-no-segundo-turno-em-bh.html>. Acesso em: 14/12/2016.

<sup>116</sup> Cf. as reportagens <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37826604> e <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/quem-sao-os-eleitores-fieis-a-trump.html>.

ênfase aparentemente autonomizada, as suas vestes ideológicas, etc.” (KURZ, 2016a, p.210).

A história da política e da democratização no Brasil revela que mesmo no momento de ascensão do universo político, rupturas determinadas pelo polo econômico foram cruciais. Em sua prosaica fala durante uma aula na USP, o Ministro do STF e professor de Teoria geral do Estado, Ricardo Lewandowski tinha certa razão ao afirmar que “esse *impeachment*, todos assistiram e devem ter a sua opinião sobre ele. Mas encerra exatamente um ciclo, daqueles aos quais eu me referia, a cada 25, 30 anos no Brasil, nós temos um tropeço na nossa democracia. Lamentável<sup>117</sup>”. Um simples quadro (número abaixo) com os presidentes brasileiros e seus respectivos mandatos coaduna isso. A história da democracia brasileira é a história de ruptura com a própria democracia.

PRESIDENTES DO BRASIL DESDE 1930	FOI ELEITO PARA O CARGO DE PRESIDENTE?	TERMINOU O MANDATO?
Michel Temer	NÃO	
Dilma Rousseff	SIM	NÃO
<b>Lula</b>	SIM	SIM
<b>Fernando Henrique Cardoso</b>	SIM	SIM
Itamar Franco	NÃO	
Fernando Collor	SIM	NÃO
José Sarney	NÃO	
Figueiredo	NÃO	
Geisel	NÃO	
Médici	NÃO	
Costa e Silva	NÃO	
Castelo Branco	NÃO	
João Goulart	NÃO	
Jânio Quadros	SIM	NÃO
<b>Juscelino Kubitschek</b>	SIM	SIM
Café Filho	NÃO	
Getúlio Vargas II	SIM	NÃO
<b>Dutra</b>	SIM	SIM
Getúlio Vargas I	NÃO	

**Tabela 4:** Presidentes do Brasil e seus mandatos. Fonte: <http://topicostropicais.net/na-tradicao-brasileira-presidentes-nao-devem-ser-eleitos-pelo-povo/2527/>. Acesso: 02 de Outubro de 2016.

<sup>117</sup> Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/09/28/em-aula-lewandowski-classifica-impeachment-de-dilma-como-tropeco-na-democracia/>, acesso em 16/02/2017.

A instabilidade premente da/na democracia brasileira comunica-se ao papel periférico assumido pelo país no jogo das forças produtivas. A modernização tardia e conservadora do país, intimamente atrelada às antigas oligarquias e ao pacto destas com capitais internacionais fez com que em nenhum momento de nossa história tenhamos tido de fato uma democracia sólida. No entanto, a crise atual parece-nos não ser apenas mais um desses momentos de ruptura senão que de fato um esgotamento real da política. Novos golpes de Estado na América Latina (como no Paraguai de Fernando Lugo em 2012) e o fortalecimento da direita em todo o mundo (em vários países europeus a extrema direita tem ganhado muito força, sobretudo no contexto de migração síria), aponta para o fato de o capital agora precisar eliminar o propulsor de sua própria imposição.

Se a barbárie nazi-fascista na Alemanha e na Itália da década de 1940 ocorre não apenas por razões ligadas ao racismo e à intolerância, mas comunica-se diretamente com a imposição de um capitalismo de Estado<sup>118</sup> e com a massificação do consumo, a guinada fascista que ganha proporções globais nos últimos anos não pode ser dissociada da crise dessa mesma massificação do consumo. A capitalização da vida até seu mais recôndito poro encetou uma das maiores barbáries da história humana no momento de sua instauração e ameaça produzir novas barbáries no momento de sua derrocada. A hipótese que deve ser levada em conta é a de que não se trata apenas de um aprofundamento do neoliberalismo, mas de uma crise radical que coincide com a crise estrutural do próprio capital. Se a austeridade dos anos de 1990 no Brasil se referia à instauração do receituário neoliberal e às determinações do Banco Mundial<sup>119</sup>, a austeridade da década atual tem a ver com o fato de que este mesmo receituário entra em crise. Seja sua instauração, seja sua derrocada demandam a austeridade e a barbárie política. Não se trata apenas de um

---

<sup>118</sup> Cf. Pollock (1982).

<sup>119</sup> Aponta-nos José Luís Fiori, que desde o início da década de 1990, sobretudo no governo Fernando Henrique Cardoso, optou-se claramente no Brasil “por este projeto de modernização neoliberal e por um bloco de sustentação de centro-direita. Neste sentido, segundo nos relata a experiência, optou por uma estratégia socioeconômica que tem gerado ou aprofundado os níveis preexistentes de desigualdade e exclusão social. E além disto, para culminar, também optou para levar à frente este projeto antissocial e quase sempre autoritário, através de uma coalizão política que foi sempre autoritária e que já logrou forjar, antes e durante a era desenvolvimentista, esta nossa sociedade que ocupa hoje o penúltimo lugar mundial em termos de concentração de renda. Neste sentido é que se pode concluir, sem ofender a lógica, que FHC realmente aderiu a um projeto de "aggiornamento" do autoritarismo antissocial de nossas elites. Mas agora o jogo já começou e as coisas já evoluíram. Hoje, FHC se transformou em refém de seus próprios "technopols". Como sua proposta neoliberal satisfaz o empresariado mas deixa pouca margem para costurar as alianças com as velhas elites políticas regionais, e como a situação dos eleitores piorou enormemente desde que assumiu o Ministério da Fazenda, só lhe resta esperar pelo milagre dos três meses prometidos pelas cabeças "iluminadas" de sua equipe econômica. Neste ponto, aliás, o Brasil produz uma novidade que talvez possa ser relatada no próximo seminário de Washington: em vez de silêncio sobre os efeitos perversos do programa, faz-se de seu sucesso antecipado de curtíssimo prazo a grande arma para obter a vitória eleitoral... Mas é por isto também que neste caso o plano de estabilização já nasceu de forma autoritária.” (FIORI, 1998, p. 20-1).

rearranjo produtivo, mas de uma destruição – não necessariamente criativa – que coincide com a própria dessubstancialização dos capitais, que mediante sua impossibilidade real de valorização adota por meio dos resíduos da política a estratégia de terra arrasada. Não que se busque uma nova acumulação primitiva (o que, aliás, é uma impossibilidade tanto lógica quanto história), mas que as formas de acumulação por despossessão/espoliação (HARVEY, 2004<sup>120</sup>) se multiplicam e se aprofundam. Retornaremos a esse ponto com maior acuidade no terceiro capítulo.

O que interessa circunscrever aqui é precisamente que a contradição fundamental do processo de valorização do valor delimita também o limite interno absoluto da política. E aí, se divergimos de Jacques Rancière acerca de certa positividade da política, não podemos deixar de notar que a interdição desta abre espaço, como bem notou o filósofo francês, para a polícia. Se certamente, a política não se reduz à polícia ao mesmo tempo em que não pode existir sem ela, onde a política cessa de existir ou torna-se impotente cabe ao estado de polícia salvaguardar a ordem.

A “polícia” aqui ganha o sentido de “política” quando comumente diferenciada do “político”. Trata-as das práticas de governo legitimadoras do “sistema consensual” e, para além da ideia de “aparelho de Estado”, indica uma “ordem dos corpos”, que determina socialmente suas funções, seus fazeres e sua sensibilidade. Sem dúvida, essa designação coloca alguns problemas. A palavra *polícia* evoca comumente o que chamamos baixa polícia, os golpes de cassete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente. Michel Foucault mostrou que, como técnica de governo, a polícia definida pelos autores do século XVII e XVIII estendia-se a tudo o que diz respeito ao ‘homem’ e à sua ‘felicidade’. A baixa polícia é apenas uma forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade. (ALVARENGA, 2015, p.110).

Esse “estado de polícia” enceta e perpetua um estado de exceção que cada vez mais tem tendido a tornar-se permanente no tempo e no espaço. Se não podemos deixar de notar que diversos espaços – sobretudo aqueles notadamente periféricos – vivem sob um estado de exceção contínuo, o mesmo passa a ser verdade para espaços onde até há pouco tempo a violência tácita da forma política é que impunha a ordem.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) notou bem esse momento em que o direito público e o fato político se encontram em real desequilíbrio, quando a força suplanta a violência tácita e escancara um estado de exceção. Momento este que em Agamben

---

<sup>120</sup> Nos termos de Harvey, “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (2004, p. 135).

apresenta-se como um dispositivo de difícil definição (aí seu não enquadramento nas referências da cultura jurídica tradicional, que tende a relegar o estado de exceção a mera *questi facti*), pois *topograficamente encontra-se nos limites entre direito e política* (na —franja ambígua e incerta na intersecção do jurídico e do político; —um ponto de desequilíbrio entre o direito público e fato político), sendo — em uma das hipóteses principais da teoria agambeniana — —o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão ou seja, corporifica-se em uma —terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida. (BARBOSA, 2007, p.135).

Neste contexto de indefinição entre o jurídico e o político é estabelecida uma cisão radical entre a lei propriamente dita e a *força de lei*.—Nos termos do próprio Agamben, esse momento crítico,

define um ‘estado da lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem força) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua força<sup>121</sup>. No caso extremo, pois, a ‘força de lei’ flutua como um elemento indeterminado, que pode ser reivindicado tanto pela autoridade estatal (agindo como ditadura comissária) quanto por uma organização revolucionária (agindo como ditadura soberana). O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei (que deveria, portanto, ser escrita; força de ~~lei~~). Tal força de lei, em que potência e ato estão separados de modo radical, é certamente algo como um elemento místico, ou melhor, uma *fictio* por meio da qual o direito busca se atribuir sua própria soberania. Como se pode pensar tal elemento místico<sup>122</sup> e de que modo ele age no estado de exceção é o problema que se deve tentar esclarecer. (AGAMBEN, 2004, p.61).

A ruptura com a promessa democrática, transparecida como golpe, põe a nu precisamente esses arranjos infrapolíticos, essas práticas que embora representem o negativo da lei são por ela legitimadas. O aparato jurídico e os resíduos da política reforçam o “estado de polícia” com o qual temos nos acostumado nos últimos três anos (embora, notadamente, ele já existisse de maneira menos explícita).

A condução coercitiva do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva — para que este prestasse depoimento na Operação Lava Jato — vendida como espetáculo televisivo<sup>121</sup>; a verdadeira saga constituída em torno da nomeação do mesmo Lula como ministro nos últimos dias do governo Dilma<sup>122</sup>, as cínicas justificativas dadas pelo STF para legitimar Moreira Franco (assim como Lula, delatado na Operação Lava-Jato) ministro do governo Temer<sup>123</sup> apontam para esse momento no qual o negativo da lei, a *força de lei*—traveste-se na corporificação da legalidade. Isso para não nos lembrarmos das prosaicas votações na câmara e no senado acerca do prosseguimento do processo de *impeachment* de Dilma

---

<sup>121</sup> Cf. <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-esta-nos-enderecos-de-lula-e-fabio-luis-em-nova-fase-da-lava-jato/>. Acesso em: 15/02/2017.

<sup>122</sup> Situação tal ponto prosaica de dar origem a esse site: <http://lulaeministro.com/>. Acesso em: 04/11/2016.

<sup>123</sup> Cf. [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487109644\\_038135.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487109644_038135.html). Acesso em: 17/02/2017.

Rousseff, onde um terço dos responsáveis por definir os rumos do Planalto, respondiam a pelo menos um processo por corrupção<sup>124</sup>. Poderíamos lembrar ainda de prisões arbitrárias como a do ativista político Guilherme Boulos, integrante do MTST<sup>125</sup>, ou ainda dos áudios sigilosos da presidência vazados em rede nacional<sup>126</sup>. Ou de detenções que se tornaram quase *reality shows*, como a do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral<sup>127</sup>. Igualmente icônico o surto de rebeliões em diversos presídios brasileiros é sucedido pela fala apaguadora do então ministro da justiça – dias depois nomeado ministro do Supremo –, Alexandre de Moraes de que não se tratava de uma crise do sistema carcerário<sup>128</sup>. Na mesma constelação empírica, a greve da Polícia Militar no Espírito Santo desencadeia surtos de violência, roubos em massa e resulta em demanda pela presença do exército nas ruas<sup>129</sup>...

O que dizer então dos gigantescos retrocessos encetados pelas reformas da Previdência e do Ensino Médio, além do congelamento dos investimentos em áreas vitais determinado pela PEC 241/55<sup>130</sup>?

Claro que esse conjunto de eventos que escancaram o estado de exceção posto na política brasileira não se restringe ao governo Temer ou ao contexto específico do processo de *impeachment* de Dilma. A política de remoções e de abruptas intervenções urbanas, adotada seja pelos governos federal, estaduais ou municipais às vésperas das Copas das Confederações e do Mundo além das Olimpíadas inscrevem-se neste mesmo bojo<sup>131</sup>. A lei

---

<sup>124</sup> Cf. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/comissao-do-impeachment-abriga-investigados-no-stf/>. Acesso em 07/08/2016.

<sup>125</sup> Cf. <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/guilherme-boulos-do-mtst-e-presos-durante-desocupacao-em-sao-paulo>. Acesso em: 17/01/2017.

<sup>126</sup> Cf. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-planalto-fala-em-constituicao-violada.html>. Acesso em: 20/02/2017.

<sup>127</sup> Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-presos-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/sergio-cabral-tem-cabeca-raspada-apos-chegar-em-presidio-do-rio.html>. Acesso em: 20/02/2017.

<sup>128</sup> Cf. <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,alexandre-de-moraes-nega-onda-de-rebelioes-e-fala-em-morte-opportunista,10000098535>. Acesso em: 08/01/2017.

<sup>129</sup> Cf. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/09/greve-da-policia-e-explosao-de-violencia-no-espremissas-para-o-debate-sobre-paz-armada/>. Acesso em 20/02/2017.

<sup>130</sup> Cf. Apêndice 1 no final deste volume.

<sup>131</sup> “É o espaço tornado não só meio, condição e produto do capital, mas também – e sobretudo – justificativa, pretexto e estratégia do movimento tautológico do dinheiro. Nesse sentido, a estruturação jurídico-legislativa posta em curso pela Copa do Mundo (como também pelas Olimpíadas) anuncia e estabelece novos marcos e possibilidades para a relação entre a (re)produção do urbano e o atual estágio (crítico) da reprodução capitalista, de modo que é possível até mesmo pensar o endividamento como a principal produção em curso, sendo o Estado o alicerce desse processo” (GONÇALVES, 2015, p.187). “Esse aparato institucional” denuncia o COPAC (Comitê dos Atingidos pela Copa), “serve a um único interesse: garantir o monopólio e o lucro das 20 corporações patrocinadoras e da FIFA, privatizando o espaço público para excluir a população em uma operação higienista sem precedentes.” (COPAC, 2014). Nesse bojo comunidades foram desalojadas, moradores de rua desapareceram, a violência policial tornou-se ainda mais premente, trabalhadores foram impedidos de continuar exercendo suas antigas funções como no caso dos

antiterror sancionada pela ex-guerrilheira Dilma Rousseff fornece outra boa caricatura. Mas a própria produção dos espaços metropolitanos na última década demonstra como nas ações políticas mais cotidianas, o estado de exceção mostra-se a regra<sup>132</sup>.

A armadilha que, insistimos, devemos escapar é de considerar todo esse conjunto de fatos como um aprofundamento imanente do neoliberalismo. Além de por si só tal afirmação não dizer nada além do que se constata empiricamente, ela pode revelar-se anacrônica. O neoliberalismo como tal não engendra a crise da política, ao contrário, a requer impreterivelmente. É uma ilusão compreender o receituário neoliberal como uma negação do Estado e da política. O que essa escolha econômica implica e demanda é uma participação extremamente eficaz do Estado enquanto propulsor do crescimento econômico (o que, aliás, o governo Lula fez com rara maestria). A saturação radical da política, só se torna real na medida em que o próprio neoliberalismo, já não é uma resposta suficientemente eficaz, para a crise de valorização a qual ele próprio surge como resposta a partir da década de 1970.

Nestes termos a política é, por essência, uma generalidade verdadeiramente abstrata. Generalidade essa que tem como sua razão de ser – não do ponto de vista teleológico, mas da história em ato – a universalização da singularidade do valor e não do humano. Por isso, a concepção marxiana segundo a qual a democracia – enquanto forma mais desenvolvida do político – seria o *momento* no qual o *sujeito real*, o *demós*, institui uma relação plena em si e para si, deve ser posta sob suspeita. Sobretudo porque esse sujeito real, como já pontuamos anteriormente, é ele mesmo uma generalidade abstrata que nada mais é do que o sujeito de valorização racionalizado. É ele mesmo um ideal burguês<sup>133</sup>.

É o próprio Marx, aliás, quem nos permite com clareza notar os termos abstratos nos quais a política, a democracia e os sujeitos de sua realização se assentam. Nas palavras de Marx,

Quando, partindo das maçãs, das peras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral *'fruta'*, quando, seguindo adiante,

---

barraqueiros do entorno e do Mineirão em Belo Horizonte e as baianas do entorno da Fonte Nova em Salvador, etc.

<sup>132</sup> Cf. Vainer (2002).

<sup>133</sup> “A forma fetichista do valor e do seu movimento de valorização, que vai de par com a constituição do sujeito, não surge enquanto tal, mas permanece, de acordo com Marx, “espectral”; a forma surge sempre apenas indiretamente nas coisas e relações transformadas em mercadorias, bem como nas instituições daí derivadas. Resulta daí a ilusão de que este sujeito constituído de modo fetichista bem que poderia modelar “livremente” as condições do mundo, quando ele se movimenta em sua matriz *a priori* e, como ainda se verá, faz uma digestão ideologicamente afirmativa das contradições daí resultantes (esta é a outra face do trabalho próprio do sujeito). (KURZ, 2007, s.p).

*imagino* comigo mesmo que a minha representação abstrata ‘a fruta’, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o *verdadeiro* ser da pêra, da maçã etc., acabo esclarecendo – em termos *especulativos* – ‘a fruta’ como a ‘substância’ da pêra, da maçã, da amêndoa etc. Digo, portanto, que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreendida através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, ‘a fruta’. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, *distingue* uma maçã de uma pêra e uma pêra de uma amêndoa, contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã *o mesmo* que na pêra e na pêra o mesmo que na amêndoa, ou seja, ‘a fruta’. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é ‘a substância’, ‘a fruta’” (MARX, 2009, p.72, grifos do autor).

O mesmo, cremos, se verifica quando nos remetemos às formas políticas e *seus* sujeitos. Pois, o livre sujeito de valor revela-se em último termo como uma “autoviolação verdadeiramente monstruosa do indivíduo real, de acordo com a forma vazia de uma ‘lei geral’”. (KURZ, 2010a, p. 52). Como bem explicita Scholz (1992), a exigência de emancipação própria ao Esclarecimento, funda sua abstração tendo como fundamento o sujeito masculino [branco e compulsivamente hetero sexual] da socialização pelo valor. Por isso também o sujeito político – em seus termos abstratos – tem conotação claramente masculina, branca e ocidental. O que se manifesta em diferentes níveis desde a teoria do Estado de Hegel até os gritos de ordem contra a ex-presidente Dilma Rousseff. De acordo com Kurz,

Em Hegel o carácter androcêntrico da “vontade geral racional” inscrito nas categorias também se entende por si mesmo. Quase sem fundamentação, como simples reconhecimento das relações burguesas, ele assegura que “a determinação da jovem mulher” consiste “essencialmente apenas na relação matrimonial”, e que este é naturalmente um momento inferior à estatalidade, à qual o feminino não consegue aceder. Pois “o homem tem ainda outro campo da sua actividade moral no Estado – mas não a mulher”. De modo igualmente lapidar, diz-se numa das notas estenográficas: “Onde as mulheres... governam o Estado, o Estado é arruinado”. Pois “a mulher absorve-se no que é pessoal – não no em si e para si universal do Estado”. Daí que faça parte dos níveis de desenvolvimento bárbaros que “no Oriente haja mulheres... a governar”. (KURZ, 2016d, p.120).

Ora, não é preciso muito esforço para reconhecer que tais termos ainda se manifestam na unilateralidade da política brasileira e nos surtos de ódio contra as mulheres que teimam em romper com a determinação androcêntrica da política como a conhecemos. Misoginia que se faz ver desde a capa de umas das revistas de maior circulação no país, até os adesivos de carro que se multiplicaram pelas ruas, nos últimos meses do governo Dilma.





Figura 9: Capa da Revista Isto É de Abril de 2016. Fonte:

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/wp-content/uploads/2016/04/istoe-229x300.jpg>. Acesso em 02/05/2017



Figura 10: Adesivo de carro Dilma. Fonte:

<http://www.divasemfrescura.com/wp-content/uploads/2015/07/adesivo-2.jpg>.

Acesso em: 02/05/2017.

Em último termo o que essa constelação demonstra é que

A ilusão democrática consiste precisamente em que a forma de vontade transcendental pressuposta e a restrição por ela condicionada da vontade empírica da maioria permanece escondida. A relação de capital reduz-se a uma mera soma de relações de vontade subjectivas empíricas, de acordo com “interesses” imanentes eles próprios constituídos de modo capitalista. Fica assim fora da observação que todas as decisões já são pré-formadas pelos critérios da legalidade pseudo-natural do “sujeito automático”. Uma crítica radical visando a “vontade geral” transcendental e a sua estrutura de duplicação imanente teria de incluir, pelo contrário, a crítica da democracia, como a forma política mais desenvolvida da “riqueza abstracta”. (KURZ, 2016d, p.131)<sup>134</sup>

Se a política e a democracia revelam-se igualmente fetiches burgueses e não fornecem, de fato, nenhuma perspectiva radical na prática, o que resta enquanto perspectiva, enquanto horizonte u-tópico? Se, como concluiu Kurz (2012), não há revolução em lado nenhum, o que nos resta para além da resignação e do sofrimento?

<sup>134</sup> Prossegue o autor, “O horizonte de emancipação redutor do movimento operário, pelo contrário, canalizou a crítica para a aspiração de tomar parte na “vontade geral” e, com isso, para a perspectiva de “democratização” das categorias capitalistas, em vez da sua abolição. Assim caiu ele precisamente na armadilha da “emancipação” autorepressiva filosoficamente formulada por Kant, nomeadamente submetendo a priori os conteúdos das necessidades vitais ao princípio internalizado da forma do “trabalho abstracto”, podendo então apenas pensar e impor-se em geral nessa forma transcendental.”

Tratar-se-ia apenas de repousar em um “grande hotel abismo”, como provocou Lukács (2000) acerca das teorias da dominação levadas à cabo pela Escola de Frankfurt?

Alain Bihl (1998), ao refletir sobre a atualidade de um projeto comunista, oferece elementos importantes para compreender em que consistiria esse momento de superação. De acordo com o autor,

Enfraquecido em função das transformações maiores que o capitalismo introduziu nas condições sociais de existência, e das possibilidades que elas abrem para sua realização, um projeto como esse compreende necessariamente uma *vertente negativa* (negadora): o comunismo como movimento que acaba com todas as formas alienadas da atividade humana até hoje (e não somente o capitalismo), como “virada do mundo ao avesso”. E uma *vertente positiva* (construtora): o comunismo como edificação de uma sociabilidade nova e original. Cada um dos “fins” compreende sua contrapartida positiva. Assim, o comunismo define-se particularmente por: a) o fim do econômico: o fim do trabalho assalariado por meio da socialização dos meios de produção (cujo uso é então determinado e controlado pelo conjunto da sociedade; o fim das relações mercantis) como relações sociais reificadas e, conseqüentemente, das “leis” cegas que as regem, graças à planificação democrática da produção social pelos produtores; o fim do fetichismo mercantil e monetário (do culto à riqueza abstrata), substituído pelo sentido da verdadeira riqueza humana, aquela das relações sociais comunitárias; a superação da divisão social do trabalho por meio da autogestão do processo de trabalho como atividade colocada sob o duplo signo da necessidade natural e da obrigação social. b) o fim do político: o fim da alienação da força social pelo poder político (o fim de sua monopolização por uma parte da sociedade) e, particularmente, o fim do Estado, a autoadministração, pela comunidade reunificada, de suas próprias condições materiais e institucionais de existência; o fim do direito e da moral substituídos por um costume refletido, sendo objeto de um debate permanente no seio da comunidade. (BIHR, 1998, p.274-5).

Movimento este que segundo Bihl – bem como grande parte da tradição marxista –, resultaria na tomada de poder pelo proletariado e na auto-aniquilação deste enquanto classe, na medida em que dissolve a sociedade de classes enquanto tal. Trouxemos aqui a contribuição de Alain Bihl precisamente pelo fato de ela explicitar com clareza, ao mesmo tempo, a potência e o limite objetivo de parte considerável das formulações das esquerdas teóricas e práticas. Bihl tem em vista a superação das condições materiais que engendram e perpetuam a dominação do homem, no entanto, a *vertente positiva* (construtora) almejada por ele preserva em seu âmago, as determinações que a *vertente negativa* (negadora) deveria abolir. O fetiche do trabalho e da democracia são preservados quando se nega apenas abstratamente a economia e a política. Trabalho e democracia são as manifestações vitais desses dois polos críticos. A dupla determinação do trabalho (enquanto algo natural e social) remete à mesma ontologia que faz Bihl buscar a “verdadeira riqueza humana”, como se a riqueza abstrata não constituísse uma verdade, mas apenas um desvario. É precisamente por se constituir como “verdadeira” que a riqueza abstrata consegue dominar

o mundo por meio de seu fetiche, invertendo meios e fins sujeitos e objetos, circunscrevendo inclusive o que vem a ser denominado “humano”. Alain Bihr quer ainda restituir certa sociabilidade ao nível da comunidade sem superar as aporias do social enquanto tal. Reproduz-se aí, o risco de se ter em vista o objeto correto e esbarrar nos limites objetivos de sua superação. Bihr quer passar da grande noite à alternativa sem tatear o túnel escuro do possível, que só pode sê-lo tendo em vista a objetividade do mundo.

A própria estrutura do livro de Alain Bihr transparece o mal-estar comum à esquerda frente à redução do horizonte de suas expectativas. O autor se ocupa longamente de questões parcelares, cindidas no universo da crítica burguesa, como a crise ecológica ou a crise cultural, perdendo de vista o nexos fundamental existente entre elas, o que resulta na incapacidade de pensar conceitualmente os termos da superação do objeto da crítica.

Deste modo a crítica continua pendente na particularidade dos fenômenos (das relações de poder na medicina à prática de deportação nos serviços de estrangeiros, dos "constructos" do racismo à retórica política dos constrangimentos objetivos), sem jamais poder debruçar-se sobre o todo da conexão da forma social, uma vez que esta já não dispõe de qualquer conceito substancial. Esta dissolução da "essência" histórico-social na relacionalidade fenomenológica de relações de poder e na respectiva construção ou desconstrução encobre assim, queira-se ou não, a substancialidade negativa então já não denominável das categorias reais capitalistas. Com isso, porém, perde-se precisamente o potencial crítico do conhecimento da relatividade. É que esta apenas poderia manifestar-se socialmente num movimento de transformação emancipatório se a real pretensão de validade absoluta da forma fetichista dominante fosse rompida precisamente no seu conteúdo substancial. (KURZ, 2016, p.271).

Ter em vista a crítica radical do capital implica ter em vista que este não constitua apenas um sistema econômico ou político, mas uma totalidade que enceta a própria sociedade enquanto tal, bem como todos os antagonismos que nela se revelam: das classes sociais às relações gênero<sup>135</sup>. A parcialidade imanente das críticas pós-modernas que se prendem a um ou outro momento cindido do todo ignora o fato de que até mesmo as categorias utilizadas na crítica são internas ao objeto da crítica, e, portanto deveriam ser elas próprias abolidas. Não é possível abolir a política preservando o fetiche da democracia como não é possível abolir o capital preservando sua substância – o trabalho.

Tais categorias constituem um reino específico de necessidades que apenas abolido enquanto tal pode dar margem à constituição do novo.

---

<sup>135</sup> Cf. Scholz (2009); (2013).

No entanto, para que essa radicalidade crítica não se torne ela mesma uma negação abstrata ou um fetiche pelo negativo, é preciso voltá-la contra si mesma e ter em conta o campo de tensões que demanda inclusive a necessidade de tal crítica.

### **A revolução do reino das necessidades**

A *necessidade* do Estado – e da política – como instância disciplinadora do mundo moderno carece ser desvendada até seu último termo. Profundidade esta, que por várias razões, não será aqui atingida, o que não quer dizer que não seja almejada. O escrutínio rigoroso dessa *necessidade* demanda deslindar o que vem a ser a própria necessidade, a dimensão do necessário. Nesta dissertação, o termo necessidade não é um mero adereço, mas componente decisivo de sua espinha dorsal, desde o subtítulo até sua conformação mais esotérica nos termos de uma metafísica real. Já anunciamos outrora que o termo aqui é tomado com cuidado categorial, tendo como princípio a filosofia hegeliana, mas não nos ativemos em um aprofundamento das determinações que daí emanam. O que tem sua razão de ser. Compreender a *necessidade* coincide com a superação de seu próprio movimento. Ou seja, a tomada de sentido, a consciência do necessário, é idêntica a inutilidade desse sentido, pois consiste em sua superação, isso de modo que as considerações mais detidas à *necessidade* só podem também vir à tona, na medida em que explicita a sua superação.

Nestes termos, a regressão ao fundamento conceitual do termo é, em verdade, progressiva, na medida em que deslinda a própria concretude abstração necessidade. Portanto, se tanto para Hegel – em sua elaboração teórica – quanto para o pensamento do homem comum – em sua empiria –, o Estado assume caráter de uma totalidade, de uma instância mediadora necessária, isso tem a ver com o fato de que

A necessidade é o estado em que o indivíduo vivente manifesta sua dependência em relação ao meio ambiente. Então, de um lado, o indivíduo é autônomo e, de outro, é dependente. Trata-se de uma contradição que se expressa na própria dor. É nessa dor da necessidade que se revela a autonomia da particularidade em relação de complementaridade com o exterior. Então, a relação exterior carrega em si a irritabilidade e a violência, que faz com que o indivíduo retorne para o interior. Assim, nesse movimento de necessidade dolorosa e violência impaciente, o indivíduo se apropria de algo para se autoconservar vivo, ou seja, se reproduzir. A objetividade do mundo torna-se um objeto para o indivíduo, que, através do processo mecânico é capaz de assimilar o objeto na sua interioridade. (BAVARESCO, 2010, p.23)

A necessidade, assim compreendida, é uma condição imanente ao ser, como seu próprio nome designa. A centralidade da necessidade não passou despercebida aos grandes

teóricos da modernidade. Se Hegel (1996) deu a ela peso de categoria, Marx, por exemplo, tinha em alta conta, a primazia de se compreender o reino das necessidades. Não é de modo algum ocasional, que logo nas primeiras frases d'O *Capital*, este, como relação social, seja diretamente vinculado à satisfação de necessidades das mais distintas ordens. Pois, a mercadoria “pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se originam do estômago ou da fantasia.” (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.165). Marx tinha em conta, no entanto, que a relação social assim constituída, sob os imperativos gerais da valorização transforma o mesmo reino das necessidades que a torna possível. “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que se devora carne crua com mão, unha e dente.” (MARX, 2011, p. 47). Assim, a vinculação entre a necessidade e a capitalização da vida se torna premente. Por um lado é condição *sine qua non*, que toda e qualquer mercadoria satisfaça necessidades de alguma ordem, por outro, a capitalização da vida demanda a recriação constante de necessidades. Esta ainda continua sendo aquela, mas, como nos diria Marx, “uma nova alma social penetrou-lhe no corpo” (Ibidem, 1986, Livro I, Tomo II, p.366). A superação dialética dos horrores da primeira natureza impõe a violência do reino das necessidades de uma segunda. O indivíduo preserva a abstração<sup>136</sup>. Em Adorno encontramos a concepção segundo a qual

A necessidade é uma categoria social. A natureza, a “pulsão” está contida nela. Os momentos natural e social da necessidade, entretanto não se deixam distinguir um do outro como secundário e primário, de modo a construir uma hierarquia das satisfações. A fome, concebida como categoria natural, pode ser saciada com gafanhotos e bolos de mosquito, que muitos selvagens apreciam. Pertence à satisfação da fome concreta dos civilizados que aceitem comer alguma coisa da qual não sintam nojo, e tanto neste quanto em seu contrário está refletida toda a História. Assim ocorre com todas as necessidades. Toda pulsão tão é mediada socialmente que sua dimensão natural jamais aparece de imediato, mas sempre como produzida pela sociedade. A invocação da natureza perante qualquer necessidade é sempre meramente a máscara de frustração e dominação. (ADORNO, 2015c, p.230).

A supressão das necessidades corresponde à aniquilação do próprio ser. Trata-se então de ter em vista em que medida é possível revolucionar essas determinações. Trata-se de tomar o real como momento, como chave de abertura para o possível. Precisamente nesse sentido, “La dialéctica de lo posible, ya indicada, ofrece la llave para abrir las puertas cerradas del presente. Lo posible se opone a lo real y forma parte integrante de lo real: de su movimiento. Si lo posible se revela hoy como un horizonte indeterminado y sin límites,

---

<sup>136</sup> Cf. Capítulo 1.1.

es porque lo real lleva en si contradicciones radicales.” (LEFEBVRE, 2000, p.62)<sup>137</sup>. Essas virtualidades ainda invisíveis, presentes apenas no campo do possível, são para Lefebvre, campos cegos, ao mesmo tempo, mentais e sociais. Para compreender sua existência, é preciso reportar-se ao poder das ideologias (que iluminam outros campos ou fazem surgir campos fictícios) e, por outro lado, ao poder da linguagem. (Ibidem, 1999, p. 40). Nessa zona crítica, “o terreno escapa aos pés e ao olhar, ele está minado. Os conceitos antigos não são mais suficientes, mas novos conceitos se formam. Não é apenas a realidade que escapa, mas também o pensamento.” (Ibidem, p.151-2). Nesse aspecto, Robert Kurz (2007, s.p) foi pertinaz ao afirmar que, a moderna forma de teoria é uma forma de consciência reificada não só no sentido das categorias reais teoricamente reproduzidas de trabalho, mercadoria, dinheiro ou capital ou, por outro lado, direito, Estado e nação, mas também, ao mesmo tempo, na relação de dissociação co-originariamente reproduzida na teoria, a categoria invisível. O que significa o duplo movimento de tornar invisível o que é real – o valor em seu movimento de cisão – e, ao mesmo tempo limitar o horizonte teórico pela própria imanência do real, negando, portanto, o possível.

A trôpega procura do pensamento especulativo por uma parede ou chão no qual possa ao menos tatear no campo do possível aponta para uma abertura poiética para o Mundo. A possibilidade de (re)criar a vida em meio à cotidianidade absurda regida pelo tempo abstrato do trabalho e das instituições. Trata-se de tomar a própria vida alienada como experiência, como possibilidade.

Toma-a como experiência, como laboratório, como pequena prova se tu quiseres, mas não no sentido em que qualquer experimentador inábil maneja ingredientes inertes. Considera-a como o lugar da experiência privilegiado onde os homens devem enfim conquistar e criar sua vida cotidiana, por fracassos e erros corrigidos, por aproximações sucessivas, por abstração ultrapassada para o concreto, via do conhecimento para o previsível e imprevisível da totalidade. (LEFEBVRE, 1969, p. 148).

A necessidade enquanto categoria natural é apropriada, reificada em falsa necessidade. Criam-se necessidades artificiais, o que conduz a uma alienação do próprio indivíduo, esse sujeito é esvaziado de si, cedendo lugar a um duplo de si mesmo. A alienação da natureza demanda a própria busca nostálgica e narcísica por um retorno, que só é possível, no entanto, enquanto falsa representação.

---

<sup>137</sup> “a dialética do possível, já indicada, oferece a chave para abrir as portas fechadas do presente. O possível se opõe ao real e forma parte integrante do real: de seu movimento. Se o possível se revela hoje como um horizonte indeterminado e sem limites, é porque o real leva em si contradições radicais.” [tradução nossa].

Assim se determina a problemática parcial relativa a “natureza”. Teoricamente a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo, suplantando a “natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra, tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. (LEFEBVRE, 1999, p. 36).

E dessa maneira, pela subversão do real em representação, e da representação em real, aparentemente o homem reencontra consigo mesmo, com suas formas ancestrais, ao passo que o valor de uso parece querer emergir, romper a névoa da mistificação do valor de troca. Contudo, a irrealidade da aparente reconciliação do homem consigo mesmo apenas reafirma a dominação cega do abstrato sobre o concreto.

Essa totalização da dominação de um sistema de sinais em que a linguagem humana desaparece, deixa de se manifestar como uma esfera de quase naturalidade que nega sua própria historicidade. Em vez disso, o próprio contraste entre cultura e natureza, entre segunda natureza e natura primária, começa a desaparecer. A totalização da dominação significa a crescente manipulação da própria natureza. O antagonismo entre a natureza e a cultura transforma-se assim numa vingança da natureza contra a cultura. Enquanto Marx havia desmistificado a naturalização do histórico, os teóricos críticos procuram desmistificar a historização do natural. O que o fascismo manipula é a revolta da natureza sufocada contra a totalidade da dominação, é a revolta da natureza sufocada que a indústria de massas recircula em imagens de sexo, prazer e falsa felicidade. A repressão da natureza interna e externa elevou-se a proporções tão sem precedentes, que a revolta contra essa própria repressão torna-se objeto de uma nova exploração e manipulação. Nessas circunstâncias, o “fetichismo” das mercadorias não distorce a história, transformando-a em natureza, mas utiliza da revolta da natureza sufocada para mistificar a exploração social da natureza dentro e fora de nós. Na linguagem de Adorno, o valor de troca não mais esconde a produção de valores de uso; muito pelo contrário, as mercadorias passam a competir entre si para se apresentar no imediatismo dos valores de uso e satisfazer a nostalgia do trabalho feito com as próprias mãos, da natureza virgem, da simplicidade do não artificialismo. Enquanto no capitalismo liberal, o valor de uso só era portador de valor de troca, no capitalismo organizado, o valor de troca só é comercializável na medida em que possa se apresentar como portador de um valor de uso não mediado, para o gozo de qualidades “espontâneas” a indústria da propaganda nos seduz. A brutalização da natureza no fascismo, a exploração sedutora da natureza pelos meios de comunicação de massa e pela indústria da cultura, e a nostalgia do natural e do orgânico, expressas pela crítica conservadora da cultura, têm isso em comum: manipulam a revolta da natureza reprimida, convertendo-a em submissão, esquecimento e pseudofelicidade. (BENHABIB, 1996, p. 87).

Essa busca nostálgica pela superação das aporias do social assume diversas formas, desde a crítica conservadora da cultura, passando pelo fetiche do orgânico, até a indústria do turismo.

La gente en general abandona en un momento dado el *espacio del consumo*, que coincide con los lugares históricos de la acumulación de capital, con el espacio de la producción y el espacio producido; se trata del espacio del mercado, el que recorren los flujos y que controla el Estado, espacio estrictamente cuantificado. En ese momento, la gente se dirige hacia el *consumo del espacio* (consumo improductivo). De que momento se trata? Del momento de partida: las vacaciones, un momento

inicialmente contingente que deviene despues necesidad. Entonces «la gente» exige un espacio cualitativo, y sus cualidades tienen nombres: sol, nieve, mar. Poco importa si son cualidades naturales o simuladas. Ni el espectáculo ni los signos bastan; la materialidad, la naturalidad son exigidas como tales, en su recobrada (aparente o real) inmediatez. (LEFEBVRE, 2013, p.385)<sup>138</sup>.

Há, contudo, que se dimensionar o caráter desse consumo de espaço. Criar, reinventar o próprio cotidiano facilmente se adapta, se confunde, com o lazer já pré-determinado, como o próprio Lefebvre já explicitou de maneira clara em vários momentos de sua obra. O consumo de espaço não se realiza sobre esses moldes senão pela consumação do espaço de consumo, é, por assim dizer, sua razão de ser. A própria Festa – que na concepção lefebvriana rompe com as determinações do cotidiano racionalizado – revela-se paradoxal. Produzir o próprio espaço, a própria festa, o próprio cotidiano! Consumir espaço! Se é das contradições que emerge o espaço diferencial, este não se apresenta menos contraditório. A festa não se realiza – ainda que almeje – sem implicar na realização do capital. Veste-se, come-se, bebe-se, consome-se! Produz-se, consuma-se o espaço ao consumi-lo. Tal como as próprias representações de espaço, o espaço diferencial pode constituir-se como ilusão, como simulacro. Como apenas mais um momento cindido da socialização pelo valor. As contradições do universo do capital demandam seus momentos negativos: o não-trabalho, o trabalho doméstico, o inumano... Negações essas que só o são na medida em que internas à própria sociabilidade do valor e não ameaças radicais a ela. A ilusão do diferencial pode estabelecer-se modo similar<sup>139</sup>.

Trata-se então de buscar nas próprias contradições que os momentos críticos põem a nu, as fissuras que permitam a *poiesis*. A revolução das necessidades não tem um *sujeito revolucionário*, uma linha de frente apta a combater o inimigo, ela emerge da própria crise, da própria zona crítica, na medida em que se alteram as condições materiais objetivas. A crise

---

<sup>138</sup> “As pessoas em geral abandonam a partir de certo momento, o espaço de consumo que coincide com os lugares históricos da acumulação do capital, com o espaço da produção e o espaço produzido, aquele do mercado, aquele percorrido pelos fluxos e que é controlado pelo Estado, espaço portanto, estritamente quantificado. Nesse momento, dirigem-se ao consumo do espaço (consumo improdutivo). De que momento se trata? O momento da partida: as férias, momento primeiro contingente que se tornou necessidade. Então “as pessoas” exigem um espaço qualitativo. Essas qualidades intitulam-se: sol, neve, mar. Naturais ou simuladas, pouco importa. Nem o espetáculo, nem os signos são suficientes; a materialidade, a naturalidade são exigidas como tais, na imediação reencontrada (aparentemente ou realmente).” [Tradução nossa]

<sup>139</sup> A alegoria adorniana sobre a ilusão do tempo livre no contexto de um mundo administrado é profícua para ilustrar essa armadilha. Escreve ele: “A casa, à criança que regressa das férias, parece-lhe nova, fresca, festiva. Mas nada nela mudou, desde que a deixara. O simples fato de esquecer as obrigações, que cada móvel, cada janela, cada lâmpada lhe recorda, restitui a estes a sua paz sabática, e por uns minutos, na multiplicação de quartos, de habitações e do corredor, alguém se sente em casa, como ao longo de toda a vida apenas afirma a mentira. Não de outro modo surgirá o mundo – quase sem mudança alguma –, à perpétua luz da sua festividade, quando já não estiver sob a lei do trabalho, e para quem regressa a casa as obrigações são tão fáceis como o jogo nas férias. (ADORNO, 2008, p. 102).



radical do valor e da política demanda a crítica radical (teórica e prática, mais que isso, poética), da realidade que a enceta.

No final dos anos de 1970, Henri Lefebvre viu-se de frente a uma crise generalizada da forma política, uma descrença quanto à forma partido, e debruçou-se então, na passagem conceitual de uma teoria da crise para uma teoria da catástrofe. No bojo dessa constelação política, Lefebvre produz seus principais escritos sobre o Estado, sua natureza, e seu fim.

L'issue de cette situation, caractérisée par l'état critique et par la crise? Bloc historique? Le terme n'a plus grand sens puisqu'il s'agit des débris de l'histoire. Avec quel ciment? L'issue ne se trouve ni du côté de la nationalité, ne du côté des partis. Le parti politique, comme totalité (proposition, programme, projet total, à la fois économique et social, éthique et esthétique, idéologique et culturel, sous l'égide du politique) a connu son apogée dans le stalinisme. L'échec, aujourd'hui reconnu, entraîne – une lente déchéance du parti comme tel: de tous les partis. Ce déclin, lent et certain, va, non sans risques, avec le déclin du (de la) politique comme absolu, avec sa subordination au social (à la société civile). D'ailleurs, le parti politique, comme totalité, implique aussi la centralité avec sa logique, sa monumentalité, sa théâtralité. Vouloir décentraliser sous l'égide d'un parti ou des partis, c'est une gageure analogue au dépérissement de l'État sous direction étatique. Paradoxe que les Yougoslaves connaissent bien. Ne faut-il pas, au contraire, déchirer les surfaces sur lesquelles se déroulent les actes et les discours des partis. Les partis en général et le parti communiste en particulier se vouent à se voir tournés soit par la droite (nostalgie du passé), soit par la gauche (encore activiste). [...] La spontanéité semble seule capable de briser, comme le voulait Marx, les chaînes d'équivalences et le noeud gordien qui les assemble: l'État. Elle semble seule capable de mener au dépérissement les relations de puissance (exploration, oppression, humiliation, mais aussi participation, intégration, institution, manipulation, publicité, propagande), de que la classe ouvrière organisée n'a pu accomplir au XIX siècle et dans la moitié du XX. Toutefois, le recours à la spontanéité absolue semble aussi dérisoire, aussi vain que la politique absolue. Ces deux absolus du monde moderne se font face; ils se menacent et peut-être se neutralisent l'un à l'autre. L'issue ne peut se trouver que du côté de forces sociales neuves, ayant un caractère organique, c'est-à-dire contenant en elles un principe interne d'organisation (qui ne viendrait pas de l'État et ne se laisserait pas saisir par l'État). Les mouvements concernant l'espace ont ce caractère: ils naissent à propos d'un problème concret. Éphémères ou durables, ils visent l'organisation ou la réorganisation d'un espace. Ils sont "sauvages", mais se distinguent de la spontanéité inconditionnelle qu'appellent de leurs vœux certains gauchistes anarchisants. La sortie (l'issue de l'état critique n'en est pas moins incertaine. Que peut-il se passer? Quel scénario de l'avenir peut-on construire? On peut envisager une consolidation du MPE avec montée de nouveaux centres (impérialistes), une nouvelle division du travail et une nouvelle répartition des forces productives. Le renforcement des multinationales s'accompagnerait d'une restructuration de l'espace mondial, d'une consolidation des États comme policiers et gestionnaires de la puissance bureaucratique et lui évitant le pourrissement. (LEFEBVRE, 1978, p.253-5)<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> “A saída dessa situação, caracterizada pelo *estado crítico* e pela crise? Bloco histórico? O termo não possui maior sentido, pois se trata das ruínas da história. Com qual cimento? A saída não se encontra nem do lado nacional, nem do lado dos partidos. O partido político, como totalidade (proposta, programa, projeto total,

Embora com diferenças qualitativas substanciais, o momento com o qual Lefebvre se defronta ao escrever *L'État* (1978) certamente guarda similaridades com o momento no qual vivemos. Se a repetição da tragédia como farsa é apenas uma metáfora a qual a história em ato desconhece, certamente podemos dizer ao menos que resíduos do passado histórico podem constituir de modo decisivo a crise do presente. Como bem expôs Adorno, enquanto as condições objetivas do passado não se encontrarem de fato superadas, o passado ainda será presente e lembrar a força na casa do carrasco ainda provocará ressentimento (ADORNO, 1995a, p.29). A questão fundamental que se põe é: que resíduos da crise de outrora permanecem vívidos e se aprofundam no presente histórico? Parece-nos que o depercimento da política – e não necessariamente do Estado – seja esse momento fundamental de mediação. A *coisa em si* que temos de lidar. A fissura fundamental que em seu caráter crítico abre caminhos para os possíveis, para uma revolução concreta do reino das necessidades. O definhamento do polo político acompanhado pelo definhar das condições objetivas de valorização é questão chave que se põe ante nós. O revolver das condições objetivas de se produzir a vida pode elevar-nos tanto à emancipação quanto impor-nos o inferno de novos tipos de barbárie, por isso defrontar tal hipótese torna-se urgência.

---

ao mesmo tempo econômico e social, ético e estético, ideológico e cultural, sob a égide do político) conheceu seu apogeu no stalinismo. O fracasso, hoje reconhecido, leva a uma lenta decadência do partido como tal: de todos os partidos. Esse declínio, lento e certo, se dá, não sem riscos, com o declínio do (da) político(a) como absoluto, com a sua subordinação ao social (à sociedade civil). Aliás, o partido político, como totalidade, implica também a centralidade com sua lógica, sua monumentalidade, sua teatralidade. Querer descentralizar sob a égide de um ou mais partidos é uma impossibilidade análoga ao depercimento do Estado sob direção estatista. Paradoxo que os iugoslavos conhecem bem. Não é necessário, pelo contrário, dilacerar as superfícies sobre as quais se desenrolam os atos e discursos dos partidos? Os partidos em geral e o partido comunista em particular estão votados a se voltar seja para a direita (nostalgia do passado), seja para a esquerda (ainda ativista). [...] A espontaneidade parece ser a única capaz de tocar, como queria Marx, as cadeias de equivalência e o nó górdio que as interliga: o Estado. Ela parece ser a única capaz de levar ao depercimento das relações de potência (exploração, opressão, humilhação, mas também participação, integração, instituição, manipulação, publicidade e propaganda), o que a classe trabalhadora organizada não pôde realizar no século XIX e na metade do século XX. Entretanto o recurso à espontaneidade absoluta parece tão irrisório e vão quanto a política absoluta. Esses dois absolutos do mundo moderno estão cara a cara: eles se ameaçam, e talvez se neutralizem um ao outro. A saída só pode se encontrar ao lado das forças sociais novas, tendo um caráter orgânico, ou seja, contendo nelas um princípio interno de organização (que não viria do Estado e não se deixaria apresar por ele). Os movimentos concernentes ao espaço têm este caráter: eles nascem a propósito de um problema concreto. Efêmeros ou duráveis, eles visam à organização ou reorganização de um espaço. Eles são “selvagens”, mas se distinguem tanto da espontaneidade inculta que Lênin rejeitava quanto da espontaneidade incondicional a que se votam certos esquerdistas anarquizantes. A saída (a solução) do estado crítico não é menos incerta. O que poderia estar acontecendo? Qual cenário para o futuro se pode construir? Pode-se vislumbrar uma consolidação do MPE com a emergência de novos centros (imperialistas), uma nova divisão do trabalho e uma nova repartição das forças produtivas. O reforço das multinacionais seria acompanhado de uma reestruturação do espaço mundial, de uma consolidação dos Estados como policiais e gestores de espaços limitados. É possível também vislumbrar a generalização do poder militar, garantindo a potência da burocracia, evitando seu apodrecimento.” [Tradução nossa].

A política se identifica com o Estado, mas não o faz abstratamente. O que quer dizer que o fim da política não necessariamente se identifique com o fim do Estado, mas com o momento no qual o próprio Estado perde de vista a dimensão política, torna-se estritamente Estado *oiconomos*. Compreender esse movimento, *a priori* contraditório, demanda notar que o poder estatal não opera pela mera denominação enquanto tal. No movimento concreto do Estado, ele se afasta da política para ser econômico, embora abstratamente se mantenha como a instância da política, como um dia fora nos termos da instauração da própria dominação do econômico na forma da socialização do valor. Em suma, se a política carece do Estado moderno e de suas antinomias necessárias, o oposto não é necessariamente verdadeiro, isto é, o Estado não se realiza apenas pela política, porque entre forma e conteúdo há contradições que lhes são intrínsecas e que se reorganizam dialeticamente. Sob o Estado, enquanto forma, novos conteúdos lhe são inscritos, e, se estes por definição, não podem operar em direção ao político, isso não quer dizer que reponham a própria política. A política é que se desvanece enquanto o Estado se reafirma como Estado econômico.

Sobre a pergunta que move este capítulo, podemos dizer que a crise é também da democracia. O que não quer dizer que um estado de coisas positivo venha ao ocaso, pois, como buscamos demonstrar, a democracia é, em si mesma, um fetiche burguês. A verdadeira democracia – que a rigor mereceria outro nome – não é imediatamente posta em risco pela crise da democracia real, pois a segunda não aparece como um estágio menos desenvolvido que a primeira, mas precisamente como sua negação. Por isso mesmo perde o sentido a débil oposição entre Estado e mercado, entre o público e o privado, entre os interesses da política e do econômico. Estes movimentos não são em nada antagônicos, mas momentos distintos de um mesmo campo de tensões: o moderno sistema produtor de mercadorias e sua forma inerente de sociabilidade. No entanto, a perda de sentido destas antigas oposições não é em nada revolucionária, nem se encerra apenas em um rearranjo interno das forças produtivas. Uma vez denominadamente internas à sociabilidade do valor, essas oposições se diluem também de maneira interna e não tocam em nenhum momento a exterioridade do todo cindido da forma valor e seus dois antagonismos fundamentais, a saber: aquele existente entre o Estado e a sociedade civil e, o mais

primordial, aquele existente entre a separação do processo de produção da vida e o processo de produção de valor: momentos cindidos pela abstração trabalho<sup>141</sup>.

O nexos fundamental da superação da política e do Estado não pode ser encontrado na particularidade da própria forma estatal, mas revela-se alhures, pois determinado pelo ímpeto de valorização ilimitada. Este último é, em verdade, o universal no qual a particularidade política se realiza. Compreender os termos da negação desta demanda é ter em vista a negatividade daquele. Em suma, o vir-a-ser, o político, apenas se desvela na negação da negação como *Aufhebung*, ou seja, o movimento dialeticamente sincrônico de negação, conservação e elevação. O desvanecimento do Estado, na medida em que este é mais *oiconomus* que *politeia*, só se torna possível com a concomitante dissolução do econômico entendido tal como em Kurz (2016c).

Compreender, pois, se a crise da democracia, como momento interno à socialização do valor, aponta para dentro ou para fora de si mesma, nos impõe a necessidade de entender se a substância do Estado e da política – particularidades materializadas na singularidade da democracia – também é posta em crise. Se a crise econômica *aparece* como *fato dado*, resta saber se a substância da política e do econômico também está em crise. Sendo o valor a totalidade cindida que engendra os distintos polos críticos, é a ele que devemos nos voltar por fim se quisermos captar o estatuto empírico e categorial da crise.

---

<sup>141</sup> Precisamente aqui torna-se claro porque formulações como a de Hardt e Negri (2009) acerca do comum permanecem ao largo do nexos fundamental de uma crítica radical. O comum como querem os autores supera apenas abstratamente a dicotomia entre o público e o privado. O salto do comunitário – da liberdade tacitamente consentida e simultânea à exclusão do que lhe externo – para o comum só seria concreto se superasse ao mesmo tempo as antinomias que fundam a cisão entre o público e o privado. Sem a negação em ato do Estado e da sociedade, do trabalho e valor, e mais radicalmente, do espaço e do sujeito, não há comunismo, tampouco o comum, no máximo comunidades que não põem o todo em questão, quando muito se põem de costas para este.

### Capítulo 3 – A crise é de valorização?

*“Abolimos o mundo verdadeiro: que mundo restou? O aparente, talvez?... Não! Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente!”*

*(Friedrich Nietzsche)*

#### Introdução

Novamente aqui a reposta para o questionamento seminal nos coloca diante de outras questões fundamentais. A mais central dentre elas: em que consiste a forma valor? Ou ainda, em que consiste o processo de valorização? Essas questões, embora nodais, constituem ainda um enigma, pois embora alvo de muitas formulações teóricas, há muito pouco consenso sobre as determinações desse processo no plano ôntico. Pois se, do ponto de vista fundante, do ponto de vista do *ser* do capital “Os valores das mercadorias não são então outra coisa senão «cristalizações» dessa «geléia» que é o «trabalho humano indiferenciado»” (JAPPE, 2006, p. 27), do ponto de vista do *ente*, o mistério do processo de valorização persiste enigmático. Se não temos a pretensão de resolver esse enigma, temos por intento explicitá-lo no âmbito da crise do próprio processo de valorização do valor. Entendemos que sem ter em mente a universalidade desse processo torna-se impossível compreender as particularidades da crise brasileira.

Ainda em 2005 – quando os fundamentos da crise em curso já estavam postos, mas ainda não expostos em sua inteireza – Paulani e Pato (2005, p.37) expõem a concepção segundo a qual “um dos sinais mais contundentes do declínio sofrido pela economia brasileira nos últimos 25 anos é a trajetória claramente descendente experimentada pela Formulação Bruta de Capital Fixo medida como proporção do PIB (FBKF/PIB)”. Isso na medida em que esse índice expressa, em última instância, o aumento bruto da capacidade produtiva de um país. Mas será mesmo essa a explicação para o declínio da economia brasileira e sua consequente crise?

Não é nenhuma novidade que, não apenas no Brasil, os investimentos em capital industrial foram sensivelmente reduzidos, pelo menos desde a década de 1970. No entanto, parece haver ainda uma grande confusão quanto aos movimentos de causa e efeito no que concerne a essa redução. Não são poucos os economistas que atribuem ao declínio da capacidade produtiva/industrial as crises econômicas que tem se tornado cada vez mais frequentes nas últimas décadas. Nessa acepção, o padrão de acumulação flexível (David

Harvey)<sup>142</sup> que tem se tornado predominante seria o grande responsável pela instabilidade econômica. No entanto, tal concepção tem uma tensão latente. Não chega, a nosso ver, ao cerne da questão. Pois, em leituras como essa, aparentemente novos aportes de investimento na indústria poderiam reestabelecer os padrões de crescimento com maior solidez, pois dotados de real substância. O que permanece ao largo dessas interpretações, no entanto, é a real impossibilidade de fazê-lo. Embora a volatilidade do capital financeiro e rentista, de fato, se apresente como uma ameaça à solidez da economia, não se deve considerar que essa falta de substância seja o real fundamento da crise. A dessubstancialização dos capitais é, ela mesma, um momento interno à crise, e não sua força propulsora.

Outra distinção fundamental sobre a qual é preciso ter clareza diz respeito à natureza da crise – compreendida aqui em sua dimensão estrita ao econômico. Novamente essa questão nos parece turva na leitura de Paulani e Pato. Para os autores, “com a escolha do caminho neoliberal, os 15 anos que vão de 1990 a 2004 acumularam um crescimento *per capita* do PIB de 7,33%, ou seja, em 15 anos o país conseguiu crescer menos do que nos dez anos da ‘década perdida’” (2005, p.40). Vista a essa luz, a crise da economia se expressaria meramente pela crise do modelo econômico escolhido, o neoliberalismo. Tratar-se-ia, então, da busca por um modelo de crescimento menos autodestrutivo? Certamente que não. O neoliberalismo longe de se afigurar como o real fundamento da crise, também deve ser compreendido como momento interno a ela. A cartilha neoliberal é, em si mesma, crítica, pois enceta-se como resposta a própria crise que não é do modelo econômico, mas do capital enquanto tal. Essa distinção, aliás, permite compreender o abismo existente entre as formulações de dois dos autores que ganham centro em nossa análise: Harvey e Kurz. Se o primeiro pode ser compreendido como um crítico do neoliberalismo e como uma espécie de teórico da crise e de sua regulação, o segundo é um crítico do capital enquanto tal. Se não temos dúvida de que as formulações de Harvey

---

<sup>142</sup> “La *acumulación flexible*, como la llamaré de manera tentativa, se señala por una confrontación directa con las rigideces del fordismo. Apela a la flexibilidad con relación a los procesos laborales, los mercados de mano de obra, los productos y las pautas del consumo. Se caracteriza por la emergencia de sectores totalmente nuevos de producción, nuevas formas de proporcionar servicios financieros, nuevos mercados y, sobre todo, niveles sumamente intensos de innovación comercial, tecnológica y organizativa. Ha traído cambios acelerados en la estructuración del desarrollo desigual, tanto entre sectores como entre regiones geográficas, dando lugar, por ejemplo, a un gran aumento del empleo en el «sector de servicios» así como a nuevos conglomerados industriales en regiones hasta ahora subdesarrolladas (como la «Tercera Italia», Flandes, los diversos Silicon Valleys, para no hablar de la vasta profusión de actividades en los países de reciente industrialización). Ha entrañado además una nueva vuelta de tuerca de lo que yo llamo «compresión espacio-temporal» en el mundo capitalista: los horizontes temporales para la toma de decisiones privadas y públicas se han contraído, mientras que la comunicación satelital y la disminución en los costos del transporte han hecho posible una mayor ex-tensión de estas decisiones por un espacio cada vez más amplio y diversificado.” (HARVEY, 1998, p.170-2)

contribuem decisivamente para compreender os movimentos do capital que engendram e ampliam a crise sobre a qual nos debruçamos, ao mesmo tempo não podemos deixar de notar que, sob vários aspectos, elas permanecem no campo mais imediato, em suas manifestações vitais, não colocando realmente em questão as categorias fundamentais de sua realização. Se o neoliberalismo é uma questão real, o é porque interna ao universo do capital e suas contradições imanentes. De costas para essa dimensão mais ampla se torna impossível compreender em bom termo suas particularidades.

O próprio método de exposição adotado por Marx em *O capital* denota esse movimento. Marx parte da forma mais elementar do universo da reprodução do capital, a mercadoria<sup>143</sup>. Apenas a partir deste elemento fundamental, Marx pode demonstrar como a capacidade humana de dispêndio de força de trabalho torna-se ela mesma uma mercadoria. Esse movimento lógico da exposição fornece o solo para compreender o processo de formação de capital propriamente dito, e apenas depois pode se começar a compreender as formas desdobradas desse capital, seu movimento de circulação, etc. Essa escolha metodológica de Marx demonstra a impossibilidade de se compreender as contradições engendradas pela reprodução ampliada do capital sem compreender em que consiste o próprio capital. O objeto fundamental da investigação marxiana é o capital enquanto tal. O capitalismo – enquanto sistema – e todas as contradições que ele aprofunda só podem ser minimamente desvendadas por meio da crítica radical ao próprio capital<sup>144</sup>. Essa apresentação categorial é a maneira encontrada por Marx de “reconstituir a articulação entre os vários aspectos deste conceito como um desdobramento de etapas ou momentos [...], desdobramento através do qual a definição de *capital* se enriquece progressivamente” (GRESPLAN, 2012, p.34). Assim,

o desenvolvimento real do objeto não pode ser constituído pela própria exposição dele, porque não é presidido pela dialética de seu conceito que se torna efetivo ao se expor, como seria o caso do projeto hegeliano de demonstrar que a razão tem em si o poder de se realizar e é justamente este poder de realização. Ao contrário, o objeto de Marx – o capital – não tem consciência de seu poder de realização e de sua racionalidade imanente, que devem ser descobertos como “nexo interno”, na esfera da circulação de mercadorias e da concorrência. A pesquisa tem também, assim, a tarefa de encontrar o modo “adequado” de apresentação que revele o

---

<sup>143</sup> “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.” (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.165).

<sup>144</sup> István Mészáros, aliás, compreendeu bem essa distinção. De acordo com ele, “na verdade, o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isto: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1029).

“nexo interno” por trás de suas formas de ocultamento e explique a relação necessária entre este “nexo” e a aparência invertida dele nas suas manifestações visíveis (Ibidem, p. 33).

Não partiremos aqui, portanto, de uma crítica ao neoliberalismo ou de escolhas específicas no campo das políticas econômicas, mas, de modo amplo, da crítica da economia política e do capital enquanto tal. A hipótese que se põe é que não se trata de uma crise do neoliberalismo – inda menos de seu *funcionamento adequado* –, mas do capital em si. Para compreender tais termos não podemos nos furtar a um retorno aos próprios escritos de Marx onde o autor explicita o processo de produção do valor, e, não obstante as proposições posteriores de autores que buscaram dar conta do mistério trazido à tona por Marx, referimos, sobretudo a David Harvey e Robert Kurz.

### **Limites internos e externos de valorização: do mistério da forma valor à composição orgânica do capital**

A hipótese de uma crise estrutural de valorização ancorada na crítica da economia política de Marx deve ter em conta o fato de que “para Marx a crise é uma determinação constitutiva do capital, inerente a ele, contrariando a maior parte dos autores da Economia Política ‘clássica’, que consideravam as crises como resultados de acidentes sem ligação com o sistema de relações econômicas propriamente dito.” (GRESPLAN, 1995, p.20). A reprodução crítica do capital não é então apenas o momento final de sua realização histórica. Não pode ser lida na obra de Marx apenas nas considerações deste sobre a crise no terceiro livro de *O Capital*, mas está inextricavelmente vinculada à forma de ser do capital desde a circulação simples até suas formas desdobradas. A natureza do capital enquanto relação social de subordinação do concreto pelo abstrato é em si mesma crítica. O que só foi possível de ser percebido por Marx pelo fato de este não escamotear as contradições que se processam entre a forma de manifestação e o fundamento do processo de valorização. Daí a contundente crítica de Marx a Ricardo pelo fato de este último recair em uma unilateralidade que advém do fato de “querer demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a teoria do valor, em vez disso, ao contrário, desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir desse fundamento ou expor esse fundamento mesmo” (MARX, 1984, p.580).

Do mesmo modo, é preciso ter em conta que a exposição das categorias fundamentais *d'O Capital* é uma exposição lógica e não histórica. De modo que a sequência da exposição não diz respeito à ordem histórica dos fatos (daí o método progressivo e



regressivo adotado por Marx em sua obra maior<sup>145</sup>), mas à constituição dos nexos internos estabelecidos pelo movimento do próprio capital. A desconsideração dessa escolha metodológica de Marx leva a equívocos fundamentais na interpretação de sua obra, sobretudo no que concerne a uma suposta ontologia do trabalho em *O capital* e em uma latente teleologia da história, que, como já dissemos, pode muito mais ser verificada nos comentadores e vulgarizadores da obra de Marx que no próprio autor.

O quinto capítulo do livro I, muitas vezes tomado como forma de demonstrar que o trabalho é em Marx uma categoria ontológica, pois anterior ao processo de valorização, perde de vista precisamente que é a lógica dos nexos internos do processo de valorização e não o encadeamento linear de fatos históricos que embasa a exposição ali posta. Não se trata, pois de uma divisão histórica, sociológica, nem tampouco antropológica entre o processo de trabalho e o processo de valorização, mas de uma divisão lógica que permite a compreensão de que são as determinações do processo de valorização e não as necessidades dos homens que constituem o cerne da mediação do próprio valor enquanto processo de socialização.

Se a desconsideração da lógica de exposição cria uma série de equívocos no que diz respeito à ontologia do trabalho, esses equívocos são ainda mais graves quando remetem a uma teleologia da história em Marx. Nessas leituras apressadas, ou a lógica e a histórica são desconsideradas enquanto momentos decisivos na formulação do pensamento marxiano ou são identificadas uma a outra sem qualquer mediação, em uma versão hegelianizante do pensamento de Marx, como se a lógica das categorias presidisse a história. É a essa última leitura que se devem as poucas embasadas críticas do popperismo à suposta filosofia especulativa da história em Marx, que, a rigor, nunca se fez presente nos escritos marxianos<sup>146</sup>.

No tocante à teoria da crise em Marx, essas leituras teleológicas fazem parecer que a crise é apenas um epifenômeno isolado na obra do autor e que apenas é desdobrada a contento a fim de demonstrar o fim do capitalismo e não a irracionalidade imanente do próprio capital. Precisamente por isso o marxismo tradicional (salvo a exceção de Rosa Luxemburgo<sup>147</sup>) se preocupou muito mais em desenvolver uma teoria dos limites externos

---

<sup>145</sup> Em uma carta enviada a Engels antes da publicação do livro primeiro de *O Capital*, Marx escreve que “quaisquer que fossem as limitações de seus escritos, eles tinham ‘o mérito de constituir um todo artístico’”. Em uma carta posterior “diz que seu livro é uma ‘obra de arte’ e menciona suas considerações artísticas ao explicar porque está demorando para termina-lo.” (WILSON, 1986, p.275).

<sup>146</sup> Sobre a crítica ao popperismo ver Bensaïd (1999).

<sup>147</sup> Cf. Luxemburgo (1985).

do capital que os limites internos do próprio processo de valorização. O que certamente deixa lacunas irreparáveis para o pensamento marxista do século XX. O próprio Marx, por sua crença em uma revolução do proletariado, acabou por não desdobrar até o último termo (embora forneça elementos fundamentais) as contradições que delineiam um limite interno absoluto do processo de valorização.

Antes, contudo, de entrarmos na querela posta pela tensão entre os limites internos e externos do processo de valorização nos permitimos aqui uma digressão a fim de explicitar o movimento necessariamente contraditório posto à tona pela noção de limite. Noção que traga em si seu oposto, a saber, a dimensão do ilimitado. O que nos interessa aqui pelo fato de que a irracionalidade pressuposta pela forma mercadoria demanda necessariamente a ilusão do rompimento absoluto com todos os limites que impeçam a forma valor em sua máxima pureza mediar consigo mesma. Este problema foi bem colocado por Adorno em sua *Dialética negativa*, se bem que tendo em vista os limites do próprio pensamento, o que não pode de modo algum ser tomado, de acordo com o próprio Adorno, como uma instância a parte da sociedade burguesa, pois determinado por esta última. Nos termos do filósofo,

A antinomia da totalidade e da infinitude - pois o incansável *ad infinitum* explode o sistema que repousa em si e que, porém, não deve a sua origem senão à infinitude - é uma antinomia da essência idealista. Ela reproduz uma antinomia central da sociedade burguesa. Essa também precisa, para conservar a si mesma, para permanecer idêntica a si mesma, para "ser": expandir-se continuamente, prosseguir, lançar sempre para mais além os limites, não respeitar nenhum deles, não permanecer igual a si mesma. Foi-lhe demonstrado que, no momento em que alcançasse um nível limite, em que não pudesse mais dispor sobre espaços não-capitalistas fora dela mesma, ela precisaria se suspender segundo seu conceito (ADORNO, 2009, p.31).

Esse caráter insaciável de a tudo tragar, de tornar interno tudo que lhe é externo deve tributo à própria forma assumida pela sociedade baseada na valorização do valor, isto é, sua forma sistêmica. E, “se o sistema deve ser de fato fechado, se ele não deve tolerar nada fora de seu círculo mágico, então se torna, por mais dinâmico que seja concebido, finito enquanto infinitude positiva, estático.” (Ibid.). Daí a aporia que se põe de maneira fundamental, de modo algum não apenas no pensamento, mas no Mundo que o demanda: a tensão irresoluta entre sistema e dinâmica. Pois a intolerância totalitária imanente ao sistema a tudo que lhe é externo, imputa a esse a desconsideração dos limites, a determinação de desconhecê-los. Esse movimento de dissolução dos limites engendra, no entanto, uma dinâmica, essa, “na medida em que nega o conceito de limite e se assegura enquanto teoria do fato de que ainda há sempre algo fora, também possui a tendência a

desmentir o sistema, seu produto.” (Ibid.). Em outros termos, a dinâmica que o desprezo pelos limites determina ao sistema desconhece a própria posição do sistema enquanto tal, pois não pode se realizar em uma totalidade fechada.

Assim, a ânsia desenfreada e irracional imposta pela necessidade de o valor valorizar a si mesmo imputa que todos os espaços, tempos e hábitos, tudo o que é natural e tudo o que é obra, seja incorporado a seu sistema que para permanecer em funcionamento tenciona existir de maneira dinâmica. Mas se não há, por assim dizer, força externa a qual ainda resta dissolver – ou se resta ela persiste irrelevante à totalidade da forma social – a força motriz do sistema só pode se realizar como autodissolução. A mediação destrutiva consigo mesmo só pode converter-se em autodestruição.

Os limites externos são, pois, aqueles concernentes a tudo aquilo que não é ainda intrínseco à (i)racionalidade do capital. A tudo aquilo que aparece como resistência a essa ordem, ou mais raramente, a tudo que a desconhece. O limite da capacidade de resiliência de dado ecossistema, os limites de um recurso natural que assume papel indispensável à produção de determinada mercadoria, o limite de mercado consumidor para realizar o valor produzido... ou ainda à articulação de grupos e/ou indivíduos que de uma maneira ou outra se põe em marcha contrária a tal (i)racionalidade...

Por outro lado, os limites internos dizem respeito às aporias internas ao próprio processo de valorização. A tudo que já lhe é intrínseco, mas que por sua própria natureza contraditória torna-se entrave ao movimento interno demandado pelo sistema. A própria forma política – como demonstramos anteriormente – insere-se nessa constelação. O dispêndio inexorável de capital para o aumento da produtividade – em termos empíricos<sup>148</sup> – também compõe esse cenário, como demonstraremos mais adiante.

Trata-se então, sem nunca desconsiderar a dialética imanente entre o que é interno e externo, de compreender qual desses momentos de fato é capaz de produzir uma crise estrutural da forma valor, e ao mesmo passo, da forma social nele ancorada; crise essa que segundo a hipótese aqui desenvolvida já está em curso. Não se trata, portanto, de negar a existência de limites externos, tampouco a importância que eles exercem na dinâmica do capital, mas de demonstrar que eles apenas podem de fato expressar uma crise estrutural – não apenas conjuntural – quando são incorporados à dinâmica enquanto limites internos.

---

<sup>148</sup> Aqui novamente a tensão entre o ser e o aparecer que aludimos outrora faz-se preponderante, uma vez que, como apontaremos, a massa de valor produzido, em função do aumento da composição orgânica do capital, estabelece uma relação inversamente proporcional com a substância do valor produzido.

Em outros termos, buscaremos demonstrar que, a despeito de qualquer limite físico e qualquer voluntarismo subjetivo, a dinâmica do capital só pode fenececer de causas internas, ou seja, morrer por si mesma.

Os limites externos tão caros às formulações do marxismo de caserna, variam desde questões afeitas à população, passando pela crise ecológica, o limite dos recursos necessários à produção e, claro, a tomada de consciência do proletariado. No próprio Marx, sobretudo quando nos *Grundrisse* esses limites externos são explorados.

A superpopulação, que leva às grandes migrações, pressupõe por sua vez outras condições. Como em todas as formas de produção precedentes o desenvolvimento das forças produtivas não é a base da apropriação, mas uma relação determinada às condições de produção (formas de propriedade) aparece como limite *pressuposto* das forças produtivas, relação que deve simplesmente ser reproduzida, o desenvolvimento da população, em que se sintetiza o desenvolvimento de todas as forças produtivas, tem de encontrar mais ainda um *limite externo* e, assim, aparecer como algo a ser limitado. As condições da comunidade só são compatíveis com determinado *quantum* de população. Por outro lado, se os limites à população, que são postos pela elasticidade da forma determinada das condições de produção, *se modificam, se contraem ou dilatam de acordo com aquelas condições* – ou seja, a superpopulação nos povos caçadores era diferente da existente entre os atenienses, que era diferente da superpopulação dos germanos –, também se altera, entretanto, a taxa absoluta de crescimento da população e, por conseguinte, a taxa de superpopulação e população. Por essa razão, a superpopulação posta sobre uma base de produção específica é tão determinada quanto a população adequada. Superpopulação e população, tomadas em conjunto, constituem a população que uma base de produção determinada pode gerar. Até que ponto ela pode ultrapassar seu limite é dado pelo próprio limite – ou, antes, pela mesma causa que põe o limite. Exatamente como o trabalho necessário e o trabalho excedente, tomados em conjunto, constituem a totalidade do trabalho sobre uma base dada. (MARX, 2011, p.808).

Se mesmo nos escritos de Marx o desenvolvimento teórico acerca dos limites externos aparece com maior coesão que os limites internos, os marxismos fortemente comprometidos com a luta de classes ao longo do século XX escamotearam quase em absoluto a importância dos limites internos do próprio capital. Em Mészáros (2002), por exemplo, onde se encontra uma das mais sistemáticas formulações a partir do pensamento de Marx ao longo de todo o século XX, as questões mais fundamentais acerca da superação histórica do capitalismo vinculam-se à capacidade deste de irromper as determinações exteriores a ele. Mészáros parece compreender bem a capacidade de o capital tragar as determinações externas, sociometabolizando-as como aporias internas<sup>149</sup>. No entanto, toda

---

<sup>149</sup> Afirma o autor, “os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica autoexpansionista do capital. Para ter impacto limitador, o poder de restrição do capital teria de ser *interno* à sua lógica. Além de certo ponto, a *tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital teria de se tornar uma *invasão universal* basicamente insustentável, com o esgotamento dos domínios a invadir e subjugar.

sua formulação acerca do rompimento com o domínio do capital ancora-se em determinações do político que poderiam corroborar o *fenecimento do Estado* e assim trazer à luz uma estratégia socialista. Ora, o que está pressuposto em tal hipótese teórica é que o subsistema da política poderia em algum momento se realizar para além das determinações do capital, tornando-se, ao fim e ao cabo, uma determinação externa. O que, como buscamos delinear no capítulo anterior, revela-se muito mais como um engodo, uma *negação abstrata*, que propriamente uma alternativa emancipatória.<sup>150</sup>

Além da consideração do polo político como limite externo, as determinações, por assim dizer, naturais aparecem em diversos teóricos como uma ameaça fatal à reprodução ampliada do capital, o que a nosso ver obnubila uma vez mais a consideração dos limites internos ao próprio capital. Não se trata de dizer que a natureza não apresenta de fato limites objetivos a tal reprodução, mas de notar que esses limites externos certamente não serão atingidos antes dos internos, e, que estes últimos embora fundamentais persistem pouco compreendidos.

Um dos mais importantes críticos do capitalismo na atualidade, e responsável pelo desenvolvimento da teoria do capitaloceno<sup>151</sup>, Elmar Altvater, de acordo com Maurílio Botelho, é taxativo ao afirmar que

não há possibilidade de se apostar num limite interno do desenvolvimento capitalista. No entanto, o limite externo desse desenvolvimento estaria sendo alcançado em nossa época, limite além do qual nenhum crescimento, ampliação, desenvolvimento ou progresso social e econômico é possível. Restam apenas catástrofes sociais e ecológicas, desemprego em massa, terrorismo e guerras de espoliação. (BOTELHO, 2012, s.p).

---

Por isso o ‘mais’ começou paradoxalmente a significar ‘menos’ e o ‘controle universal’ (assumindo a forma da ‘globalização’ antagonista) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isto foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torná-la possível) – quando, por sua própria natureza, o sistema do capital se opõe diametralmente a tais exigências. É por isso que o resultado negativo – razão pela qual o ‘mais’ começa a significar ‘menos’ e o ‘controle’ do mundo inteiro sob o domínio do capital traz a profunda crise do controle – não aconteceu simplesmente, deixando em aberto a possibilidade de inversão da situação, mas teve de acontecer com a irreversibilidade de uma tragédia grega. Foi apenas uma questão de tempo para que o capital – em seu irrefreável impulso para ir *além* dos limites encontrados – tivesse de se superar, contradizendo sua lógica interna e entrando em colisão com os limites estruturais insuperáveis de seu próprio modo de controle sociometabólico.” (MÉSZÁROS, 2002, p.253).

<sup>150</sup> A tomada da política como espécie de pólo positivo da crítica da economia política não é uma aporia encontrada apenas em Mézáros – como, aliás, tratamos no capítulo 2 – o tomamos aqui como exemplo por reconhecer a relevância de sua obra para o pensamento marxista no século XX e ainda nos dias atuais. Também pelo fato de sua obra maior, *Para além do capital*, revelar-se como uma dos maiores esforços de sistematização e atualização da obra de Marx.

<sup>151</sup> Altvater compreende que uma nova era geológica intrínseca ao moderno não poderia ser compreendida como antropoceno, como há muito se tem difundido, mas tratar-se-ia do capitaloceno. O pressuposto, do qual, aliás, não discordamos, é que as radicais transformações engendradas no meio físico nos últimos séculos não podem ser explicadas meramente pela ação humana, mas por uma forma abstrata de coerção social que constrange a humanidade a agir contra sua própria natureza e sua própria sobrevivência. Cf. Altvater (2014).

Altvater se detém longamente nas aporias postas pela questão energética, apontando os limites naturais de se continuar uma produção em massa nos termos tautológicos do processo de valorização. Nas palavras do autor,

o que será quando o combustível do crescimento – as energias primárias de origem fóssil – terminar nas próximas décadas? (...)Ela se transformará em crise do modelo de produção e de vida, se não puder ser superada simplesmente mediante o aporte de combustíveis de origem fóssil a um preço razoável ou por energias substitutivas não fósseis. Falta o combustível ao crescimento, que se transformou em fetiche e, portanto, deveria continuar sem restrições, pois o crescimento é um crescimento lubrificado com petróleo. (ALTVATER, 2010, p.171).

David Harvey que, aliás, é a principal referência teórica de Altvater em *O fim do capitalismo como o conhecemos*, em um de seus mais recentes livros se empenha em elencar 17 contradições imanentes à reprodução ampliada do capital e a vinculação destas com uma possível superação da formação histórica lastreada na valorização do valor. Como a estrutura do livro denota, Harvey compreende que essas 17 contradições podem ser subdivididas em três grandes grupos: as contradições fundamentais, as mutáveis e as perigosas. É curioso que para Harvey as assim chamadas contradições perigosas sejam justamente aquelas que se referem às questões ambientais ou, nos termos do autor, aquelas concernentes à relação do capital com a natureza e uma possível revolta da natureza humana contra a alienação universal.

Harvey certamente avança em relação ao catastrofismo positivista dos ideólogos de uma economia verde e dos apologistas do aquecimento global, demonstrando a dialética imanente à relação entre capital e natureza. “Em primeiro lugar, o capital tem uma longa história de sucesso na resolução de seus problemas ambientais, não importa se refiram ao uso dos recursos ‘naturais’, à capacidade de absorver os poluentes ou enfrentar a degradação do *habitat*.” (HARVEY, 2016, p.229). O que decerto não pode passar despercebido por nenhum teórico crítico do capital. Se ainda tivéssemos, em termos relativos, no início deste século, a mesma emissão de poluentes que tínhamos no século XIX no auge da revolução industrial certamente não conseguiríamos ver um palmo diante dos olhos. A evolução tecnológica nesses duzentos anos minimizou em muito essa questão sem deixar, evidentemente, de engendrar outras contradições, por assim dizer, bem mais perigosas. O que se deve, em larga medida, ao fato de que “a natureza que supostamente exploramos e esgotamos, e que supostamente nos limita ou ‘se vinga’ está interiorizada na circulação e na acumulação do capital” na forma de segunda natureza. “A capacidade de crescimento de uma planta, por exemplo, está incorporada no agronegócio em busca de lucro, e é o reinvestimento desse lucro que faz a planta crescer no ano seguinte” (Ibidem,

p.230). Nesses termos, “o pensamento cartesiano erra ao encarar capital e natureza como duas entidades separadas em sua interação causal, e agrava o erro imaginado que um domina o outro (ou, no caso da natureza, “se vinga” do outro)” (Ibid.). Em última medida o que se constata sem maior dificuldade é o fato de que “o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio”. (Ibidem, p.231). Tomada como recurso, logo, tornada distinta de si mesma, a natureza torna-se uma espécie de nova raridade, o que lhe agrega preço. A questão ambiental deixa assim de ser um limite externo, como um olhar apressado faz crer, para revelar-se como dilatação dos limites internos.

Se Harvey avança vários pontos, deixa a desejar precisamente na pergunta mais fundamental que impõe a si mesmo, a saber, se o capital incorporou a natureza em suas tramas reprodutivas a ponto de não poder mais dela se discernir numa relação de dominação ou revolta, com base em que se “poderia alçar a uma contradição perigosa, ou até potencialmente fatal, a questão metabólica mutável do capital com natureza?” (HARVEY, 2016, p. 235). No intento de responder esse questionamento Harvey tangencia a questão fundamental dos limites internos do próprio capital ao afirmar que “a diferença dessa vez é que estamos num ponto de inflexão importante para a taxa de crescimento exponencial capitalista”. (Ibid.). No entanto, retorna às determinações externas como forma de desdobramento dos limites internos, e assim, não persiste em seus desvendamentos. Diz o autor, “isso tem um impacto exponencial nos níveis de estresse e risco ambiental na ecologia do capital”. Nessa acepção, “a degradação lenta e cancerígena representa um grande problema, para o qual o capital não está preparado.” (Ibidem, p.236). Ora, a milionária indústria farmacêutica que, aliás, em nada se desvincula da indústria dos agrotóxicos (como no caso da Bayer, por exemplo), já há muito incorporou essas formas de degradação. A privatização paulatina do sistema público de saúde (no caso brasileiro) e a reforma do setor previdenciário (em diversos países), que nada mais significa senão a imposição de previdências privadas, denotam isso.

Em alguma medida Harvey acaba por se aproximar da posição de Žižek sobre os limites impostos pelas determinações do natural. De acordo com o filósofo esloveno,

Temos de aceitar que, no nível da possibilidade, nosso futuro está condenado, que a catástrofe ocorrerá, que ela é nosso destino, e então, contra o pano de fundo dessa aceitação, mobilizar-nos para realizar o ato que mudará o próprio destino e, com isso inserirá uma nova possibilidade no passado. Paradoxalmente, a única maneira 'de evitar o desastre é aceitar que ele é inevitável. [...] se adiarmos a ação até termos conhecimento total da catástrofe, só adquiriremos esse conhecimento quando for tarde demais. (ŽIZEK, 2011, p.126-7).

O desdobrar do argumento de Harvey acaba por tocar o primado da dominação da natureza teorizado pela Escola de Frankfurt. O autor requalifica assim a ideia de “revolta na natureza” que não se vincula nem para ele tampouco para os frankfurtianos à vingança de uma natureza animística; mas tratar-se-ia “de uma revolta da nossa própria natureza contra quem temos de nos tornar para sobreviver no ecossistema que o capital necessariamente constrói.” (HARVEY, 2016, p.242).

No entanto, embora faça menção à Escola de Frankfurt, Harvey acaba mais uma vez por recair em aproximações que não atingem o fundamento da questão posta pelos próprios frankfurtianos. De acordo com o geógrafo britânico, com a revolta de nossa própria natureza,

Estão plantadas as sementes de uma revolta humanista contra a inumanidade pressuposta na redução da natureza e da natureza humana à pura forma-mercadoria. A alienação da natureza é a alienação do potencial da nossa espécie. Isso gera um espírito de revolta no qual palavras como dignidade, respeito, compaixão, cuidado e afeto se tornam *slogans* revolucionários, e valores como verdade e beleza substituem os cálculos frios do trabalho social. (HARVEY, 2016, p. 243).

Ao se apegar a esse espírito de revolta, Harvey subjetiva uma revolta que é objetiva – como aliás, os teóricos da Escola de Frankfurt nunca deixaram dúvida. Como bem pontua Amaro Fleck sobre as (im)possibilidades da emancipação na teoria adorniana, se

o caminho da emancipação está bloqueado, ou ao menos assim pensava Adorno, é porque não apenas há obstáculos que impedem os humanos de serem livres, de se autodeterminarem, como também há obstáculos que impedem que eles retirem estes obstáculos. Além disso, se a liberdade consiste, de acordo com ele, na capacidade de criticar e transformar as situações, o estado de não-liberdade é justamente aquele no qual a situação vigente é todo poderosa e o indivíduo impotente. Resulta disso um paradoxo, o qual, infelizmente, encontra-se na realidade e não meramente na teoria, segundo o qual para transformar a má realidade já seria preciso a liberdade da qual ainda não se dispõe. O mundo no qual voluntarismo e boa vontade servem para algo já seria um mundo liberto. Já na situação falsa toda tentativa de mudança parece condenada ao fracasso de antemão (FLECK, 2015, p.27).

Mesmo autores que elevaram o patamar da leitura marxiana para além das categorias hipostasiadas pelo marxismo tradicional e corroboraram assim para desatá-la das misérias de uma aventura crítica, se ocuparam longamente de questões afeitas à crise ambiental e aos limites físicos da reprodução do capital, deixando mais uma vez em segundo plano seus limites internos. Refiro-me aqui, sobretudo a Alain Bihl (1998) e Daniel Bensaïd (1999).



Em direção contrária a essas formulações, buscaremos demonstrar que o limite mais radical atingido pela reprodução do capital é um limite interno, e que, portanto, só pode ser compreendido a contento na medida em que se ativer à própria (i)racionalidade imanente ao valor. Em outros termos, na consideração de em que afinal consiste o valor, e como e porque este valoriza ou não.

Compreender os fundamentos da produção de valor requer que demos um passo antes para verificar a distinção posta por Marx entre as formas concreta e abstrata do trabalho. O que caracteriza a abstração do trabalho não é exatamente o caráter alienado assumido por este, tampouco o caráter mecânico e reificado do processo produtivo – tal como demonstrado alegoricamente em *Tempos Modernos* de Charles Chaplin – é, antes a determinação da abstração de todas as qualidades sensíveis da atividade humana. O caráter contemplativo dos homens ante ao mundo que objetivaram não é a causa, mas o efeito da abstração trabalho. Notemos então no que consiste esse movimento de abstração. Pois, se por um lado, o trabalho concreto “tem as suas diferenças qualitativas: umas vezes trata-se de tecer, outras de conduzir um veículo, outras de cavar a terra, e assim por diante” (JAPPE, 2006, p. 28), o trabalho em sua forma abstrata, equipara todos os trabalhos por meio do tempo, retira deles toda a qualidade concreta e toda a distinção interna, fixando a eles uma espécie de singularidade vazia medida pela abstração do valor. De acordo com Marx (1986), trata-se do “tempo de trabalho socialmente necessário”, estabelecido com base no tempo médio gasto por uma sociedade “x” para a produção de uma determinada mercadoria. A única distinção possível dentro dessa abstração é o que se denomina por trabalho complexo, por exemplo, aquele desenvolvido por um especialista. Uma hora de trabalho complexo pode valer, por exemplo, dez horas do trabalho simples. Mas, notadamente, ainda nessa distinção os trabalhos são igualmente calculados por meio do tempo, retirando deles quaisquer qualidades concretas.

Precisamente aí se torna possível compreender o fato de que a constância material das mercadorias não é outra coisa senão a dimensão negativa do próprio processo da valorização. Porque o valor, embora representado em uma mercadoria “y”, não é, de modo algum, a mercadoria em si, mas o tempo de trabalho humano cristalizado nela<sup>152</sup>.

Embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour*

---

<sup>152</sup> Jappe mais uma vez nos faz uma profícua advertência. “é preciso ter sempre em mente a diferença entre valor e valor de troca: o valor, que permanece abstrato, não perceptível, exprime-se num valor de troca perceptível, designadamente a mercadoria com a qual a primeira mercadoria é trocada.” (2006, p. 29).

*lui-même*. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria; Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.305).

Na medida em que a mercadoria tem “diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca” (ibidem, p.210), a fisicidade das mercadorias, suas formas e funções não são nada mais que a dimensão contraditória de suas existências enquanto tais.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.167-8)<sup>153</sup>.

Assim, o valor aparece nesse primeiro momento como nada mais que cristais de tempo de trabalho humano representado em mercadorias, isto é, trabalho vivo temporalmente mediado, tornado trabalho morto materialmente objetivado. Mas isso não é tudo e não explica por si mesmo, o mistério fundamental do processo de valorização. Pois é preciso ter em mente que a produção de valor é necessariamente produção de mais-valor, já que nenhum capitalista investiria uma massa “x” de capital, para ao final do processo de valorização ter em mãos a mesma massa “x”, ele sempre – exceto em casos de total derrocada – terá em mãos x’, isto é, o capital investido acrescido de lucro. Do ponto de vista do próprio capital, isso só é possível pela exploração da força humana de trabalho. O desvendamento desse enigma, em sua inteireza, nunca foi possível para a economia política

---

<sup>153</sup> “A categoria do trabalho humano abstrato refere-se a um processo social que implica uma abstração das qualidades específicas dos vários trabalhos concretos envolvidos, bem como a redução de seu denominador comum, como trabalho humano. Do mesmo modo, a categoria da grandeza do valor refere-se a uma abstração das quantidades físicas dos produtos trocados, bem como a redução a um denominador comum não manifesto – o tempo de trabalho envolvido em sua produção. [...] A categoria de tempo de trabalho socialmente necessário expressa, então, uma norma temporal geral resultante da ação dos produtores, que estes devem obedecer.” (POSTONE, 2014, p. 221-3).

clássica senão de maneira extremamente inconsistente e relativista<sup>154</sup>. Apenas a partir das formulações de Marx essa “mágica” de valorização pôde ser deslindada.

O nó górdio dessa questão se assenta na razão denominada por Marx como composição orgânica do capital. Isto é, a razão existente entre o capital constante e o capital variável. Vejamos.

Ao apresentar os papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, caracterizamos, de fato, as funções das diferentes partes componentes do capital em seu próprio processo de valorização. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado. Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho. A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante. (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.325).

Se o capital investido em meios de produção não altera sua grandeza no processo de produção, e por isso mesmo é capital constante, valor coagulado, incapaz de gerar mais valor, isso quer dizer que, embora fundamental ao processo de valorização, não é a parte constante do capital que produz mais-valor. Coisa inerte, trabalho morto objetivado, uma máquina de fazer garrafas não produz outras máquinas por geração espontânea, nem tampouco é capaz de produzir garrafas o suficiente para pagar a si mesma e ainda propiciar a produção de mais-valor. Apenas a componente variável do capital pode fazê-lo.

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável. (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.325).

Como e por que se torna possível a extração de mais-valor do capital variável investido? O mistério começa a se tornar menos obscuro. Suponhamos um trabalhador que receba “x” como salário por um tempo determinado de trabalho, pensemos, 10 horas diárias. Ao longo dessas 10 horas, o trabalhador produzirá, por exemplo, banquetas de madeira. Nas quatro horas iniciais de sua jornada diária, tudo o que esse trabalhador

---

<sup>154</sup> Cf. Cury (2016).

produzir será idêntico ao capital despendido para pagar seu próprio salário. É um tempo nulo do ponto de vista do processo de valorização (tempo de trabalho socialmente necessário). No entanto, nas seis horas que se seguem ele persistirá a produzir valor, e este tempo de trabalho excedente – na medida em que não é necessário – para pagar a si mesmo –, ficará na posse daquele que comprou sua força de trabalho. Ou seja, além de produzir valor para pagar a si mesmo, o trabalhador produz um mais-valor, que aparecerá em termos fenomênicos como lucro. Assim, apenas o capital variável retorna para o capitalista como valor *strictu sensu*, pois apenas o valor acrescido de mais-valor pode, em termos capitalistas, constituir o processo de valorização.

Temos aí que apenas a força humana de trabalho abstrato é capaz de produzir mais-valor. É o que dá origem à contradição fundamental do capitalismo, isto é, a oposição, ou, nos termos de Kurz (2010) a “integração negativa”, entre capital e trabalho. Pois se assim é, apenas a exploração extrema do trabalho humano seria capaz de produzir mais-valor, de modo que o ideal seria que todos os trabalhadores trabalhassem 24 horas diárias sem nenhum tempo livre. O que é duplamente impossível.

Primeiro pelo fato de que o próprio corpo humano apresenta limites, e biologicamente demanda tempo – não o tempo abstrato dos relógios, mas tempo concreto – para repor suas energias. De modo que não é, de modo algum possível, a exploração da força de trabalho na totalidade do tempo. Sucessivos movimentos operários ao longo da história tinham por objetivo exatamente isso: a redução das jornadas de trabalho.

Segundo porque a produção de mercadorias requer ao mesmo tempo o consumo das mesmas, do contrário o valor produzido não se realiza. E, embora, em geral os trabalhadores não sejam *per excellence* os consumidores das mercadorias que produzem, eles precisam de tempo livre para consumir outras mercadorias. Precisamente por isso, o trabalho só pode ser entendido enquanto totalidade, excluindo qualquer possibilidade de não-trabalho. Quando não se está realizando dispêndio de trabalho vivo, se está consumindo trabalho morto, condição necessária para a sobrevivência no moderno.

Essa contradição opera no sentido de que o capital necessita sempre encontrar novas formas de aumentar a produção de mais-valor de modo independente aos limites da própria exploração humana. Se o componente variável do capital apresenta limites lógicos e históricos, a parte constante deve suprir essas limitações. Como? Por meio de investimentos cada vez maiores em desenvolvimento tecnológico por exemplo. Esse tipo

de desenvolvimento propiciaria ao capitalista, a obtenção de taxas crescentes de valorização, sem que o tempo de trabalho humano tenha de crescer proporcionalmente. Nas mesmas 10 horas de trabalho em que nosso hipotético trabalhador produzia 50 banquetas com uma determinada maquinaria, com novas tecnologias, esse mesmo tempo de trabalho é suficiente para produzir 100. No entanto, a massa de valor produzida que se destina ao pagamento de seu salário permanece inalterada, fixada, por exemplo, equivalente ao valor coagulado em 10 banquetas. Assim, o capitalista amplia sua margem de lucro sem que para isso precise de uma maior exploração da força de trabalho. Marx também se atentou para esse movimento, e diferenciou seus termos.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1986, Livro I, Tomo I, p.432).

Embora movimentos distintos do processo de valorização, capital constante e capital variável, mais-valia absoluta e relativa constituem uma unidade contraditória em seus próprios fundamentos. Essa unidade e sua imanente tensão interna se expressa em Marx por uma razão, a composição orgânica do capital.

Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica.” (MARX, 1986, Livro I, Tomo II, p. 245).

A exposição feita até aqui – no tocante à composição orgânica do capital – não traz, certamente, novidades àqueles habituados aos termos da crítica marxiana da economia política, e, igualmente traz poucas controvérsias internas ao debate marxista. No entanto, os termos aqui tratados fornecem o solo para que nos debruçemos sobre as questões mais espinhosas e muito pouco consensuais sobre as implicações do crescimento do capital constante sobre o capital variável. Esse descolamento é o coração do que vem sendo chamado, no âmbito da Nova Crítica do Valor, de crise do trabalho, ou crise de valorização. Apenas em uma consideração rigorosa deste processo pode-se compreender os *links* entre a crise do trabalho, a crescente financeirização da economia e os termos de um

simulacro global do processo de valorização, que não apenas é insuficiente para conter crises, como também é o propulsor de crises cada vez mais constantes, de rápida ascensão e capazes de atingir toda a economia mundial. A oposição capital e trabalho que é da própria natureza do modo de produção capitalista tem se metamorfoseado, assumido novas formas. Reconhecê-las é fundamental para que possamos deslindar o estatuto da crise em curso. Pois no,

modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1: 1, para 2: 1, 3: 1, 4: 1, 5: 1, 7: 1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. (MARX, 1986, Livro I, TomoII, p. 260).

O que essa constelação imbrica é que a tendência geral em todos os setores da economia capitalista é de crescimento constante da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento relativo do capital constante sobre o capital variável, do trabalho morto sobre o trabalho vivo. No entanto, o que passa às costas da (i)racionalidade burguesa é a identidade negativa entre a massa de valor produzido e a magnitude desse mesmo valor. Pois uma vez sendo o tempo humano de trabalho representado em uma mercadoria a substância de seu valor, o aumento da massa de mercadorias produzidas pelo incremento de maquinário não representa valorização e, sim um aumento de unidades elementares da forma-mercadoria, cada uma delas representando menos valor produzido. A contradição que daí se deduz é que quanto mais mercadorias são produzidas com uma massa reduzida de valor, mais mercadorias carecem ser produzidas para que o valor de fato se valorize. Nas palavras de Maurílio Botelho,

A lei de queda da taxa de lucro é um movimento tendencial da sociedade capitalista e se caracteriza por uma crescente composição orgânica do capital, isto é, predomínio progressivo do capital constante sobre o capital variável no interior das unidades produtivas. Como a redução relativa ou absoluta do trabalho vivo corresponde a uma redução relativa da mais-valia sobre a magnitude do capital, isso tem repercussões diretas sobre o lucro, pois este é exatamente a relação entre o mais-valor produzido na unidade de produção e todo o valor necessário à

reposição do trabalho vivo e do trabalho morto. A perspectiva é que o horizonte burguês enfrente repetidamente esse problema, que se acumula através das inovações técnicas impulsionadas pela força coerciva da concorrência. O declínio da taxa de lucro é um desestímulo ao investimento de capital, que, por sua vez, provoca o excesso de liquidez e, progressivamente, a desvalorização de capital excessivo, desemprego, falência, etc. O efeito da crise é também uma das possibilidades de sua superação: eliminação de capital é processo necessário à recomposição da taxa de lucro em níveis aceitáveis, na medida em que a depuração de capitais representa pôr fora do jogo econômico instrumentos, máquinas, em suma, capital fixo e, portanto, reduzir a composição orgânica do capital. (BOTELHO, 2009, p. 72).

Em outros termos, em condição de aumento da composição orgânica, a valorização do valor torna-se mais cara e propulsora de crises. O retorno ao estado de não-crise implicaria assim na redução da composição orgânica, o que em condições de concorrência torna-se impossibilidade. Buscaremos demonstrar em que medida isso acontece, ou seja, como e porque a valorização do valor ancorada no constante incremento de maquinário, ou seja, no mecanismo de mais-valia relativa, reverte-se em seu contrário, em desvalorização do valor.

A chave para a compreensão de tal determinação só pode ser deslindada a contento tendo em vista que a produção é apenas um dos momentos decisivos do processo de valorização do valor. O valor representado em determinada mercadoria só se realiza quando essa cumpre a totalidade de seu processo de circulação. Ou seja, quando se realiza no mercado enquanto capital-mercadoria e retorna à produção enquanto capital produtivo. Nos termos de Marx, (2014, p.179) “o processo inteiro apresenta-se como unidade do processo de circulação, o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação, e vice-versa”. Assim, “num círculo em constata rotação, cada ponto é simultaneamente ponto de partida e ponto de retorno” (Ibidem, p.180). Os três momentos do processo cíclico de circulação do capital apontados por Marx,

D-M...P...M'-D' (ciclo do capital monetário)

P...Pc...P (ciclo do capital produtivo)

Pc...P (M') (ciclo do capital mercadoria),

cumprem assim função analítica, não podem ser dissociados um do outro, porque na realidade “cada capital industrial individual encontra-se nos três ciclos simultaneamente” (Ibidem, p. 180). Ocorre, porém, que cada capital, cada componente elementar de determinado capital industrial, ou mesmo de determinada mercadoria tem um tempo de rotação distinto e, portanto, valoriza-se, ou desvaloriza-se em tempos distintos. “O tempo

de circulação de um dado capital é igual à soma de seu tempo de curso e seu tempo de produção. É o tempo transcorrido desde o momento em que se desembolsa o valor de capital numa determinada forma até o momento em que o valor de capital em seu processo retorna a seu ponto de partida, em sua forma inicial” (Ibidem, p.235). A valorização do capital investido na primeira leva do processo produtivo só se realiza por completo, ou seja, só conclui o ciclo de valorização, quando todos os capitais investidos (em todas suas formas) passarem por todos os ciclos de valorização. Exemplifica Marx,

Ao ano, como medida de tempo de rotação, chamaremos de  $R$ ; ao tempo de rotação de um determinado capital,  $r$ ; e ao número de suas rotações  $n$ ; de modo que  $n=R/r$ . Se, por exemplo, o tempo de rotação,  $r$ , for de 3 meses, teremos  $n=12/3=4$ , o que significa que o capital realiza em 1 ano apenas 1/3 do seu tempo de rotação. Se seu tempo de rotação abarca vários anos, ele será calculado por múltiplos de um ano. (MARX, 2014, p.238).

Daí que os capitais constantes distinguem-se, de acordo com Marx, em capitais fixos e circulantes tendo em vista o tempo necessário e a forma assumida pela/para rotação de cada um deles.

Vimos que uma parte do capital constante conserva a forma de uso determinada em que entra no processo de produção, diante dos produtos para cuja a criação ele contribui. Ele executa, portanto, as mesmas funções durante um período mais curto ou mais longo, em processos de trabalho que se repetem constantemente. Assim ocorre, por exemplo, com os edifícios de trabalho, as máquinas etc., em suma, com tudo aquilo que reunimos sob a denominação de *meios de trabalho*. Essa parte do capital constante confere valor ao produto na mesma proporção do valor de troca que ela perde com seu próprio valor de uso. Essa cessão de valor ou transferência do valor de tal meio de produção ao produto é determinada por um cálculo médio: pela duração média de sua função desde o momento em que o meio de produção entra no processo de produção até o momento em que ele está completamente desgastado, morto, e tem de ser substituído ou reproduzido por um novo exemplar do mesmo tipo. [...] Uma parte do capital foi desembolsada na forma de capital constante, isto é, de meios de produção que funcionam como fatores do processo de trabalho enquanto dura a forma independente de uso com que ingressam nesse último. [...] Sua função os vincula a ela [a esfera da produção] de modo permanente. Uma parte do valor desembolsado é fixada nessa forma, determinada pela função dos meios de trabalho no processo. Com a função e, por conseguinte, o desgaste do meio de trabalho, uma parte de seu valor se transfere para o produto, enquanto outra forma permanece fixa no meio de trabalho e, portanto, no processo de produção. O valor assim fixado decresce continuamente, até que o meio de trabalho deixe de servir e, assim, seu valor se distribui, durante um período mais ou menos longo, a uma massa de produtos que resultam de uma série de processos de trabalho constantemente repetidos. Essa parte do capital fixada no meio de trabalho circula tanto quanto qualquer outra. Vimos, em geral que o valor de capital inteiro encontra-se em circulação e que, nesse sentido, todo capital é capital circulante. Mas a circulação da parte do capital aqui considerada é uma circulação peculiar. Antes de tudo, ela não circula em sua forma de uso: é apenas seu valor que circula e, mesmo assim, gradualmente, de modo fragmentado, à medida que vai sendo transferido ao produto, que circula como mercadoria. Ao longo da duração total de seu funcionamento, uma parte de seu valor permanece



nele fixada, com existência independente diante das mercadorias que ajuda a produzir. Por meio dessa peculiaridade, essa parte do capital constante assume a forma de *capital fixo*. Ao contrário, todas as partes que integram o capital desembolsado no processo de produção constituem *capital circulante* ou *líquido*. (MARX, 2014, p.239-241).

Começamos aqui a pisar no terreno de compreensão dos fundamentos de uma crise estrutural de valorização. Isso porque “o capital fixo perde seu valor quando não está em uso. Um fluxo contínuo de capital constante [...] é uma condição necessária para a negociação de seu valor” (HARVEY, 2013, p.294-5). Todavia, a despeito do tempo de rotação do capital fixo ser muito mais lento e ocorrer de maneira distinta do capital circulante, desvalorizando a si mesmo, e, em determinados casos o valor do capital como um todo, a tendência geral sob condições de concorrência é de seu crescimento em relação à parte circulante do capital, tal como acontece com o capital constante em relação ao variável. Isso porque o capital despendido em tecnologia que acelere o processo produtivo tende a ficar fixado na esfera da produção, não circulando uma vez mais como mercadoria, mas apenas enquanto seu valor nessa representado. Nesse aspecto, tanto Marx quanto os economistas políticos clássicos concordam que “para se conseguir uma acumulação equilibrada, o capital total da sociedade deve ser dividido em proporções fixas e circulantes de acordo com alguma regra ‘racional’ – quer dizer, racional do ponto de vista da acumulação.” (Ibidem, p.295). Ou seja, o crescimento relativo do capital fixado em meios de trabalho converte-se em aporia ao processo de valorização do capital global.

Considere, então, o simples caso de uma máquina com um conhecido tempo de vida que transfere valor para o produto final segundo a regra da “linha reta”. Os valores na forma de mercadorias são tirados de circulação (exceto para reparos e manutenção) até a máquina ser substituída. A cada ano, no entanto, as mercadorias voltam à circulação através do consumo produtivo da máquina até que a mercadoria equivalente ao valor incorporado na máquina volte totalmente à circulação no último ano de sua vida. A circulação do dinheiro assume um curso muito diferente. Ele é lançado em circulação “todo ao mesmo tempo, (mas) retirado da circulação apenas aos poucos, segundo a venda das mercadorias produzidas.” Na ausência de um sistema de crédito, o capitalista tem de criar um acúmulo de dinheiro até que haja o suficiente para comprar uma nova máquina. (HARVEY, 2013, p.295).

Harvey compreende, no entanto, que apesar dos desequilíbrios entre os padrões de circulação do dinheiro e das mercadorias – inicialmente um excesso de dinheiro em circulação em relação às mercadorias e no fim da vida útil da máquina uma inversão desse panorama –, “esses desequilíbrios neutralizarão um ao outro”. (Ibid.). Compreensão da qual divergimos. Retornaremos a isso no tópico seguinte deste capítulo. O que nos interessa por ora é a percepção de que esse retorno a um estado de equilíbrio é impossível quando saímos do ponto de vista meramente especulativo e nos defrontamos com o

mundo em ato. O próprio Marx, antes mesmo de *O Capital*, já havia se deparado com essa determinação.

O tempo necessário de reprodução do capital fixo, bem como a sua proporção em relação ao capital total, modificam aqui, portanto, o tempo de rotação do capital total e, com isso, sua valorização. A maior durabilidade do capital (a duração do seu tempo necessário de reprodução) e a proporção do capital fixo em relação ao capital total atuam aqui sobre a valorização, portanto, da mesma forma que a rotação mais lenta causada seja pelo fato de que o mercado do qual o capital retorna como dinheiro é espacialmente mais distante, ou seja, é necessário um tempo maior para descrever a trajetória da circulação (como, p. ex., os capitais que, na Inglaterra, trabalham para o mercado da Índia oriental, que retornam mais lentamente do que os que trabalham para os mercados estrangeiros mais próximos ou para o mercado interno), seja porque a própria fase de produção é interrompida por condições naturais, como na agricultura. (MARX, 2011, p.919).

Uma contradição irresoluta aí se põe. Pois na medida em que o tempo de circulação do capital total é ampliado em função do tempo de rotação do capital fixo há uma desvalorização deste capital total. A única possibilidade de reverter essa desvalorização seria por meio do aumento da magnitude de valor representado nas mercadorias postas em circulação a partir deste capital. Esse aumento, contudo, só seria possível por meio de mais tempo de trabalho humano dispendido na produção, o que é negado já de antemão pelo próprio incremento de capital fixo nos ciclos reprodutivos do capital. No entanto, o fato de essa ser uma contradição intransponível não significa que ela não seja adiada, escamoteada em larga medida. A migração de grandes capitais transnacionais para a periferia do mundo onde possam – graças a legislações trabalhistas extremamente flexíveis – acionar o mecanismo da mais-valia absoluta inscreve-se precisamente na fuga dessa tendência à desvalorização. As faraônicas obras que aquecem a construção civil ou mesmo o investimento no agronegócio também compõem essa constelação. Isso porque – embora cada vez menos – esses setores da economia tem historicamente uma composição orgânica mais baixa que grande parte dos demais.

Aqui esbarramos em um limite *a priori* externo: a capacidade de expansão do capital sobre esses setores. Esse limite externo é, todavia, tão logo convertido em interno; pois uma vez atingido temporária ou definitivamente, o que se tem não seria mais o capital estendendo suas forças produtivas, mas se mediando de maneira interna. Vejamos. “*Quanto menos o capital fixo produz frutos imediatamente, quanto menos interfere no processo de produção imediato, tanto maior têm de ser essa população e essa produção excedentes relativas; ou seja, mais para construir ferrovias, canais, aquedutos, telégrafos etc.*”, nos afirma Marx (2011, p.944-5). Assim, aparentemente,

A desvalorização do capital fixo poderia ser indefinidamente protelada pelo deslocamento de cada vez mais capital para a formação de capital fixo. Essa possibilidade foi discutida por Tugan-Baranovski no contexto dos esquemas de reprodução expandida de Marx. Ele mostrou que a acumulação poderia continuar eternamente, contanto que o investimento no capital fixo aumentasse nas proporções certas. Isso implicaria uma economia em que as máquinas seriam construídas para produzir máquinas que construíssem máquinas – algo que parece totalmente absurdo do ponto de vista das necessidades humanas, mas que o capitalismo é teoricamente capaz de desenvolver, pois os capitalistas estão interessados apenas no mais-valor e não se importam nem um pouco com os valores de uso que produzem. Os limites para tal economia lunática só seriam atingidos quando o fluxo do capital circulante se tornasse insuficiente para apoiar o uso continuado do capital fixo, ou quando o ritmo da mudança tecnológica indicado pela formação do capital fixo se tornasse tão rápido que as desvalorizações mediante tempos de vida econômica encurtados das máquinas se tornassem um problema sério. (HARVEY, 2013, p.299-300).

Mas na verdade não é necessário que se atinja esse limiar extremo da desproporção entre capital fixo e circulante para que o valor esteja em real desvalorização. Isso porque os custos de produção de determinados capitais que invistam na produção mesma de capitais fixos seria deveras desproporcional à valorização deste capital quando ele assumir a forma de capital-mercadoria. Claro que do ponto de vista do capital individual a valorização é possível, como se constata empiricamente, mas do ponto de vista do capital global esse desvario não se realiza sem grandes danos. É claro também que nesse movimento o Estado assume papel importante arcando com os custos, por exemplo, da produção daquilo de David Harvey denomina ambientes construídos<sup>155</sup>; e, ao passo que o Estado depende capital para a produção de tais ambientes, o capital produzido pela valorização dos mesmos (ou, ainda a renda da terra que aí se aufere) se concentra em investidores privados.

Só agora começamos a entrar no terreno no qual a financeirização da economia em sua vinculação decisiva com o desemprego estrutural, o declínio do capital industrial e o *fortalecimento* do Estado neoliberal se realiza, jamais como causa, mas já como efeito de um estado crítico do capital. Vejamos.

---

<sup>155</sup> De acordo com David Harvey (2013, p. 315), “Marx insiste em que não devemos confundir *capital fixo* com *capital imóvel* (navios e locomotivas são capital fixo, embora eles se movam, enquanto alguns elementos de capital circulante, como a energia hidráulica, têm de ser usados *in situ*). Mas temos de considerar o ‘papel peculiar’ que o capital fixo imóvel desempenha no capitalismo em geral e na economia das nações em particular. Uma parte dos bens de consumo (moradias, parques etc.) é também imóvel no espaço. Isso nos conduz à concepção de um *ambiente construído* que funciona como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo. Do ponto de vista da produção, esses valores de uso podem ser tanto considerados condições gerais para a produção quanto forças diretas da produção. Então, temos de lidar com ‘melhorias incorporadas no solo, aquedutos, edificações; e, em grande parte, a própria maquinaria, uma vez que ela, para exercer sua atividade, precisa ser fisicamente fixada; ferrovias; em suma, toda forma em que o produto da indústria é preso à superfície da terra’. O ambiente construído para o consumo e a troca não é menos heterogêneo. O ambiente construído compreende toda uma série de elementos diversos: fábricas, represas, escritórios, lojas, armazéns, rodovias, ferrovias, docas, usinas hidrelétricas, sistemas de suprimento de água e tratamento de esgoto, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes – a lista é infinita.”

O que o aumento da composição orgânica do capital (tanto na forma de incremento do capital constante sobre o variável e do fixo sobre o circulante) implica de maneira mais imediata é a ampliação dos índices de desemprego. Como mesmo o pensamento cartesiano poderia notar: mais máquinas no processo produtivo é igual a uma dispensa relativa de força de trabalho que implica em um maior número de desempregados. Secundariamente o que se tem – devido ao dilatamento do tempo de rotação dos capitais – é um encarecimento do próprio processo de valorização. Paradoxalmente esse dilatar do tempo de rotação demanda a construção de estruturas que acelerem a circulação do capital; todavia elas mesmas revertem-se em capitais fixos e/ou ambientes construídos cujo tempo de valorização do capital dispendido também é longo.

O que esse panorama produz de maneira decisiva é um triplo endividamento massivo da sociedade. I)A crescente massa de desempregados ou precarizados carece se endividar para satisfazer as necessidades mais básicas à sobrevivência; II)os distintos capitais privados carecem de crédito para investir em maquinário e garantir a taxa de lucro enquanto o capital dispendido em maquinário se (des)valoriza; III)os Estados se endividam entre si e com grandes bancos para financiar o próprio processo produtivo e incentivar o consumo por parte de uma população de desempregados.

É nesse quadro que o capital financeiro começa assumir centralidade no processo de valorização (ou na ilusão constituída em torno deste) a partir da década de 1980. Embora não se possa negar que o capital financeiro seja tão antigo quanto o próprio capitalismo e que o capital bancário até o preceda, nunca antes ele havia desempenhado um papel tão fundamental no que se refere à totalidade dos capitais em circulação. Já no Livro III de *O Capital* Marx reconhece a relevância do capital financeiro enquanto espécie de “fonte misteriosa autocriadora de juros”, fonte essa na qual o fetichismo da mercadoria atingiria seu ponto máximo. Segundo ele, no capital financeiro,

O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa; depende do possuidor do dinheiro isto é, da mercadoria em sua forma sempre intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da força de trabalho, o valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se

valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. E como tal coisa portadora de juros, o prestamista de dinheiro vende seu dinheiro. Mas isso não é tudo. O capital realmente funcionante se apresenta, conforme se viu, de tal modo que proporciona o juro não como capital funcionante, mas como capital em si, como capital monetário. [...] Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche capital está acabada. Em D – D' temos a forma irracional do capital. A inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua. (MARX, 1986, Livro III, Tomo I, 293-4).

No entanto, Marx deixa bem claro pouco adiante que a análise aprofundada do capital financeiro, e do sistema creditício de modo mais amplo, não era sua *démarche* em *O capital*.

A análise aprofundada do sistema de crédito e dos instrumentos que ele cria para si (dinheiro de crédito etc.) está fora de nosso plano. Há que salientar aqui apenas alguns poucos pontos, necessários para caracterizar o modo de produção capitalista em geral. Trataremos somente do crédito comercial e bancário. A conexão entre o desenvolvimento dele e o do crédito público fica fora da área examinada. (Ibidem, p. 301).

O que não o impede de perceber que,

Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc., torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros, conforme já mencionamos. (MARX, 1986, Livro III, Tomo II, p. 20).

Se já na segunda metade do século XIX tornava-se perceptível a um autor arguto como Marx a relevância do capital que rende juros, um século mais tarde essa importância foi elevada à estratosfera. Com a dispensa relativa de força de trabalho e o concomitante encarecimento da valorização do valor ocorre um descolamento entre o trabalho (a substância do valor) e o dinheiro (sua manifestação fetichista fenomênica). “A multiplicação do dinheiro ocorre então mais rapidamente que a acumulação de ‘trabalho morto’ abstractizado, destacando-se assim da sua própria base” (KURZ, 1995). Através das formas de mediação entre trabalho e dinheiro, nada fáceis de reconhecer e sempre mais complexas no decurso da modernização, nasce a ilusão de que o dinheiro pode desenvolver-se independentemente da sua substância abstrata, constituída pelo trabalho.

Do ponto de vista deste capital que rende juros, a fórmula da valorização reduz-se a D-D'; ou seja, o dinheiro, aparentemente sem intervenção da produção real de "M", ganha imediatamente, como mercadoria, a "qualidade oculta" (Marx) de gerar - pretensamente de si mesmo - "mais dinheiro". [...] A única fonte efectiva de "dinheiro que gera dinheiro" (Marx), o consumo de trabalho abstracto na produção real de mercadorias, desaparece assim na "forma sem conteúdo" (Marx) do próprio movimento. No capital que rende juros, a produção de "mais dinheiro" não aparece, de facto, como *expressão* social (fetichista) da produção capitalista de mercadorias, mas antes como uma produção de mercadorias entre outras, assim como a produção de meias, velas ou viagens de aventura. Sem mais, o próprio trabalho abstracto do sistema bancário é equiparado (inclusive no conceito de "criação de valor", típico da teoria económica burguesa) ao trabalho desenvolvido nas empresas produtivas e terciárias - fala-se mesmo numa "indústria financeira". A duplicação espectral dos produtos, no sistema de produção de mercadorias, em mercadorias e dinheiro é escamoteada através duma tosca identificação do dinheiro com a mercadoria. (KURZ, 1995, s.p).

Pode-se dizer que até a década de 1980 essa ilusão posta pela aparente valorização do capital a despeito do dispêndio da força de trabalho não era nociva ao capital do ponto de vista de sua própria (i)racionalidade, mas era uma de suas condições de sobrevivência; um apêndice que garantiria inclusive a manutenção da própria exploração da força de trabalho. No entanto, desde então “a relação inverteu-se: a reprodução real tornou-se o apêndice duma gigantesca bolha de capital fictício nas suas diversas formas fenomênicas e nos seus diversos estados de agregação, em vez de produzir essa bolha como mera emanção do seu interior.” (KURZ, 1995, s.p). Esse movimento de inversão coloca em questão toda a concepção longamente debatida pelo marxismo tradicional acerca das crises cíclicas iminentes ao movimento do próprio capital. O que fornecia aos capitais ciclos mais ou menos coerentes com sua própria valorização era a garantia de uma produção majorada de valor tão logo uma desvalorização se revelasse. Nesse entendimento, a concepção de Harvey segundo a qual a desproporção entre o *quantum* de dinheiro e o *quantum* de mercadorias em circulação engendrada pelo desequilíbrio entre as porções fixa e circulante do capital poderia ser anulada quando todo o capital despendido na produção retornasse ao ponto de origem acrescido de mais capital, revela-se ilusória. Isso porque desde a inversão assinalada esse retorno torna-se impossibilidade já que a massa de capital produtivo torna-se consideravelmente menor que o dinheiro circulante e que o capital monetário investido cada vez mais em fundos de pensão e em títulos de dívida pública. O que se tem aí é o fato de que o capital financeiro que ganha potência como antídoto à desvalorização dos capitais industriais torna-se, ele mesmo, mote de uma desvalorização estrutural. Nessa constelação

A concepção primitiva segundo a qual o capital queima periodicamente a si mesmo, para depois ressurgir qual Fênix das cinzas, passando assim da eterna destruição à eterna auto-renovação, faz parte do pensamento mitológico, não do pensamento histórico e analítico. Uma desvalorização em si, a qual não siga uma

produção real e majorada de valor e de alta intensidade de trabalho (que não exclusivamente produção de bens, mas também utilização de quantidade de trabalho abstrato), não passa duma simples desvalorização; uma retomada da reprodução capitalista sobre uma suposta nova base repetiria, portanto em rápida progressão a crise e o colapso. Nos ciclos de hiperinflação e colapso periódico dos sistemas financeiros já se pode reconhecer em muitas regiões do mundo uma tal situação. (KURZ, 1995, s.p)<sup>156</sup>.

A afirmação kurziana ainda na década de 1990 de que a sequencia de crises que se anunciava para os anos subsequentes não se tratava apenas de mais um dos momentos cíclicos e iminentes foi largamente escamoteada e tomada como profecia apocalíptica. Apenas após a crise do *subprime* desvelada nos Estados Unidos em 2008 (e tomada pela economia política burguesa como a mais grave crise do capital desde 1929), a teoria da crise de Robert Kurz começou a ser compreendida. Como diria Harvey (2011, p.12-3) “um mundo que antes parecia estar inundado de excesso de liquidez de repente se viu sem dinheiro e inundado por casas, escritórios, *shopping centers* em excesso”. A partir da crise estadunidense – que logo se revelaria crise global com efeitos diretos na América Latina, na Zona do Euro e nos grandes bancos japoneses – tornou-se mais visível a possibilidade de uma crise em proporções dificilmente imaginadas anteriormente. Tornou-se igualmente claro que Kurz não havia abandonado o projeto teórico iniciado em *O colapso da modernização* para se perder em escrituras messiânicas; mas que a forma do colapso era mesmo a putrefação das próprias estruturas de valorização – o limite interno e absoluto do processo de valorização.

---

<sup>156</sup> “Não se trata de simples hipóteses, como demonstram nos últimos anos os escândalos, as megafalências e as ”ações de recuperação” repentinamente necessárias, que representam só a ponta do iceberg. Quer se trate da Metallgesellschaft de Frankfurt, da bancarrota milionária do rei da construção Schneider ou da falência do tradicional banco londrino Barings: em todos estes casos houve uma passagem aparentemente imediata dos balanços prósperos à insolvência, porque a contabilidade tinha entrado em especulações que se revelaram erradas na esfera dos imóveis, divisas, operações a prazo e outras formas derivadas de especulação. Os bancos tornaram-se o centro não já das reais operações capitalistas de crédito, mas das especulações globais; e parece bastante plausível quando Schneider, a foragido ex-estrela dos empreendedores alemães, acusa o Deutsche Bank de ter favorecido consciente e esforçadamente a perigosa deriva de seus negócios. Também sintomático é o caso Barings. Em 4 de Fevereiro de 1995, um artigo lisonjeiro do "Frankfurter Allgemeine Zeitung" elogiava o banco como uma empresa excepcional e "um dos mais fortes na Ásia", com 54% de lucros em 1994. E citavam-se as palavras de seu chefe, Peter Baring: "Não precisamos seguir a moda. Sabemos pensar a longo prazo". Verdadeiramente um caso do qual os "guardiões" do capitalismo da esquerda se podem servir para demonstrar como está boa a saúde do "capital". Menos duma semana depois, o Barings abria falência, devido a especulações equívocas realizadas na Bolsa de Tóquio por um broker de 29 anos. Um tal êxito não teria sido possível se o capitalismo fosse, segundo os seus próprios critérios, um capitalismo "real", em que o sistema bancário serve verdadeiramente para financiar a produção real para o mercado.” (KURZ, 1995, s.p). Ainda de acordo com Kurz, “Enquanto o Ocidente por ora ainda se acha na fase da inflação estrutural a baixos índices do pós-guerra, a maioria esmagadora da humanidade já tem de conviver com uma inflação de dois ou três dígitos ou com a hiperinflação a taxas entre mil e um milhão por cento. A taxa global de inflação por cabeça já deve ter entretanto atingido os três dígitos. Esse facto demonstra que o trabalho improdutivo global superou um limiar histórico crítico, tanto no sentido absoluto quanto no sentido relativo, e que a sociedade mundial centificizada está agora demasiado crescida para caber nas formas do sistema produtor de mercadorias.

Notadamente, ao contrário do que a volatilidade do capital especulativo nos faria acreditar, a crise radical da forma valor não impõe e expõe de imediato o estado de colapso. O que Kurz percebeu em 1991 quando escreveu *O colapso da modernização* e só pode mensurar em 1995 quando n'*A ascensão do dinheiro aos céus*, só pôde ser captado empiricamente com maior qualidade a partir de 2008. Desde então o aprofundamento da crise global vem sendo diluído em diversos países.

A recessão sem precedentes na Grécia e a incapacidade do Syriza (Coligação da Esquerda Radical grega) de fornecer qualquer alternativa real para o momento crítico; a crise do sistema bancário japonês; a saída do Reino Unido da União Europeia; A tomada de poder à direita em diversos países da periferia do mundo – Brasil e Argentina obviamente incluídos –; a crise na Venezuela de Maduro; o fim do *boom* do crescimento chinês a dois dígitos ao ano; a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos; a crise humanitária encetada pela migração síria... são apenas alguns dos momentos (e infelizmente não temos condições de desdobrar cada um deles) de uma reordenação do capital a nível global. Não se trataria, contudo, de mais uma dentre tantas reestruturações produtivas imanentes à missão civilizatória do capital contra seus limites externos; mas de uma guerra de ordenamento mundial (Kurz, 2015) ante ao limite interno supostamente atingido pela forma valor.

O mecanismo de coadministração global da crise do valor consiste em uma *télescopage* espacial (Lefebvre, 2013). Isto é, uma estratégia “ilusória e real, pois que os processos diacrônicos, embora necessários, não deixam de se estabelecer como barreiras à reprodução dessa formação econômico e social.” (ALFREDO, 2005, p. 14). Estratégia possível pelo fato de o capital ter se tornado global e volátil possibilitando sua não simultaneidade espacial, tendo o tempo (médio socialmente necessário) como negatividade espacial. (Alfredo, 2009). Em outros termos, o capital ainda simula seu movimento de circulação e valorização deslocando-se pelo globo, buscando irromper ainda com limites externos, tornando produtivos (ou mais produtivos) setores que não o eram. A privatização da previdência ou dos sistemas de ensino obnubilada pelo discurso da austeridade revela-se aí estratégias de distintos capitais privados de valorizarem nesses setores o valor em processo acelerado de desvalorização pela impossibilidade latente da própria rotação dos capitais. O que a médio prazo se revelaria inútil, no entanto postergaria uma vez mais o colapso de vastas proporções.



Com esse panorama almejamos ter elucidado a concepção de que, embora elementos cruciais no processo de crise do capital global, a financeirização da economia e o fortalecimento do Estado neoliberal não constituem de modo algum a causa de tal crise, pois são engendrados em seu seio já como respostas a um processo estrutural de desvalorização. E, desse modo, apenas a análise detida do próprio movimento do capital e de suas categorias fundamentais podem fornecer uma chave de compreensão ao momento crítico. A concepção de que o capital especulativo seria fruto da ganância de especuladores que se recusam ao processo produtivo, e seria assim um *capital ruim* em contraposição ao *capital de boa saúde* advindo da indústria, que por sua vez deveria ser nacionalizada por um Estado forte, perde de vista exatamente essa radicalidade crítica. Essa concepção largamente difundida abandona o fato de que o próprio movimento interno do capital tornou seja o capital industrial seja o Estado político estruturas em ruínas.

Essa constelação histórica engendra de maneira decisiva a crise da sociedade fundada no trabalho. O que, aliás, parece-nos ser um dos grandes equívocos do marxismo tradicional ao se defrontar com a teoria da crise em Marx e com a Nova Crítica do Valor. Quando logo na primeira frase do *Manifesto contra do trabalho* lê-se que “um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho” (GRUPO KRISIS, 1999, p.13), o que está posto em questão não é que o trabalho tenha deixado de existir, ou que estejamos caminhando a passos largos para uma sociedade dominada por robôs. O que os teóricos do Grupo Krisis tinham em vista está longe de ser ficção científica. Nesse aspecto, muitas das críticas ao Krisis, imputando-lhe um catastrofismo e um messianismo como se proclamassem de fato o fim dos tempos podem revelar-se apressadas ou mesmo grosseiras. É bem verdade que a forma ensaio e o tom explosivo adotado por Kurz e seus companheiros dá ao *Manifesto* um tom apocalíptico, mas, como o próprio nome diz, trata-se de uma manifesto. O aprofundamento da teoria da crise pode ser encontrado em diversos textos publicados no mesmo período e posteriormente na *Revista EXIT!*

Cláudio Duarte e Raphael Alvarenga, ao se debruçarem sobre o que chamam de ruínas que Kurz supostamente encontraria na sociedade lastreada no valor apontam que,

a tese do “limite absoluto” já atingido pelo capital é em grande parte defensável – contra aqueles que querem simplesmente afirmar a saúde de um capitalismo tecnologicamente turbinado –, contanto que se perceba mais uma vez que isso também é mediado social e politicamente por “sujeitos” de classe. E também que a *teoria* não detém a totalidade – o real escapa sempre em alguma medida à conceituação – e por isso não pode virar uma profecia (como algumas vezes Kurz tentou fazer, dizendo que tudo seria decidido nas próximas décadas). Não há fim do sistema à vista a não ser como o resultado histórico de uma luta social de

superação prática e consciente do capital. (DUARTE & ALVARENGA, 2012, p.58)

Os autores se agarram uma vez mais à velha sociologia das classes hipostasiadas pelo marxismo de caserna ao qual eles mesmos dirigem severas críticas. Romper com a ontologia do trabalho sem romper com as categorias que ela própria imbrica como “sujeito” e “luta de classes” como fazem os autores é deixar a crítica a meio mastro<sup>157</sup>.

Na crítica a Kurz, os autores prosseguem questionando se “desqualificar todo ensaio de libertação mais ou menos frágil ou potente, do alto do castelo teórico, não seria apostar na ‘pureza’ teórica e na ‘impotência’? Não que a tendência à barbárie não exista, bem pelo contrário. Mas não se trata no fundo do velho gozo de intelectual alemão contemplativo, como sugeriu um dia Marx?” (Ibidem, p.58-9). Gomes (2012, p.102), por sua vez, busca demonstrar como as formulações do *Manifesto contra o trabalho* “não consideraram o quanto é favorável aos interesses das classes dominantes e/ou dirigentes” voltar a crítica contra o trabalho *em si*. Aliás, a desesperança e a suposta resignação atribuída ao pensamento de Kurz imputaria a esse uma negação das lutas sociais, provocando assim refluxos em diversos movimentos. Afirmar, por exemplo, que o trabalho está em crise, e que, portanto, o proletariado também está, poderia propiciar uma fragmentação das lutas que se perderiam em uma miscelânea amorfa. Nessas leituras, no mínimo apressadas, Kurz pode ser posto ao lado de teóricos como Hardt e Negri – estes sim capazes de apostar em uma *práxis* que advenha da *multidão* (2014) e não de interesses de classes –, ou mesmo de André Gorz em seu clássico *Adeus ao proletariado*. Ora, a Nova Crítica do Valor sem sombra de dúvida não comparece na mesma constelação teórica que esses autores nem pretende promover desesperança ou resignação. Em nenhum momento Kurz afirma que o proletariado tenha deixado de existir, como faz Gorz, antes pelo contrário, reconhece em diálogo com Debord que a proletarização do mundo, anunciada n’*A Sociedade do espetáculo*, nunca foi tão real como em tempos de crise do trabalho<sup>158</sup>.

O engodo imposto pela crise da sociedade lastreada no trabalho e sua relação contraditória com o crescimento do proletariado não é, infelizmente, uma contradição que se processa apenas na teoria, mas se realiza na sociedade em ato. Quanto mais obsoleto e inútil torna-se o trabalho, mais reivindicado ele é – afirmam-nos claramente os teóricos do Krisis no *Manifesto*. Isso não por qualquer desvario da consciência ou por qualquer

---

<sup>157</sup> Por sinal no mesmo número da Revista em que publicam o artigo acima citado, Claudio Duarte assina uma profícua crítica a *Ontologia do ser social* de Lukács. Cf. Duarte (2012).

<sup>158</sup> Cf. Kurz (1999).

ontologia a qual devemos tributo, mas, notadamente por que a crise da formação histórica fundada no trabalho não caminha ao mesmo passo da superação histórica dessa formação. Nos termos de Viviane Forrester (1997. p.8), “participamos de uma nova era, sem conseguir observá-la. Sem admitir e nem sequer perceber que a era anterior desapareceu. Portanto, não podendo enterrá-la, passamos os dias a mumificá-la, a considerá-la atual e em atividade, respeitando os rituais de uma dinâmica ausente.” E, “àqueles que se agarram ao corpo trêmulo das velhas formas e ditames do mundo que ‘já era’, não restará muito mais que o cadáver nu dos tempos em que pensar a partir delas ainda era possível” (BONIFÁCIO, 2015, p.176-7). Em outros termos, o trabalho está crise – e não apenas o capital<sup>159</sup> –; o que não implica que os trabalhadores ou que o proletariado tenham deixado de existir. O proletariado persiste sob a aparência fetichista de uma classe média crescente e precarizada, mas com uma significação muito distinta daquela atribuída por Lukács e Marx.

A acusação um tanto quanto autoconservadora de que a Nova Crítica do Valor e o rigoroso escrutínio dos limites internos promoveriam uma fragmentação das lutas favorecendo, ao fim e ao cabo, às classes dominantes perde de vista a larga distinção entre a economia política burguesa e sua crítica levada a último termo. Como bem afirma Adorno (1998, p.11), “a crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade – mas quando ao desobedecer, obedece”.

Sempre crítico às elaborações kurzianas, Ricardo Antunes é taxativo ao afirmar que “uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que, eliminando completamente o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo” (ANTUNES, 2002, p. 11). Ora, não haveria formulação que fizesse mais jus ao que Kurz compreende como limite interno e absoluto do processo de valorização. Em nenhum momento encontra-se nas formulações do *Krisis* qualquer afirmação de que o trabalho não exista mais; mas sim de que a expansão da parte constante do capital implica em uma dispensa relativa de força de trabalho que muito antes de tornar-se dispensa absoluta já opera como aporia fundamental à valorização.

Não é de modo algum necessário um mundo dominado por máquinas para que o trabalho esteja em crise, ou entre estado terminal. A discrepância do trabalho morto em relação ao trabalho vivo já superou pelo menos desde a década de 1980 no Brasil – e pelo

---

<sup>159</sup> Os termos da contradição capital x trabalho segundo os teóricos da Nova Crítica do Valor será desdobrado no segundo tópico deste capítulo quando expusermos o debate entre Kurz e Postone sobre o fundamentos da crise.

menos desde a década de 1970 nos países centrais – o limiar seguro para o processo de valorização.

Em que pese a irracionalidade imanente do modo de produção, mecanismos dos mais distintos ainda persistem a garantir a existência de trabalho e que a taxa de desemprego apenas oscile em pequena/média porcentagem sem descambar à uma carnificina generalizada. Todavia, a existência de postos de trabalho – formais ou informais – de maneira nenhuma garante produção de valor, garante quando muito a manutenção de um simulacro global. Daí a afirmação de nenhum modo infundada de que o trabalho “não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto.” (GRUPO KRISIS, 1999, p.13).

No cerne desse processo crítico está o que Marx denomina trabalho improdutivo, ou seja, trabalho incapaz de agregar valor ao valor produzido, portanto, incapaz de agregar mais-valor. Embora nodal para se compreender a teoria da crise e sua dinâmica concreta, o conceito de trabalho improdutivo permanece em grande medida obscuro na teoria marxista. Inicialmente, por que o próprio Marx apresenta tal conceito de maneira espaça e inacabada e, posteriormente por que grande parte dos teóricos marxistas deu pouca importância a ele para se compreender a dinâmica da crise, ou apenas o identificaram com capital especulativo e com uma suposta ganância subjetiva de seus agentes. O que buscaremos fazer a seguir é explicitar como o próprio Marx entende o conceito de trabalho improdutivo e, na sequência, como a Nova Crítica do Valor – sobretudo Robert Kurz – compreende a atualidade deste conceito.

Uma vez mais é na esfera da circulação que a contradição radical pode ser desvelada. Pois, embora momento necessário à reprodução do capital a esfera da circulação, como já vimos, é também o momento da desvalorização desses capitais. Isto porque no âmbito da circulação o capital não funciona como capital produtivo, apenas como capital-mercadoria e como capital monetário, o que implica na impossibilidade de se produzir mais-valor. Ou seja, “no interior da esfera da circulação, o capital percorre – numa ou noutra ordem de sucessão – as duas fases contrárias M-D e D-M. Seu tempo de curso decompõe-se, assim em duas partes: tempo que ele precisa para se transformar de mercadoria em dinheiro e o tempo necessário para a transformação contrária” (MARX, 2014, p.205). O que tem por implicação que

os agentes da circulação têm de ser pagos pelos agentes da produção. Mas se os capitalistas, ao comprarem e venderem entre si, não criam com esse ato qualquer

produto ou valor, isso não altera em nada quando o volume de seu negócio lhes permite e exige que transfiram essa função para outrem. Em muitos negócios, compradores e vendedores são pagos por uma porcentagem de lucro. Dizer que eles são pagos por consumidores não ajuda em nada. Os consumidores só podem pagar na medida em que eles mesmos, como agentes da produção, seja com base num título jurídico (como seus *associés* [sócios] etc.), seja por meio da prestação de serviços pessoais. (MARX, 2014, p.206).

Em suma, “tanto M-D como D-M são meras transposições de um dado valor de uma forma em outra” (Ibid.). São apenas metamorfoses do valor já produzido, incapazes de agregar mais valor a ele. “Portanto, esse tempo de trabalho [na esfera da circulação] é improdutivo, ainda que o desenvolvimento da produção de mercadorias demande uma ampliação daquelas funções, seja pela escala em que esse processo ocorre, seja para reduzir o limite negativo da valorização.” (COUTO, 2011, p.68). Em linhas gerais, o trabalho improdutivo em Marx é aquele que embora necessário à realização do valor, não é responsável, ele mesmo, pela produção desse valor. Não há extração de mais-valia na esfera da circulação. O que implica desde já, que todo o setor terciário, em que pese sua função imanente no sistema não é produtor de valor.

Todavia, a distinção entre o que seria produtivo ou improdutivo interiormente à abstração trabalho não se realiza sem dificuldades. Nesse aspecto, alerta-nos Kurz (1995, s.p) que “a distinção entre a ‘verdadeira’ criação de valor a atividade de ‘simples mediação’ (no sentido comercial, monetário ou jurídico) não é suficiente, pois ainda se apegam à definição imediata de cada dispêndio de trabalho”. De modo que,

à primeira vista, parece difícil imaginar como esta distinção possa ser mantida de modo analiticamente claro, sem cair em suposições arbitrárias. A este respeito, a teoria de Marx não tem à disposição instrumentos capazes duma afirmação unívoca; de maneira que o debate marxista sobre o "trabalho produtivo e improdutivo", escasso no seu conjunto, também não chegou a uma conclusão. É preciso, pois, indicar os critérios que tornem possível distinguir entre o dispêndio de força de trabalho humana formal e substancial, no sistema produtor de mercadorias. Convém primeiro distinguir entre trabalho produtivo e improdutivo num sentido *absoluto* e num sentido *relativo*. Improdutivo em sentido absoluto é o trabalho no sistema produtor de mercadorias quando, embora realizado em troca de remuneração monetária e no contexto da reprodução centrada no dinheiro, não produz por si próprio mercadorias (ou seja, não entra, como tal, na produção de mercadorias), ou quando os quase-produtos criados por ele assumem um carácter de mercadoria apenas formal e não substancial. Seria uma pseudo-solução, com apego exagerado ao empirismo, querer individuar o carácter substancial da mercadoria na tangibilidade "material" do produto, declarando "produtivo" por exemplo o trabalho para a produção de máquinas de lavar ou automóveis e "improdutivo" o trabalho do cabeleireiro, do funcionário dos correios ou do polícia, porque os "produtos" "corte de cabelo", "expedição de cartas" ou "segurança" não são materiais em sentido estrito. Semelhante definição teórica - cujo pano de fundo ainda é, de forma bastante clara, o materialismo vulgar produtivista do antigo movimento operário (industrial), com o seu falso orgulho

pelo produto industrial - constitui quando muito uma primeira e vaga aproximação ao problema. De facto, é impossível esclarecer a questão com uma definição positivista do caso singular e imediato. Pelo contrário, o carácter do trabalho "em si" improdutivo só pode ser deduzido do processo de reprodução do capital, em que o trabalho abstracto passa por diversas formas de transformação e de representação. Não é preciso que o carácter improdutivo de certos trabalhos seja determinado externamente por definições arbitrárias; antes, ele deve aparecer no próprio cálculo como "custo". As massas de trabalho improdutivo e o seu pagamento aparecem na perspectiva capitalista como "*faux-frais*" (Marx), como custos falsos. Porém, deve distinguir-se o nível de *capital singular* e o de *capital conjunto*. No plano do capital singular, isto é, da empresa, o trabalho improdutivo mas necessário pode facilmente ser indicado na forma de "despesas gerais", por exemplo, despesas com a gestão do pessoal, a contabilidade, a limpeza etc. Estas actividades são indispensáveis, num sentido técnico-organizativo, para o funcionamento geral da empresa; mas não entram na sua efectiva produção de mercadorias (a produção de automóveis ou de piasças, por exemplo), ainda que devam naturalmente ser remuneradas, tal como o trabalho da própria produção empresarial das mercadorias<sup>160</sup>.

No entanto, quando saímos da mera particularidade empírica e pensamos em termos globais – que é, em última análise, a escala na qual atua o capital – as coisas podem se passar de maneira distinta. Primeiramente, contudo, é preciso ter em vista que se por um lado essência e aparência não coincidem no âmbito da reprodução capitalista esses dois *momentos* não constituem um antagonismo absoluto, de modo que a aparência seja, por assim dizer, a negação positiva da essência. É preciso, portanto, ter em conta que as despesas gerais improdutivas dos capitais particulares reaparecem no plano do capital em seu conjunto. “As ‘despesas gerais’ improdutivas podem ser reduzidas [...] externalizando-as em empresas autônomas, mas no plano do conjunto da sociedade, elas são sempre uma subtração da mais-valia conjunta. A representação dos ‘custos’ (da empresa que cria mais-valia) como ‘ganhos’ (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto.” (Ibidem). O quiproquó aí imposto à consciência fetichista é que a determinação

---

<sup>160</sup> Acrescenta ainda Kurz (1995 s.p), “No plano do capital singular, o carácter improdutivo destes trabalhos não se manifesta absolutamente ("em si"), mas apenas relativamente, na medida que as "despesas gerais" duma empresa podem aparecer como produção substancial de mercadorias ou serviços da parte duma segunda empresa, que se especializou em fornecê-los a outras (por exemplo, uma firma que emprega pessoal de limpeza e oferece este "produto limpeza" a outras firmas). Do ponto de vista da economia empresarial, o trabalho de limpeza, improdutivo numa empresa automobilística, constitui por sua vez o trabalho produtivo da empresa de serviços, e ingressa portanto na sua produção substancial de mercadorias; ao passo que o trabalho dos contabilistas da empresa de limpeza faz parte de suas despesas gerais' improdutivas. É possível, porém, que uma terceira firma efectue a contabilidade para cada tipo de empresa, tornando esta a sua especial mercadoria-serviço para oferta: nesse caso, para os fornecedores destes serviços especiais, até a própria contabilidade se torna um trabalho produtivo em sentido empresarial. Pode-se imaginar toda uma cadeia desse género e, com efeito, a externalização de trabalhos considerados como "despesas gerais" para empresas de serviços constitui uma das grandes tendências da terceirização: graças à sua especialização, os fornecedores de serviços podem racionalizar os procedimentos operativos e, assim, fazer ofertas tais que a organização destes trabalhos no interior da empresa se torna antieconómica. A terceirização no sentido referido até aqui transforma, portanto, ao que parece, trabalho improdutivo em trabalho produtivo, através da simples autonomização formal em empresa própria”

da produtividade ou a improdutividade de dado trabalho diz respeito a contingências não localizáveis na esfera da produção *em si*, tampouco na materialidade da mercadoria ou do serviço produzido ou aos cálculos empresariais tendo em vista os capitais individuais. Apenas nos termos de uma teoria da circulação – nunca perceptível na empiria positivista – é que se pode captar o nó górdio do que constitui a improdutividade deste ou daquele trabalho. E nesse âmbito,

só é produtivo de capital aquele trabalho cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo *consumo* é recuperado de novo na reprodução ampliada. Só este consumo é um "consumo produtivo", não apenas imediatamente, mas também em referência à reprodução. Isso ocorre quando os bens de consumo são consumidos por trabalhadores que são por sua vez produtores de capital, cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital, num novo ciclo de produção de mais-valia. Inversamente, todos os bens de consumo que são consumidos por trabalhadores improdutivos ou por não-trabalhadores (crianças, reformados, doentes etc.) não retornam, como energia renovada, na criação de mais-valia: no plano do conjunto da sociedade, trata-se apenas de um consumo que desaparece sem deixar rastros e sem impulsionar a reprodução capitalista. (KURZ, 1995, s.p).

Nessa chave interpretativa, o trabalho, por exemplo, de um policial é rigorosamente improdutivo, pois o consumo de seus produtos/serviços “desde o início não entra, de modo algum no consumo produtivo”. (Ibidem). No entanto, a produção de carros de combate – exemplifica Kurz – por mais *material* que seja é igualmente improdutivo. Porque o consumo desta mercadoria não retorna em nenhum momento à esfera da criação de mais-valor. Ao passo, que o trabalho docente, que não produz de modo algum mercadorias tangíveis como carros de combate revela-se como trabalho produtivo; pois o que, por assim dizer, produz é ao menos potencialmente algo que retornará à esfera da produção de mais-valor, precisamente como força humana de trabalho. O trabalho doméstico que por vezes é tratado seja pelo marxismo tradicional seja por diversos movimentos feministas como a contra-face do trabalho abstrato, não entrando, portanto no cálculo racional do ganho e na produção de mais-valor, deveria ser considerado trabalho abstrato e produtivo precisamente pelo fato de se engendrar na esfera reprodutiva como condição necessária a esta. Nesse aspecto Scholz (1992, s.p) afirma-nos:

Ainda que tanto os trabalhos domésticos como a educação dos filhos representem de certo modo o reverso do trabalho abstrato e não possam por isso ser apreendidos teoricamente com o conceito de "trabalho", isso não significa que eles estejam absolutamente livres de aspectos instrumentais ou de normas "protestantes". Eis por que a meu ver se deve procurar um terceiro conceito, com o qual se possa definir com mais precisão teórica a actividade tradicional da mulher na esfera da reprodução, já que o termo "actividade" é por demais difuso e possui um carácter excessivamente genérico. Além disso, por intermédio do conceito

"actividade" poder-se-ia alimentar o velho mito da dona de casa ociosa. Essa questão, longe de ser irrelevante, não pode entretanto ser desenvolvida aqui. Na falta de tal esclarecimento, sirvo-me de ora em diante do insatisfatório conceito de "actividade" ao tratar do "trabalho" na esfera da reprodução.

Essa desmistificação do conceito de trabalho improdutivo nos permite compreender que o que está em ruínas e, portanto, persiste a dominar a sociedade como um cadáver não é imediatamente o trabalho, mas o trabalho produtivo. O que não pode em hipótese alguma ser confundido com o trabalho abstrato; este persiste existindo sob diversas formas, ainda que o emprego torne-se escasso. Se o trabalho produtivo é sensivelmente reduzido pela dispensa relativa [e constante] de força de trabalho, mas os trabalhadores [que segundo Kurz, não existem de outro modo senão como sujeitos sujeitados monetarizados] persistem existindo, e carecem sobreviver, formas improdutivas de trabalho se multiplicam a fim de circular o dinheiro já descolado de sua base real, o valor. A revolução terciária se inscreve precisamente nesse movimento [e Kurz (1995) se empenha em demonstrar isso]; mas ela mesma já parece ultrapassada por seus próprios limites.

Ante tal irracionalidade, formas esquizoides de trabalho começam se multiplicar. Fábio Pitta em seu estudo sobre as transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista apresenta-nos o prosaico exemplo das mulheres catadoras de pedras em áreas de plantio. “No caso da recolha de pedras, por exemplo, o que está em questão é a limpeza do terreno para permitir a entrada da colheitadeira de cana. Em locais com muitas pedras, suas lâminas que cortam rente ao solo, se danificam, causando prejuízos aos produtores de cana.” (PITTA, 2016, p.367). Todavia, como seu próprio estudo demonstra, assim como o de Silva, Bueno e Melo (2014) a catação de pedras não é universal “para a lavoura canavieira paulista, nem brasileira” (PITTA, 2016, p.391). Conforme Pitta relata em sua tese, a colheitadeira bem que poderia operar a despeito das pedras na lavoura; mas como há uma grande massa de pessoas – em sua maioria mulheres – sem qualquer fonte de renda; e, portanto, constrangida a aceitar as formas mais degradantes e mal remuneradas de trabalho, a catação torna-se alternativa. Mas seria verdadeiramente dispensável. É um trabalho que de modo algum contribui para a produção, reprodução ou realização do valor.

No entanto, não é necessário recorrermos a exemplos tão extremos e particulares para demonstrar a (i)racionalidade das formas de trabalho que se multiplicam. Em janeiro de 2017 a edição brasileira do Jornal *El País* publicou uma matéria sobre o que chamou de



“epidemia de estudos inúteis” na ciência<sup>161</sup>. Estudos que aparentemente têm como única função garantir o trabalho e a remuneração daqueles que as desenvolvem e incrementar o número de patentes, que tornam-se, como que por mágica, dinheiro, ainda que sem nada produzir de fato.

A ideologia do empreendedorismo, cada vez mais incutida no cotidiano de trabalhadores precarizados, sobretudo na periferia, compõe esse mesmo quadro. A assim chamada economia criativa, que tem em Schumpeter (1984) seu grande ideólogo, não faz outra coisa senão reiterar a lógica da improdutividade.

Ao longo do último século, o número de trabalhadores empregados como domésticos na indústria e no campo colapsou drasticamente. Ao mesmo tempo, triplicou o de profissionais, administradores, secretários, vendedores e funcionários de empresas de serviços, passando de um quarto para três quartos do total de empregos. Em outras palavras, os trabalhos produtivos, como previsto, foram em grande parte automatizados (mesmo se você contar com todos os trabalhadores da indústria no mundo, incluindo as massas que fazem trabalho pesado na Índia e na China, eles já não representam uma porcentagem tão alta da população mundial, como costumava ser). Mas em vez de permitir a redução maciça do horário de trabalho para dar liberdade à população mundial de perseguir seus próprios objetivos, prazeres, projetos e ideias, acabou inflacionando não apenas os setores de serviços e os administrativos, mas também a criação de indústrias inteiras, como a de serviços financeiros ou telemarketing, ou a expansão sem precedentes de setores como direito empresarial, administração acadêmica e de saúde, recursos humanos e relações públicas. E esses números nem sequer refletem todas essas pessoas cujo trabalho é prestar apoio administrativo, técnico ou de segurança para essas indústrias, sem mencionar toda a gama de setores secundários (tratadores de cães, entregadores de pizza na madrugada etc.), que existem apenas porque todo mundo está gastando muito do seu tempo trabalhando em todos os outros setores. (GRAEBER, 2016, s.p).

A grande questão é que nem do ponto de vista do próprio capital estas formas de trabalho fazem de fato algum sentido; corroboram apenas a constituição de um grande simulacro onde parcelas da população podem ainda continuar a consumir, mesmo que esse consumo só seja possível por meio do triplo endividamento das pessoas, das empresas e dos Estados.

O que não quer dizer que esses trabalhos inúteis do ponto de vista do uso e improdutivos do ponto de vista do valor não tendam a continuar se multiplicando ainda por décadas. O conjunto de reformas engendrado pelo Governo Temer intenta precisamente isso. Aliás, não se trata mais aqui de reformas que tendem meramente a flexibilizar o trabalho como se viu na guinada neoliberal da década de 1990, mas do

---

<sup>161</sup> Cf. [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/internacional/1484073680\\_523691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/internacional/1484073680_523691.html).

completo desmantelamento das estruturas de regiam politicamente uma sociedade movida e determinada pelo trabalho produtivo.

Gaudemar (1977) nos ajuda a compreender esse movimento na medida em que nos apresenta de que maneira a mobilidade do trabalho é estratégia fundamental à reprodução ampliada do capital. Mobilidade esta que só é possível pela dupla liberdade imposta aos trabalhadores.

Para responder ao papel de mercadoria particular que lhe é atribuído, a força de trabalho deve ser livre sob dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre (GAUDEMAR, 1977, p.189-190).

No entanto, “toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente de mobilidade forçada” (Ibidem, p.17). O que implica que em verdade a liberdade pressuposta ao portador da força de trabalho é, antes do mais, uma liberdade duplamente negativa: livre dos meios de produção necessários à própria sobrevivência e *livre* para vender a força de trabalho da qual é *proprietário*. A mobilização completa do trabalhador ao capital realiza-se tanto espacial (na forma da migração, por exemplo) quanto temporalmente (desdobrando-se em vários trabalhos ou funções de forma concomitante). “Por intermédio de sua mobilidade, a força de trabalho está, portanto presente no mercado de trabalho, de onde quer que provenha, tanto de esferas não capitalistas como nas esferas capitalistas.” (Ibidem, p.342).

Em tempos em que o trabalho produtivo torna-se cada vez mais raro, mas a simulação de sua existência se faz mais que nunca necessária. As reformas impostas pelo Governo Temer têm em vista precisamente essa mobilidade forçada que se não resolve a aporia da desvalorização do valor, ao menos garante a circulação de *dinheiro sem valor*, o que do ponto de vista cego da economia política burguesa *reaquece* a economia. A regulamentação do trabalho intermitente é a manifestação mais explícita desse subterfúgio. “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador” (BRASIL, 2017). A lei expressa ainda que “o contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de

trabalho intermitente” (Ibidem). O que implica na determinação do acordado sobre o legislado. O que é determinado pela CLT perde qualquer validade se contratante e contratado acordarem novos termos. O que mediante a um desemprego estrutural crescente só pode representar a regulamentação da precarização extrema das condições de trabalho.

Em outros termos, o que a regulamentação do trabalho intermitente possibilita é o barateamento dos custos despendidos com a compra da força de trabalho; o que torna possível, ao menos de imediato, a extração de mais-valia absoluta sem que necessariamente se aumente a jornada de trabalho do ponto de vista do capital particular (isso por que, do ponto de vista do capital global, há sim um aumento do tempo de trabalho porque um mesmo trabalhador poderia supostamente trabalhar em mais de uma função de maneira concomitante). Pois para além do salário propriamente dito todos os encargos como FGTS e INSS também compõem os custos da força de trabalho. Todavia, como demonstramos, independentemente da massa de capital investida em compra da força de trabalho, parte significativa dos trabalhos desempenhados não é capaz de produzir mais-valor; cumpre apenas função acessória em seu processo de reprodução; ou apenas garante a circulação de dinheiro. Nesses casos, a contratação de um trabalhador sob esses novos moldes garante a redução dos custos da circulação do valor produzido. Em termos políticos tal manobra é vendida ainda como uma forma de redução do desemprego, o que se mostra claramente falacioso. Primeiramente porque nenhum portador de capital vai despendar mais dinheiro para a compra de força de trabalho apenas porque esta se tornou mais barata se não houver uma demanda real de consumo que justifique esse aumento da produção. Segundo, porque além de não se reduzir os índices de desemprego, um número cada vez maior de trabalhadores não contarão com um contrato fixo, ampliando a informalidade e, por fim, o desemprego. Por fim, com a precarização do trabalho e a redução dos salários, o poder de consumo da classe trabalhadora é uma vez mais reduzido, impedindo que haja, por exemplo, o aumento da demanda interna necessária a contratação de mais força de trabalho.

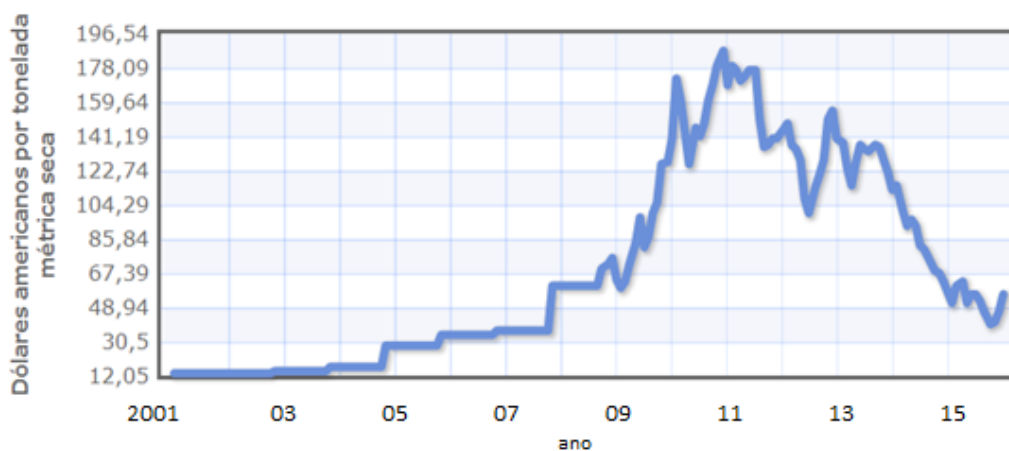
A um primeiro olhar, a intermitência do trabalho apenas poderia se apresentar como um subterfúgio à crise de valorização tendo em vista a demanda dos capitais internacionais, seja quando esses demandarem a exportação majorada de *commodities*, seja no intuito de atração de capitais internacionais para produzirem em território brasileiro,

sustentando assim, a ilusão de um alto PIB. Todavia, essa possibilidade também pode se revelar ilusória.

Primeiro porque o *boom* das *commodities* que possibilitou o crescimento da economia brasileira durante o governo petista faz parte de um passado recente – como, aliás, o próprio declínio das taxas de crescimento chinesas nos evidenciam.

Segundo porque não é apenas a economia brasileira que se encontra em declínio, de modo que a expansão dos capitais internacionais para as periferias do mundo, que na década passada transparecia como válvula de escape para o capital em processo de desvalorização, já se mostrou insuficiente.

Esses dois momentos compõem, contudo, um único movimento que se comunica precisamente à redução da produção imposta pelo crescimento do trabalho improdutivo em relação ao produtivo. Tomemos como exemplo o caso da produção de minério tão cara à economia brasileira. Desde 2013 a demanda global por essa *commodity* caiu abruptamente, como demonstra o gráfico a seguir.



**Gráfico 5:** Preço (em dólares estadunidenses) do minério de ferro nos últimos 15 anos (março de 2001 a março de 2016) Fonte: Steel Index *apud* Von Sperling, 2016.

“Entretanto, desde então, as mineradoras aumentaram a extração.” (VON SPERLING, 2016, p.11). Tal irracionalidade seria explicada pelo simples fato de que quanto mais baixo o preço do minério vendido, mais minério careceria ser vendido para que o lucro do setor minerário se mantivesse. No entanto, com cada vez mais minério a disposição no mercado os preços são ainda mais reduzidos. Nesse contexto, o trabalho *a priori* produtivo dos trabalhadores do setor de mineração torna-se improdutivo, na medida em que independentemente do valor que produzam esse valor não se realizará – ao menos

de imediato – na esfera da circulação. Ante esse conjunto desfavorável aos capitais não é possível de imediato se pensar nem em um incremento na demanda do setor, tampouco na atração massiva de capitais internacionais para produzirem mercadorias que não tem mais a capacidade de circulação de outrora.

Claro que do ponto de vista dos capitais particulares o escopo da reforma trabalhista faz sentido, na medida em que barateia os custos de cada empresa; mas, do ponto de vista do capital global, tal medida apenas desliza o problema da desvalorização sobre o solo da contradição sem em nenhum momento aparecer como resposta real a ele.

No mesmo conjunto de reformas, a Reforma da Previdência e a Reforma do Ensino Médio também carecem ser notadas com cuidado. Não nos deteremos, contudo, nas filigranas das leis. Também não nos empenharemos em demonstrar o quão nocivas à formação humana e a vida de modo amplo elas podem se revelar. O que nos interessa aqui é demonstrar em que medida elas são engendradas como tentativas de contornar a crise posta, mas acabam por agravar suas manifestações mais vitais. Ou seja, podem se revelar aporéticas não apenas do ponto de vista das necessidades humanas, mas também das necessidades do próprio capital.

A implicação mais imediata da Reforma da Previdência é o dilatamento do tempo de contribuição necessário à aposentadoria. Consideremos o exemplo hipotético de um homem que passe a contribuir aos 20 anos de idade. Imaginando a hipótese ideal de que ele nunca deixe de contribuir, ou seja, que ele nunca fique sem contrato formal de trabalho ele só se aposentará, de acordo com a nova lei, aos 69 anos de idade, com a antiga legislação ele se aposentaria aos 58<sup>162</sup>. Há aqui que se considerar que a expectativa de vida dos homens brasileiros, segundo dados recentes do IBGE, é de 71,9 anos. Ou seja, se nunca deixar de contribuir, nosso trabalhador hipotético só se aposentaria menos de três anos antes da morte. Considerando, todavia, a premência dos contratos intermitentes de trabalho, os vínculos empregatícios mais duradouros que permitiriam a contribuição contínua se tornarão cada vez mais raros, tornando a aposentadoria uma quimera. Outra variável que deveria ser considerada é o fato de que o crescimento ou a redução da expectativa de vida de uma população está diretamente vinculada (embora não determinada) pelas condições de trabalho as quais ela está submetida. Quanto mais degradante a forma de trabalho menor a expectativa de vida, de modo que a precarização

---

<sup>162</sup> Cálculo feito a partir do aposentômetro. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/paulopaim/Informes/calc.html>. Acesso em 14 de Agosto de 2017.

do trabalho pode reduzir ainda mais a vida do trabalhador brasileiro tornado a aposentadoria de fato impossível.

No outro polo do conjunto de reformas, o Novo Ensino Médio, que logra uma formação claramente voltada ao mercado, aprofunda ainda mais o desemprego e a precarização. De acordo com o portal do MEC,

o currículo do novo ensino médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Por exemplo, a área de ciências humanas compreende história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos 3 anos de ensino médio serão língua portuguesa e matemática. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida.<sup>163</sup>

O fato de apenas português e matemática serem disciplinas obrigatórias no Ensino Médio já coloca aí a possibilidade real de disciplinas como História, Geografia e Filosofia desaparecerem do currículo, sendo *contempladas* apenas enquanto componentes curriculares. O que quer dizer que a Geografia, por exemplo, poderia ser *contemplada* na aula de matemática através de cálculos de escala ou fuso horário. A retirada dessas disciplinas abriria espaço para uma formação supostamente mais livre, modelada pelo estudante conforme seu interesse. Mas aí um primeiro entrave já se coloca. Pois, de acordo com o próprio MEC, “cada estado organizará o seu currículo considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida” (Ibidem). O que significa que além de amputar uma formação mais ampla em função de “áreas eletivas”, não há nenhuma garantia de que todas essas áreas estarão disponíveis em todas as escolas, em todos os municípios ou mesmo em todos os estados. O que obrigaria os estudantes ou a longos deslocamentos ou a desistência em construir sua própria formação. Ao fim e ao cabo, o que Novo Ensino Médio almeja – e diante de altos índices de desemprego infelizmente encontra coro na sociedade civil – é um currículo que tolhe a formação humana em prol de uma formação para o trabalho, este último sempre mais precarizado. O que pode ser notado no próprio texto sobre a reforma disponível no

---

<sup>163</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem\\_02](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_02). Acesso em: 14 de Agosto de 2017.

site do MEC. Das cinco “áreas eletivas” a serem ofertadas no Novo Ensino Médio a única que é minimamente detalhada do ponto de vista de seus conteúdos é a quinta, justamente a “formação técnica e profissional”<sup>164</sup>. O que nas entrelinhas já aponta que na impossibilidade – ou no desinteresse – de se ofertar as cinco áreas, a “formação técnica e profissional” deve ser privilegiada.

No entanto, do ponto de vista do próprio capital tal reforma pode revelar-se um engodo. Vejamos.

Já de imediato a supressão de várias disciplinas que deixariam de ser obrigatórias tornando-se apenas componentes curriculares criaria uma considerável massa de professores desempregados ou precarizados em outras funções. Aumentar-se-ia assim, já em um primeiro momento, o desemprego, que notadamente traz consigo a redução do poder de consumo e o endividamento que dificilmente será pago com trabalhos futuros cada vez mais escassos.

Mais adiante, a própria profissionalização do ensino pode revelar-se inútil tanto para o educando quanto para o capital de maneira ampla. Primeiramente, porque sendo o desemprego estrutural, e não mera conjuntura que deve tributo a um déficit na formação, já não haveria empregos suficientes nas áreas contempladas pelo Novo Ensino Médio. O que se torna ainda mais grave quando os trabalhadores já inseridos no mercado tem seu horizonte de aposentadoria distendido em cerca de uma década. Se, como notamos sem muito esforço, a inserção no mercado, o primeiro emprego, já é hoje uma barreira ao estudante/trabalhador, esta tenderá a crescer largamente na medida em que a força de trabalho é largamente dispensada do processo produtivo e os trabalhadores já no mercado não irão, por assim dizer, deixar suas cadeiras vagas, antes dos setenta, setenta e cinco anos...

A quem, a que, e em que medida tais reformas serviriam? Primeiramente há que se ter em vista que toda a estrutura aqui apresentada no que concerne à circulação e a desvalorização dos capitais passa às costas da economia política burguesa incapaz de compreender a negatividade imanente a esse movimento e ainda presa a categorias da economia política clássica que hoje assumem função rebarbativa na reprodução do capital –

---

<sup>164</sup> “A formação técnica e profissional será mais uma alternativa para o aluno. Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2400 horas do ensino médio regular e mais 1200 horas do técnico. O novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular desde que ele continue cursando Português e Matemática até o final. E, ao final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico.” (Ibidem).

a exemplo da Lei de Say<sup>165</sup>. Assim, o que o Governo Temer e os distintos capitais privados que os mantêm têm em vista não é o capital em seu movimento global, mas sim os capitais particulares que podem se mostrar mais ou menos lucrativos no tempo imediato. Em que pese o fato de as Reforma da Previdência e do Ensino Médio – principalmente se analisadas em conjunto – não terem nenhum valor de uso nem às necessidades humanas e nem às do capital global, não é isso que está em questão para as forças propulsoras dessas medidas. Mesmo as leis cegas da economia política burguesa seriam capazes de notar que o tempo necessário de contribuição para aposentadoria ser idêntico ao tempo de vida do trabalhador se revelaria tão logo uma aporia ao próprio capital. Essa é, antes do mais, uma medida imposta para que não se realize. Em outros termos, a intenção que subjaz é da privatização paulatina do setor previdenciário. Uma vez que a previdência pública se tornaria inútil para o trabalhador.

Não é novidade, aliás, o discurso de que a previdência pesa muito sobre as contas do Estado e, como tal deveria ser privatizada, reduzindo assim o tamanho do Estado. Motivada exatamente por esse discurso largamente difundido, Denise Gentil (2006) se empenhou em demonstrar como a crise nas contas da previdência é falsa. De acordo com a autora, já naquele momento havia

um clima de preocupação com relação à capacidade de sustentação financeira do sistema previdenciário. A opinião dominante no país é de que o déficit do sistema está em crescimento. Dados do Ministério da Previdência apontaram um resultado previdenciário negativo de R\$ 37,5 bilhões em 2005. As projeções atuariais do RGPS apontam que o gasto previdenciário representará 7,43% do PIB em 2010 e o déficit chegará a 2,0% do PIB naquele ano. Para 2020 projeta-se uma despesa previdenciária de 7,86% do PIB e um déficit de 2,4%. As projeções vão mais longe e prevêm um déficit de 2,95% PIB em 2030. Criou-se uma atmosfera de ameaça envolvendo a insolvência da previdência e da seguridade social. Diante dessa aparente gravidade dos dados, medidas urgentes deveriam ser tomadas, pois não se trataria apenas de assegurar, com uma reforma da previdência, o pagamento de benefícios pactuados, mas de reduzir a pressão sobre os recursos públicos, liberando fontes para investimentos públicos e outros gastos sociais. (GENTIL, 2006, p.228).

No entanto, prossegue a economista afirmando que essas conclusões,

partem de métodos questionáveis de aferição do problema. Primeiro, porque o resultado financeiro da previdência é obtido a partir do cálculo do *resultado previdenciário*, que, [...] “trata-se de uma manobra contábil adotada pelos formuladores das políticas econômicas dos anos 1990”. Essa metodologia de aferição não considera o que foi definido pela Constituição Federal como sendo a

---

<sup>165</sup> Aos não habituados com o termo, convém esclarecer que a Lei dos mercados de Say – ou simplesmente Lei de Say – elaborada pelo economista francês Jean-Batiste Say pressupõe tautologicamente a identidade entre oferta e demanda enquanto regulação dos mercados. Em outros termos, o que está pressuposto em Say é que a oferta cria sua própria demanda.



totalidade das receitas que estão vinculados à previdência. Segundo, porque, o governo federal, não gera demonstrativos financeiros e contábeis específicos do orçamento da seguridade social e, por consequência, impede que se possa constatar que o sistema, ao contrário do que usualmente se divulga, gera um excedente de recursos de magnitude expressiva, que é desviado para o orçamento fiscal e alocado em despesas de várias naturezas, deixando de atender às demandas urgentes por serviços de saúde e assistência social, bem como para a melhoria do próprio sistema de previdência social. (Ibidem, p.228-9).

De acordo com a investigação de Gentil, o setor previdenciário brasileiro foi superavitário em onze dos dezesseis anos levantados em sua tese (de 1990 a 2005). Notadamente, uma atualização da pesquisa de Gentil tendo em vista a última década seria profícua para dar maior precisão aos dados recentes. No entanto, a queda das taxas de desemprego – em termos absolutos – na última década, acompanhado pelo aumento do poder de consumo de parcelas significativas da população brasileira nos permite inferir um aumento na contribuição previdenciária mais significativo do que o aumento de aposentadorias no mesmo período. Os dados do IBGE referentes à série histórica 2001-2011 corroboram nosso entendimento. De acordo com os dados, a porcentagem de contribuintes (na população com 10 ou mais anos de idade e ocupada) do sistema de previdência social passou de 45,68% para 58,49%. Se considerarmos apenas o período posterior a tese de Gentil (2006-2011) verifica-se um aumento de 11% no número de contribuintes, passado de 48,57% para 58,49%, como demonstra a tabela a seguir.

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Contribuintes (%)	45,68	45,14	46,31	46,37	47,21	48,57	50,5	52,03	53,48	58,49

**Tabela 6:** Contribuição ao Sistema Previdenciário no trabalho principal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada no período de 2001 a 2011. Fonte: IBGE. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD308&t=contribuicao-sistema-previdenciario-trabalho-principal-populacao>. Acesso em: 14 de Agosto de 2017.

O que se percebe, portanto, é que a Reforma da Previdência não tem como fundamento uma crise do setor previdenciário que oneraria de fato o Estado. Este último, aliás, perderia em arrecadação no caso da total privatização do setor previdenciário. O que está em voga é assim, não a diminuição do Estado por si mesma, mas a extensão do capital privado onde não poderia antes penetrar ou apenas penetraria precariamente. Trata-se, em suma, do capital em seu limite interno absoluto cada vez mais palpável buscando a todo custo dilatar os limites externos, tornado lucrativos espaços e tempos que não o eram.

A Reforma do Ensino Médio pode ser compreendida dentro deste mesmo movimento. Gigantescos capitais como os da Fundação Lemann tem migrado de maneira agressiva para o setor do ensino, cada vez mais compreendido como possibilidade de

investimento. Não em vão uma fundação que historicamente investiu no capital bancário e financeiro detendo empresas bilionárias como a Itaú-Unibanco vem assumindo papel de destaque nos encontros que debatem a BNCC e, tem como grande *slogan* o *apoio* a oito redes públicas de ensino em distintas regiões do país por meio do programa Gestão para a Aprendizagem (ver figura 11).

Essa possibilidade de investimento no *setor do ensino* não é uma novidade no Brasil, tampouco o é para a própria Fundação Lemann. No entanto, a urgência e a veemência dessa agenda na década atual não encontram precedentes. Em janeiro de 2015 uma reportagem da Revista *Época*<sup>166</sup>, notadamente, localizada na seção de negócios dá destaque ao projeto de Lemann. Assim Jorge Paulo Lemann nos é apresentado pela publicação virtual:

O homem mais rico do Brasil, com uma fortuna de US\$ 19,7 bilhões. O banqueiro que se transformou em um dos empresários de maior sucesso do capitalismo brasileiro. O criador de uma escola focada em metas, prazos e bônus – a única genuinamente nacional, defendem alguns. O gestor que assume empresas decadentes e as transforma em potências. O dono de marcas globais como Heinz, Budweiser e Burger King. O sujeito que nos finais de semana se dedica à pesca submarina. O ex-tenista que abandonou a carreira ao perceber que era bom nas quadras, mas não o suficiente para ser um dos melhores do mundo. O líder mais admirado pelos jovens brasileiros. O amigo-colaborador-parceiro de nomes como Sam Walton, Warren Buffett e Jim Collins.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> *Época* é uma revista semanal de grande circulação (média estimada em aproximadamente 350 mil exemplares) no Brasil publicada pela Editora Globo desde 1998.

<sup>167</sup> Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/01/como-jorge-paulo-lemann-o-homem-mais-rico-do-brasil-pretende-mudar-educacao-no-pais.html>. Acesso em 14 de Agosto de 2017.

# 1 ANO

## DE APOIO E PARCERIA COM REDES DE ENSINO QUE ESTÃO TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO

### CAMPINA GRANDE

- Desenvolvimento e implementação da política de acompanhamento pedagógico, constituindo equipe e rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Reformulação da avaliação diagnóstica semestral para alunos de 3º, 5º e 9º anos
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento estratégico a partir de dados de IDEB e Prova Brasil envolvendo equipe da secretaria e escolas

### PONTA GROSSA

- Desenvolvimento e implementação da política de acompanhamento pedagógico, com constituição de equipe e de rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento estratégico a partir de dados de IDEB e Prova Brasil envolvendo equipe da secretaria e escolas
- Apoio no desdobramento das diretrizes curriculares de cada ano escolar por trimestre

### CASTRO

- Qualificação da política de acompanhamento pedagógico, com criação de um guia orientador para equipe técnica
- Implementação de nova rotina de acompanhamento pedagógico, com apoio a todas as escolas da rede
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento estratégico a partir de dados de IDEB e Prova Brasil envolvendo equipe da secretaria e escolas

### ALAGOAS

- Desenvolvimento e implementação da política de acompanhamento pedagógico, com constituição de equipe e de rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Qualificação do processo de seleção de gerentes regionais e de profissionais para compor a equipe de acompanhamento pedagógico
- Apoio para promoção de cultura de responsabilização das equipes pelos resultados de aprendizagem dos alunos

### SERGIPE

- Desenvolvimento e implementação da política de acompanhamento pedagógico, com constituição de equipe e de rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento estratégico a partir de dados de IDEB e Prova Brasil envolvendo equipe da secretaria e escolas
- Apoio para promoção de cultura de responsabilização das equipes pelos resultados de aprendizagem dos alunos

### CAMPOS DO JORDÃO

- Qualificação da política de acompanhamento pedagógico, com revisão de atividades da equipe e aprimoramento das rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Desenvolvimento de ferramentas de planejamento estratégico a partir de dados de IDEB e Prova Brasil envolvendo equipe da secretaria e escolas
- Apoio para reestruturar o programa de reforço escolar

### FRANCA

- Apoio para reestruturar processos do planejamento docente coletivo, aumentando o tempo dos alunos em sala de aula
- Desenvolvimento e início da implementação da política de acompanhamento pedagógico, constituindo equipe e rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Apoio para criação de plano emergencial de reforço para turmas de 1º a 5º ano, após diagnóstico de alto índice de alunos não alfabetizados

### TAUBATÉ

- Qualificação da política de acompanhamento pedagógico, com formação de equipe e aprimoramento das rotinas de trabalho conjunto com todas as escolas da rede
- Apoio para a implementação de avaliação padronizada para todos os anos
- Apoio para qualificação e implementação do Projeto Redes (reforço para minimizar a distorção idade/série)

**Figura 11:** Redes de ensino que estabeleceram parceria com a Fundação Lemann desde agosto de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/1-ano-transformar-educacao/>.

A publicação prossegue, no entanto, apresentando um Lemann que supostamente “não conhecemos direito”, o “educador”. Diz a Revista *Época*,

Nos últimos 20 anos, o maior empresário do Brasil vem se esforçando para deixar outro legado além do método de gestão dos conglomerados que construiu: ele também quer melhorar a educação brasileira em uma escala inédita. Desde 1991,

quando criou a Fundação Estudar, com os sócios Beto Sicupira e Marcel Telles, o bilionário colocou os pés no setor. Nos últimos três anos, porém, a investida ganhou senso de urgência (Ibidem).

Esse “senso de urgência” de Lemann implica em um projeto vultoso que atingiria 50 milhões de pessoas utilizando-se dos diversos mais meios: plataformas de ensino adaptado, algoritmos para vestibular, aulas em vídeo, bolsas de pesquisa para educadores, formações para professores e até inserções em novelas. As fundações criadas pelo bilionário se encarregariam no financiamento do projeto.

A Fundação Estudar custeia bolsas de estudo para graduação e pós-graduação e oferece treinamentos; a Fundação Lemann testa tecnologias para melhorar em massa a qualidade da educação e também distribui bolsas, mas apenas para pós-graduação; o gestor Gera Venture investe em startups e compra operações educacionais que não têm dinheiro para crescer; e o centro de estudos Lemann Center, em Stanford, na Califórnia, incentiva pesquisas sobre alguns dos principais problemas do setor no Brasil. (Ibidem).

A publicação segue sua propaganda ao projeto de Lemann e mostrando total desconhecimento em relação às questões afeitas ao ensino afirmando que “não é porque trabalham com algo intangível e tantas vezes subjetivo como educação que os executivos da Fundação Lemann, por exemplo, não têm metas agressivas.” Não é de estranhar, pois, que à medida que os projetos da Fundação Lemann avançam, a educação brasileira sofra um duro golpe com o congelamento dos investimentos pelos próximos vinte anos. Como também não é de se estranhar que em um momento de grande austeridade, o Banco Itaú, cujos capitais são diretamente vinculados a Lemann, tenha ganho de causa em uma ação envolvendo 25 bilhões em impostos<sup>168</sup>.

Em outros termos, o que está em jogo em todo esse conjunto de reformas não é *per se* uma redução do Estado, ou mesmo a atuação dele sob certo receituário neoliberal; mas uma brutal investida dos capitais privados de alto rendimento em direção a setores ainda *pouco explorados* em termos capitalistas. Pois é preciso ter em vista que estes capitais também estão em concorrência entre si, e, em momentos de desvalorização global carecem postergar sua derrocada individual. O Estado, mais que nunca Estado *oiconomus*, fornece o solo necessário a esse movimento. Para que as previdências privadas sejam uma alternativa inviabiliza-se a previdência pública, para que os bilionários projetos na área do ensino sejam possíveis, congelam-se os investimentos em educação, etc.

---

<sup>168</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/carf-decide-favor-do-itaú-em-processo-de-25-bi-de-impostos-21186804>.

Não apenas a despeito dessas estratégias de rendimento, mas, sobretudo graças a elas; uma massa cada vez maior de pessoas será relegada ao *aterro sanitário social*, pois não terão de modo algum capacidade financeira de custear uma previdência ou uma educação privada. Notadamente, a lógica subjacente é de todo insensível a isso. Como nos diria Kurz,

Quando se lê aquilo que se acha escrito em letras minúsculas, a imunda simpatia dos atuais defensores da liberdade não oferece aos excluídos deste mundo nenhuma promessa de que serão, em sua existência corpórea *per se*. Pelo contrário, em toda a sua abissal deslealdade, a promessa diz apenas: lamentamos profunda e infinitamente o fato de que tenhais (possivelmente por sua própria culpa, porque não vos esforçaste o bastante e não adotaste os valores ocidentais, etc.) sido excluídos da sua capacidade de valorização e, com isso, do universalismo do valor; e tencionamos fazer tudo que esteja ao nosso alcance para que entrem uma vez mais, ou então, cheguem a adentrar (se vós próprios arregaçardes firmemente as mangas e aceitares todos os abusos agradecidamente como se fossem presentes). Afinal de contas seria maravilhoso se, na fantástica condição da subjetividade do valor (capacidade de trabalho e mercado), todos os seres humanos pudessem ser reconhecidos como portadores de direitos humanos inalienáveis (2010a, p. 99).

Todavia, a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população das condições mais básicas de produzir a própria vida pode revelar-se aporética ao próprio capital global. Inicialmente pela redução do consumo destes excluídos – ou incluídos em condições precárias – que limitaria uma vez mais a realização do valor posto em circulação, demandando uma vez mais políticas de assistência por parte do Estado. Como mesmo um teórico distante de uma crítica radical do valor como Thomas Piketty pode bem captar, a acumulação extrema de capital [dessubstancializado] em pequenas parcelas da economia, imputando a ausência do mínimo de dinheiro a milhões de pessoas acaba por se revelar um entrave à própria circulação do capital<sup>169</sup>.

Por fim, todo esse malabarismo político e econômico revela-se inútil quando saímos da escala dos capitais particulares dos grandes investidores e voltamos atenção para o capital global. Isso porque a contradição propulsora da crise – a redução do trabalho produtivo e a desvalorização estrutural do valor – não é nenhum momento resolvida por esses rearranjos internos. Pelo contrário, ela tende a ser ainda mais aprofundada.

Essa constelação histórica impõe-nos a necessidade de se ter em vista uma teoria da crise que não se encerre em momentos imanentes à política econômica ou na mera conjuntura, mas que traga à tona os elementos constitutivos fundamentais do próprio

---

<sup>169</sup> Cf. Piketty (2013).

capital. Tal intento põe-nos a urgência de um realismo dialético do qual apenas daí pode se compreender o movimento do real e suas aberturas para o possível.

### **Para uma teoria da crise: a urgência de um realismo dialético**

Em 2012, Roswitha Scholz escreve um profícuo texto intitulado *Forma social e totalidade concreta*. De acordo com a própria autora o objetivo daquela elaboração era

mostrar que, na história da teoria crítica, a referência à “totalidade concreta” geral e as correspondentes análises nunca foram, no fundo, alheias à abordagem da crítica do valor, pelo contrário, foi precisamente a esta que se ligaram em determinado aspecto. Este contacto só se perdeu onde uma crítica do valor truncada contrapôs a determinação da forma abstracta à empiria, ou jogou uma contra a outra, e/ou onde o conceito de totalidade foi distorcido com adoções sem mediação do quotidiano vulgar e fenomenológicas [...] Sobre este tema vou visitar alguns “antepassados” ou clássicos da crítica do valor e analisar o que eles têm a dizer sobre a questão e, no final, concentrar-me-ei na necessidade de um modo de proceder dialético, no sentido de um realismo dialético, que hoje me parece urgente, direi mesmo inadiável (SCHOLZ, 2012, s.p).

A busca por esse “modo de proceder dialético” é sem dúvida a significação maior desta elaboração de Scholz. Depois de um longo resgate teórico sobre a “totalidade concreta” de Lukács a Holloway passando por Adorno, Postone, Kurz além de ela mesma, Scholz estabelece duras críticas à falta de percepção de dialética de autores com Hardt, Negri e Badiou. Percurso que visa construir uma base para se compreender a urgência de um realismo dialético hoje; o que, aliás, fornece o subtítulo de seu artigo. Trazemos aqui essa elaboração de Scholz precisamente por compreender que mais que em qualquer outro momento da história capitalista, a compreensão e atualidade da teoria da crise em Marx fazem-se necessárias.

Como bem afirmou Aarbromeit (2016, s.p) “após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a questão da teoria da crise desapareceu quase completamente do discurso social.” Isso de modo que a retomada de tal discussão não se faz sem percalços; e só pode ser feita se sem apegos ao aparato esclarecido que põe de pé e realiza a própria sociedade em crise, sem nenhum apego às formas em si mesmas fetichistas da política e do sujeito. Em suma, é a esse resgate que se refere Scholz ao apontar a urgência de um realismo dialético hoje.

O percurso de nosso texto buscou ser coerente com esse caminho, delineando nossa elaboração a partir das formulações da Nova Crítica do Valor e da atualidade da dialética adorniana. No entanto, mesmo interiormente aos debates da Nova Crítica do Valor há pouco ou nenhum consenso sobre a natureza ou mesmo a existência de uma crise radical da forma social fundada no valor. Almejamos nesse tópico trazer à luz precisamente

esse embate, não pelo mero exercício exegético, mas por compreender a importância dele para se desvelar os fundamentos da crise em curso. Para tanto nos centraremos aqui essencialmente nas elaborações de dois dos principais teóricos da Nova Crítica do Valor: Moishe Postone e Robert Kurz. Pois, se como ressaltamos no tópico anterior, Kurz está longe de poder ser colocado ao lado de autores como Hardt, Negri ou Gorz, não é nenhum desvario colocá-lo no mesmo barco de Postone, como o próprio Kurz várias vezes deixou claro<sup>170</sup>. A ferrenha crítica de Kurz à ontologia do trabalho e ao marxismo tradicional que ganhou notoriedade a partir da década de 1990 já compunha a constelação da crítica de Postone na década de 1980, e Kurz enquanto leitor de Postone se apropriou de muito do que historiador canadense havia formulado. Há, no entanto uma distinção radical entre os dois dos grandes expoentes da Nova Crítica do Valor, a saber, a formulação de uma teoria da crise. Como bem aponta Aarbomeit (2016) ainda que esteja longe de poder ser considerado um lutador de classes tardio, Postone não tem de modo algum uma teoria da crise. Quando se defronta com a possibilidade de um colapso, o canadense uma vez mais se alinha aos teóricos dos limites externos afirmando, por exemplo, que “a concepção aqui esboçada da complexa dinâmica do capitalismo é de grande relevância para a dupla crise hoje iminente – a destruição ambiental e o declínio da sociedade do trabalho.” (POSTONE *apud* AARBOMENIT, 2016, s.p). Afirmação que claramente mostra um Postone em uma espécie de encruzilhada entre a crítica radical do valor, a qual foi pioneiro, e o marxismo dos limites externos. Em outro momento de sua obra Postone afirma claramente:

Ao contrário das análises de Robert Kurz, no entanto, eu não acredito que estes desenvolvimentos levem necessariamente ao colapso do capitalismo, mesmo se a dinâmica de expansão começa a paralisar. Os actuais desenvolvimentos de crise poderiam, pelo contrário, levar à construção de Estados altamente militarizados, onde um grande número de pessoas se torna obsoleto e é mantido na ordem com medidas repressivas autoritárias. Este é um cenário muito desagradável, mas, mesmo assim, o capitalismo poderia sobreviver. (POSTONE *apud* AARBOMENIT, 2016, s.p).

---

<sup>170</sup> “O problema da negatividade capitalista é assim restringido apenas à esfera da circulação e ao modo de distribuição a ela ligado, sendo percebida apenas nessa perspectiva encurtada, como Moishe Postone foi o primeiro a constatar: Segundo esta interpretação, é o modo de distribuição que está no centro da crítica de Marx. Tal afirmação parece paradoxal, já que o marxismo é geralmente considerado uma teoria da produção. Observemos, pois com brevidade o papel desempenhado pela produção na interpretação tradicional. Se as forças produtivas (que segundo Marx entram em contradição com as relações de produção capitalistas) são identificadas com o modo de produção industrial, tal implica serem entendidas como um processo puramente técnico, isto é, independente do capitalismo. O capitalismo é tratado como um conjunto de factores externos que actuam sobre o processo de produção: por exemplo, a propriedade privada e outras condições, que fazem parte da economia de mercado, mas são exteriores à valorização do capital. Em conexão com isto, a dominação social no capitalismo é essencialmente entendida como dominação de classe, que permanece igualmente exterior ao processo de produção” (KURZ, 2016a, p.292).

Em sua obra maior, *Tempo, trabalho e dominação social*, Postone afirma que

os acontecimentos históricos dos últimos cinquenta anos – como o desenvolvimento e a recente crise do capitalismo pós-liberal e seu Estado intervencionista, a ascensão e o subsequente colapso do “socialismo real”, a emergência de novos problemas sociais, econômicos e ambientais em escala global e o aparecimento de novos movimentos sociais – evidenciaram a inadequação do marxismo tradicional como teoria crítica social com intenção emancipatória. Esses acontecimentos demonstram a necessidade de reconceituar fundamentalmente a sociedade capitalista. A teoria marxista, como a reinterpretei, poderia fornecer um ponto de partida vantajoso para uma reflexão fundamental sobre a natureza do capitalismo e sua possível transformação histórica. (POSTONE, 2014, p.451-2).

Assim, Postone estabelece uma ferrenha crítica ao marxismo de caserna, ao trazer para o centro do debate a crítica do valor, e não a luta de classes, e ao reconhecer o tempo cindido abstrato como fetiche socialmente necessário à dominação sem sujeito tal como se apresenta na moderna sociedade produtora de mercadorias. “As relações básicas de produção no capitalismo não são equivalentes a mercado e propriedade privada e, portanto, a superação destes por parte do Estado não significaria a superação do valor e do capital.” (Ibidem, p.457). No entanto, o desdobramento de sua crítica com vistas à emancipação dessa forma socialmente determinada de dominação acaba por não fazer jus à própria teoria do valor que ele mesmo se esmera em reinterpretar para lá do fetichismo das classes. Postone é claro ao afirmar que “repensar a natureza do capitalismo significa reconceituar sua superação” (Ibidem, p. 455). No entanto, a superação vislumbrada por Postone permanece, a exemplo do marxismo tradicional, como uma negação abstrata apenas se valendo de categorias, por assim dizer, mais sofisticadas. Isso porque embora não mencione diretamente a forma sujeito é a ela que Postone se refere ao afirmar que “a abolição desse aspecto das relações capitalistas de produção não é apenas desejável, de acordo com minha reconstrução da análise marxiana, mas necessária se a humanidade quiser libertar-se dinamicamente da dominação social, cujos efeitos se tornam a cada dia mais destrutivos” (Ibidem, p.456-7). Mais uma vez tudo aqui parece depender da vontade e dos esforços subjetivos da sociedade a partir da percepção de que não é mais possível viver sob bases capitalistas. O que é no mínimo contraditório para um autor que bem percebe que “quando a mercadoria é a forma geral do produto, as ações dos indivíduos constituem uma totalidade alienada que os constrange e subordina” (Ibidem, p.331).

A contradição imanente à releitura de Marx estabelecida por Postone advém do fato deste último, embora compreendendo o estatuto da forma valor como fundante do moderno, não desdobrar os limites que essa forma irracional impõe a si mesma, e esperar que alguma força externa seja capaz de freá-la a partir de seu conhecimento teórico. Algo



parecido com o que diria Benjamin (2012, p. 177-8) sobre as revoluções, que “talvez as revoluções sejam o gesto de acionar o travão de emergência por parte do gênero humano que viaja nesse comboio”

Embora Postone rejeite, de facto, a ênfase ortodoxa na classe dos trabalhadores/as (no sentido tradicional: todos/as os/as trabalhadores/as produtivos/as de capital ou de valorização) como sujeito revolucionário para o derrube do capitalismo, mostrando que a contradição de classes entre burguesia e proletariado é uma contradição puramente imanente a esta formação social, no entanto, através da referência a diferentes "movimentos" sociais (por exemplo, movimentos de mulheres, movimentos de minorias, entre outros), [...] ele constrói as bases para outro sujeito revolucionário, não delineado com precisão, que tem a tarefa de abolir o valor e a classe trabalhadora (AARBROMEIT, 2016, s.p).

Ao fim e ao cabo, Postone, ao contrário de Kurz, acaba devotando a missão emancipatória a uma espécie de multidão (Hardt/Negri [2009; 2014]) amorfa já que a luta de classes para ele também transparece como um engodo.

A despeito dos enormes avanços propiciados pela crítica à ontologia e uma rigorosa leitura das determinações do tempo enquanto mecanismo necessário à dominação, Postone deixa a crítica a meio mastro, permanecendo ele mesmo tradicional em alguma medida. Os limites da crítica postoniana em relação a um necessário realismo dialético comunica-se a três momentos fundamentais em sua crítica do valor. I) a relação capital-trabalho; II) o papel imanente do Estado e da política; III) o nível de produtividade no que concerne à relação entre massa e magnitude de valor. Vejamos.

## I

Embora a crítica à ontologia do trabalho levada a cabo por Postone tenha em vista precisamente a historicidade da substância trabalho enquanto constitutiva da sociedade capitalista, o autor acaba por não levar a último termo tal constatação. Isto é, de que o trabalho se constitui e apenas pode se constituir enquanto capital. E, portanto, a crise de um é necessariamente crise do outro. A possibilidade de acionar o travão de emergência da história deveria ter isso em conta. A abolição do capital enquanto relação social implica igualmente na abolição do ser social sob a máscara de sujeito. Como explicita Kurz,

Se o capital é entendido no sentido restrito, como capital-dinheiro e capital físico ("capital constante" em Marx), há realmente uma contradição funcional entre capital e trabalho. Trata-se de diferentes interesses capitalistas num sistema de referência comum. Mas, se se compreende o capital no sentido mais amplo de Marx, o trabalho é apenas a sua outra parte integrante. Capital-dinheiro e capital físico representam "trabalho morto", a força de trabalho ("capital variável" em Marx) representa "trabalho vivo". Existem apenas diferentes "estados de agregação" do trabalho abstracto e, portanto, do capital. Neste entendimento, a

contradição é "interior" ao próprio capital global, ou "sujeito automático", e não uma contradição que aponte para além do capitalismo. (KURZ, 2016e, p.14).

Nesse aspecto, ao devotar ainda aos limites externos a possibilidade da superação do capital Postone perde de vista a impossibilidade da realização desse externo enquanto tal.

## II

Postone deixa claro ainda não crer que a existência de um limite interno à forma valor (o qual ele reconhece) implique necessariamente em um colapso, pois as forças repressivas, sobretudo corporificadas no Estado poderiam imprimir um brutal estado de exceção que garantiria a permanência das relações capitalistas enquanto tais. Até certo ponto, a consideração de Postone é pertinente, mas é, em médio prazo, paradoxal.

A força repressiva do Estado sob a égide das grandes oligarquias, de fato, tem atuado com veemência ante o momento crítico contemporâneo. O estado de exceção é posto às claras desde as decisões arbitrárias do Supremo Tribunal Federal até a ação das polícias nas ruas. A ofensiva contra terras indígenas, a expulsão de comunidades tradicionais... compõem a mesma constelação. No entanto, essa ofensiva tem ela mesma limites internos que são, por assim dizer, idênticos aos do próprio capital como um todo. Trata-se de um avanço sobre espaços e tempos residuais que ainda se configuram, até certo ponto, como limites externos, que uma vez incorporados deixam de se apresentarem enquanto tais. A incorporação dessas externalidades prolonga temporariamente a ilusão da valorização, sobretudo por meio do rentismo, mas de modo algum soluciona o cerne da crise. Na verdade, trata-se de um movimento quase óbvio: quanto mais externalidades são incorporadas à dinâmica interna próxima de um limite, mais esse limite se aproxima, pois menos subterfúgios externos persistem a existir.

Em médio prazo, portanto, o limite interno se mostraria com brutalidade ainda maior. E nesse contexto, o próprio Estado feneceria, não por ser algo externo, ou um *gabinete executivo da burguesia*, mas por ter se tornado ele mesmo uma determinação interna ao processo de valorização. O limite interno da forma valor traga consigo o limite interno das formas política e estatal. Claro que em tais circunstâncias o poder da força se mostraria com toda vivacidade. Outras formas de dominação, por assim dizer bem mais concretas, se colocariam. Mas de modo algum se trataria das forças do Estado enquanto tal, tampouco se poderia dizer que nessa "situação desagradável" "o capitalismo poderia sobreviver". A

dominação aí posta não seria mais do abstrato sobre o concreto; mas de forças radicalmente concretas, e portanto, ancoradas em formas de violência bem mais explícitas.

### III

O nó górdio da recusa de Postone em reconhecer os limites internos do processo de valorização encontra-se no que o autor chama de “dialética de transformação e reconstituição”. O que, como buscaremos apontar, pode ser compreendido precisamente como o ponto mais anti-dialético de sua formulação. Nesse ponto Postone afirma que a lei do valor, “implica categorialmente a pressão para níveis de produtividade sempre crescentes, para a transformação permanente da vida social na sociedade capitalista e para a reconstituição contínua das suas formas sociais básicas” (POSTONE, 2014, p.452). O que ele demonstra é o *modus* pelo qual o capital, em processo ininterrupto de transformação, aumenta continuamente a produtividade material no processo de valorização. Assim, aumentando a massa de valor produzido, e “uma vez generalizado o novo nível de produtividade, por força da concorrência no mercado, tornando-se agora o novo nível normal, médio, a massa de valor volta a cair para o nível anterior. Assim se teria então reconstituído a forma de valor da riqueza social.” (AARBROMEIT, 2016). Dessa forma, “em vez de se debruçar sobre a escala cada vez mais desenvolvida destes processos, ele insiste na sua simples permanência. Estes processos apenas ainda poderiam ser perturbados por meio de influências externas, tais como a intervenção da política, ou por agrupamentos subversivos, ou por problemas ecológicos no metabolismo com a natureza” (Ibidem).

Ao contrário desse eterno retorno ao mesmo, Kurz aponta que

O capitalismo não é o eterno retorno cíclico do mesmo, mas um processo histórico dinâmico. Cada grande crise se encontra num nível de acumulação e de produtividade superior aos do passado. Portanto, a questão da dominação ou não dominação da crise coloca-se de forma sempre nova. Os mecanismos anteriores de solução perderam a validade. As crises do século XIX foram superadas porque o capitalismo ainda não tinha coberto toda a reprodução social. Havia ainda um espaço interno de desenvolvimento industrial. A crise económica mundial dos anos de 1930 foi uma ruptura estrutural num nível muito mais elevado de industrialização. (KURZ, 2016e, p.4).

Do mesmo modo, todo período denominado neoliberalismo foi marcado por uma enorme desregulamentação (trabalhista, ambiental, etc) e foi acompanhada por uma cadeia sem precedentes históricos de crises financeiras e de endividamento. Tal padrão de acumulação foi desde a década de 1970 nos países centrais eficaz do ponto de vista do capital, fazendo com que as crises estivessem limitadas a certas regiões mundiais ou setores onde podiam ser contidas por uma enxurrada de dinheiro dos bancos centrais. Mas isso só

criou as bases para o culminar do processo de crise que, desde o outono de 2008, tomou dimensões globais. Desde então experienciamos uma zona crítica em que o próprio neoliberalismo parece entrar em derrocada. As medidas de desregulamentação que nos acostumamos atribuir a esse modelo econômico, não dizem mais respeito a ele. Reaparecem em cena não como repetição do passado, mas dissolução de uma forma social. O que está em questão não é uma adequação da política e do Estado a uma nova crise cíclica, mas a retirada de cena dessas instâncias mediadoras para que o valor em crise possa mediar consigo mesmo sem tais mecanismos aporéticos. A tácita violência das formas políticas cede lugar à explícita violência policial, as instâncias de decisão que ainda mantinham a ilusão da forma política tornam-se nomeadamente judiciais.

Esse movimento acelerado de dissolução demonstra-nos que não permanecemos em um eterno retorno do mesmo. A forma valor deteriora-se a passos largos e com ela a forma de sociabilidade a qual somos constrangidos.

Como buscamos explicitar no tópico anterior esse movimento crítico comunica-se diretamente a tensão entre a massa e a magnitude de valor produzido em termos globais. E é precisamente nesse ponto que a divergência fundamental entre Kurz e Postone se localiza. Em Postone, a falta de dimensão de uma teoria da crise na crítica do trabalho faz com que ele próprio permaneça tradicional. Pois, o aumento constante da produtividade significa que menos energia humana produz mais produto material. Portanto, a produtividade nunca aumenta o valor, mas sempre o diminui, como Marx mostra logo no primeiro volume de *O Capital*. Postone, notadamente, não desconhece esse fato, mas deixa de lado o fato de que tal movimento só pode ter como escala de referência o capital global não verificável em termos imediatos. Pois,

O capital individual que em primeiro lugar aumenta isoladamente a sua própria produtividade consegue uma vantagem na concorrência. Ele oferece os produtos individuais mais baratos, conseguindo assim vender mais mercadorias e, precisamente por isso, realizar para si próprio uma parte maior da massa de valor social. O que do ponto de vista da economia empresarial surge como lucro crescente e, portanto, como crescente “criação de valor” conduz socialmente, no entanto, à diminuição do valor, e na verdade em detrimento dos outros capitais individuais. Se a maior produtividade se generalizar, o capital individual inovador perde a sua vantagem na concorrência. Mas isso não é de forma alguma o regresso a zero ou a um ponto de partida anterior. Pelo contrário, a produtividade aumentada torna-se agora o novo padrão geral. A hora de trabalho, como unidade básica de trabalho abstracto, é sempre a mesma, como tal não pode de modo nenhum ter diferentes “níveis”. O padrão novo e mais elevado de produtividade, no entanto, obriga a que sejam necessárias menos destas horas sempre iguais de trabalho abstracto para uma massa crescente de produtos. (KURZ, 2016e, p.8).

Em alguma medida, Postone acaba por compreender o aumento global dos padrões de produtividade e a conseqüente redução da magnitude do valor no nível da circulação simples, perdendo de vista precisamente a escala global e intersetorial da concorrência. Não leva também a último termo o descolamento entre a substância do valor (trabalho) e sua manifestação fenomênica (o dinheiro). A desconsideração dessas escalas faz com que Postone incorra em alguns dos mesmos desvios de Harvey. O principal deles é conceber que os padrões de valorização poderiam permanecer cíclicos quando a substância do valor, e, portanto sua magnitude descesse vertiginosamente. Nessa leitura, a realização completa de ciclo produtivo bem que poderia reestabelecer os padrões de acumulação em níveis aceitáveis – como pressupôs Harvey (2013), por exemplo, no que concerne à discrepância entre capital mercadoria e capital monetário no início e no final do ciclo produtivo de um conjunto de capitais fixos<sup>171</sup>. Kurz esclarece-nos tal impossibilidade.

O capitalismo não pode retornar do nível da microeletrônica ao nível da máquina a vapor. Um novo aumento do valor torna-se cada vez mais difícil perante níveis de produtividade cada vez mais elevados e, conseqüentemente, com uma substância de trabalho abstracto cada vez menor. No passado, a redução constante do valor era apenas relativa. Com o aumento dos padrões de produtividade, o produto individual podia representar cada vez menos trabalho abstracto e, portanto, cada vez menos valor. No entanto, graças ao embaratecimento respectivo, cada vez mais bens anteriormente de luxo entraram no consumo de massas, alargando-se a produção e os mercados. A relativa redução da substância social de valor por produto individual pôde, portanto, levar ainda a um aumento absoluto da massa total de valor social, porque a produção social alargada no seu conjunto mobilizava mais trabalho abstracto do que o tornado supérfluo no fabrico dos produtos individuais. Isto prende-se com o mecanismo designado por Marx como produção de “mais-valia relativa”. O mesmo processo, que reduz continuamente a quota-parte da força de trabalho que produz valor no conjunto do capital, faz baixar também, juntamente com o valor dos alimentos necessários à reprodução dessa força de trabalho, o valor dela própria e, portanto, aumenta a quota-parte da mais-valia na produção total de valor. Mas isto aplica-se apenas à força de trabalho individual. Para apurar a quantidade social de valor e de mais-valia, porém, é decisiva a relação entre o aumento da mais-valia relativa por força de trabalho individual e o número de forças de trabalho que podem ser socialmente utilizadas em conformidade com o padrão de produtividade. (KURZ, 2016e, p.8).

Com essa digressão a alguns dos pontos que já havíamos anteriormente aludido esperamos ter demonstrado que se de fato a forma valor encontra-se em vias de um limite interno estrutural, com ela também entra em crise parte importante das estruturas sociais que ela mesma impôs em seu movimento. Se não se trata de ciclos que permitam um “eterno retorno ao mesmo”, também não cabe pensar que estruturas de poder como o Estado possam persistir por tempo indeterminado servindo dialeticamente como aporia e sustentáculo ao processo de valorização.

---

<sup>171</sup> Cf. Tópico 3.1, p.192-3.

Ante tais determinações impõe-se a necessidade de compreender em que medida os subterfúgios outrora eficazes à crise ainda tem validade do ponto de vista da (i)racionalidade do capital. Apontamos até aqui alguns mecanismos que outrora se mostravam com alternativa a momento críticos e tornaram-se não apenas ineficazes, mas também agravantes da crise, dentre os quais as formas políticas e a financeirização. Neste último tópico almejamos esboçar em que medida o rentismo persiste – ou não – como possibilidade de postergar uma vez mais o limite interno do processo de valorização.

### **Renda espacial e acumulação por despossessão: elementos de uma produção insubstancial do espaço**

Muito mais que uma elaboração rigorosa, este último tópico apresenta uma questão, uma agenda de estudo<sup>172</sup>. Trata-se do papel assumido pela captação das rendas fundiárias urbanas em contexto de crise do valor. Ou seja, em que medida o rentismo assume centralidade enquanto subterfúgio à crise, e até que ponto esse subterfúgio se apresenta possível.

Há muito, diversos autores vem se empenhando em compreender aquilo que Gomes (2012) denominou como “inscrição da produção do espaço na valorização do valor.” Ou seja, em que medida a produção do espaço urbano (Lefebvre, 2013), ou mais especificamente a produção de ambientes construídos (Harvey, 2013) passam a se apresentar como alternativas aos capitais em processo de desvalorização. Não entraremos aqui, no entanto, na vinculação entre os capitais incorporador e imobiliário que cumpre papel decisivo nessas *estratégias espaciais*. O que nos interessa aqui é esboçar se e em que medida ainda é possível se auferir uma renda da terra (ou do espaço) urbano em um momento em que o valor se dessubstancializa radicalmente.

Para tanto cabe retomar aqui as formulações de Marx acerca da renda da terra e, buscar compreender de que modo é possível compreendê-las em uma sociedade altamente urbanizada, ou seja, onde as condições naturais que possibilitariam auferir renda já foram radicalmente alteradas, se tratando agora de espaços produzidos.

Como mencionamos anteriormente, Marx 1986 (Livro III, Tomo II, p.269ss.) nos aponta que “a fórmula trinitária que compreende todos os segredos do processo de produção social” baseada na capitalização da vida pode ser sintetizada em “lucro (ganho empresarial mais juros), terra – renda fundiária, trabalho – salário”. Ou seja, para além da oposição hipostasidada pelo marxismo tradicional entre capital e trabalho há que se

---

<sup>172</sup> O debate acerca do papel assumido pela renda fundiária no contexto de crise global do processo de valorização constitui o cerne de nosso projeto de doutorado.

considerar o papel decisivo assumido pela propriedade da terra e pela renda fundiária que daí se auferem. Nesse processo de incorporação da terra no circuito de reprodução do capital, “a terra perde sua essência enquanto solo, natureza, e a renda da terra transforma o caráter natural da terra em capital.” (BRITO, 2014, p.213). No entanto, a maneira pela qual as propriedades naturais da terra são incorporadas no ciclo (re)produtivo do capital assume caráter *sui generis*.

Por qué la tierra que en sí misma no es un producto de trabajo social y, por tanto, no está en capacidad de condensar valor, tiene, sin embargo, un precio y es intercambiada con el resto de las mercancías? Por qué una clase social como la de los terratenientes, que no interviene directamente en la producción, ni parece participar de las relaciones de explotación capitalistas, no desaparece sino que se afianza a medida que prolifera el régimen del capital? (JARAMILLO GONZÁLEZ, 2010, p.4).<sup>173</sup>

Como bem demonstra Marx no terceiro de livro de *O capital*, o valor produzido e valorizado nos distintos momentos da circulação é, por assim dizer, distribuído entre os variados setores capitalistas: capitais industriais, comerciais, bancários, etc. Nessa constelação parte do mais-valor produzido é transferido para os proprietários de terra na forma de renda fundiária.

Toda renda fundiária capitalista é mais-valia, produto de trabalho excedente, e não uma propriedade inerente ao solo. Ou seja, a renda fundiária é uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários, devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra. (BOTELHO, 2005, p.59).

Em outros termos, trata-se da “metamorfose desse sobre-lucro em renda fundiária, sobretudo em renda como forma diferente do lucro”. No entanto, “é preciso examinar sempre quando, como, sob quais circunstâncias ocorre essa metamorfose.” (MARX, 1986, Livro III, Tomo II, p.147).

Marx então diferencia três tipos de renda fundiária: a renda diferencial (sendo esta subdividida em renda diferencial I e II), a renda de monopólio e a renda absoluta. Vejamos.

Existem duas diferentes razões que permitem auferir uma renda diferencial, a saber, fertilidade e localização. Razões essas que podem atuar em sentidos antitéticos, por exemplo, um terreno pode ser fértil, mas mal localizado, o que ampliaria os custos da

---

<sup>173</sup> “Por que a terra em si mesma não é produto do trabalho social e, portanto, não tem nenhuma capacidade de condensar valor, tem, no entanto, um preço e é trocado com o resto das mercadorias? Por uma classe como os proprietários de terra, que não estão diretamente envolvidos na produção, nem parecem participar parte das relações capitalistas de exploração, não desaparece, mas se prolifera como o regime de capital?” [Tradução nossa]

circulação, ou bem localizado, mas infértil o que ampliaria os custos com tratamento do solo. Sobremaneira, “a renda diferencial I é aquela que independe do capital aplicado na produção específica” (OLIVEIRA, 2007, p.44). Deste modo, a renda diferencial é constituída pelo lucro suplementar do capital investido em terras melhores (tanto do ponto de vista da fertilidade quanto da localização). Sendo essa renda produzida “independentemente da propriedade privada da terra, sendo resultado da concorrência entre os setores capitalistas, existindo apenas a partir do momento em que a terra é colocada para produzir” (OLIVEIRA, 1985, p.93).

A renda diferencial de tipo II, embora também diga respeito à localização e à fertilidade, apenas pode ser auferida a partir de investimentos, de capital adiantado, por exemplo, na melhoria das condições do solo. Ou seja, ao contrário das demais formas de renda, essa é auferida por “uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital.” (OLIVEIRA, 2007, p.52).

De acordo com Marx outro tipo de renda é aquela denominada renda de monopólio. Esta diria respeito às condições de produção que não podem ser reproduzidas em nenhum outro ambiente. Ou seja, condições naturais diferenciadas, e que, no entanto, nenhum dispêndio de capital em termos de tratamento do solo seria suficiente para se reproduzir. Marx utiliza-se do clássico exemplo de um vinhedo irreproduzível sob outras condições naturais:

Um vinhedo que produz um vinho de excepcional qualidade, que de fato só pode ser produzido em quantidade relativamente pequena, tem um preço de monopólio. Devido a esse preço de monopólio, cujo excedente acima do valor do produto é determinado tão-somente pela riqueza e pela paixão de distintos bebedores de vinho, o viticultor consegue realizar um significativo sobrelucro. Esse sobrelucro, que aqui decorre de um preço de monopólio, transforma-se em renda e cai dessa forma em poder do proprietário da terra, devido a seu título sobre essa parcela do globo terrestre dotada de propriedades especiais. Aqui, portanto, o preço de monopólio acarreta a renda. (MARX, Livro III, Tomo II, p.239).

No entanto, a forma de renda mais fundamental e que acaba por servir de regulação ao preço da terra e em última instância determina a possibilidade da existência dos demais tipos de renda, é aquela que Marx denomina renda absoluta. “Assim, a renda da terra sob o modo capitalista de produção é, na medida em que resulta da concorrência, renda da terra diferencial; e é, na medida em que resulta do monopólio, renda da terra absoluta.” (OLIVEIRA, 2007, p.43).

Assim, a renda capitalista da terra, ao contrário da renda da terra pré-capitalista que nasce na produção, tem sua origem na distribuição da mais-valia, onde a condição



de proprietário da terra lhe garante o direito de receber a renda, assim como o capitalista recebe o lucro médio. É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o "pior solo" (que não deveria pagar renda) possa também auferi-la, a renda da terra absoluta. A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do "pior" solo). Dessa maneira, o lucro extraordinário obtido, ao contrário da renda da terra diferencial I e II, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras. (Ibidem, p. 55).

É, pois, essa forma *crua* de renda que mais nos interessa de imediato para pensar a relação entre valor e renda no contexto de crise de estrutural do processo de valorização. Pois tal como optamos ao abordar as questões afeitas à composição orgânica do capital não pretendemos abordar a questão da renda tendo em vista os capitais particulares, mas sim o capital global como a escala de nossa análise demanda. Precisamente por ser auferida independentemente das condições necessárias à produtividade e, portanto abstraindo-se o conteúdo concreto do que se poderia produzir ou não, a renda absoluta não é uma parcela de maior valor distribuída internamente a determinado setor produtivo, mas da mais-valia global. Comunica-se fundamentalmente e de maneira mais explícita à propriedade privada da terra que só pode ocorrer em condições de monopólio sobre esta última.

No entanto, as elaborações marxianas acerca da renda centram-se na renda da terra agrícola. A possibilidade de se auferir renda em contexto urbano, ou em uma sociedade altamente urbanizada não compõe o escopo da reflexão de Marx, ou mesmo dos marxistas da Segunda Internacional como Kautsky (1986) e Lênin (1945). Apenas a partir da década de 1970 autores como Lojkin (1979) e Topalov (1979) se ativeram de maneira mais detida a esse debate. A grande questão posta pelo contexto urbano é que a renda fundiária urbana – caso exista – não pode ser auferida em função de questões naturais como fertilidade do solo, clima, etc., mas por condições radicalmente produzidas. Como bem nos diz Lefebvre (1972, p.140), a cidade “resulta da destruição das formas sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Ela é coisa social na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que tomadas em si, não são evidentes”. A produção do espaço urbano na e pela qual as mediações se ampliam tanto quantitativa quanto qualitativamente altera radicalmente as condições sobre as quais a mais-valia global é distribuída, ao mesmo tempo em que dialeticamente obnubila seu processo, revelando em alguma medida seu princípio subjacente.

Tendo em vista uma teoria para a renda fundiária urbana, Lefebvre aponta que para além da renda fundiária absoluta, “que qualquer proprietário se julga com direito pelo simples fato de ser proprietário e que é a base da especulação” (LEFEBVRE, 1972, p.159), é possível considerarmos também rendas diferenciais urbanas, embora com distinções da renda da terra agrícola. Em contexto urbano essas rendas assumiriam a forma de “renda de situação” e “renda de equipamento” correspondendo respectivamente às diferenciais I e II.

A possibilidade de se auferir renda fundiária urbana (que preferimos chamar aqui de renda espacial tendo em vista o caráter necessariamente produzido do urbano), se apresenta desde muito como alternativa aos capitais em processo acelerado de desvalorização. O próprio movimento de implosão/explosão da cidade explicitado por Lefebvre (1999) não pode de modo algum ser compreendido de maneira independente a tal *estratégia espacial*. Ainda na década de 1960, quando em suas primeiras formulações sobre a questão urbana, Lefebvre aponta-nos que “a cidade, crescendo desmedidamente, projeta para longe, fragmentos e destroços. [...] Durante esse tempo, o coração da cidade se deteriora, se burocratiza, ou simplesmente apodrece” (LEFEBVRE, 1967, p. 174). Contudo, quanto mais avançam no processo de sua putrefação, mais as cidades parecem reaparecer travestidas de beleza e esplendor, ostentando seu próprio passado na forma de monumentos que ocultam – mas também, em alguma medida, desvelam – a barbárie do progresso. A história museificada das cidades não faz coisa outra senão negar, omitir a história em curso, “uma história que vivemos sem disso nos apercebermos.” (ibid.) A morte das cidades “relega ao passado formas magníficas, que ainda imaginamos sentir à nossa volta. A imagem magnífica, que serve ilusoriamente para povoar o deserto humano”. A cidade, portanto, “morre e deixa lugar a uma ausência no seio da qual os homens se tornam puras e simples coisa: objetos de manipulações múltiplas.” (ibid.).

A morte das cidades, contudo, pode assinalar a dissolução do próprio espaço e não apenas sua produção. Como buscamos apresentar na parte introdutória desta dissertação o espaço geográfico não consta de uma realidade transistórica, mas engendra-se já como movimento necessário do valor e da cisão; e em sua natureza contraditória precisa apagar a si mesmo para se realizar. É o que apontamos como uma vinculação decisiva entre crise, geografia, metafísica e marxismo. Vinculação essa que tem se tornado cada vez mais visível conforme o acirramento da crise global de valorização. Em um momento que “a valorização do valor torna-se mais cara” (KURZ, 2014), as alternativas aos capitais em desvalorização tornam-se ou a financeirização, onde por meio dos juros o capital poderia

valorizar a si mesmo sem a mediação da produção de nenhuma mercadoria; ou o rentismo, onde por meio da mera propriedade privada da terra o detentor de capital mesmo sem produzir valor, ampliaria sua acumulação. Esse mecanismo torna-se ainda mais premente em um país cujo poder exercido por meio da propriedade da terra assume tamanha centralidade como é o caso brasileiro. Isso seja no que se refere às terras agrícolas ou urbanas.

Tal estratégia revela-se tão logo determinada por uma forma fetichista de consciência, e duplamente precária no que concerne ao solucionamento da crise posta. A determinação fetichista da *estratégia espacial* é aquela bem demonstrada por Marx ao expor a fórmula trinitária que consubstancia a sociedade capitalista. Ou seja, a despeito da aparência de que a massa global de valor é oriunda de uma tripla gênese, a essência do modo de produção nos revela que apenas o dispêndio de força de trabalho é capaz de produzir valor. Matematicamente nos demonstra Marx,

Consideremos o capital social global  $C$  e denominemos  $l_1$  o lucro industrial remanescente após a dedução de juros e renda fundiária,  $j$  os juros e  $r$  a renda fundiária, então:  $m/C = l/C = l_1 + j + r/C = l_1/C + j/C + r/C$ . Vimos que, embora no processo de desenvolvimento da produção capitalista  $m$ , a soma global de mais-valia, cresça sempre, ainda assim  $m/C$  igualmente diminui sempre, porque  $C$  cresce ainda mais rapidamente que  $m$ . Não há, portanto, nenhuma contradição em que  $l_1$ ,  $j$  e  $r$  possa, cada um por si, crescer sempre, enquanto  $m/C = l/C$  quanto  $l_1$ ,  $j/C$  e  $r/C$  tornam-se, cada um por si, sempre menores (...) Com mais-valia global ou o lucro  $m = l$  em aumento, mas ao mesmo tempo a taxa de lucro  $m/C = l/C$  em queda, a relação de grandeza das partes  $l_1$ ,  $j$  e  $r$  nas quais  $m = l$  se decompõe, pode variar à vontade, dentro dos limites dados pela soma global  $m$ , sem que por isso a grandeza  $m$  ou de  $m/C$  seja afetada. (MARX, Livro III, Tomo II, p. 175).

Tal determinação nos põe diante da dupla aporia colocada pela produção do espaço urbano como subterfúgio à crise.

A primeira diz respeito à impossibilidade lógica de se auferir renda a despeito do processo real de valorização. Se com a detração real de valor há menos valor a ser distribuído entre os distintos setores do capital, o rentismo apenas poderia se apresentar como possibilidade em vinculação decisiva com a financeirização; o que, como já demonstramos apenas aprofunda os imperativos da crise. Tal consideração, contudo, tem em vista o capital global e não o setorial. Pois do ponto de vista dos capitais específicos podemos considerar que há ainda algum nível de produção de valor e considerável formação de capital. É aí que damos de frente com o que se apresenta como segunda impossibilidade da *estratégia espacial*.

Se considerarmos os setores imobiliário e incorporador em sua íntima relação com o setor da construção civil, a questão se apresenta de outro modo, porque em um primeiro momento estamos falando da massa global de valor. A estratégia cara a esses setores consta daquilo que Harvey (2004) bem denominou acumulação por despossessão; ou seja, a pilhagem – mais das vezes legitimada por aparatos estatais – de frações do espaço que não se encontram de todo subordinados à lógica de valorização. É o que pôde ser verificado com veemência às vésperas dos megaeventos ocorridos no Brasil entre 2013 e 2016, e é o que novamente vem à tona nos debates sobre a regularização fundiária que se acentuam no Congresso. Nesses casos há algum nível de valorização e há sim formação de capital. No entanto, a magnitude desse valor produzido também é insuficiente para manter tal mecanismo em atividade.

O nó górdio de tal questão novamente pode ser encontrado na tensão entre trabalho produtivo e improdutivo. Se há nos grandes empreendimentos imobiliários um considerável de dispêndio de força de trabalho – o que se deve à composição orgânica relativamente baixa do setor da construção civil – isso não quer dizer que esse trabalho seja produtivo; isto é, que retorne na esfera da circulação como momento de reprodução das condições de produção. Na mesma medida, a própria financierização que põe em movimento a miragem dos grandes empreendimentos cobra seu preço do ponto de vista do capital global. A fórmula de valorização desvia-se do clássico  $D-M-D'$ , porque a massa de dinheiro adiantada na produção é uma espécie  $D$  que terá de ser detraída de  $D'$ . O que, notadamente, não pode ser captado por meio de um individualismo metodológico.

O que daí se deduz é mesmo quando há produção de valor no setor imobiliário essa produção é irrisória, porque o próprio fundamento de tal produção foi encarecido previamente. Do que se tem que a produção do espaço urbano assume cada vez mais a forma de destruição – não criativa – do espaço, porque quanto menos esse mecanismo é capaz de agregar valor, mais vezes ele tem de ser repetido, como se verifica nas grandes obras que nunca se findam. Muito mais que contingências explicáveis pelo desvio de verba pública e por lavagem de dinheiro, tais irracionalidades se comunicariam a uma necessidade imanente ao capital posta pela estratégia de valorizar o espaço. Não obstante, no próprio movimento posto pela despossessão há formação de capital, que, por sua vez, haverá de reclamar a valorização sob o mesmo mecanismo, aprofundando uma vez mais a crise – que em termos fenomênicos é chamada de crise urbana. Gostaríamos, por fim, de dizer da

dupla impossibilidade de se considerar a ideia de crise urbana que, a nosso ver, mais mistifica que esclarece os termos da crise real.

Como dissemos, esse tópico, mais que os outros, assume a forma de um esboço. O aprofundamento das questões mais específicas quanto à renda fica para um estudo próximo. No entanto, a apresentação incipiente aqui nos ajuda a iluminar a própria questão da crise e melhor qualificá-la. Nestes termos, nos pomos na posição de que a crise a qual somos constrangidos não é de modo algum uma crise urbana, embora tenha no urbano sua forma de manifestação privilegiada.

Primeiramente porque o termo “crise urbana” expressa um pleonasma lógico. O urbano, tal como se nos apresenta, não é outra coisa senão um movimento crítico. Em termos lefebvrianos, uma zona crítica. Se a sociedade urbana, tal como concebe Lefebvre (1986; 1999), persiste como um devir, o presente histórico é o campo de tensões no qual a utopia concreta se forma. O urbano é em si o signo de um movimento crítico da forma social.

Em segundo lugar, a crise tal como esboçamos aqui, não diz respeito a esse campo de tensões posto pelo urbano, mas a um campo de forças que impõe essas mesmas tensões. Trata-se de uma crise da forma social que engendrou o próprio urbano, a saber, a forma valor. Não se trata, pois, de uma crise do urbano, mas que nele se manifesta. Algo parecido com aquilo que os Situacionistas perceberam ainda na década de 1960. De acordo com Anselm Jappe (2013, p.313), eles “foram pioneiros quando indicavam um novo terreno central das lutas sociais no urbanismo e na oposição à reestruturação autoritária e mercantil do espaço urbano e ao desaparecimento dos lugares públicos e das trocas diretas entre indivíduos nos espaços que esses lugares permitem”. É o que nos termos de Debord (1997) pode ser compreendido como a “proletarização do mundo”, onde o próprio acirramento da crise global impõe a violência direta sobre as populações urbanas, sobretudo aquelas em condições periféricas e fornece o solo para aquilo que Paulo Arantes (2014) denominou “cidadanias insurgentes”. O que pode ser compreendido como estratégias de lutas e resistências para assegurar minimamente o direito à cidade. A compreensão das Jornadas de Junho de 2013, bem como de todo um processo que daí se desdobra, não se realiza sem ter isso em conta. Se o movimento operário e a luta do chão de fábrica enfraqueceram sensivelmente nas últimas décadas, a própria cidade em ruínas se torna palco e potência de novas formas de luta. O que não se explica sem ter em conta as formas pelas quais a produção do espaço urbano é inscrita nas e circunscrita às tramas reprodutivas do capital.

A tarefa torna-se, então, não desvelar uma “crise urbana”, mas como a crise se manifesta no urbano e como este pode ou não revelar-se potência contra a hegemonia do curso do mundo. Ainda que tal potência reverta-se em seu contrário, nos temos de uma *práxis* necessariamente mimética.

## Totalidade do pensamento

### Ou 10 considerações sobre esse estudo

*Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.*

*(Walter Benjamin)*

1

Encerrar uma dissertação de mestrado com um tópico intitulado *Totalidade do pensamento* pode transparecer um tanto quanto pretensioso, ou até incongruente tendo em vista que o texto ora apresentado caracteriza-se muito mais como um conjunto de ensaios que propriamente como uma dissertação. No entanto, não se trata aqui de uma pretensão com vistas à totalidade dos temas que abordamos nestes ensaios, o que implicaria ter por objeto a totalidade da própria forma social fundada no valor e obnubilada pela política. Tampouco pretendemos aqui subsumir as particularidades concretas em uma universalidade abstrata com pretensões de uma síntese superior. Trata-se, por outra via, da totalidade de nosso próprio pensamento.

2

Como enunciamos ainda no primeiro *fragmento do pensamento*, “a cisão em capítulos, tópicos, etc. oblitera o próprio todo da reflexão, ao mesmo tempo em que parece ser a única forma de exprimi-la.” Não buscamos escamotear essa dificuldade de pôr em jogo nosso movimento reflexivo. Fizemos da granulicidade do próprio objeto a tessitura de nosso ensaio. Os fragmentos que dão início ao texto demonstram isso<sup>174</sup>. Este momento final do texto não intenta, então, dar palavra última sobre os temas aqui abordados – mesmo porque temos em vista que cada uma das linhas que compõe este texto corre o risco de tornar-se obsoleta tão logo termine de ser escrita em face do temário. O intento aqui é de trazermos à tona em que medida podemos desenvolver nossa hipótese acerca da crise transitando entre temas tão distintos e cada um deles passível de um estudo específico

---

<sup>174</sup> Em tempo, a estrutura inicial do texto intitulada e apresentada na forma de fragmentos do pensamento foi inspirada na tese de Ferreira (2013).

como conservadorismo, necessidade do mal, metafísica, consciência, democracia, política, valor, etc.

Primeiramente é preciso ter em conta que este texto em sua forma ensaio tem uma lógica de exposição que lhe é própria. Trata-se, ademais, de uma exposição lógica das categorias reais que compõe nossa hipótese. Exposição que, precisamente porque lógica, e não histórica, antropológica, etc., pode causar certo estranhamento. Porque partir de uma análise da consciência para chegarmos aos termos da valorização? Tratar-se-ia de uma exposição idealista como se a história se realizasse segundo a dialética de seu conceito? Notadamente não é o caso. Essa lógica de exposição, por assim dizer, invertida comunica-se precisamente a abertura que o temário aqui desenvolvido impõe. Como nos diria Marx (2010a, p.82), “que o racional é real, isso se revela precisamente em contradição com a realidade irracional, que, por toda parte é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é”. Ter isso em conta demanda o desvelamento da (i)racionalidade que subjaz o modo de estar no mundo e de ser mundo quando este é determinado pelos princípios fantasmagóricos da valorização do valor. (I)racionalidade esta que não está, infelizmente, apenas na imaginação ou na (in)consciência, mas que se revela enquanto a própria materialidade do mundo da mercadoria. Desvelar esse quiproquó torna-se intento de difícil realização, pois como bem disse Lefebvre (2013), “o começo se encontra no fim, e o fim se apresenta desde o início.” Ou seja, compreender como e por que uma (i)racionalidade determinada funda o real do estômago até a fantasia demanda a compreensão de sua dinâmica concreta, de sua realização imanente; no entanto, a compreensão de como e por que esta dinâmica se faz (i)racional impõe-nos a compreensão de que ela “passa às costas” dos aparentes sujeitos de sua realização. Adotamos aqui aquilo que Benjamin comentara acerca de um ensaio de Adorno, de que “é preciso atravessar o deserto de gelo da abstração para alcançar definitivamente o filosofar concreto.” (*apud* ADORNO, 2009, p.7-8).

A escolha desse caminho permitiu-nos compreender a vinculação decisiva entre a crise, o conservadorismo e a necessidade do mal. Contra a possível percepção de que estes dois últimos termos são abandonados em favor de um escrutínio mais rigoroso da crise explicitemos a determinação necessária e interna a essa tríade no âmbito genérico da crise.



Buscamos demonstrar que se levada a último termo a compreensão da crise apenas pode se realizar no desvelamento do movimento interno dos capitais que apontam para um limite interno e absoluto do processo de valorização. No entanto, visamos demonstrar também que a forma valor longe de ser apenas mera abstração nominal realiza-se, nos termos de Isaak Rubin (1987, p.96), como “a correia de transmissão do movimento dos processos de trabalho de uma parte a outra da sociedade, tornando essa sociedade um todo em funcionamento”. De modo que todas as formas de ser e estar no mundo em todos os seus tempos e espaços tendem a ser subordinadas à abstração real do valor, como forma socialmente necessária para que este se realize. Isso de modo que a crise da forma valor só pode implicar na crise de todas as formas de ser e estar no mundo. Daí porque utilizamos fundamentalmente do termo conservadorismo quando mais das vezes falávamos do que genericamente chamar-se-ia de autoritarismo. Os dois termos, notadamente, não se equivalem, mas estabelecem entre si uma relação de necessidade.

Conservadorismo aqui se comunica ao que nos termos psicanalíticos caros à crítica ao esclarecimento chama-se autoconservação. Assim, demonstramos no capítulo 1 como o ego se funda precisamente por meio de um fechamento para o caos do mundo tomado como ameaça à sobrevivência, ou nos termos da *Dialética negativa*, a identidade do si-mesmo e a auto alienação sempre acompanham uma a outra. O preservar-se vivo quando a vida é dominada, determinada e danificada por uma abstração real que se sobrepõe e ao mesmo passo veda a liberdade, apenas pode consistir em preservar a abstração que o sujeito em sua astúcia sacrificial se identifica para sobreviver. A identidade abstrata em contraposição às diferenças concretas só podem conduzir à “calamidade triunfal”. Sobretudo quando essa totalidade abstrata revela-se em um momento crítico inexorável. O autoritarismo, a intolerância e a violência típicos do comportamento fascista comunicam-se precisamente a essa autoconservação de tudo o que é estranho e perturba a paz sabática do indivíduo abstratizado. “Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem que tremer. As etiquetas são coladas: ou se é amigo, ou inimigo” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.173).

E, se vivemos conforme Baudrillard (2008), em uma sociedade do consumo, aos primeiros sinais de negação deste a necessidade de se conservar vivo em tais termos se impõe com veemência. A demissão da forma de usuário (do carro, da viagem, do cargo, do

*status*, do Estado, da esperança...) equivale à demissão do próprio existir. A crise do valor determina a conservação da (i)racionalidade crítica uma vez mais passada “às costas” dos homens sem qualidades. A conservação que reconhece no outro a violência do caos é e apenas pode ser igualmente violenta. Violência em vários níveis: do pensamento que se faz verbo e do verbo que se faz ato. No entanto, precisamente por se passar “às costas” dos indivíduos que agem, seus atos já não lhe pertencem. As diferenças concretas não podem mais ser percebidas. Seus inimigos já não são seus. Quanto menos, contudo, há clareza do quão decapitados são os mecanismos de coerção social, mais se torna necessário hipostasiar ídolos, conjurar o bem e o mal. A necessidade da identificação e destruição do mal se impõe. Os judeus, os comunistas, os ciganos... os petistas carecem ser aniquilados. Ademais, a identificação ao abstrato, do qual a consciência na forma sujeito não pode mais se distinguir, impede que haja a este qualquer clareza sobre toda diferença concreta entre *bem e mal*. O mal se revela apenas negação determinada do que não se sabe bem o quê.

4

O caos de tal impotência perturba assim a crença fetichista de que a negação do outro bem que poderia se transformar em autoafirmação. Perceber-se, ainda que em fragmentos, mediado, mediano e medíocre ante a poderes estranhos só pode conduzir a um destes caminhos: ou à resignação em existir, ou à ilusória tentativa de tornar a si mesmo um poder estranho. O sofrimento falseado de certeza de seu verbo faz daqueles mais atravessados por mediações, ilusoriamente, mediadores de algo. A ilusão do sujeito uma vez mais se faz necessária quando não resta objetivamente nada mais que sequer permita essa ilusão. Delega-se assim a outras abstrações a potência que a impotência objetiva de ser sujeito cerceou. Crê-se então que o proletariado, a sociedade civil organizada, as comunidades, os partidos, a multidão, bem que poderiam se tornar, por mera volição subjetiva, sujeitos coletivos.

A política revela-se, tão logo, engodo. Seu recuo é tanto subjetivo quanto objetivo, e muito mais o segundo que o primeiro. Com a abstração real do valor entra em crise também a abstração real da política. A ilusão democrática revela sua natureza ilusória. Avanço da direita? Recuo da esquerda? Fim da política? Três hipóteses que revelam um mesmo movimento. No fundo, o fetiche pela forma política sempre foi muito mais forte no polo esquerdista que no polo à direita. O desvanecimento de tal forma implica em certo resignar das esquerdas, que em um horizonte rebaixado de expectativas não é capaz de vislumbrar o possível. Sua falta de negatividade apenas permite fetichizar o passado e

reivindicar categorias obsoletas. Para a direita, contudo, o horizonte não é mais apazível. Se a dessubstancialização da política não chega a perturbar, o que perturba é que com a política cai também a mercadoria (mesmo aquelas sob a forma mais miserável, comer, morar, trabalhar...).

As abstrações reais, os *factos sociais totais*, caem, se dissolvem um a um. A ilusão da realização plena do sujeito vai se dissolvendo e mostrando suas caricaturas em títulos de eleitor rasgados pós o golpe, nas painéis ensurdecidamente silenciadas ante as medidas de flagrante retrocesso ao longo do governo Temer<sup>175</sup>. A ilusão dos sujeitos coletivos também vai aos poucos revelando sua natureza. A multidão resignada retorna das ruas aos *posts* de facebook. A precarização extrema da classe trabalhadora não fornece o ímpeto de uma revolta popular, ao contrário, tira as condições objetivas para que ela ocorra. A anedota adorniana sobre o papel do pensamento inútil para se colocar areia na engrenagem, e o velho ditado popular que diz que cabeça vazia torna-se “oficina do diabo” mostram sua pertinência. Um retorno à etimologia diz-nos ainda que este, o diabo, foi o primeiro crítico, o primeiro ser cindido, sua crítica o fez descer dos céus aos infernos, dando origem a este último. Em suma, a precarização, o desemprego e a miséria não ampliam o tempo livre como tempo de ócio, como quebra do ritmo, apenas ampliam o desespero objetivo; onde dificilmente uma tática ou estratégia pode ser construída. Em último termo, a abstração política como um todo revela sua natureza *crua*. O que antes servia como identidade dos não-idênticos a fim de permitir a valorização, precisa ser eliminado porque o não-idêntico precisa revelar-se enquanto tal. A violência tácita, jurídica e política cede a passos acelerados lugar à violência policial e dos coronéis da terra.

Em última instância, o que parece estar em jogo é a dissolução da forma social de maneira ampla. Acerta aquele que vê nessa superação das abstrações a concretude. Equivoca-se aquele que vê positividade nessa concretude. Não passamos de um período de felicidade abstrata para felicidade concreta, nem de uma democracia abstrata para uma democracia concreta; mas de uma violência abstrata para uma violência concreta. Esta última, é verdade, nunca cessou de existir, mas se há pouco permanecia cindida no espaço, agora se totaliza. O simples fato – quase um *sintoma* psicanalítico – de o comandante da Rota<sup>176</sup> precisar dizer que a abordagem nos Jardins<sup>177</sup> deve diferenciar-se da abordagem nas

---

<sup>175</sup> Bater painéis foi a marca registrada dos protestos da direita e das classes médias que pediam o *impeachment* da ex-presidente Dilma.

<sup>176</sup> Polícia especializada de São Paulo.

<sup>177</sup> Bairro nobre da cidade de São Paulo.

periferias<sup>178</sup> aponta que estranhamente a violência concreta – em vestes estatais – já chegou aos Jardins.

5

A dissolução anunciada, no entanto, não é fim dos tempos. Fukuyama<sup>179</sup> hoje bem o sabe. E mesmo que se revele fim de *um* tempo, não o fará na velocidade da queda de um monumento. Os mundos que ruem fornecem, ainda que na forma de resíduos, a poesia dos mundos que se erguem.

A consideração dos resíduos, que, aliás não assumiram ainda tal forma, remete a pergunta fundamental que moveu-nos no âmbito deste estudo. Crise de que? Sem delongas: crise do valor. O problema que se coloca é que tal hipótese, revelando-se pertinente, diria respeito não apenas a uma crise estrutural interna à economia, mas à crise e dissolução de toda uma forma social fundada nas determinações do processo de valorização. Não obstante, estratégias das mais distintas ordens se põem no intento de reverter tal desvalorização estrutural.

No bojo desse conjunto de estratégias necessárias e contingentes pode emergir a constatação mais violenta ao marxismo de caserna: a de que a política pode ruir antes do Estado. A esperança marxista – da qual Marx certamente é bem menos responsável do que Engels – de que a sociedade transportará toda a *máquina do Estado para o museu de antiguidade, junto ao torno de fiar e ao machado de bronze* pode mostrar-se agora limitada. Prosaicamente, a história em ato aponta para o inverso: é o Estado quem conduz a sociedade política ao museu da antiguidade. O Estado busca salvar-se como Estado *oicomus*, e a *economia* se salva na negação política do Estado.

Duas objeções fazem-se necessárias, no entanto.

A primeira: poderíamos nos permitir tal colocação a partir do contexto brasileiro que ainda se desvela? Poderíamos apontar tal inversão radical de expectativas tendo por base tão pouco tempo e um conjunto ainda incompleto de retrocessos? Não. Claramente todas as medidas que assistimos nos últimos meses poderiam ser revertidas – igualmente por decreto – em um governo próximo. Esse momento poderia ficar marcado na história apenas como uma crise política grave, mas logo sanada. Poderia... se os problemas se

---

<sup>178</sup> Cf. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>. Acesso em: 30/08/2017.

<sup>179</sup> Cf. Fukuyama (1992).

encontrassem em tais termos. No movimento imanente imediato do processo histórico, inclusive não seria nenhum absurdo que essa reversão ocorresse. Mas não se trata disso. A questão política brasileira insere-se em uma constelação mais ampla, e que não encontra suas determinações nem no Brasil nem na política. O tempo de “guerra de ordenamento mundial”, onde novamente milhões de pessoas rumam à Europa após terem suas terras destroçadas pelo movimento cego de ampliar o quanto for possível os limites externos de valorização; é também tempo da Ku Klux Klan tomar de novo as ruas, é também de se ouvir largamente que o nazismo foi um movimento à esquerda, é também tempo de Donald Trump... Momentos coincidentes? Aparentes? Mais o segundo que o primeiro. Todos estes fenômenos – e tantos outros que poderíamos elencar – compõem a aparência geral de um processo global subjacente. São, portanto, aparentes, mas não coincidentes.

Zizek (2011, p.112) anunciou bem o problema: “até agora, o capitalismo parecia ter um vínculo inextricável com a democracia; é claro, que de vez em quando, houve reincidências da ditadura direta, mas logo uma ou duas décadas depois a democracia impunha-se de novo”. O problema que se anuncia para o século XXI, no entanto, parece ser de outra ordem. A ilusão político-democrática já cumpriu em grande medida sua função imanente à “missão civilizatória do capital”. Os poros do tecido social já se abriram largamente às tramas reprodutivas do capital. Os poucos limites externos restantes não podem ser rompidos a contento por vias políticas, apenas pela força da guerra. Nesse ponto, Foucault (2002) não podia estar mais certo ao inverter o aforismo de Clausewitz e afirmar que a política é a continuação da guerra por outros meios. O que assume caráter distinto agora é que essa interdição da política não levaria apenas a um “estado de polícia” (Rancière, 1996) que operaria até a retomada da forma política, mas se tornaria a própria forma de ser da mediação social.

A segunda objeção diz menos respeito à política que ao Estado. Pois uma coisa é conceber que o Estado possa operar alheio à política como forma de distender o limite interno do processo de valorização, outra coisa é conceber que o Estado possa permanecer existindo a despeito desse limite. Pois se “o dinheiro expressa um poder social contingente, que depende da criação de valor real através da incorporação do trabalho social nas mercadorias materiais” (HARVEY, 2013, p.323), não importa quanto dinheiro o Estado tenha ou como ele consiga distribuir essa massa de capital entre os distintos setores. O máximo que tal mecanismo permite é dar sobrevida à produção – já insuficiente – de valor por algumas décadas. Esgotado o eixo já escasso sobre o qual esses capitais

dessubstancializados circulam não restaria ao Estado qualquer mecanismo de manutenção nem do mercado nem de si mesmo. Ao fim e ao cabo, o Estado também ruiria, mas sobre si mesmo; e não pelas forças políticas internas ou estranhas a ele, como antes se pressupôs.

6

Nossa hipótese poderia facilmente ser lida como teleológica. Não por apontar o fim da história, mas por se ater a algumas *necessidades* históricas. Todavia, não se trata de uma tentativa de prever o futuro, nem de circunscrever possibilidades. Trata-se da tentativa de um olhar atento às determinações do presente histórico. Determinações essas insensíveis a quaisquer volições subjetivas. Constatar determinações não significa se identificar a elas; mas compreender que apenas no reconhecimento radical das formas de dominação é possível estabelecer crítica radical. Trata-se do que Scholz (2012) chamou de “urgência de um realismo dialético hoje”. E se o reconhecimento do real nos torce o estômago porque este não pode ser encarado sem horror, a crítica do real só pode tornar-se crítica negativa do real. Se ao oposto, nos apegássemos ao fetiche da crítica positiva, certamente não fariamos violência contra nosso próprio pensamento, mas mais uma vez procederíamos mimética e não poieticamente para com o mundo que demanda sua crítica.

Essa violência dialética imposta pelo empenho de escrutínio do real põe-nos de frente à categoria de necessidade, entendida não mais como movimento do espírito, mas como movimento concreto da forma social. Kurz (2016e, p.5) bem o sabia ao afirmar que “o capitalismo não ‘tinha de’ desenvolver as suas contradições internas até ao ponto alcançado hoje, mas foi isso mesmo que ele fez”. Em outros momentos da história o travão de emergência bem que poderia ter sido acionado com sucesso. A política bem que poderia ter sido apropriada de outra maneira, o movimento operário e o movimento camponês bem que poderiam ter feito a revolução. O socialismo bem que poderia ter sido o primeiro passo da transição para o comunismo... mas não foi isso que ocorreu.

Ademais, a história é aporética. Se tomá-la como momento, nos revela que talvez tenhamos perdido o *time* de acionar o travão de emergência, também nos revela que é impossível retomar as condições do passado. A história enquanto monumento do que “já era” é fantasmagoria (Benjamin, 2006). O que faz da história algo mais que o fetiche de contá-la é a possibilidade sempre aberta de elaborá-la. Como bem disse Edward Said (2011, p.34), o que nos interessa no passado “não é a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato

passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.” Em adornês, as condições objetivas da barbárie podem persistir e “continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir a própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam” (ADORNO, 1995a, p.29).

Ao fim e ao cabo, Walter Benjamin tinha razão em sua crítica à monumentalidade da história; e disse-nos bem que “certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho” (1987, p.239).

No fim das contas, a história distingue-se do fetiche histórico pela sua negatividade. Ao não revelar emancipação alguma na poesia do passado, do contrário a própria história se tornaria um invólucro vazio, a história permanece negativa e torna-se radical ao fornecer as bases para a crítica radical do presente.

7

Se conseguirmos livrar nossa hipótese da acusação de teleologia, ela certamente voltaria ao banco dos réus sob alegação de resignação. Acusação parecida àquela feita por Lukács a Adorno, no Prefácio de sua *Teoria do Romance*. Para o filósofo húngaro, a teoria adorniana, bem como grande parte da *intelligentsia* alemã repousava em “um belo hotel, provido de todo conforto, à beira do abismo, do nada, do absurdo. E o espetáculo diário do abismo, entre refeições ou espetáculos comodamente fruídos, só faz elevar o prazer desse requintado conforto” (LUKÁCS, 2000, p.18). A postura negativa, no entanto, pode ser compreendida de outra maneira. O próprio Adorno disse certa vez: “considero que minha postura, assim como a de Horkheimer, mantém-se totalmente o contrário da resignação”<sup>180</sup>. Não se trata aqui, como também não se trata em Adorno, de uma fruição garantida graças ao conforto à beira do abismo, mas de ter em conta que a *práxis* dessubstancializada, a pseudoatividade se deve a um campo de forças específico onde as possibilidades concretas de emancipação encontram-se vedadas.

Voltemos à clássica décima primeira tese marxiana sobre Feuerbach. A ideia de que para além da interpretação do mundo é necessária sua transformação não deve ser tirada de contexto, transformada em uma frase mágica e extratemporal. Não que a transformação do

---

<sup>180</sup> Cf. Fleck (2015).

mundo tenha deixado de ser urgência; mas a possibilidade de fazê-lo na década de 1840 – quando Marx escreve tal tese – é radicalmente distinta de fazê-lo na segunda década do século XXI. A rigor, as possibilidades concretas já eram outras na década de 1860 quando ele se embrenha na empreitada d’*O Capital*. O que pode ser verificado não pelo fato de *O Capital* ser uma obra teórica extremamente densa e aparentemente não apresentar um programa de ação imediato, mas pelas próprias categorias despendidas por Marx em sua elaboração. Se nos escritos da década de 1840 a *práxis* ocupa momento fundamental na elaboração marxiana ela quase nunca é mencionada em *O Capital*. O mesmo ocorre com as categorias de alienação e estranhamento. Tão caras nas formulações dos 1840, elas aparecem pela última vez com vigor nos manuscritos de 1857, que serviram como esboço para *O Capital*. Em *O Capital* elas praticamente desaparecem e é o fetichismo que ocupa centralidade categorial. Não porque a alienação tenha cessado de existir ou porque Marx a tenha considerado desimportante, mas porque ela não comportava mais a capacidade explicativa buscada pelo autor em sua obra fundamental. O fetiche da mercadoria longe de ser um resquício do idealismo hegeliano no pensamento de Marx – como gostaria que acreditássemos Althusser, dentre outros – é a expressão de seu oposto. Isto é, ao formular sua teoria do valor, Marx percebe que o conceito de alienação ainda tinha em vista a forma sujeito em sua relação contraditória com objeto, quando na verdade a conexão do todo causal da relação do valor e da cisão não é outra coisa senão o desaparecimento da forma sujeito. Desaparecimento esse que também não diz respeito a uma fórmula mágica – como se por decreto a forma valor extinguisse a forma sujeito – mas à própria história em ato. “Enquanto o conceito de alienação permaneceria petrificado nas aporias que caracterizam toda filosofia do sujeito, e cairia na antropologização e na ontologização da dialética do sujeito e do objeto, o conceito de fetichismo analisaria as relações sociais que se criam efetivamente na sociedade capitalista.” (JAPPE, 2014, p.11). À medida que a forma valor amplia sua dominação sobre todas as esferas da vida torna-se, ela mesma, “sujeito automático” da reprodução social. Esse deslocamento não pode ser explicado a contento apenas por uma mudança de perspectiva do próprio Marx, como querem aqueles que separam arbitrariamente seus escritos da “juventude” e da “maturidade”, os “filosóficos” e os de “crítica da economia política”. As categorias em Marx se alteram à medida que a própria realidade a qual Marx se atentava sofria radicais alterações. E é preciso ter em conta, aliás, que nas duas décadas que separam os *Manuscritos econômico-filosóficos* de *O capital* essas transformações não foram desimportantes. E se comunicam ao rápido avanço do



capitalismo na Inglaterra e na Alemanha e as crises que daí derivam, sobretudo a crise de 1857 que motivou Marx a iniciar a empreitada de *O Capital*.

Outra mudança substancial pode ser apreendida na própria lógica de exposição de *O Capital* quando o comparamos, por exemplo, com *A miséria da filosofia* de 1846 – primeiro livro de Marx se atendo mais diretamente à crítica da economia política – e com os *Grundrisse* – o esboço de *O Capital* produzido entre 1857 e 1858. Se antes a análise de Marx começava pelo valor pelo ganho do capital ou por seu movimento de circulação, já a partir da *Contribuição à crítica da economia política* em 1859 e em *O Capital* de 1867, a análise começa pela forma mercadoria. Novamente o deslocamento da reflexão marxiana não pode ser compreendido a despeito da história. No período entre essas obras a forma mercadoria massifica-se de maneira decisiva e permite a compreensão de Marx de que *não há problema nessa etapa de desenvolvimento da humanidade que, em última análise, não se reporte a essa questão e cuja solução não tenha de ser buscada na solução do enigma da estrutura da mercadoria*.

Marx, no entanto, retornaria a partir da década de 1870 as elaborações, por assim dizer, mais comprometidas com a *práxis*. O que se deve não apenas a experiência da Comuna em 1871, mas a seus estudos sobre a Rússia que daí em diante lhe tomariam grande parte do tempo.

Esse breve resgate de alguns traços da obra marxiana permite-nos notar precisamente que a *práxis*, a necessidade de mudar o mundo, torna-se falsa se a despeito das condições objetivas. Compreendemos que ao menos desde o início do século passado as fissuras que permitiriam uma abertura poética para o mundo estão vedadas. A transformação do Maio de 1968 e das Jornadas de junho de 2013 – sem querer identificar uma a outra aniquilando as distinções necessárias entre elas – em espetáculo midiático, negando logo a possibilidade de uma irrupção verdadeiramente radical demonstrariam isso. A *práxis* que não se atenta a isso é natimorta por mais bem intencionada que possa ser.

O pensamento que toma a resignação como oposto necessário da *práxis* contingente desconhece o significado da dialética.

O debate sobre a metafísica real da modernidade revela sua pertinência. Pois se os caminhos para a liberdade estão a tal ponto vedados que a *práxis* torna-se necessariamente impotente, isso deve-se tanto a razões objetivas quanto subjetivas; tendo em vista que as

primeiras imputam as segundas e não o oposto. Uma *epistemologia da história ocidental* como quer Sohn-Rethel (1989) apenas é possível se tiver em vista que a forma mercadoria imputa uma racionalidade específica, a forma mais desenvolvida do esclarecimento iniciado no mito, sua regressão à mitologia. Nesse tempo histórico a realidade descola-se da verdade. A mercadoria real só se põe enquanto tal na medida em que falsifica a realidade social; falsidade essa que não deixa, contudo, de ser real.

Nesse mundo às avessas a realidade “passa às costas” do sujeito. Por isso esse último nasce morto. Seu nascimento é a promessa emancipatória típica do esclarecimento e que tem em Kant seu grande ideólogo. Sua morte é a própria sociedade que demanda tal promessa. A mercadoria como forma geral do produto e o sujeito como a forma geral do humano, abstraem as qualidades de um e de outro e o que resta disso não é a razão pura como queria Kant, mas a pura inconsciência esclarecida.

O que se impõe é a necessidade de compreensão de que não se faz possível trazer à luz as determinações do atual momento crítico sem ter em conta que essas se vinculam decisivamente a uma forma de sociabilidade cada vez mais circunscrita e determinada pelo processo de reprodução ampliada do capital. Igualmente, é preciso estar atento às mistificações que tal forma de sociabilidade nos constrange. Essa irracionalidade do real que o faz ser em aparência a negatividade de sua essência, obnubila a compreensão do lugar ocupado pelo Brasil no jogo das forças produtivas, bem como adia a percepção de que o processo de valorização é, e apenas pode ser, crítico em seus próprios fundamentos. De modo que o que transparece em termos fenomênicos como crise política e econômica comunica-se diretamente aos limites internos da forma valor.

Por fim, é preciso ter em conta que, sob as determinações descritas, a democracia, reduzida a alienação de governar a si mesmo, apenas pode se realizar na forma fetichizada da política e do Estado. Governar torna-se possível, assim, apenas na medida em que se assume o Estado muito mais como *oiconomus* que *politeia*. O verdadeiro desafio seria então não a crítica e o desvendamento deste ou daquele governo, deste ou daquele partido, mas do mundo que demanda a forma governo e a forma partido. Não obstante, apenas na quebra poética do ritmo – inclusive do ritmo que o pensamento crítico se põe – em detrimento da mera ação prática e contingencial, o desvendamento da irracionalidade do real e sua crítica necessária tornam-se possíveis.

No mundo falso apenas a *práxis teórica* teria ainda algum teor de verdade. Não como uma espécie de um refúgio luxuoso à beira do abismo, mas por que “apesar de sua não-liberdade, a teoria é, em meio ao não-livre, o lugar-tentante da liberdade” (ADORNO *apud* FLECK, 2015, p.44). O resíduo de liberdade propiciado pelo distanciamento teórico no mundo administrado impõe ao pensamento, todavia, uma urgência radical: a recusa absoluta à identidade. Recusa a qual as ciências esclarecidas e positivas definitivamente desconhecem. A tarefa prática mais eficaz, tão logo, seria proceder como os filósofos. Não no papel desempenhado por estes quando a filosofia se perde no varejo das ciências parcelares, perdendo uma vez mais seu instante de realização, mas quando ela não abandona o projeto de uma razão objetiva a qual as ciências parcelares, por sua própria gênese no esclarecimento, desconhecem. Não se trata, ademais, de agir como um teórico contemplativo, apartado do real; ao contrário, de buscar desvendar o enigma desse real a partir de um realismo dialético que tenha em conta precisamente que o real *é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é*. Em sua elaboração acerca de Kierkegaard, Adorno delineou esse lugar ocupado pelo pensamento filosófico não identificado com as ciências parcelares e com a divisão intelectual do trabalho. Para ele

a filosofia não se distingue da ciência [...] por um grau mais elevado de generalidade. Não é nem pela abstração das categorias, nem pela natureza de sua matéria que ela se diferencia da ciência. A diferença central é melhor dizendo a seguinte: que a ciência particular aceita seus resultados, pelo menos os últimos e mais profundos de seus resultados, como indissolúveis e fundamentados em si mesmos, enquanto a filosofia considera já o primeiro resultado que lhe é dado como um signo a decifrar. Para dizer claramente: a ideia da ciência é a pesquisa, a da filosofia, a interpretação. (ADORNO *apud* MATOS, 2012, p.19).

9

Destarte, é o movimento de liberdade e de não-liberdade que está em jogo quando nos referimos à *práxis*. Se essa, como expusemos, tem gênese na abstração do trabalho, e como tal, tem alto tributo a pagar, ela já é um signo de não-liberdade. Não obstante, o mero retorno à gênese da *práxis* para compreender sua negatividade mistificaria o seu entendimento tanto quanto se a ontologizássemos.

A *práxis* não é a-histórica nem transistórica. Apenas pode ser compreendida dentro da história e em seu movimento dialético. A compreensão dessa dialética histórica deveria ter em conta a dimensão objetiva do bem e do mal, da qual toda *práxis* em alguma medida carece. Se a subjetivação do bem e do mal e a conjuração dos ídolos que daí se cria se deve a irracionalidade social que converte o esclarecimento em uma nova mitologia, isso não quer dizer que o bem e o mal não existam objetivamente; que tudo dependa de

mistificações sociais objetivadas na consciência. Do contrário Auschwitz poderia em algum momento perder toda sua especificidade. A despeito disso, o mal também não é uma espécie de moral objetiva. O mal objetivo – que ao contrário do mal subjetivo não é uma necessidade do ego ante a vida danificada – se refere à “coisidade” dos homens. A reificação completa destes, tornados meros joguetes na mão de poderes estranhos por eles mesmos edificados. A condição necessariamente coisal assumida pelo humano no mundo das mercadorias é o mal objetivo. É a ela que se deve a não-liberdade a que somos constrangidos. E é graças a ela que a *práxis* torna-se pseudoatividade que repõe as condições de dominação quando intenta o oposto. O mal, portanto, não está no fato de “os homens livres poderem agir de maneira radicalmente má, [...] mas no fato de ainda não haver nenhum mundo no qual os homens livres [...] não precisariam mais ser maus. Por conseguinte, o mal seria a própria não-liberdade dos homens: é dela que provém tudo aquilo que acontece de mal.” (ADORNO, 2009, p.185).

Auschwitz, que persiste a existir na medida em que as condições que o tornaram possível ainda se fazem reais, é a alegoria mais perfeita, e por isso mais bárbara dessa condição coisal que é o mal objetivo. Auschwitz nada mais é que a “alegoria do capital encantado com sua pretensa autossuficiência. Representa o sonho, que só pode ser sonhado como pesadelo, do capital sem trabalho vivo.” (MAAR, 1995, p.28). É o espetáculo da negação absoluta do humano.

Sob tais condições, a *práxis* não apenas é impotente como radicalmente perversa no sentido extramoral. Sua determinação mimética apenas pode recriar e interiorizar com maior ou menor sucesso o mal objetivo, a personificação das coisas e a coisalidade das pessoas. É disso que se trata quando o objeto da ação prática é a reivindicação da positividade do mundo tal como se nos apresenta. A luta pela distribuição da riqueza mimetiza-se a um mundo dominado pela riqueza abstrata e chama-o para si. A ânsia de democratização, igualmente, identifica-se a um mundo onde a existência corpórea não garante mais existência, e, portanto, é necessário confirmá-la por meio de um segundo nascimento na forma abstrata do sujeito de direito. A luta por ter voz em tal mundo abandona o fato de que a voz é apenas a positividade do silêncio daqueles que não a tem; e um mundo onde seria possível a todos ter voz já seria outro mundo onde essa luta não se faria mais necessária...

Não se trata, contudo, de uma condenação moral, mas de uma situação aporética objetiva.

Ante tais determinações, “mente até mesmo a árvore florida no instante em que se percebe seu florescimento sem a sombra do horror” (ADORNO, 2008b, p.21). Ademais, “quando é impossível fazer nada sem que ameace a redundar em mal ainda querendo o bem, há que limitar-se ao pensamento” (ADORNO, 2009, p.244). O que se poderia conceber então é que “na adaptação à fraqueza dos oprimidos confirma-se nesta o pressuposto da dominação e desenvolve-se em si mesmo a medida da grosseria, obtusidade e violência que é necessária para o exercício da dominação. [...] Toda adesão, toda humanidade na convivência e na participação é mera máscara para a tácita aceitação do desumano” (ADORNO, 2008b, p.22).

Tal enredamento, infelizmente não é um mal-estar da teoria, mas da civilização. Poderíamos diante da brutalidade do mundo chegar a conclusões radicalmente distintas, por exemplo, de que os constrangimentos crescentes aos quais somos submetidos se enraízam em nossa consciência e abrem fissuras para a transformação radical da vida. Que o cansaço civilizacional latente e o tédio da vida administrada demandam necessariamente a irrupção, a profanação de tais condições. Essas e outras perspectivas seriam plenamente possíveis. Aliás, no âmbito da ciência tornada negócio – como demonstram as agências de fomento – e no mundo onde a esperança tornou-se mercadoria – como nos explicitam os livros de autoajuda –, é por tais conclusões que sempre se espera. A ausência de teor de verdade de uma conclusão como essa, no entanto, negaria o próprio esforço reflexivo aqui posto. Estamos certos de que entre a resignação e a esperança cega há a via do realismo dialético. E no mundo tal como se nos apresenta o tédio venceu a esperança. Se essa vitória é definitiva ou parcial apenas o movimento real da história poderá demonstrar. Por ora não resta mais que o embaraço tipicamente burguês ante ao fato de que “no inferno ainda nos reste ar pra respirar” (ADORNO, 2008b, p.24).

## 10

Preservar-se, todavia, em torres marfim a despeito do avançar das condições que tornam real o mal objetivo, é uma posição tão autoconservadora e identificada ao abstrato quanto a daqueles que condenam a teoria em nome de uma *práxis* dessubstancializada. Dentre as várias manifestações do fetichismo moderno, um dos mais perniciosos é o fetichismo da teoria. A convicção burguesa e esclarecida do especialista que diz ao mundo o que ele deve vir a ser.

Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligente. Quantos não foram os argumentos bem fundamentados com que os judeus negaram as chances de Hitler chegar ao poder, quando sua ascensão já

estava clara como o dia! Tenho na lembrança uma conversa com um economista em que ele provava, com base nos interesses dos cervejeiros bávaros, a impossibilidade da uniformização da Alemanha. Depois, os inteligentes disseram que o fascismo era impossível no Ocidente. Os inteligentes sempre facilitaram as coisas para os bárbaros, porque são tão estúpidos. São os juízos bem informados e perspicazes, os prognósticos baseados na estatística e na experiência, as declarações começando com as palavras: “Afim de contas, disso eu entendo”, são os *statements* conclusivos e sólidos que são falsos. Hitler era contra o espírito e anti-humano. Mas há um espírito que é também anti-humano: sua marca é a superioridade bem informada. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.173).

Em suma, ao mesmo passo que a crítica radical deve apartar-se das identidades abstratas e das *práxis* contingentes, é preciso ter em mente que “a negatividade, a não-identidade e a desmistificação da paixão com o que o pensamento luta pela identidade não garantem nenhum efeito emancipatório.” (BENHABIB, 1996, p. 85). Ao contrário, o *mero* distanciamento “bem informado” apenas corrobora os termos da barbárie. Se dentre outras coisas, a personalidade autoritária tendente ao fascismo caracteriza-se pelo não diálogo, a posição contemplativa assumida pelos que arrogam a si a intelectualidade não é distinta nesse quesito.

A recusa à *práxis* contingente apenas assume radicalidade na medida em que as aberturas concretas para o possível encontram-se de fato vedadas; situação na qual a *práxis* tem como sentido único a identificação. No entanto, não acreditamos que os caminhos permanecerão vedados *ad infinitum*, do contrário sequer teríamos nos empenhado na elaboração deste texto. O papel da teoria crítica é de imediato compreender quando e em que medida as fissuras, os momentos críticos de fato apontam uma abertura para os possíveis. Como dissemos no início destes ensaios, trata-se de compreender se a crise aponta para dentro ou para fora de si mesma.

Segundo a hipótese que aqui esboçamos, o atual momento crítico expressa uma crise radical subjacente. Tal crise apontaria para a dissolução da forma social fundada no valor. Infelizmente, não é possível afirmar a temporalidade desse processo. O que podemos dizer é que a dessubstancialização da forma valor não é uma quimera, que os limites externos não fornecem como outrora subterfúgio em longo prazo, e que a despeito do que quer a economia política burguesa – reduzida à política econômica – o processo de valorização apresenta sim um limite interno objetivo. No entanto, o processo de simulação global da valorização arrasta-se ao menos desde a década de 1990 nos países centrais, e após o fim do *boom* das *commodities* assenta-se na periferia imediata do mundo. Não será nenhuma surpresa se persistir por mais algumas décadas. A única afirmação possível é de que não o fará para sempre.

Neste tortuoso período crítico em que o colapso persiste como uma latência, o que resta à crítica radical? Trata-se, cremos, de preparar as bases para um momento de transição futuro. Momento esse que não deve ser compreendido como uma transição para o comunismo como insistentemente ainda aposta o marxismo tradicional. Mesmo porque não temos razões para crer que tal perspectiva esteja no horizonte concreto, como u-topia concreta. A transformação por vias políticas parece-nos radicalmente um engodo. Trata-se de uma transição para o desconhecido, para o *inteiramente outro* – ainda que este não se faça sem os resíduos da forma social. Por isso mesmo fornece uma abertura poiética para o mundo, a possibilidade de sua recriação sobre outras bases. No entanto, é preciso ter em conta que “embora o capitalismo esbarre objectivamente no seu limite histórico absoluto, a emancipação ainda pode falhar hoje, por falta de suficiente consciência crítica”. (KURZ, 2016e, p.5).

Por isso, embora as condições para a transformação tenham de ser objetivas e não subjetivas, o debate sobre a consciência segue pertinente. Aqui tomamos para nós a missão adorniana, que muito distinta de promover desesperança consistia em deixar *mensagens numa garrafa*. Não há nenhuma garantia de que tais mensagens sejam um dia lidas ou decifradas; e ainda que o sejam não há nenhuma garantia que elas de fato contribuam para um mundo melhor. Mas a aposta a ser feita é de pouco a pouco fornecer a *práxis* teórica para quando as fissuras não forem apenas rasgos que apontam para dentro de si mesmos. Nesse momento histórico a ação de fato pode assumir alguma radicalidade. Na verdade, em um mundo onde as abstrações reais que nos constroem e subordinam já estiverem em ruínas, não haverá mais *práxis*, e apenas a atividade poiética enquanto tal poderá assumir essa radicalidade. Todavia, se o desconhecimento das formas de dominação persistir até tal momento, a abertura para o mundo não será reconhecida. A única radicalidade possível hoje é contribuir para esse reconhecimento.

No entanto, enquanto as abstrações reais modernas forem as determinantes das formas pelas quais mundamos em mundo apenas o descolamento – ainda que precário – da identidade abstrata que nos situa em nosso tempo histórico pode apontar para alguma direção que não a identificação para com o monstruoso.

Se a opinião pública atingiu um estado em que o pensamento inevitavelmente se converte em mercadoria e a linguagem em seu encarecimento, então a tentativa de pôr a nu semelhante depravação tem de recusar lealdade às convenções linguísticas e conceituais em vigor, antes que suas conseqüências para a história universal frustrem completamente essa tentativa. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.12).

Nesses termos, temos clareza de nossa aposta nesses ensaios. A de que eles de fato só terão algo a dizer se contribuírem para que se tornem obsoletos tão logo. Se a história é, e só pode ser, aporética, e se a promessa burguesa de dela se assenhorar revela-se uma ilusão, isso não quer dizer que estejamos presos a ela. A crise radical do valor aponta para a superação da forma social, para uma abertura que pode ser para a barbárie ou para a vida concreta. Na emergência dessa abertura, somos todxs possibilidades da história, de sua abolição.



## Referências Bibliográficas

- AABROMEIT, Richard. *Valor sem crise – crise sem valor? Sobre a ausência de uma teoria da crise em Moisés Postone*. Disponível em: 2016.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ABREU, Alzira Alves. *Programa de Integração Nacional (PIN)*. S/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>, acesso: 22/02/2017.
- ADORNO, Theodor. *A ideia de História Natural*. Disponível em: <http://planeta.clix.pt/adorno/>, 1932.
- ADORNO, Theodor [Et. al]. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ADORNO, Theodor. *Sobre sujeito e objeto*. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>, 1969.
- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- ADORNO, Theodor. *Terminología filosófica*. Madrid: Taurus, 1983.
- ADORNO, Theodor. *Crítica cultural e sociedade*. ADORNO, Theodor W. *Sociologia*. (Org. Gabriel Gohn). São Paulo: Ática, 1994.
- ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais*. Petrópolis: Vozes, 1995a.
- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b.
- ADORNO, Theodor. *Mensagens numa garrafa*. In: *Um mapa da ideologia/ Theodor W. Adorno...* [Et. al]; organização Slavoj Žižek; tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.
- ADORNO, Theodor. *Probleme der Moralphilosophie* In: ADORNO, T.W. *Nachgelassene Schriften: abt. 4, Vorlesungen. Vol. 10*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996b.
- ADORNO, Theodor. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, Theodor. *Tempo livre*. In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, Theodor. *O ensaio como forma*. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.
- ADORNO, Theodor. *As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: Editora UNESP, 2008a.
- ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008b.
- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- ADORNO, Theodor. *Três Estudos Sobre Hegel*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ADORNO, Theodor. *Antissemitismo e propaganda fascista*. In: ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015a.
- ADORNO, Theodor. *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*. In: ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015b.
- ADORNO, Theodor. *Teses sobre a necessidade*. In: ADORNO, T. W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015c.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Sociedade*. In: *Leituras de introdução à sociologia*. In: FORACCHI, M.M. & MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade* Rio de Janeiro: LTC S/A, 1977.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer II*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ALFREDO, Anselmo. *Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo*. In: *Boletim Mineiro de Geografia* n.13. Belo Horizonte, 2005.
- ALFREDO, Anselmo. *Reprodução crítica, modernização Contraditória: o tempo como fetiche de razão na irracionalidade espacial do capital*. In: *Anais do XI EGAL*, Montevideu, 2009.
- ALFREDO, Anselmo. *Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica*. In: *Terra livre*, n.34. São Paulo, 2010.
- ALFREDO, Anselmo. *O resgate da metafísica para a crítica da economia política d'O Capital: Marx e as contradições materialistas de uma metafísica social: o trabalho*. In: *Anais do XV EGAL – Eixo 1*, Havana, 2015.
- ALLKEMPER, Allo. *Retung und utopie. Studien zu Adorno*. Müncher: Perderborn, 1981.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. In: *Um mapa da ideologia/ Theodor W. Adorno...* [Et. al]; organização Slavoj Žižek; tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ALTVATER, Elmar. *El capital y el capitaloceno*. In: *Mundo siglo XXI* n.33. Vol. IX, 2014.
- ALVARENGA, Manoela. *Crise, Urbano e Revolta: As Jornadas de Junho de 2013*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFMG, 2016.
- ALVARENGA, Rafael. *A democracia e o sono da história: fragmentos*. In: *Revista Sinal de Menos* 11-2. São Paulo, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 2002.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- ARENDE'T, Hannah. *Compreensão e política*. In: *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDE'T, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARBOSA, J.F. *Extravio do jurídico, o caso do político e umbiguidade da exceção: fragmentos heurísticos sobre alguns locais da filosofia do direito contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: UFSC, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 2008.
- BAVARESCO, Agemir. *Princípio lógico universal e subsidiário como estruturante da natureza hegeliana*. In: *A noiva do espírito: a natureza em Hegel*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: *Magia e técnica: arte e política: ensaios sobre a literatura e o conceito de cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *Magia e técnica: arte e política: ensaios sobre a literatura e o conceito de cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985b.
- BENJAMIN, Walter. *Imagens do pensamento*. In: *Rua de mão única: obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENHABIB, Seyla. *A crítica da razão instrumental*. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BEY, Hakim. *Contra a legalização*. Disponível em: [http://pt.protopia.at/wiki/Contra a Legaliza%C3%A7%C3%A3o](http://pt.protopia.at/wiki/Contra_a_Legaliza%C3%A7%C3%A3o), 2011. Acesso em: 14/04/2013.
- BICALHO, Francisco. *Theodor Adorno: ideologia e linguagem – os limites da reflexão no mundo administrado*. In: *Kriterion 79/80*, UFMG, 1987.
- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa. O movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: EDUERJ, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados para uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. *Trabalho e fantasmagoria fetichista: ensaios sobre a objetivação do espaço*. Monografia de graduação em Geografia, UFMG, 2015.

- BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. *Do caos ao cosmos: a estética e o espetáculo da paisagem no pensamento geográfico*. In: *Anais XVIII ENG*, São Luís, 2016.
- BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues & RIBEIRO, Mariana. *A naturalização do espaço ou a espacialização do natural: um ensaio*. In: *Anais IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e II Encontro Nacional de Geografia Histórica*. Belo Horizonte, 2016.
- BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado em Geografia, USP, 2005.
- BOTELHO, Maurílio. *Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito*. Tese de doutoramento em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2009.
- BOTELHO, Maurílio. *O fim do capitalismo como o conhecemos, Elmar Altvater*. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1950/1384>, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm), 2017.
- BRITO, Thiago. *A natureza do método e o método da natureza: exposição crítica na formação do pensamento alemão nos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado em Geografia, UFMG, 2014.
- CHASIN, Ibaney. *Forma Sonata: o drama musical do dilaceramento*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, UFMG, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *O discurso competente*. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981a.
- CHAUÍ, Marilena. *Democracia e socialismo: participando do debate*. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981b.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia, Vol.2*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- COPAC. *Copa sem povo: tô na rua de novo*. Disponível em: <https://atingidoscopa2014.wordpress.com/>, 2014.
- COUTO, Lucas. *Nem só o que é sólido se desmancha no ar: a Nova luz na produção insubstancial do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP, 2011.
- CUNHA, Daniel. *Resistência e direito à cidade: esboço de uma gênese do movimento em Porto Alegre*. In: *Revista Sinal de Menos: os sentidos da revolta*, São Paulo, 2013.
- CURY, Guilherme. *O valor-trabalho: a substância do valor na economia política clássica*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, UFMG, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Commun: essai sur la révolution au XXI siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- DIAS, Fernando. *O tédio como gris administrado: dos limites da organização social do trabalho aos impasses da psicologia*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, UFSJ, 2014.
- DUARTE, Cláudio. *Lukács – a ontologia da miséria e a miséria da ontologia*. In: *Revista Sinal de Menos n.9*. São Paulo, 2012.
- DUARTE, Cláudio & ALVARENGA, Raphael. *Entre ruína e desespero: negação e constituição do sujeito em Robert Kurz e Slavoj Žižek*. In: *Revista Sinal de Menos n.9*. São Paulo, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *El origen de la Familia, de la Propriedad Privada y del Estado*. Madrid: Fundamentos, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edição Ridendo Catigat Mores. EbooksBrasil.com, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dubring*. Versão para ebooks: [www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com), 2001.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- FAUSTO, Ruy. *Para uma crítica da apresentação marxista da História: sobre a sucessão dos modos de produção*. In: FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Adriana Angélica. *A experiência, a metrópole e o velho*. Tese de Doutorado em Geografia, UFMG, 2013.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FLECK, Amaro. *Theodor W. Adorno: um crítico na era dourada do capitalismo*. Tese de Doutorado em Filosofia: UFSC, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Verlaine. *Cotidiano e cultura de massas* In: *Cronos. Revista de história n.5*. Pedro Leopoldo, 2002.
- FREITAS, Verlaine. *Para uma dialética da alteridade: a constituição mimética do sujeito, da razão e do tempo em Theodor W. Adorno*. Tese de doutorado em Filosofia, UFMG, 2006.
- FREITAS, Verlaine. *O dissonante e o demoníaco: a insuficiência do negativo na teoria erótica e estética de Marcuse*. In: KANGUSSU, I., DUARTE, R., FREITAS, V., FIGUEIREDO, V., MACEDO, I. *Hebert Marcuse: dimensão estética. Homenagem aos 50 anos de Eros e Civilização*. Belo Horizonte, ABRE, 2007.
- FREITAS, Verlaine. *Kafka: a opacidade semântica do mundo como labirinto*. Texto elaborado para a disciplina “Adorno e a literatura de Kafka e Hölderlin, poesia lírica e epopéia.” Belo Horizonte, 2016.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de doutorado em História, UFF, 2008.
- GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GENTIL, Denise. *A Política Fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira – Análise financeira do período 1990–2005*. Tese de Doutorado em Economia, UFRJ, 2006.
- GOMES, Gláucia de Carvalho. *A inscrição da produção do espaço na valorização do valor: reflexões acerca da (re)produção socioespacial contemporânea de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Geografia, UFMG, 2012.
- GONÇALVES, Glauco. *A produção espetacular do espaço: as cidades como cenário na Copa do Mundo de 2014*. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2015.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GRAEBER, David. *Assim multiplicam-se trabalhos estúpidos*. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/graeber-assim-multiplicam-se-os-trabalhos-estupidos/>, 2016.
- GRESPLAN, Jorge. *A dinâmica da crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*. Tese de doutorado em História. São Paulo, 1995.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo. Expressão Popular. 2012.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Publicado nos Cadernos do Labor - nº 2 (Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia/Universidade de S. Paulo), 1999.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Massachusetts: Cambridge, 2009.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. São Paulo, 2014.
- HARVEY, David. *La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. *Paris: Capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Belo Horizonte: Loyola, 1995.
- HEGEL, G. W. F. *Estética: A Idéia e o Ideal*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.



- HEGEL, G.W.F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HEGEL, G.W.F. *Introdução à História da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. In: *Textos escolhidos – Max Horkheimer, Theodor W. Adorno (Os pensadores)*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- JAMERSON, Friedrich. *Marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: Unesp & Boitempo, 1996.
- JAPPE, Anselm. *O mercado absurdo dos homens sem qualidades*. In: *Os últimos combates* (KURZ, R. 1997), Petrópolis: Vozes, 1997.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: por uma nova crítica do valor*, Lisboa: Antígona, 2006.
- JAPPE, Anselm. *Luta na rua contra o espetáculo?* In: *Revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual: ano 2, número 3*. São Paulo, 2013.
- JAPPE, Anselm. *Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria*. In: *Limiar, vol.1, nº 2*. São Paulo, 2014.
- JAPPE, Anselm. *Narcisismo e fetichismo da mercadoria: algumas observações a partir de Descartes, Kant e Marx*. In: *Revista Sinal de Menos n.12-1*. São Paulo, 2016.
- JARAMILLO GONZÁLEZ, Samuel. *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*. Bogotá, Ediciones Uniandes, 2010.
- KAFKA, Franz. *A metamorfose*. São Paulo; Brasiliense, 1987.
- KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KLEIN, Naomi. *Reclaiming the commons*. In: *New Left Review* 9, Maio-Junho, 2001. Disponível em < <http://newleftreview.org/II/9/naomi-klein-reclaiming-the-commons>.
- KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURTZ, Adriana. *Holocausto judeu e estética nazista: Hitler e a arquitetura da destruição*. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. VI, n.2 e 3, p. 139-158, 1999.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>, 1995.

- KURZ, Robert. *Escravos da luz sem misericórdia*. In: KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*. In: KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- KURZ, Robert. *A sociedade do espetáculo trinta anos depois*. In: JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- KURZ, Robert. *Cinzeira é a árvore dourada da vida e verde é a teoria*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>, 2007.
- KURZ, Robert. *Ontologia negativa: os obscurantistas do Esclarecimento e a moderna metafísica da história*. In: *Razão Sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010a.
- KURZ, Robert. *A indústria cultural no século XXI: sobre a atualidade da concepção de Adorno e Horkheimer*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz406.htm> 2010b.
- KURZ, Robert. *Razão sangrenta: vinte teses sobre o assim chamado Esclarecimento e seus valores ocidentais*. In: *Razão Sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010c.
- KURZ, Robert. *Dominação sem sujeito*. In: *Razão Sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, 2010d.
- KURZ, Robert. *Não há revolução em lado nenhum: Carta aberta às pessoas interessadas na EXIT! na passagem de 2011 para 2012*. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>, 2012.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- KURZ, Robert. *Guerra de ordenamento mundial*. In: *Poder mundial e dinheiro mundial*. São Paulo: Consequência, 2015.
- KURZ, Robert. *A substância do capital*. In: *Crise e crítica: a substância da teoria*, 2016a. Disponível em: <https://minhateca.com.br/rokurz4>.
- KURZ, Robert. *A intelligentsia depois da luta de classes*. In: *Crise e crítica: a substância da teoria*, 2016b. Disponível em: <https://minhateca.com.br/rokurz4>.
- KURZ, Robert. *O fim da política*. In: *Crise e crítica: a substância da teoria*, 2016c. Disponível em: <https://minhateca.com.br/rokurz4>.
- KURZ, Robert. *Não há leviatã que nos salve: teses para uma teoria crítica do Estado*. In: *Crise e crítica: a substância da teoria*, 2016d. Disponível em: <https://minhateca.com.br/rokurz4>.
- KURZ, Robert. *A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo: perguntas e respostas sobre a situação histórica da crítica social radical*. In: *Crise e crítica: a substância da teoria*, 2016e. Disponível em: <https://minhateca.com.br/rokurz4>.
- LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la ville*, Paris: Anthropos, 1968.



- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/ lógica dialética*. – Siglo XXI de España Editores: Madrid, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *O fim da História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. São Paulo: Ulisseia, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *Hegel, Marx e Nietzsche*. – Siglo XXI de España, Madrid, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *A “práxis”: relação social como processo*. In: *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC S/A, 1977.
- LEFEBVRE, Henri. *L’État – Tome IV: Les Contradictions de l’État Moderne*. Paris, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Editions Sociales. 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *Más allá del estructuralismo*. Ediciones elaleph.com, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. London: Continuum, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Alcobendas, 2013.
- LENIN, Vladimir. *A questão agrária e os críticos de Marx*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.
- LION, Thiago. *Forma mercadoria, forma pensamento e direito na obra de Alfred Sohn-Rethel*. Dissertação de Mestrado em Direito, São Paulo, 2012.
- LOJKINE, Jean. *Existe uma renda fundiária urbana?* In: FORTI, Reginaldo. *Marxismo e urbanismo*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.
- LOPES, Rogério. *Ceticismo e vida contemplativa em Nietzsche*. Tese de doutorado em Filosofia, UFMG, 2008.
- LUKÁCS, Georg. *A Teoria do romance*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAAR, Wolfgang Leo. *À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa*. In: ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MACHADO, Nuno. *O Dinheiro do Espírito e o Deus das Mercadorias: abstracção real segundo Sohn-Rethel*. In: *Revista Sinal de Menos, n.9*, São Paulo, 2013.

- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARQUES, Paulo. *A revolta e seu duplo: entre a revolta e o espetáculo*. *Revista Sinal de Menos: os sentidos da revolta*, São Paulo, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, Sérgio. *Crítica à economia política do espaço*. In: DAMINI, Amélia; CARLOS, Ana Fani; SEABRA, Odette (Orgs.) *O espaço no fim do século: a nova raridade..* São Paulo: Contexto, 1999.
- MARTINS, Sérgio. *Poder, política, urbano e a caixa de pandora*. In: *Cidades*. Vol.7, n.11, 2010.
- MARX, Karl. *Teorias da Mais-valia II: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1984.
- MARX, Karl. *A Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livros I e III. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *A “Crítica crítica” na condição de merceira de mistérios ou a “Crítica crítica” conforme o senhor Szeliga*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*, São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. – Versão digital.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. In: *A dialética do trabalho I: escritos de Marx e Engels – 2. Ed.*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís de Bonaparte*. In: *A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATOS, Olgária. *Walter Benjamin e Theodor Adorno: o estuor da facticidade à meia-noite do século*. In: *Correspondência 1928-1940 Adorno-Benjamin*. São Paulo: Unesp, 2012.

- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MELO, Marcos. *Democracia, Estado e espaço: elementos para uma crítica materialista do planejamento urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFMG, 2014.
- MERCADANTE, Aloizio. *Brasil: primeiro tempo – análise comparativa do governo Lula*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MESSADIÉ, Gerald. *História geral do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia?* São Paulo. Editora Brasiliense. 1988.
- MOUFFE, Chantall. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOUFFE, Chantall. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. In: *Política & Sociedade*, v. 1, n. 3, Florianópolis, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia: ou Helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O crepúsculo dos ídolos ou a filosofia a golpes de martelo*. Curitiba: Hemus Livraria, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. Tradução: José Mendes de Souza, eBooksBrasil.com, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: NIETZSCHE, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Renda diferencial I e Renda diferencial II*. In: *Orientação n.6*. São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor Edições, 2007,
- OLIVIERA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Willian & PAVÃO, Eduardo. *Arte e política no cinema de Glauber Rocha: uma análise do filme Deus e o diabo na terra do sol*. In: *Tempos Históricos vol. 15*, 2011.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PAULANI, Leda. & PATO, C.G. *Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século*. In: PAULA, J.A. *Ades ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. *O mecanismo de (des) conhecimento ideológico*. In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- PEDROSO, Gustavo. *A realidade como ideologia: o problema da ideologia na obra de Theodor Adorno*. Tese de doutorado em Filosofia, USP, 2007.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- PITTA, Fábio. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2016.
- POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- POLLOCK, Friedrich. *State capitalism: its possibilities and limitations*. In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Continuum, 1982.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, São Paulo: Boitempo, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Dissenso*. In: BIGNOTTO, N; NOVAES, A. (Orgs.) *A Crise da Razão*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed.34, 2009a.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed.34, 2009b.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RECLUS, Elisée. *O homem e a terra: Progresso*. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2011.
- REGATIERI, Ricardo. *Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP, 2009.
- Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. *Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- RIBEIRO JÚNIOR, J.A.S. *Idealismo e materialismo, Geografia e a concepção de abstração espacial*. In: *Geografia em Questão*, v.6, n.2, 2013.
- RUBEL, Maximilien. *Marx critique du marxisme*. Paris: Payot, 1974.
- RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. *A derrota é algo que se constrói a frio*. In: *Revista Cult* n.212. São Paulo, 2016.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHILLER, F. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- SCHOLZ, Roswitha. *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>, 1992.

- SCHOLZ, Roswitha. *Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje*. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz12.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm), 2012.
- SCHOLZ, Roswitha. *El patriarcado productor de mercancías*. In: *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*. Buenos Aires, 2013.
- SECRETARIA DE POLÍTICA ECONOMICA. *Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira*. Brasília, 2016.
- SERRANO, Bruno Klein. *Crítica da economia política como crítica do trabalho no pensamento juvenil de Marx*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. UFMG, 2015.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SILVA, Ludovico. *El estilo literário de Marx*. México: Siglo XXI, 1978.
- SILVA, Maria Aparecida, BUENO, Juliana e MELO Beatriz. *Quando as máquinas desfilam os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canais paulistas*. In: *Revista contemporânea* n.4. São Paulo, 2014.
- SILVEIRA, Roberinson. *As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na Gênese da Geografia Moderna: os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander Von Humboldt*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Unicamp, 2008.
- SILVEIRA, Roberinson. *Filosofia, arte e ciência: a paisagem na Geografia de Alexander Von Humboldt*. Tese de doutorado em Geografia, Unicamp, 2012.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho espiritual e corporal: Para a epistemologia da história ocidental*. Tradução: Tradução Cesare Giuseppe Galvan; Bremen, Agosto 1989.
- SORRE, Max. *Geografia*. (org. MEGALE, J.). São Paulo: Ática, 1984.
- THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- THERBORN, Göran. *Os campos de extermínio da desigualdade*. In: *Revista Novos Estudos* 87, p.145-156. Rio de Janeiro, 2010.
- THOMPSON, E.P. *A economia moral da multidão inglesa*. Lisboa: Antígona, 2008.
- TOLEDO, Carlos Alberto. *Robert Kurz: a crítica do fetiche e a crise da modernização*. Monografia em Ciências Econômicas. USP, 1997.
- TOPALOV, Christian. *Análise do ciclo do capital investido na produção da indústria da construção civil*. In: FORTI, Reginaldo. *Marxismo e urbanismo*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.
- TRONTI, Mario. *Tesi su Benjamin*. In: *La política al tramonto*, Torino: Einaudi, 1998.
- VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: *A Cidade do pensamento único* ARANTES, O. ; VAINER, C.; MARICATO; – 3. Ed. Vozes, Petrópolis, p. 75-104; 2002.
- VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: Vainer [et. al] *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega*. In: *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VIEGAS, Maria Ivanice. *O enigma do rosário: os mistérios da (re)existência nas correntezas da urbanização*. Tese de doutorado em Geografia, UFMG, 2014.

VON SPERLING, Bruno. *O município de Ferros à órbita da megamineração: disputas locais e o mineroduto Manabi em meio às flutuações do mercado financeiro e a rigidez do planejamento estatal*. Monografia de Graduação em Geografia, UFMG, 2016.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ŽIŽEK, Slavoj. *Como Marx inventou o sintoma?* In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia da política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

#### **Links consultados:**

<http://alertasocial.com.br/linha-do-tempo/>. Acesso em 01/06/2017.

<http://blogconvergencia.org/?p=1788>. Acesso em 12/05/2016.

[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487109644\\_038135.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487109644_038135.html). Acesso em: 17/02/2017.

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,alexandre-de-moraes-nega-onda-de-rebelioes-e-fala-em-morte-oportunista,10000098535>. Acesso em: 08/01/2017.

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/comissao-do-impeachment-abriga-investigados-no-stf/>. Acesso em 07/08/2016.

[http://ep00.epimg.net/internacional/imagenes/2013/07/28/actualidad/1375041792\\_294136\\_1375106309\\_noticia\\_normal.jpg](http://ep00.epimg.net/internacional/imagenes/2013/07/28/actualidad/1375041792_294136_1375106309_noticia_normal.jpg). Acesso em: 14/08/2016.

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/01/como-jorge-paulo-lemann-o-homem-mais-rico-do-brasil-pretende-mudar-educacao-no-pais.html>. Acesso em 14/08/2017.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/quem-sao-os-eleitores-fieis-a-trump.html>. Acesso em 14/12/2016.

<http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/discurso-nao-sou-politico-turbinou-kalil-no-segundo-turno-em-bh.html>. Acesso em: 14/12/2016.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-planalto-fala-em-constituicao-violada.html>. Acesso em: 20/02/2017.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-presos-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/sergio-cabral-tem-cabeca-raspada-apos-chegar-em-presidio-do-rio.html>. Acesso em: 20/02/2017.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/09/greve-da-policia-e-explosao-de-violencia-no-es-premissas-para-o-debate-sobre-paz-armada/>. Acesso em 20/02/2017.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 30/04/2017.

<http://lulaeministro.com/>. Acesso em: 04/11/2016.

<http://pjm.maristas.org.br/userfiles/130630-Facebook.jpg>. Acesso em 12/05/2016.

<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-esta-nos-enderecos-de-lula-e-fabio-luis-em-nova-fase-da-lava-jato/>. Acesso em: 15/02/2017.

[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem\\_02](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_02). Acesso em: 14/08/2017.

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&vcodigo=PD308&t=contribuicao-sistema-previdenciario-trabalho-principal-populacao>. Acesso em: 14/08/2017.

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/black-bloc-da-sainha-cute-cute-ao-fuzil-e-aos-tanques-na-ucrania/>. Acesso em: 07/08/2016.

<http://www.alfa1.de/az-ged.html>. Acesso em 25/02/2017.

<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37826604>. Acesso em 14/12/2016.

[http://www.brasilpost.com.br/2016/04/05/cobra-janaina-paschoal\\_n\\_9616470.html](http://www.brasilpost.com.br/2016/04/05/cobra-janaina-paschoal_n_9616470.html). Acesso em: 07/06/2016.

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/guilherme-boulos-do-mtst-e-presos-durante-desocupacao-em-sao-paulo>. Acesso em: 17/01/2017.

[http://www.cidadenova.org.br/media/filter/mediateca\\_6-](http://www.cidadenova.org.br/media/filter/mediateca_6-) Acesso 03/04/2016.

<http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf>. Acesso em 30/04/2017.

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/wp-content/uploads/2016/04/istoe-229x300.jpg>. Acesso em 02/05/2017

<http://www.divasemfrescura.com/wp-content/uploads/2015/07/adesivo-2.jpg>. Acesso em 02/05/2017.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 22/02/2017.

<http://www.fundacaolemann.org.br/1-ano-transformar-educacao/>. Acesso em 14/08/2017.

<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/137985/2013-07-01/o-espontaneo-e-o-consciente-de-volta-para-o-futuro-anotacoes>. Acesso em: 12/05/2016.

<http://www.marxismo.org.br/content/de-junho-junho-o-que-jornadas-de-2013-nos-ensinam-para-2014>. Acesso em 03/04/2016.

<http://www.revistaforum.com.br/2016/06/13/1-mes-de-governo-temer-30-retrocessos/>. Acesso em 30/12/2016.

<http://www.revistaforum.com.br/2016/09/28/em-aula-lewandowski-classifica-impeachment-de-dilma-como-tropeco-na-democracia/>. Acesso em 16/02/2017.

<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/paulopaim/Informes/calc.html>. Acesso em 14/08/2017.

[http://www.vice.com/pt\\_br/read/apos-dois-anos-as-jornadas-de-junho-hegaram-ao-maraca](http://www.vice.com/pt_br/read/apos-dois-anos-as-jornadas-de-junho-hegaram-ao-maraca). Acesso 12/05/2016.

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/internacional/1484073680\\_523691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/10/internacional/1484073680_523691.html). Acesso em 20/08/2017.

<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/30/bh-repete-sao-paulo-e-nao-politico-kalil-e-eleito-prefeito.htm>. Acesso em 14/12/2016.

[https://jornadadejunho.files.wordpress.com/2014/05/tem\\_tanta\\_coisa\\_errada\\_que\\_naoca\\_be\\_em\\_um\\_cartaz.jpg](https://jornadadejunho.files.wordpress.com/2014/05/tem_tanta_coisa_errada_que_naoca_be_em_um_cartaz.jpg). Acesso em 02/05/2016.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>. Acesso em: 30/08/2017.

<https://oglobo.globo.com/economia/carf-decide-favor-do-itau-em-processo-de-25-bi-de-impostos-21186804>. Acesso em 14/08/2017.

<https://revistavidape.wordpress.com/2014/03/20/do-indio-ao-negro-20-centavos-discute-as-jornadas-de-junho-de-2013/>. Acesso em 03/04/2016.

<https://www.facebook.com/defesadaalegria>. Acesso em 18/12/2013.

<https://www.youtube.com/watch?v=-SrsADs5NC4>. Acesso em: 29/04/2016.



## Apêndices

### Apêndice 1 – Linha do tempo de retrocessos no governo Michel Temer<sup>181</sup>

12/05/2016 – Separação do setor o sistema previdenciário, colocando a Previdência Social sob o Ministério da Fazenda e seu braço executor, o INSS, sob a Assistência Social, de modo a enfraquecer os mecanismos de seguridade social do trabalhador.

12/05/2016 – Temer anuncia seu ministério: o primeiro sem mulheres desde a Ditadura Militar. Dos 23 nomeados, seis respondem a inquéritos no STF, sete foram citados na Lava Jato e 12 receberam doações de empresas da Lava Jato.

12/05/2016 – Extinção dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Previdência Social, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário.

12/05/2016 – Extinção da Controladoria Geral da União.

20/05/2016 – Demissão arbitrária o presidente da Empresa Brasil de Comunicação, que tinha mandato de quatro anos, para colocar um aliado político do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

20/05/2016 - O ministro interino das Cidades, Bruno Araújo, informa que abandonará a meta traçada por Dilma Rousseff de contratar 2 milhões de moradias do Minha Casa Minha Vida até o fim de 2018. Ele afirmou que toda a terceira etapa do programa está suspensa.

22/05/2016 – O ministro interino da educação, Mendonça Filho, anuncia o contingenciamento de gastos no programas FIES, ProUni e Pronatec.

22/05/2016 - Ministro da Educação recebe propostas de Alexandre Frota para o ensino.

30/05/2016 - Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle deixa o cargo após ter sido divulgação de conversa em que critica a Operação Lava Jato e dá orientações a Renan Calheiros e a Sérgio Machado, ambos investigados no esquema de corrupção que atuava na Petrobrás.

03/06/2016 - Câmara aprova de R\$ 58 bilhões em reajustes e criação de 14.419 novos cargos federais.

03/06/2016 – Retirada de R\$ 160 milhões dos recursos do PAA que eram repassados para a Conab fazer a compra de produtos da agricultura familiar.

07/06/2016 – Suspensão de concursos públicos até 2018.

08/06/2016 – Paul Singer é substituído por ex-policial na Secretaria de Economia Solidária.

---

<sup>181</sup> Para a elaboração dessa linha do tempo contamos as periodizações apresentadas nos seguintes links: <http://www.revistaforum.com.br/2016/06/13/1-mes-de-governo-temer-30-retrocessos/> e <http://alertasocial.com.br/linha-do-tempo/>, além de nossas próprias anotações ao longo do tempo. Infelizmente não tivemos condições de registrar todos os retrocessos ocorridos até o período de término deste texto. Apesar da incompletude dos dados cremos que eles fornecem um rico panorama no momento político brasileiro (ao menos entre os meses de Maio de 2016 e 2017).

10/06/2016 - O ministro interino da Justiça Alexandre de Moraes determina a paralisação do funcionamento de todas as áreas relacionadas a Direitos Humanos por 90 dias.

10/06/2016 – Revogada a chamada pública que tinha como objetivo a seleção de entidades para prestação de serviços de ATER para qualificação da gestão, apoio ao fortalecimento e à inserção de organizações econômicas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados. Com o cancelamento, cerca de 188 mil famílias de agricultores familiares pertencentes a 930 cooperativas ou organizações produtivas deixarão de ser apoiadas ou assessoradas na gestão de seus negócios.

15/06/2016 – Michel Temer apresenta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que congela os investimentos em saúde e educação por 20 anos no Brasil.

16/06/2016 – Temer retoma a Agenda Brasil, pacote de medidas que institui a cobrança de procedimentos pelo SUS, define idade mínima para a aposentadoria e amplia a terceirização do trabalho, além de reformar o PIS/COFINS e impedir que liminares judiciais determinem procedimentos caros pelo SUS.

17/06/2016 - Temer suspende negociação para receber refugiados sírios

17/06/2016 - Reajuste já aprovado para o Bolsa Família não é concedido por Temer

24/06/2016 - Temer autoriza Globo a fazer mudanças que violam a Constituição: a Constituição Federal não permite que empresas de comunicação tenham sócios estrangeiros. Mas o presidente interino autoriza por decreto “a transferência indireta da concessão” da Rede Globo nas principais capitais do Brasil, o que implica que a Globo fica liberada para fazer as mudanças societárias.

24/06/2016 - Roberto Allegratti, coronel da Polícia Militar, é indicado para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. Membro militar da polícia paulista o coronel é a representação da repressão fardada da instituição.

27/06/2016 - Governo federal interrompe bolsas do Ciência sem Fronteiras no exterior.

28/06/2016 - Temer sanciona pulverização de agrotóxicos por aviões em áreas urbanas.

28/06/2016 - Temer desmonta o Conselho Nacional de Educação.

29/06/2016 - O general Roberto Sebastião Peternelli, apoiador declarado da Ditadura Militar, aceita assumir o cargo de presidente da FUNAI.

05/07/2016 - Temer tira urgência de pacote anticorrupção.

07/07/2016 - Comissão da Câmara aprova entrega do pré-sal. Documentos revelados em 2010 pelo Wikileaks comprovaram que José Serra (PSBD-SP) havia prometido para a multinacional Chevron mudar as regras do pré-sal caso fosse eleito presidente. Não por acaso, entre os parceiros, segundo os documentos, está a Fiesp, uma das grandes propulsoras do processo de impeachment que colocou Temer como presidente interino.

11/07/2016 - Governo deixa de exigir pesquisa de antecedentes criminais para nomeação em cargos políticos

12/07/2016 - MDA é deixado de fora da Câmara de Comércio Exterior. Com a medida mais de 4 milhões de agricultores familiares ficarão sem voz e voto nas negociações

internacionais, colocando em situação de fragilidade um conjunto de políticas de desenvolvimento da agricultura familiar.

12/07/2016 - Câmara aprova urgência no projeto que entrega o pré-sal. O projeto que retira a obrigatoriedade de a Petrobrás de ser a única operadora de petróleo na camada pré-sal passa a tramitar em regime de prioridade.

14/07/2016 - Aprovada na comissão mista no Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias pra 2017 congelando investimentos em áreas interesse social, antecipando, em último termo, os retrocessos trazidos pela PEC241/55, na época, ainda por ser votada.

18/07/2016 – É suspenso o Minha Casa Minha Vida.

23/07/2016 - O Ministério da Educação decide que vai deixar de financiar intercâmbios de universitários da graduação em instituições estrangeiras e passará a oferecer bolsas para estudantes do ensino médio de escolas públicas aprenderem outro idioma fora do Brasil. Ou seja, estudantes de graduação não terão mais acesso ao Ciência Sem Fronteiras.

28/07/2016 - Governo interino faz demissões em massa na Cultura e na Saúde.

29/07/2016 - Depois das demissões no Ministério da Cultura e no Ministério da Saúde, chegou a vez do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Foram 33 exonerações publicadas no Diário Oficial da União em um único dia. São servidores que exerciam funções técnicas relevantes e essenciais para as políticas sociais.

02/08/2016 - Governo decide criar comissão que irá definir com base na aparência se candidato que se diz negro em concurso é mesmo negro, e portanto, se ele se adequa ou não política de cotas do governo federal.

02/08/2016 - Orçamento de 2017 com limitação de gastos em saúde e educação é aprovado pela Comissão Mista de Orçamento.

03/08/2016 - A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova aumento para ministros do STF.

04/08/2016 – O ministro das relações exteriores José Serra nomeia o ex-policial Hideo Augusto Dendini para o Itamaraty. Dendini é um dos policiais envolvidos no massacre do Carandiru.

05/08/2016 - Governo cria grupo de trabalho para implementar plano de saúde popular. O objetivo do ministro interino da Saúde, Ricardo Barros, é tirar recursos do SUS favorecendo a iniciativa privado ajudando assim a ampliar os lucros das empresas de planos de saúde.

06/08/2016 – CNPq corta 20% das bolsas de Iniciação Científica.

09/08/2016 – CCJ da Câmara aprova PEC 241 que limita investimentos públicos em áreas vitais como saúde e educação por 20 anos.

11/08/2016 – Governo federal prevê corte de até 45% dos recursos previstos para investimentos nas universidades federais em 2017.

18/08/2016 – Governo transfere a execução e os recursos das obras de combate à seca no Nordeste para o DNOCS, órgão atualmente comandado por peemedebistas.

19/08/2016 – O ministro dos esportes, Leonardo Picciani, suspende um edital negociado por Dilma que destinava R\$ 150 milhões de investimentos governamentais em modalidades olímpicas para que estas continuassem depois dos Jogos Olímpicos.

20/08/2016 – É publicado no Diário Oficial da União a nova estrutura organizativa do Ministério da Cultura e, segundo denunciam trabalhadores do setor, a Política Nacional de Cultura Viva e os Pontos de Cultura sofreram um duro golpe no âmbito da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

23/08/2016 – O então ministro da Justiça Alexandre de Moraes diz que Brasil precisa de menos pesquisa em segurança pública e mais armas.

26/08/2016 – Governo Temer informa que o Programa Mais Educação não abrirá novas inscrições em 2016. Dessa forma, o principal programa de indução da educação integral ficará dois anos sem repassar verbas para as escolas.

26/08/2016 – Por decisão do ministro Mendonça Filho, da Educação, a portaria que regulamentava o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) foi revogada. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira, 26 de agosto. O sistema foi criado para avaliar e aprimorar as políticas públicas de educação básica. O projeto foi concebido após dois anos de discussão envolvendo servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), professores, gestores, pesquisadores e outros especialistas em educação.

30/08/2016 – Câmara aprova reforma administrativa de Temer que extingue ministérios. O que implica no desmonte de grande interesse social, como a CGU e as Secretarias de Igualdade Racial, Direitos Humanos e Mulheres.

02/09/2016 – Governo Temer anuncia medidas para dificultar a entrada e permanência no Bolsa Família. A ideia é realizar um cruzamento com seis bases de dados oficiais no momento da inscrição no programa para evitar declarações falsas de renda. Com o pretexto de combater as fraudes Temer pode desligar 600 mil famílias já no primeiro mês de governo pós oficialização do *impeachment*.

02/09/2016 – Governo Temer ignora decisão do STF e exonera novamente Ricardo Mello diretor-presidente da EBC (Três meses antes o STF havia publicado liminar devolvendo Ricardo Melo ao cargo de diretor-presidente da EBC. Melo havia sido exonerado pelo então presidente interino Michel Temer, contrariando a lei que diz que o diretor-presidente da EBC tem mandato de quatro anos não coincidentes com os mandatos presidenciais).

04/09/2016 - Alexandre de Moraes, ainda como Ministro da Justiça, troca composição da Comissão de Anistia e nomeia simpatizantes da Ditadura Militar, dentre os quais figuras vinculadas ao polêmico professor de Direito Constitucional da USP Manoel Gonçalves Ferreira Filho, conhecido teórico e apoiador da ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964.

05/09/2016 – Governo Temer prorroga por mais noventa dias a validade da Portaria nº 611 que paralisa o funcionamento de todas as áreas relacionadas a Direitos Humanos, em especial órgãos colegiados, com exceção apenas das áreas policiais. Assim, continuam suspensas até dezembro atividades que apoiam os conselhos de direitos, ações de proteção ao cidadão e aos ameaçados de morte. A portaria de 10/06/2016. Previa a paralisação até setembro, com a prorrogação apenas em dezembro o funcionamento retorna ao normal.

08/09/2016 - Governo Temer prevê deixar as empresas escolherem o que terceirizar. O Projeto, amplamente criticado pelos trabalhadores implica o fim da distinção entre atividade-fim e atividade-meio. O projeto é uma grande ameaça aos direitos da classe trabalhadora, pois, na prática, legaliza a fraude e a precarização do emprego, já que busca o barateamento da mão-de-obra.

10/09/2016 - O Ministro do Turismo, Alberto Alves, revoga a portaria de 2013 que instituiu o programa Viaja Mais Melhor Idade. O programa havia sido lançado no intuito de incentivar aposentados e pensionistas a viajarem, com condições de financiamento diferenciadas.

12/09/2016 – O então Ministro das Relações Exteriores José Serra propõe “lipoaspiração” na Constituição Federal.

12/09/2016 - A comissão incumbida de verificar a autodeclaração dos candidatos que se inscreveram como negros no concurso de admissão à carreira diplomática reprovou 47 das 100 pessoas que compareceram à entrevista.

13/09/2016 - Itamaraty extingue departamento de combate à fome.

13/09/2016 - Temer anuncia pacote de privatizações para 2017 e 2018. A estimativa é de que 25 projetos sejam incluídos no rol de privatizações de concessões para esses dois anos.

15/09/2016 - Governo acaba com regra de menor tarifa para leilões de infraestrutura de rodovias, o que implica em um aumento do preço dos pedágios. Moreira Franco, então responsável pelo setor de privatizações e parcerias do governo com os interesses privados, afirma em coletiva de imprensa, que “os preços não são fixados em gabinetes”. Os leilões devem privilegiar, agora, a outorga, que é um valor pago ao governo pela empresa vencedora como prêmio pelo direito de explorar um empreendimento.

19/09/2016 - Ministério da Saúde corta banda larga de mais de 6 mil UBS: neste mês, milhares de Unidades Básicas de Saúde em todo o país amanheceram sem o serviço de banda larga oferecido pelo Ministério da Saúde.

20/09/2016 – Durante a madrugada Câmara dos Deputados colocava em pauta um projeto para salvar alvos da Lava Jato. Os deputados (em sua maioria da base aliada do Governo Temer) articularam a manobra que visa conseguir anistia por prática de Caixa 2 cometida até agora e inibir a atual inclinação da Lava Jato de tratar como corrupção pura e simples o recebimento de dinheiro que não esteja na contabilidade eleitoral.

20/09/2016 - TV Brasil deixa de ser pública e vai retransmitir TV Cultura.

21/09/2016 – É aprovada no Senado (com amplo apoio da base aliada de Temer) a Medida Provisória 729/2016, retirando recursos do programa de educação infantil que garantia o mínimo de direito às crianças de um a 48 meses dos municípios mais pobres do Brasil.

22/09/2016 – Governo admite aprovar reforma do Ensino Médio (maior alteração na LDB de 1996) por meio de Medida Provisória.

26/09/2016 - Governo Temer acaba com o uso do FGTS para financiar MCMV. Medida foi publicada no Diário Oficial da União neste dia 26.

27/09/2016 – Um dia depois da suspensão do financiamento do MCMV via FGTS grandes bancos privados já começaram a se movimentar para tirar da Caixa o “monopólio” sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

29/09/2016 – Governo Temer acaba com autonomia dos ministérios e assume controle das redes sociais. Temendo críticas às declarações polêmicas dadas por seus ministros, agora é o Planalto quem controla o Facebook e o Twitter das pastas.

30/09/2016 – FMI recomenda “revisão do salário mínimo” e reforma trabalhista para o Brasil.

02/10/2016 - Temer corta verba destinada à reforma agrária.

03/10/2016 - Governo anuncia que não irá financiar bolsas de residência médica até 2017.

04/10/2016 - Temer acaba com pensão integral por morte. Governo vai propor corte nas pensões por morte para 50% a 60% do vencimento integral do cônjuge.

05/10/2016 – Governo Temer acaba com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais.

06/10/2016 – Câmara aprova o PL 4567/16, de José Serra, que desobriga a Petrobrás de participar dos consórcios de exploração do pré-sal, entregando assim os recursos do pré-sal para as exploradoras estrangeiras. É a primeira medida para a privatização completa da estatal.

07/10/2016 - Governo suspende renovação de contratos do programa Aqui Tem Farmácia Popular.

09/10/2016 – Governo declara urgência de aprovação da Reforma da Previdência. Além de desvincular do salário mínimo o benefício assistencial que a Previdência paga a idosos e deficientes de baixa renda, o “governo” estuda elevar a idade mínima exigida para o acesso ao benefício dos atuais 65 para 70 anos.

10/10/2016 – A PEC 241 é aprovada em primeiro turno na Câmara.

11/10/2016 - Temer cancela Projeto de Lei que trata do Minha Casa Minha Vida e Assentamentos. O Planalto pediu ao Congresso que retire de tramitação um PL que faz alterações na lei que trata do Minha Casa Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

12/10/2016 - Temer veta recursos para crianças com deficiência do BPC.

13/10/2016 - Bancos suspendem crédito a aposentados por invalidez.

14/10/2016 - O Diário Oficial da União publica a portaria nº 20 do MEC, que dispõe sobre a redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Federal de Ensino. Após anos consecutivos de esforço para expansão de vagas em toda a rede federal, a pasta comandada por Mendonça Filho inverte essa tendência.

15/10/2016 – Revisão proposta por Temer cancela 80% dos auxílios-doença já avaliados

17/10/2016 – Após *impeachment* bancos públicos já têm juros mais altos do que bancos privados: entre os cinco maiores bancos que atuam no Brasil, o Banco do Brasil tem o maior juro no financiamento de veículos e a Caixa opera o segundo maior no crédito rotativo do cartão de crédito.

17/10/2016 – O Ministro da Saúde, Ricardo Barros, publica no Diário Oficial da União a portaria nº 1.907, revogando a nº 475, de 16 de março de 2011. A Portaria 1907/16, mais do que tirar os recursos financeiros dos distritos, rompe com a perspectiva de que a política de atenção à saúde seja efetivamente implementada a partir das necessidades, realidades e modo de ser de cada povo, tendo eles como sujeitos e protagonistas.

19/10/2016 - Bolsistas da Capes no exterior não têm mais obrigação de voltar ao Brasil. O que implica que embora financiados com dinheiro do governo brasileiro, uma vez formados, esses profissionais passam a não ter nenhuma obrigação de dar qualquer tipo de retorno à sociedade brasileira.

20/10/2016 - Estudantes da EJA de todo o Brasil devem começar 2017 sem livros didáticos. Isso porque o governo ilegítimo de Michel Temer ainda não realizou a compra anual de reposição e aquisição de novos livros, que deveria ter ocorrido até o início deste mês.

21/10/2016 – O Ministro da Educação Mendonça Filho dá ultimato para a desocupação das escolas e universidades ocupadas em função da PEC 241. De acordo com Mendonça, se as instituições na forem desocupadas até 31/10/2016 as provas do ENEM marcadas para esses locais será adiada. Tal ultimato põe em xeque o direito de livre manifestação.

25/10/2016 – Por meio de alguns departamentos e técnicos da ANA governo Temer revela intenção de privatização ao Aquífero Guarani, maior manancial de água doce subterrânea do planeta.

26/10/2016 – Petrobrás pretende construir 100% da Plataforma de Libra no exterior. De acordo com o Jornal O Globo, o consórcio responsável pelo Campo de Libra – um dos principais do pré-sal na Bacia de Santos – liderado pela Petrobras, pediu ao órgão regulador para construir 100% da plataforma no exterior. O consórcio justificou o pedido dizendo que o preço cobrado pela indústria nacional era maior.

27/10/2016 – É publicado no Diário Oficial na União o decreto nº 8889 com a nova estrutura organizacional SEAD, que substitui o extinto MDA. A medida extingue 106 cargos, o que notadamente desestrutura e sucateia a pasta.

30/10/2016-

Juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios autoriza o uso de técnicas de tortura por parte da Polícia Militar contra jovens que participam da ocupação de escolas do Distrito Federal contra a PEC 241 (no Senado PEC 55) e a medida provisória que propõe a reforma do ensino médio. Nos termos do próprio juiz: “Como forma de convencimento à desocupação, autorizo expressamente que a Polícia Militar utilize meios de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como suspenda o corte do fornecimento de água; energia e gás... autorizo que restrinja o acesso de terceiros, em especial, parentes e conhecidos dos ocupantes... Autorizo que impeça a entrada de alimentos...o uso de instrumentos sonoros contínuos direcionados ao local da ocupação para impedir o período de sono. Tais medidas ficam mantidas independente da presença de menores no local”

31/10/2016 – No bojo da Reforma da Previdência, governo estuda obrigar aposentados a contribuir com Previdência. A avaliação do governo é que como o valor líquido da

aposentadoria acaba sendo maior que o salário na ativa, as pessoas são estimuladas a aposentar.

01/11/2016 – Nova gestão da EBC anuncia que fará um plano de demissão voluntária para “cortar excessos e renovar parte de seus quadros até o fim do ano”. O que implica no paulatino fim da comunicação pública no Brasil.

01/11/2016 – Portal da Transparência do governo federal não divulga há três meses os gastos com cartão corporativo do governo federal.

07/11/2016 - O governo Temer anunciou o bloqueio/cancelamento de 1,13 milhão de benefícios do Bolsa Família. Na prática, 5 milhões de pessoas vão perder a transferência de renda do programa, e com ela, o acompanhamento em saúde e educação, bem como o acesso a outras oportunidades como cursos e atividades de geração de renda.

07/11/2016 - Governo corta orçamento do Exército que distribui água no Nordeste.

09/11/2016 – Governo envia para o Congresso um projeto de mudança nas regras do INSS de acesso ao auxílio doença e à licença maternidade. A proposta é assinada pelos ministros usurpadores do Planejamento, Dyogo Oliveira, da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, este último também responsável pelo programa ironicamente chamado de “Criança Feliz”. O Projeto de Lei prevê a carência de 10 meses para que seja concedido o salário maternidade. Nas regras atuais, são isentos de carência as “empregada de Microempresa Individual, Empregada Doméstica e Trabalhadora Avulsa (que estejam em atividade na data do afastamento, parto, adoção ou guarda com a mesma finalidade)”. A medida terá impacto em milhões de mulheres nessa condição.

14/11/2016 – Concomitante a cortes brutais em investimentos na Educação, MEC abre edital de licitação prevendo gastos de até R\$ 198 mil por ano com alimentação de bordo para o ministro Mendonça Filho e sua equipe, 24 horas por dia, sete dias por semana, nos jatinhos da Força Aérea Brasileira.

17/11/2016 – Romero Jucá, mesmo investigado, sai no Diário Oficial como líder do governo no Congresso.

21/11/2016 – Caixa Econômica Federal estuda fechar 100 agências e demitir 11 mil funcionários.

28/11/2016 - Ministro Sarney Filho anuncia terceirização da política de conservação ambiental na Chapada dos Veadeiros em Goiás.

29/11/2016 – PEC 55 (outrora PEC 241) é aprovada no Senado.

30/11/2016 - Temer devolve à FUNAI 13 processos de demarcação de terras indígenas.

04/12/2016 - O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, anuncia que a partir de então as famílias do Bolsa Família que tem filhos aprendizes ou estagiários, serão cortados do Bolsa Família. Esse é um cruzamento inédito nas bases de dados do programa que sob a justificativa de fazer um “pente fino” em benefícios indevidos, vai prejudicar várias famílias pobres.

05/12/2016 - Temer quer aumentar 27% na contribuição dos servidores na Reforma da Previdência. Tal reforma, enviada neste dia cinco, propõe que a contribuição dos servidores da União vai subir dos atuais 11% para 14%.



05/12/2016 - Depois de anunciar que iria reduzir o preço da gasolina em 3% o Grupo Executivo de Mercado e Preços da Petrobrás decide em sua reunião de ontem aumentar o preço do diesel nas refinarias em 9,5%, em média, e da gasolina em 8,1%.

07/12/2016 – Governo Temer extingue a Ouvidora Agrária Nacional.

08/12/2017 - Congresso pode obrigar avisar empresa antes de fiscalizá-la por escravidão: se aprovado sem emendas o projeto que cria o Código Comercial (1572/2011), auditores do Ministério do Trabalho terão que avisar, com dois dias de antecedência, uma empresa antes de fiscalizá-la para, por exemplo, verificar a existência de trabalho análogo ao de escravo.

08/12/2016 – MEC decide congelar número de vagas em universidades públicas pelos próximos dois anos.

08/12/2016 – Congresso aprova Reforma do Ensino Médio a toque de caixa.

09/12/2016 – Projeto que privatiza produção científica e tecnológica é aprovado no Senado.

15/12/2016 - CCJ aprova na madrugada que Reforma da Previdência não fere a Constituição. Com menos de 10 horas de discussão, às 2h53 da madrugada do dia 15 de dezembro, o texto da PEC 287 da Reforma da Previdência foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O relator, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), deu parecer pela constitucionalidade da proposta.

18/12/2016 – O então ministro da Justiça Alexandre de Moraes declara querer erradicar maconha no continente por meio de severa repressão. Essa medida vai na contramão da política antidrogas na maior parte do mundo, que tem avançado em debates pela descriminalização e legalização da maconha frente a opção da “guerra às drogas”.

19/12/2016 – Em função de críticas de Jair Bolsonaro, MEC tira do ar vídeo sobre educação sexual.

21/12/2016 – Governo acaba com o controle do preço de medicamentos. Governo Temer publica Medida Provisória que autoriza o aumento de medicamentos acima da inflação. Pela lei atual, os preços só poderiam atualizados uma vez ao ano com base na inflação medida pelo IPCA.

21/12/2016 - ‘Mais Médicos’ deixam Ceará e pacientes ficam sem atendimento. Com o término do contrato dos médicos que atuavam no estado e não renovação do mesmo, milhares de famílias ficarão sem atendimento.

23/12/2016 - Ministério de Minas e Energia cancelou o leilão de energia solar e eólica que seria realizado nesta semana.

27/12/2016 - Palácio do Planalto abriu uma licitação para comprar comida para abastecer o avião presidencial, que serve Temer e seus convidados durante um ano. O valor previsto para ser gasto, no total, é de um milhão setecentos e cinquenta mil reais.

27/12/2016 - STF determina aumento do telefone. Aumento é fruto de uma decisão do STF que obriga as empresas de telefonia a recolherem ICMS sobre o valor da assinatura básica que é cobrado do consumidor mensalmente. O Tribunal entende que a assinatura mensal também é considerada um serviço, já que representa a “efetiva prestação do serviço de comunicação”.

28/12/2016– Governo Temer autoriza redução de salário e jornada de trabalho por dois anos.

29/12/2016 – Ministério da Saúde reduz número mínimo obrigatório de médicos por UPA.

30/12/2016 – Balanço final das contas da União em 2016 atesta que Políticas para mulheres, negros e direitos humanos perdem 35% dos recursos. Em 2015, o governo federal aplicou R\$ 95.263.006,89 nas 15 principais ações desta área. Já em 2016, até o dia 27 de dezembro, o montante caiu para R\$ 61.842.623,05.

06/01/2017 - Cesta básica acima da inflação em 23 capitais Pesquisa do Dieese mostra que em apenas 4 das 27 capitais do país a cesta básica subiu menos que a projeção da inflação oficial em 2016.

06/01/2017 - Com Temer, indústria brasileira cai para última posição no mundo – os dados são de um relatório do Deutsche Bank, distribuído para seus clientes.

07/01/2017 - Ministério da Justiça negou ajuda a Roraima antes de chacina com 31 mortos em presídio. Documentos mostram que o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, negou um pedido da governadora de Roraima, Suely Campos, feito em novembro do ano passado, para que o governo federal enviasse a Força Nacional para reforçar a segurança no sistema prisional do Estado. Em ofício enviado no dia 21 de novembro, o governo de Roraima solicitou ajuda “em caráter de urgência”.

09/01/2017 – Sucateada, Faculdade de Arquitetura da UFRJ fecha turmas de 2017.

12/01/2017 - Planos de saúde têm maior alta de preços em 19 anos.

13/01/2017 - Funai passa a ter presidente pastor e diretor general. A nomeação do dentista e pastor evangélico Antônio Fernandes Toninho Costa para a presidência da Funai é uma indicação do PSC (e foi recebido com surpresa pelos defensores da causa indígena).

17/01/2017 – Governo Temer trabalha em uma Medida Provisória que legaliza a venda de terras aos estrangeiros. O objetivo é abrir o mercado rural a investidores de outros países.

17/01/2017 - Correios abrem Programa de Demissão Voluntária para quase 17.7 mil empregados e a expectativa é que 8,2 mil trabalhadores façam a adesão.

18/01/2017 – Alexandre Moraes torna-se censor da Funai. Com a mudança, o Ministério da Justiça passa a ter na prática o poder de rever todo o processo originado da Funai. A portaria também abre espaço para o Ministério convocar audiências públicas e para a ação de grupos ligados, por exemplo, à sindicatos de produtores rurais ao estabelecer que poderão ser “criados outros meios de participação das partes interessadas”.

18/01/2017 – Enem deixa de servir como certificação para o Ensino Médio.

21/01/2017 – Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central, declara durante entrevista em Davos (Suíça), que é preciso “repensar” o sistema de cartões de crédito brasileiro. O que na prática seria extinguir o parcelamento sem juros no cartão.

23/01/2017 – Governo prepara minuta de proposta para que EUA usem Centro de Lançamento de Alcântara. A ideia é oferecer aos americanos acesso ao centro de lançamento, cobiçado por sua localização rente à Linha do Equador, que diminui o gasto

de propelente em cada empreitada espacial, para, em troca, utilizar equipamentos fabricados pelos potenciais parceiros.

25/01/2017 – Demissão em massa no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Na carta, “de caráter definitivo e irretratável”, os sete membros que compunham o Conselho apontaram treze razões para renunciarem a seus cargos e solicitarem o encerramento das atividades, todos eles relativos à crise generalizada no sistema penitenciário.

27/01/2017 – Governo Temer dificulta acesso de pescadores ao seguro-defeso. O governo decretou que o seguro-defeso não será mais pago quando houver alternativas de pesca nos municípios alcançados pelos períodos de defeso.

27/01/2017 - Ministério da Cultura suspende convênio com a maior escola de cinema da América Latina. A Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, Mariana Ribas, após 30 anos, suspendeu por tempo indeterminado, a parceria com uma das mais importantes instituições de formação de cinema do mundo: a Escola de Cinema e TV de Cuba (EICTV). O convênio financiava alunos brasileiros no curso que tem duração de três anos com valor total de 15 mil euros.

30/01/2017 - Privatização e Programa de Demissão Voluntária poderão reduzir Eletrobrás à metade. A empresa vai por em prática, nos próximos meses, um Plano de Demissão Voluntária e o incentivo à aposentadoria de seus funcionários reduzindo a força de trabalho em 5 mil funcionários. Junto com a previsão de desligamento de 6 mil funcionários relativos às distribuidoras que deverão ser vendidas este ano, a Eletrobrás reduzirá o total de seu contingente de 23 mil para 12 mil pessoas.

31/01/2017 – Governo Temer bate recorde: Brasil tem 11,8 milhões de desempregados O IBGE divulga, que o Brasil atingiu 11,5% na taxa de desemprego atingindo 11,8 milhões de pessoas em 2016. É a maior taxa já registrada na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, representando uma alta de 37%.

31/01/2017 - Ministério da Educação suspende a nomeação de reitora eleita da Unifesp.

31/01/2017 - Falta de investimento no INPE pode fazer previsão meteorológica parar. O supercomputador, chamado Tupã, que é responsável pelos cálculos numéricos usados na previsão do tempo de todo o país está quase parando por falta de recursos. Com isso, todo o serviço de previsão do tempo pode ser afetado.

01/02/2017 - Ministério do Planejamento anuncia corte de R\$ 4,69 bilhões no orçamento para o exercício de 2017. A redução ocorre para enquadrar as despesas nas regras da PEC 55.

07/02/2017 – Governo Temer corta 40% das vagas do FIES.

08/02/2017 – Entregue projeto de lei que reduz em 65% as áreas das unidades de conservação que foram demarcadas por decretos da presidenta eleita Dilma Rousseff. O Ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha deve encaminhá-lo ao Congresso como proposta do governo Temer.

09/02/2017 – Alexandre de Moraes demite diretor da Funai que criticou mudanças em demarcações.

09/02/2017 – Eliseu Padilha declara que as Forças Armadas devem ir às ruas para coibir “badernas”. Um explícito ataque ao direito de manifestação.

10/02/2017 – Temer proíbe a livre circulação de jornalistas no quarto andar do Palácio do Planalto, onde ficam os gabinetes ministeriais da Casa Civil e da Secretaria de Governo. Seguranças ficam apostos nos elevadores para fazer o controle e barrar os profissionais de comunicação.

12/02/2017 – Após exatos nove meses de “governo” sob comando de Temer, o contingente de desempregados bate recorde de 11,8 milhões de pessoas no país refletindo diretamente no aumento da pobreza.

13/02/2017 – Estudo do Banco Mundial aponta que o número de pessoas vivendo na pobreza no Brasil aumentará entre 2,5 milhões e 3,6 milhões até o fim deste ano.

17/02/2017 – Governo Temer paga youtubers para elogiar reforma do Ensino Médio, aprovada de forma autoritária. O governo Temer pagou R\$ 65 mil para o canal Você Sabia falar bem da reforma. Comandado por dois jovens, o canal no YouTube conta com 7,1 milhões de assinantes. Nada no vídeo diz que se trata de conteúdo pago.

20/02/2017 – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprova a privatização da CEDAE. A medida é parte do pacote de socorro do governo federal, que assim como o estado do Rio de Janeiro, é comandado pelo PMDB.

23/02/2017 – A Central Sindical Pública, que representa servidores públicos da ativa e aposentados dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), denuncia o secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, por conflito de interesses. Segundo a entidade, Caetano, um dos principais articuladores da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo Temer, ocupa também cargo de conselheiro na Brasilprev, uma das maiores empresas de previdência privada do país.

27/02/17 – Trabalhador brasileiro já ganha menos do que o da China, aponta estudo. De acordo com a consultoria prestada pelo instituto “Euromonitor International”, o único país da América Latina que os chineses ainda não ultrapassaram no quesito de salário foi o Chile; sendo que o mesmo estudo demonstrou que toda essa performance na economia chinesa melhorou o padrão de vida de 1,4 bilhão de habitantes daquele país.

02/03/2017 – Bolsa Família reduz quase 500 mil famílias, mesmo com alta do desemprego. Em 2016 foram 1,1 milhão de famílias cortadas do Bolsa Família. No mesmo período, outras 700 mil famílias entraram, ainda assim deixando um déficit superior a 400 mil beneficiários.

05/03/2017 - EBC demite coordenador de jornalismo e adota como norma a censura.

08/03/2017 – Em solenidade no Palácio do Planalto Michel Temer se refere às mulheres brasileiras com sua visão machista, conservadora e utilitária. Afirmo o presidente que:

“Na economia, também a mulher tem grande participação. Ninguém é mais capaz de indicar os desajustes de preço no supermercado do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico.

— Com a recessão indo embora, volta o crescimento, volta o emprego. Hoje, graças a Deus, as mulheres tem possibilidade de empregabilidade que não tinha no ano passado.

Com a queda da inflação, dos juros, significa que também, além de cuidar dos afazeres domésticos, terá um caminho cada vez mais longo para o emprego.

— Tenho convicção do quanto a mulher, pela minha criação, pela Marcela, faz pela casa, pelo lar, pelos filhos. Se a sociedade vai bem, se os filhos crescem, é porque tiveram adequada formação em suas casas e, seguramente, quem faz isso não é o homem, é a mulher.

E para ser coerente com sua gestão, as servidoras públicas ganharam chocolate no restaurante do Planalto, e houve música no almoço.”

08/03/2017 - O juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho rejeita a denúncia contra o torturador confesso Antônio Waneir Pinheiro Lima, o “camarão”, acusado de estuprar mulheres durante a Ditadura Militar.

09/03/2017 - Com déficit milionário, EBC aumenta salário de seus diretores em 30%.

10/03/2017 – Novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, ligado ao agronegócio, critica demarcação de terras indígenas.

11/03/2017 – Alexandre de Moraes, tenta censurar uma entrevista que o ex-ministro da Justiça, Eugênio Aragão, concedeu ao site do Partido dos Trabalhadores.

12/03/2017 – Sob o argumento de economizar gastos, os Correios que possuem 6.511 agências próprias no Brasil, anunciaram o fechamento de 250 delas. A medida irá atingir agências em cidades com mais de 50 mil habitantes em todo o país.

13/03/2017 – Governo Temer corta 20% das Farmácias Populares no Brasil.

15/03/2017 - O Observatório de Informações Municipais indica que os repasses do governo federal para os programas e ações de saúde nos municípios foram reduzidos em 8,83% no ano de 2016. Isso significa R\$ 12,02 bilhões em perdas reais para Estados e municípios investirem em saúde.

16/03/2017 - Temer Moreira Franco celebraram encaminham o leilão para concessão de quatro aeroportos brasileiros ao valor de R\$ 3,72 bilhões.

16/03/2017 – De acordo com a ONU Governo Temer tem uma das menores representações de mulheres no Executivo no mundo; ocupando a 167ª posição entre 186 governos avaliados.

17/03/2017 – Depois de quase dez meses sem divulgar Lei de acesso à informação garante a divulgação da lista do trabalho escravo no Brasil.

18/03/2017 – Petrobrás reajusta botijão de gás em 9,8%.

21/03/2017 - ONU registra que IDH do Brasil cai 19 posições.

22/03/2017 – Com 231 votos a favor, 188 contra e oito abstenções, a terceirização irrestrita é aprovada pela Câmara.

22/03/2017 - Vai para votação na Câmara dos Deputados a PEC 395, que altera o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal onde define a gratuidade do ensino nas

instituições oficiais. Em suma, A PEC 395 propõe que cursos de especialização e aperfeiçoamento passem a ser cobrados pelas instituições de ensino oficiais.

23/03/2017 - O secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida anuncia que o próximo na fila do abate do governo de Michel Temer é o Programa de Integração Social, conhecido pelos trabalhadores como PIS.

24/03/2017 - Correios prepara defesa jurídica baseada no artigo 173, Parágrafo 1, Inciso II da Constituição, que permite adotar em empresa pública o regime jurídico de empresas privadas, autorizando a demissão de servidores concursados.

26/03/2017 - Nesta semana, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, decidiu que irá intervir na UERJ, que passa por profunda crise financeira. Decidiu pelo corte de 30% nos salários daqueles professores e funcionários que estão parados há cinco meses prometendo colocar em dia toda a despesa de custeio da universidade.

27/03/2017 - IBGE corta pela metade orçamento do Censo Rural: agricultura familiar e agrotóxicos não serão pesquisados.

30/03/2017 - Governo Temer entregará mais de 80% de supersatélite a multinacionais. O SGDC-1, que sequer entrou em operação, será vendido no mercado para as grandes operadoras multinacionais de telecomunicações, sem absolutamente nenhum compromisso de prestação de serviços para a sociedade brasileira, desconsiderando o arcabouço normativo que legalizou sua aquisição, operação e utilização.

30/03/2017 – Fátima Pelaes, secretária das Mulheres de Temer, faz culto evangélico em gabinete.

30/03/2017 - Governo Federal reduz 51% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente.

31/03/2017 – Governo Temer autoriza aumento nos remédios em 4,76%. O Diário Oficial da União publica a resolução do Cmed autorizando os índices do reajuste anual de preços de medicamentos para 2017, que variam de 1,36% a 4,76%.

03/04/2017 – Por decisão do ministro da Saúde Ricardo Barros “O governo não financiará mais” cerca de 400 Farmácias Populares, o que afeta diretamente a população mais vulnerável porque diminui o direito ao acesso à medicamentos gratuitos ou com até 90% de desconto no país.

04/04/2017 – Governo Temer quer permitir a contratação de aposentados por hora e sem vínculo empregatício. Técnicos do governo federal desenvolvem essa modalidade de contrato de trabalho, que prevê que um idoso aposentado seja contratado por hora, sem o custo de pagar a Previdência Social, o FGTS e outros encargos, e sem vínculo empregatício.

04/04/2017 - Governo Temer enfraquece o Mais Médicos. Redução no número de médicos e de municípios atendidos deixa 7,7 milhões de pessoas sem atendimento do programa. Ministério da Saúde também atrasa salários e corta incentivos. O programa, que chegou a ter 18.240 médicos, atendendo 4.058 municípios, agora conta com menos de 16

mil médicos e abrange menos de 3.800 municípios, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

04/04/2017 – Sob Temer, um IBGE com horror ao brasileiro. Presidente do órgão afirma: “o povo é um bando de saqueadores dos privilégios públicos”. Para a coordenadora de censos, “o desemprego nos ajuda a trabalhar com salários menores”.

05/04/2017 – Governo congela quase metade da verba para ciência. Decreto contingencia R\$ 2,2 bilhões do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, levando a um dos piores orçamentos da história do ministério.

06/04/2017 – STF tira direito à greve dos policiais. Como consequência, a decisão ainda equipara as carreiras policiais às de militares (que também não podem fazer greve).

07/04/2017 - Incra fixa preços para venda em definitivo de propriedades rurais. Planilha de preços de referência para a titulação de terras é vista pelo MST como privatização dos assentamentos

07/04/2017 - MEC exclui ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular.

07/04/2017 – Após 30 anos, extração de ouro pode voltar à Amazônia. Por meio de uma portaria publicada na edição de sexta-feira do Diário Oficial da União, o Ministério das Minas e Energia abriu caminho para a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) criada em 1984 ainda durante a ditadura militar.

10/04/2017 - Temer sinaliza que pode desrespeitar Ministério Público na escolha de procurador-geral.

10/04/2017 – Governo Temer aumenta a inscrição do Enem em 20%, taxa passa a ser R\$ 82.

12/04/2017 – Veículos de comunicação que defenderem reforma da previdência ganharão verba federal. Rádios e TVs indicadas por deputados e senadores terão direito à publicidade federal se elogiarem a reforma. Em troca de favores com a imprensa, parlamentares esperam ganhar espaço nas eleições.

13/04/2017 – Contra o Marco Civil, governo usa agência para monitorar comentários políticos nas redes.

16/04/2017 – Após reunião com Temer, Arthur Maia, relator da Reforma da Previdência diz pretender aposentadoria em 65 anos mesmo para mulheres.

17/04/2017 – Temer recebe título de ‘Padrinho das Mulheres Negras’ e causa revolta.

18/04/2017 - Temer quer dar cargos em troca de apoio na Reforma da Previdência.

18/04/2017 - Papa Francisco envia carta a Temer e recusa visita ao Brasil. Francisco lembrou que não se pode “confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado”, em um momento em que o governo Temer tenta aprovar reformas econômicas para garantir a confiança dos investidores.

19/04/2017 - Governo Temer suspende demarcação de terras quilombolas.

20/04/2017 - Ministro da Justiça demite presidente da Funai por não nomear indicações do PSC.

20/04/2017 - Governo decide encerrar o Programa Farmácia Popular do Brasil.

24/04/2017 - Reforma trabalhista permitiria demissão e recontração de empregados para a mesma função, mas terceirizado e com salário menor.

25/04/2017 – Ganhadora de licitação do Banco do Brasil já era sabida quatro dias antes. Folha de São Paulo já sabia a agência de publicidade que ganharia a maior concorrência já realizada no governo Temer.

26/04/2017 – Aprovada pela Câmara dos Deputados a Reforma da Trabalhista, 296 votos favoráveis e 177 contrários.

26/04/2017 - STF permite cobrar mensalidade na especialização em universidade pública.

30/04/2017 – STF aprova fim do teto constitucional. De acordo com decisão, o cálculo do teto vale para cada salário isoladamente, e não sobre a soma das remunerações. Na prática, estes servidores poderão ganhar mais que R\$ 33,7 mil, valor dos salários dos próprios ministros do Supremo, valor máximo para pagamento de salário a funcionários públicos.

02/05/2017 - Texto de autoria do líder da bancada ruralista na Câmara altera as leis para o trabalhador rural prevendo que o salário possa ser substituído por remuneração de “qualquer espécie”, como casa ou comida, que jornada diária seja aumentada para 12 horas, que possa se trabalhar até 18 dias seguidos, sem descanso semanal.

03/05/2017 - MEC dissolve composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e interdita diálogo com a sociedade civil

03/05/2017 - Temer é o presidente que mais cerceou liberdade de imprensa, aponta pesquisa realizada pelo Portal Imprensa e pela Fran6.

03/04/2017 - Aprovada por 16 votos à 4 a MP da “grilagem”. A medida provisória revoga “10 leis essenciais à regularização fundiária e as substituem por normas que ainda serão definidas pelo poder Executivo.” segundo a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadão.

04/05/2017 – Aberta licitação no valor de R\$ 78,5 mil reais para novo sistema de monitoramento quer substituir trabalho que já vem sendo feito pelo Inpe desde 1989.

05/05/2017 - Governo Temer exonera presidente da Funai, Antônio Costa, por ‘não ter compactuado com malfeitos, e ser um “defensor da causa indígena”.

05/05/2017 - O Jornal Valor Econômico noticia que o Tesouro Nacional determinou na sexta-feira a venda das ações do Banco do Brasil detidas pelo fundo soberano. Com isso, a participação da União no controle acionário do banco, cai para 50,7% do capital votante.



08/05/2017 – De acordo com dados da Pastoral da Terra, número de mortes em disputas agrárias é o maior em 13 anos.

08/05/2017 – Sem passar pelo Congresso, o Governo Temer vem pouco a pouco editando medidas que enfraquecem o controle de armas no Brasil. As mudanças atendem total ou parcialmente o que propõe o projeto patrocinado pela bancada da bala, que extingue o Estatuto do Desarmamento.

09/05/2017 - Governo Temer nomeia general do Exército para presidência da Funai. Franklimberg de Freitas, general do Exército, já vinha exercendo o cargo de diretor na fundação do índio.

09/05/2017 – Governo Temer dá passe livre ao Exército dos Estados Unidos. O Exército dos Estados Unidos participará em novembro próximo de um exercício militar inédito na Amazônia brasileira, depois de um convite de Michel Temer.

12/05/2017 – Governo Temer completa um ano.

18/05/2017 – Taxa de desemprego chega a 24% segundo dados da PNAD divulgados pelo IBGE.

23/05/2017 - Crise política coloca em risco proteção para grávidas na reforma trabalhista. Relator apresenta parecer nesta terça-feira e mudanças para garantir direitos das mulheres só será feita por medida provisória.

23/05/2017 – Senado ratifica as medidas provisórias 756 e 758 conhecidas como “MP da Grilagem”. Com tramitação capitaneada pelo senador do PMDB de Roraima, Romero Jucá, elas agora seguem para a sanção presidencial.

24/05/2017 – Durante atos contra o governo, Temer autoriza o uso das Forças Armadas contra a população.

03/08/2017 – Reforma Trabalhista é aprovada no Senado.

18/09/2017 – Atendendo ao pedido da psicóloga Rozangela Alves Justino em processo aberto contra o Conselho Federal de Psicologia O juiz federal da 14ª Vara do Distrito Federal Waldemar Cláudio de Carvalho concedeu liminar que abre brecha para que psicólogos ofereçam a terapia de reversão sexual, conhecida como ‘cura gay’, tratamento proibido pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999.

Continua...